



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ
MUNICÍPIO: MARINGÁ
NÚCLEO REGIONAL DE MARINGÁ**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**MARINGÁ
2016**



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana, para que eles se tornem humanizados e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2008).



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

I – IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO.....	08
1.1 Localização e Dependência Administrativa.....	08
1.2 Objetivos do PPP.....	09
1.3 Princípios Norteadores da Educação.....	09
1.4 Aspectos Históricos da Instituição de Ensino.....	12
1.5 Caracterização do Atendimento na Instituição e Quantidade de Estudantes.....	32
1.6 Estrutura Física, Materiais e Espaços Pedagógicos.....	33
1.7 Recursos Humanos.....	34
1.8 Instâncias Colegiadas.....	36
1.9 Perfil da Comunidade Escolar.....	41
II – DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO (Marco Situacional).....	42
2.1 Análise das Contradições e Conflitos Presentes na Prática Pedagógica.....	42
2.2 Gestão Escolar.....	46
2.3 Operacionalização da Gestão e Práticas Pedagógicas.....	48
2.4 O Papel específico dos Segmentos da Comunidade Escolar.....	48
2.5 Ensino e Aprendizagem.....	56
2.5.1 Faltas de alunos em dias previstos para avaliação.....	62
2.5.2 Definição de valoração das avaliações, das recuperações de estudos e processo de registro de classe (RCO).....	62
2.5.3 Pré-Conselho e Pós-Conselho de Classe.....	54
2.6 Atendimento Especializado ao Público Alvo da Educação Especial.....	65
2.7 Articulação entre as Etapas da Educação Básica.....	66
2.8 Articulação entre Diretores, Pedagogos, Professores e demais Profissionais da Educação.....	67
2.9 Articulação da Instituição de Ensino com Pais e ou/Responsáveis.....	68
2.10 Formação Continuada dos Profissionais da Educação.....	69
2.11 Realização e Acompanhamento da Hora Atividade.....	71
2.12 Organização do Tempo, Espaço Pedagógico e Critério de Organização das Turmas.....	71
2.13 Índices de Aprovação, Reprovação Escolar (índices internos e externos), Abandono, Evasão e Relação Idade/Ano.....	72
2.14 Relação entre profissionais da Educação e Discentes.....	73
III – FUNDAMENTOS TEÓRICOS (Marco Conceitual).....	74
3.1 Princípios Filosóficos do Trabalho Escolar.....	74
3.2 Concepções Norteadoras da Prática Pedagógica.....	78
3.3 Diversidade dos Sujeitos Históricos.....	87
3.4 Tecnologia e Educação.....	89
3.5 Currículo e Conhecimento.....	92
3.6 Cuidar e Educar.....	94
3.7 Educação em Direitos Humanos.....	98



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

3.8 Educação Ambiental.....	99
3.9 Violência, o Uso do Álcool e outras Drogas em Âmbito Escolar.....	100
3.10 Educação Especial.....	103
3.11 Educação Profissional Articulada ao Ensino Médio.....	104
3.12 Acompanhamento e Avaliação do PPP.....	107
3.13 Referências.....	108

IV – OPERACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - PLANEJAMENTO (Marco Operacional).....111

4.1 Calendário Escolar.....	111
4.2 Ações Didático-Pedagógicas (Plano de Ação da Instituição de Ensino).....	115
4.2.1 Brigada Escolar.....	121
4.2.2 Sala de Apoio à Aprendizagem.....	122
4.2.3 Programa Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo – AETE.....	123
4.3 Ações Referentes à Flexibilização Curricular.....	125
4.3.1 Flexibilização Curricular na Educação Especial.....	125
4.3.2 Educação Especial (Proposta de Trabalho).....	128
4.4 Ações do CELEM.....	136
4.5 Propostas Pedagógicas Curriculares do Ensino Fundamental, Médio, Normal e profissional.....	137
4.5.1 Matriz Curricular do Ensino Fundamental.....	137
4.5.2 Matriz Curricular do Ensino Médio.....	137
4.5.3 Disciplinas.....	138
4.6 Proposta Pedagógica Educação Profissional.....	212
4.6.1 Matriz Curricular – Curso de Formação de Docentes Integrado/Turno: Manhã – Ano de Implantação: 2010.....	213
4.6.2 Matriz Curricular – Curso de Formação de Docentes Integrado/Turno: Manhã – Ano de Implantação: 2014.....	214
4.6.3 Disciplinas.....	215
4.7 Proposta Curricular –Técnico em Administração.....	295
4.7.1 Matriz Curricular: Curso Técnico em Administração Integrado/Turno: Manhã – Ano de Implantação: 2010.....	295
4.7.2 Matriz Curricular: Curso Técnico em Administração Subsequente/Turno: Noite – Ano de Implantação: 2010.....	295
4.7.3 Plano de Curso: Técnico em Administração.....	296
4.7.4 Perfil profissional do Aluno Concluinte do Curso.....	296
4.7.5 Descrição de cada Disciplina contendo a respectiva Ementa.....	296
4.8 Curso Técnico em Administração – Modalidade Subsequente.....	348
4.8.1 Disciplinas.....	348
4.9 Proposta Pedagógica Curricular – Técnico em Logística.....	374
4.9.1Matriz Curricular – Curso Técnico em Logística Subsequente/Turno: noite – Ano de Implantação 2016.....	374
4.9.2 Dados Gerais do Curso Técnico em Logística.....	374
4.9.3 Perfil profissional do Aluno (a) Concluinte do Curso.....	375
4.9.4 Disciplinas.....	375

ANEXOS.....	405



INTRODUÇÃO

A democracia é um dos pontos centrais na consolidação da cidadania de um povo, por esse motivo, ela deve, além de fazer parte do cotidiano da escola, ser um princípio norteador de todo trabalho. A gestão democrática do trabalho pedagógico deve acontecer com a participação e a construção coletiva da comunidade escolar de um projeto que direcione o trabalho pedagógico numa dimensão de totalidade, tentando desta forma, assumir a real função da escola, por meio dos Conselhos Escolares, Conselhos de Classe, Grêmios Estudantis e das Associações de Pais e Educadores. É preciso conceber que a escola, é um espaço organizado de socialização do conhecimento científico, e, sendo pública, deve ser democrática, de qualidade e para todos e todas.

Com a promulgação da Lei 9.394/96, as escolas adquiriram o direito da elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico. Em seu artigo 12, inciso I, estabelece:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica.

Os artigos 13 e 14 definem as incumbências docentes com relação ao projeto pedagógico:

Art.13 - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Art.14 – participação dos profissionais da educação na elaboração de projeto pedagógico da escola.

Ainda na referida lei, no artigo 3º, são definidos os princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico:

- *Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;*
- *Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;*



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- *Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;*
- *Respeito à liberdade e apreço a tolerância;*
- *Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
- *Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
- *Valorização do profissional da educação escolar;*
- *Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação do sistema de ensino;*
- *Garantia do padrão de qualidade;*
- *Valorização da experiência extracurricular;*
- *Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.*

Amparados pela base legal, a comunidade escolar do Instituto de Educação Estadual de Maringá elaborou o presente projeto, o qual representa a própria organização do trabalho pedagógico escolar em todas as suas especificidades, níveis e modalidades, norteadas pelas questões de análise:

Que **sujeito** se **quer** formar?

Quais **saberes** queremos discutir?

Que **sociedade** queremos para viver?

Que **educação** queremos priorizar?

Que **avaliação** precisamos construir?

Que **cultura** queremos valorizar?

Que **conhecimentos** queremos trabalhar?

Que relações de **poder** queremos manter?

Nesse sentido, as equipes, administrativa e pedagógica são as articuladoras, da elaboração coletiva do projeto político dessa escola. A sustentação dessa proposta exige que a gestão administrativa, pedagógica e financeira seja articulada a partir de um projeto político pedagógico escrito e referendado coletivamente pela comunidade escolar, ou seja, que envolva professores, funcionários, alunos e pais. **Projeto** significa o anúncio do devir, do que foi pensado coletivamente e que pode passar do plano das ideias à ação. **Político** porque pressupõe a opção com o compromisso em relação à formação do cidadão para um determinado tipo de sociedade, e, **Pedagógico**, pois o fim a ser atingido é o processo ensino-aprendizagem, que exige formas de organização dos elementos necessários à



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

assimilação do conhecimento, fazendo a distinção entre o essencial e a aparência, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório, seguindo o pensamento de Saviani (2008).

A primeira parte do projeto tem por objetivo explicitar a identificação, a contextualização histórica da instituição de ensino, organização dos espaços físicos, caracterização da comunidade escolar e fundamentação teórica que subsidiará as ações pedagógicas desenvolvidas. Essa fundamentação tem como referencial teórico o materialismo histórico e dialético. Na sequência, são apresentadas, a Proposta Pedagógica Curricular da Educação Básica e da Educação Profissional, que estão em consonância com os princípios e concepções teóricas apontadas no documento, o que vem propiciando um processo de estudos para elaboração e (re)elaboração desde 2001, envolvendo todos os segmentos da instituição, pautados nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná por disciplina.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

I - IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

1.1 Localização e dependência administrativa

Instituto de Educação Estadual de Maringá - Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional

Código da Instituição: 00034

Rua Martin Afonso, n. 50 – Zona 2.

CEP: 87.010-410 (área central do município de Maringá)

Maringá - Paraná

NRE: Maringá

Código do NRE: 19

Código do INEP: 41024060

Dependência Administrativa: Estadual

Localização: área urbana

Oferta de ensino: Anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular, Modalidade Normal (Curso de Formação de Docentes) e Educação profissional (integrado e subsequente).

Ato de autorização da instituição: Ato Decreto n.1459 de 30-12-75, Publicação no Diário Oficial em 06-01-1976.

Ato de reconhecimento da instituição (se houver) - Não consta

Parecer do NRE de aprovação do Regimento Escolar n. 827-2011 de 19 de dezembro de 2011.

Entidade Mantenedora – SEED-PR.

Fone: (0**) 44 3226-4346

Fax: (0**) 44 3226-4346

Site: www.ieem.com.br

E-mail: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

1.2 Objetivos do Projeto Político Pedagógico

Geral

- Organizar o trabalho pedagógico do Instituto de Educação Estadual de Maringá, sob os princípios de igualdade, gratuidade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério, com a finalidade de formar o cidadão consciente, responsável, comprometido, crítico e participativo, visando a efetivação de uma sociedade justa, igualitária e democrática.

Específicos

- Definir as ações educativas com características necessárias que expressem propósitos e intencionalidades pedagógicas para a formação do cidadão consciente, responsável, comprometido e crítico.
- Explicitar o diagnóstico da realidade sócio, econômica e educacional dos alunos, pais, funcionários, professores e, a partir desse, definir as ações que nortearão o currículo e as atividades escolares.
- Garantir a permanente reflexão e discussão acerca dos problemas da escola.
- Buscar alternativas viáveis para a efetivação da intencionalidade da escola.

1.3 Princípios Norteadores da Educação

A organização do trabalho pedagógico do Instituto de Educação Estadual de Maringá está embasada nos princípios que norteiam a escola democrática, pública e gratuita. Esses princípios são os da igualdade, da qualidade, da gestão democrática, da liberdade e da valorização do magistério fundamentados na Constituição Federal de 1988 e na Lei, nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Constituição Federativa do Brasil em seu Artigo 205 garante a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Artigo 206 da Constituição delibera que o ensino será ministrado, a todos, com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

arte e o saber; do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; da valorização dos profissionais do ensino; da gestão democrática do ensino público; da garantia de padrão de qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (nº 9.394/96), reitera os princípios anteriormente citados; disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e estabelece que a educação escolar deva vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Nesse sentido, o projeto elaborado ratifica a escola pública gratuita, laica e de qualidade que garanta o acesso, a permanência e a apropriação dos conhecimentos científicos pelos alunos.

Gratuita – o conhecimento não deve ser pago, pois é um bem da humanidade, devendo o poder público mantê-la.

Laica – trabalhar na perspectiva de valores universais, respeitando as crenças dos alunos e de suas famílias.

Universal – acesso não apenas à escola (todo aluno tem o direito à matrícula), mas garantir a apropriação dos conhecimentos.

Ainda, nessa perspectiva, a escola busca autonomia de deliberação, ou seja, uma escola capaz de decidir os limites das suas ações e do poder coletivo que representa, buscando assim, a construção de um Projeto Político Pedagógico que tenha como referencial teórico, o materialismo histórico e dialético, no sentido de compreender as relações e contradições da sociedade, podendo desta forma, intervir modificando-a do ponto de vista do conhecimento.

Nesse pensamento, a democracia pressupõe o máximo de participação, e, entendendo que a comunidade escolar, composta de professores, alunos, funcionários e pais, devem ser todos, sujeitos envolvidos no processo educativo. Nesse sentido, as ações pedagógicas devem promover o exercício do direito e respeito: ao espaço (poder participar nas instâncias de discussão e deliberação na escola); à voz (todos poderem falar, respeitando o princípio da ética, falar deve ser uma prática cotidiana da escola, seja para tecer análises, críticas, seja para propor ou sugerir; à votação (nos momentos em que não houver consenso, garantir o direito à decisão por votação); às decisões de votação (compromisso coletivo de efetivar o



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

que a maioria definiu em votação); às instâncias democráticas da escola (compreender que a instância maior de deliberação da escola é o Conselho Escolar, e que, portanto, cabe ao diretor acatar e encaminhar suas deliberações).

A democratização da educação e da escola por intermédio da universalização, da gratuidade e da permanência é uma exigência para a emancipação da classe trabalhadora. Nesse sentido, a participação de toda a comunidade (estudantes, pais, funcionários, professores, pedagogos e direção) na escola é uma prática que expressa princípios de um projeto coletivo por uma sociedade não excludente.

A compreensão da educação situada no campo progressista implica em expressar a democracia na organização, na gestão da escola, no currículo, enfim, em um projeto de escola, de educação e de sociedade, permeados por uma dimensão epistemológica, política, ética e estética. Nesse sentido, a administração da escola tem como meta a gestão democrática como um grande desafio que requer aprendizado e perseverança, no que se refere a:

- Respeitar os vários órgãos de representação da escola, buscando contato com todos eles, assim como permitir que tenham autonomia para encaminhar suas questões específicas, sendo: Conselho Escolar, Conselho de Classe, Conselho de Representantes de Turma - CRT, Associação de Pais e Educadores – APE, Grêmio Estudantil, outras instâncias deliberativas que venham a ser constituídas.

- Trabalhar de forma coletiva onde todos saibam do ponto que estão partindo, buscando chegar a um lugar comum. As decisões e responsabilidades precisam ser tomadas e assumidas pelo coletivo que compõem a escola, buscando, dessa forma, “despersonalizar o poder”, mostrando que os projetos coletivos efetivam-se não pelos projetos individuais ou vontades e sonhos que cada um tem para si na e para a escola, mas ao contrário, pelas possibilidades reais que a instituição coloca para aqueles que dela usufruem. Portanto, um projeto coletivo para a escola pública somente se efetivará se estiver vinculado aos projetos e anseios daqueles que participem dela e não somente daqueles que a dirigem.

Enfim, entendemos que a participação deve ser compreendida como possibilidade de tomada de decisão no que participa e não apenas “fazer parte de”.



1.4 Aspectos históricos da Instituição de Ensino

Maringá foi fundada, oficialmente, em 1947. Ainda nova, com poucas estradas, já apresentava rápido crescimento de sua população. As pessoas se avolumavam, cada vez mais, e assim, também crescia a necessidade por novas estruturas nos vários setores da atividade humana. Esse é o princípio do crescimento da cidade que rapidamente tomou grandes dimensões.

Maringá crescia em extensão e, com isso, também aumentavam suas necessidades. Dentre os problemas das famílias que se fixavam na região, podemos citar a preocupação da escola para os filhos. No início, ficou por conta dos próprios habitantes, que adaptaram uma residência, e alguns professores, começaram a lecionar (LUZ, 1999, p.123).

Seriam esses os primeiros sinais da demanda para a formação de professores na cidade de Maringá. Essa demanda por novos professores fundamentou a criação da escola normal que originou, posteriormente, o Instituto de Educação Estadual de Maringá (IEEM), na época, Escola Amaral Fontoura.

O IEEM, desde sua criação possuía como identidade principal a de escola formadora de professores, dessa forma, teve contribuição de modo singular para a história da educação do município, com a formação dos professores para atuação nos anos iniciais da escolaridade, seja em instituições de educação pública ou privada.

Essa trajetória histórica poderia permanecer fiel ao propósito de sua criação, mas ao longo dos anos, houve a incorporação de novas tendências ao sistema educacional e outras modalidades de ensino foram implantadas. Foi nesse contexto que começou a se traçar o caminho intrincado do IEEM.

Contar ou (re)contar a história dessa instituição de ensino, significa seguir pegadas num caminho que em alguns trechos estarão bem delineadas e em outros, não muito claras. Ao consultar os documentos oficiais e registro da própria escola, foi possível entender o porquê da não preservação dessas memórias. Nesse ponto, se revelaram as contradições e poderes existentes nas esferas políticas e econômicas que procuraram edificar a imagem de sua visão sobre os processos de organização e funcionamento do sistema educativo.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

De forma institucionalizada, o Sistema Estadual de Ensino, estabelecido na forma de lei¹, trazia no seu bojo a criação oficial dos Institutos de Educação Estadual, abrindo a possibilidade de uma nova organização das escolas normais existentes no Estado do Paraná. Em Maringá, as escolas normais funcionavam desde 1956 em duas vertentes: a Normal Secundária e a Normal Regional².

Os profissionais formados por essas escolas tinham especificidades diferentes: aos concluintes do curso da escola normal colegial era conferido o título de “professor primário”; aos concluintes da escola normal ginasial, o de “regente de ensino”, o equivalente ao ensino fundamental e médio, respectivamente, na nomenclatura da atual legislação. Nessa organização foi possível verificar a expressa necessidade de formar professores para alfabetização.

Como fontes documentais do período de 1956 a 1966, além dos textos legais, existem dois livros ata para os registros do Histórico do Grêmio Normalista da Escola Normal Secundária de Maringá. Nesses livros contêm relatos de eventos, fotos e recortes de jornais que guardam um pouco da memória da primeira década da Escola Normal e da formação dos professores.

A criação oficial do “grêmio da normalista” ocorreu em 26 de dezembro de 1956, conforme ata registrada em livro próprio com a presença da primeira diretora,

¹ Lei nº 4978, de 05 de dezembro de 1964.

Art. 158 – O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares e outros especialistas destinados ao ensino primário e pré-primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância.

Art.159 – O ensino normal será ministrado nos seguintes estabelecimentos:

I – escola normal de grau ginasial de 05(cinco) séries anuais, onde além das disciplinas obrigatórias de curso secundário ginasial será ministrada preparação pedagógica na 5ª série;

II – a escola normal colegial de 03(três) séries anuais, em prosseguimento à quarta série ginasial;

III – **Instituto de educação**, onde, além dos cursos ministrados nas escolas citadas nos itens I e II, serão ministrados cursos de especialização, de administração escolar, de orientação educacional e de aperfeiçoamento, abertos aos graduados em escola normal de grau ginasial.

§ 1º - Cada estabelecimento de ensino normal contará com uma escola primária de aplicação ou de classes especiais para o período de regência a que ficarão sujeitos todos os alunos.

§ 2º Nos casos de transformação de atuais escolas regionais em ginásios, com ensino secundário de 1º ciclo, a quinta série, de preparação pedagógica para a formação de regentes de ensino, poderá funcionar, como curso anexo, em escolas normais de grau colegial ou instituto de educação da mesma cidade.

² Criadas pelo decreto nº 12.532 de 13/12/1955, sendo denominadas de Escola Normal Secundária e Regional de Maringá. A partir do Decreto nº 17 763 de 01/07/1958 receberam a denominação de Escola Normal Colegial e Escola Normal Ginasial



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

professora Ruth Loureiro Costa, e sob a coordenação dos próprios alunos. Na primeira reunião, foram estabelecidos os objetivos do grêmio, escolhido o nome: “Grêmio Normalista” e eleita a primeira diretoria.³

Segundo os registros, os objetivos do grêmio deveriam ser de cunho pedagógico, cívico e social. Dentre as atividades desenvolvidas, destaca-se a criação do jornal “A Normalista”, editado o primeiro número no dia 17/11/1958⁴.

Essa agremiação estudantil também organizava outras atividades, tais como: organização de palestras, bailes e “soirées” dançantes (utilização do antigo Aéreo Clube de Maringá), participações em atos cívicos, datas comemorativas e concurso de declamação de poesias envolvendo outras escolas.

Os documentos traduzem o envolvimento dos alunos nas atividades culturais e, ainda, a valorização do curso normal pela comunidade. Os sentidos que essas vozes assumiam, ressaltavam o grande valor da instituição em relação a seus estudantes e professores, no contexto histórico daquela época, bem como, o fato de as atividades do grêmio estarem voltadas prioritariamente para questões cívicas, demonstravam que a instituição, não sofria tão diretamente, com a falta de políticas públicas.

Interessante citar que em relação à formação ofertada, existia a preocupação das próprias alunas com o *status* do curso, em um artigo presente no livro ata fica evidente a preocupação em direcionar os sentidos, o recorte de jornal apontava que “[...] muitas usam esta palavra normalista inadequadamente. Normalista é a estudante da Escola Normal Secundária e regionalista é a aluna do curso Normal Regional, que equivale ao ginásio” (LIVRO ATA, 1959).

O Grêmio Normalista na sua criação contemplava as duas escolas, ou seja, a escola Normal Secundária e a Escola Normal Regional que funcionavam no mesmo prédio e sob a mesma direção. Após a separação administrativa das escolas, em

³Acervo do IEEM Presidente: Ruth L. Henriques; Vice-Presidente-Adaile Maria Leite; 1ª Secretária: Neuza Aparecida Portilho; 2ªSecretária: Circéia d’Alva Perroud; 1ªTesoureira: Náguia Kolicheski; 2ªTesoureira: Maria Roque; Diretora Cultural: Dora Gomes de Moura; Diretor Esportivo: Luiz Albano; Discotecária: Ceci Rodrigues de Melo; Bibliotecária: Eunysse Planas; Oradora: Alice Amaral.

⁴Diretor. Profº Nelson Barbosa e as normalistas France Luz, Sonia Giubeli e Dúbia Freitas. Comentário editado no jornal da época A Tribuna de Maringá “Recebemos com alegria, o primeiro número de jornalzinho *Normalista*, órgão oficial da Escola Normal Amaral Fontoura, desta cidade [...] é um órgão a altura do mais adiantado estabelecimento de ensino de nossa cidade”. (recorte do referido jornal, livro ata p.22, acervo IEEM).



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiiepmaringa@seed.pr.gov.br

1956, o grêmio permaneceu como parte integrante somente da Escola Normal Secundária.

Década de (1956 – 1966)

A Escola Normal Secundária, criada pela Lei n.º 532 de 13/12/1955, foi instalada no dia 9 de março de 1956, após a verificação das condições de instalação do prédio, realizada pelo Sr. José Zalarlin, delegado de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura de Curitiba.

As inscrições foram abertas no dia 12 de agosto de 1956, para “exames vestibulares” – utilizados para selecionar os alunos, pois o número de vagas ofertado era menor que a procura para cursar essa modalidade de ensino – tanto para a Escola Normal Secundária, como para a Escola Normal Regional. Os candidatos deveriam apresentar os seguintes documentos:

- Certidão de nascimento comprovando a idade mínima de 13 anos.
- Atestado médico, que além de certificar que o candidato se encontrava em condições satisfatórias de saúde deveria especificar que não se tratava de predisposto à tuberculose, neuropatia, pessoa com distúrbios de linguagem e sinistro exclusivo.
- Diploma de conclusão do Curso Primário.
- 3 fotografias 3x4.

A Escola Normal Secundária “Amaral Fontoura” e a Escola Normal Regional “Eduardo Claparède” funcionavam no mesmo prédio, administrados pela mesma diretora, Professora Ruth Loureiro Costa, iniciando suas atividades no ano de 1956, no atual Colégio Estadual João XXIII. No entanto, em outubro de 1957, a Escola Secundária “Amaral Fontoura” e o Curso Regional “Eduardo Claparède” por determinação da Secretaria de Estado da Educação, foram desmembradas.

Em 23 de outubro de 1957, foram organizadas duas chapas que concorreram ao Grêmio Normalista da Escola Amaral Fontoura. No dia 26 de outubro, a professora Branca de Jesus Camargo Vieira, presidiu a primeira reunião do Grêmio Estudantil, com a diretoria eleita.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Em fevereiro de 1960, foi criada a Escola Normal Vital Brasil – Ensino de 1º grau regular e supletivo Fase II, com o nome de Escola Normal Regional Noturna, como extensão da Escola Normal Regional Eduardo Claparède.

No dia 3 de setembro de 1960, realizou-se o II Congresso Paranaense do Ensino Normal em Maringá, com a participação dos professores, alunos, autoridades e políticos.

A Escola Normal Regional Vital Brasil, em 1961, passou a funcionar no prédio do grupo Escolar “Visconde de Nácar”, ali permanecendo até março de 1962, quando se instalou provisoriamente no prédio do Instituto Filadélfia.

No início de 1963, a Escola passou a ocupar salas do Grupo Escolar “Neo Alves Martins”, onde já funcionava a Escola Normal Secundária “Amaral Fontoura”, no período diurno, e era equivalente ao Ensino Médio atual. Nesse ano, a 32ª Inspeção de Ensino, autorizou o funcionamento de uma extensão da Escola Normal, no prédio do Grupo Escolar “Ayrton Plaisant” localizado na zona 07 do município.

Década (1966 a 1976)

Os anos se passaram, e após dez anos de funcionamento, como escola Normal Amaral Fontoura, foi criado o Instituto de Educação de Maringá (ato de criação de 26/09/1966). O jornal local noticiou: “Funcionará com diversos cursos de orientação pedagógica, anexo à Escola Normal Amaral Fontoura, tendo como principal finalidade preparar professores para um magistério mais eficiente e especializado” (Folha do Norte do Paraná de 27/09/1966).

O IEEM foi apresentado como uma novidade, como a instituição que elevaria o nível da formação dos professores, conseqüentemente, dos alunos e dos cidadãos. Essa concepção foi expressa na fala da professora Branca de Jesus Camargo, Diretora da Escola Normal Amaral Fontoura, quando afirmou que era fundamental para o ensino local e regional a contribuição do IEEM para a formação dos jovens e dos futuros professores.

É importante ressaltar que a criação da escola contou com a força da comunidade escolar e política da região, com o “reconhecimento” do Governador Paulo Pimentel e do Secretário da Educação Carlos Alberto de Moro. O projeto



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiiepmaringa@seed.pr.gov.br

visava delinear a política educacional em conformidade com a Lei nº 4.978, de 05 de dezembro de 1964, que ao estabelecer o sistema estadual de ensino, criou os institutos de educação. Essas escolas foram organizadas para atender a demanda de formação de professores e complementar a formação obtida pelos alunos até então pelas escolas existentes, especialmente, as que formavam os regentes de ensino.

Assim, a especificidade dos institutos, era a oferta do curso normal em grau colegial, cursos de especialização e aperfeiçoamento de administração e orientação educacional aos "graduados" por escolas normais regionais.

Na minuta do projeto, é possível recuperar a preocupação do Estado com a formação e escolarização da população. Entre as razões que contribuíram para a sua efetivação, estão: a) a localização da cidade; b) o Estado chamando para si a responsabilidade de tarefas quanto ao aperfeiçoamento do magistério; e c) "extensão" da secretaria de educação na tarefa educativa.⁵ No contexto de criação do IEEM, a história da educação é permeada por ações públicas que visavam estabelecer no processo educativo escolar, um culto à nação e aos valores da família e do trabalho.

Nos anos seguintes houve novas mudanças na história. Em 1967, o Instituto de Educação de Maringá iniciou suas atividades nas antigas instalações do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal⁶, sendo o quarto instituto a ser criado no Estado do Paraná, pois essas escolas já funcionavam nas cidades de Ponta Grossa, Londrina e Curitiba (o quinto Instituto na cidade de Paranaguá). As instalações que abrigaram o Instituto de Educação Estadual de Maringá foram reformadas e ampliadas em 1971 e reinauguradas em 1972.

Década (1976 a 1986)

Paralelo à criação do Instituto de Educação, no campo educativo, na Universidade Estadual de Maringá começava a ser gerada a criação da Faculdade de Filosofia. É importante essa inserção da história da UEM, pois as duas instituições dividiram as instalações. Anexo ao IEEM funcionava a Faculdade de Filosofia e o

⁵ Acervo do IEEM livro ata (1962 p.36), recorte da Folha do Norte do Paraná de 12/10/1966.

⁶ Rua Martin Afonso nº 50, local em que funciona atualmente.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

ICET (Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas). A cessão desse espaço foi um acordo administrativo que compôs, entre outras condições, a criação da Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Com a transferência das faculdades para o campus atual, o espaço físico cedido pelo IEEM deveria ser devolvido ou desocupado. Entretanto, esse fato se transformou em motivo de polêmicas e discussões na esfera administrativa das duas instituições, resultando em mobilizações por parte da comunidade escolar do IEEM.

Esse seria o início de um tempo em que as reformas educacionais e políticas foram se acentuando. O IEEM expressou a história da educação brasileira que é escrita sob contradições sociais, políticas e econômicas refletidas nas ações do poder público. Nesse sentido, o curso de formação de professores para a atuação nos primeiros anos da escolaridade, também, teve as suas diretrizes determinadas pelo poder público: Escola Normal (Lei nº 4.024/61), Curso de Magistério (Lei nº 5.692/71) e Modalidade Normal (com a promulgação da Lei 9.394/96).

O Instituto, que na sua origem possuía a especificidade na formação de professores, (1956) iniciou outro processo histórico, a partir do funcionamento do Complexo Escolar Cecília Meireles – Ensino de 1º e 2º Graus, entendido como reorganização do Instituto Estadual de Educação.⁷

Década (1986 a 1996)

As reformas educacionais ocorridas após 1930 alteraram a terminologia bem como as divisões entre os níveis e modalidades de ensino. No entanto, no que se refere à formação de professores para as séries iniciais, o curso normal permaneceu como uma modalidade profissionalizante em nível médio e de formação simultânea.

A promulgação da LDB – Lei 5.692/71, que deliberou o caráter compulsório de profissionalização no 2º grau, não contrariou o formato dessa modalidade de formação. É evidente que com a remodelação do curso, houve um empobrecimento do caráter humanista que lhe era atribuído. Segundo estudos de Rodrigues (2005, p. 4), essas mudanças são marcadas por um período em que a história da educação

7

Graus – sob a denominação de Instituto de Educação de Maringá – Ensino de 1º e 2º Graus (Decreto nº 1459 de 30/12/1975).



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

visa “a formação de um homem pacífico, moralmente correto, patriota, um cidadão súdito”. Os documentos que orientavam para os projetos políticos pensados durante um longo percurso institucional estão expressos quando se lê a preocupação da instituição em manifestar os valores nacionais nos grandes desfiles cívicos organizados para homenagear a Pátria, assim como os objetivos do grêmio com seus deveres cívicos e sociais eram bastante evidenciados.

Como sabemos, não foi apenas essa história que marcou os rumos do IEEM, a marca do povo também estava evidenciada neste espaço educativo. No período denominado de transição democrática (1985 - 1989), um conjunto de reivindicações sociais unificou a classe trabalhadora, desencadeando a organização popular em forma de sindicatos, movimentos populares urbanos e rurais e partidos políticos. Enfim, algumas lutas aconteceram visando uma nova ordem social, tendo como ferramenta possível para uma organização do sistema, a democracia.

As mudanças sinalizavam novos rumos na história da educação. Rodrigues (2005) aponta que esse período foi “caracterizado por uma democracia (re) nascente, isso é demonstrado quando se apresentou o Projeto Político-Pedagógico do Estado do Paraná” (p. 4).

Esses movimentos também refletiram na elaboração da Constituição Federal de 1988, no ressurgimento de práticas coletivas e na organização de diversos fóruns de debates sobre a educação pública brasileira. A reforma educacional pretendida pela população organizada procurava romper com a estrutura e a cultura disseminada no período militar.

Com as mudanças educacionais, o Instituto de Educação Estadual de Maringá que possuía como especificidade, formar professores, se transformou num colégio mais abrangente. Mesmo com essa maior generalização, o IEEM não perdeu o eixo de formador de professores para atuação nas séries iniciais. Os personagens partícipes de todo o processo de construção dessa realidade formadora, procuraram manter-se firmes nos conceitos que a fundaram, baseados na necessidade de formar docentes para atenderem a demanda daquele momento histórico. Na reorganização, além do ginásio, o Colégio Comercial passou a compor o IEEM. Em função dessa realidade, cursos profissionalizantes nessa área como “Técnico em



Administração e Contabilidade” foram ofertados até a determinação da cessação gradativa⁸.

As discussões para a elaboração do novo currículo⁹ do curso de formação de professores no Estado do Paraná, nos anos 80, traziam como princípio pedagógico a integração da formação geral e específica. Ou seja, uma perspectiva que rompesse com a visão positivista da escola e com o excesso de tecnicismo que permeava a formação até então.

Essas novas diretrizes refletiam as mudanças que aconteciam na educação pública e os rumos que eram assumidos pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), no Paraná, pois, as políticas discutidas pela SEED estavam alinhadas com uma postura progressista. A respeito disso, Rodrigues (2005, p. 14) afirma que: “a equipe pedagógica constituída pela SEED, após o regime militar, orientou-se, num primeiro momento, pelas denominadas pedagogias progressistas”.

Nesse sentido, a reformulação do curso normal também apontou para alguns avanços, pois os encaminhamentos contemplaram amplas discussões com a participação dos professores. Esses avanços resultaram em contribuições fundamentais para a elaboração de uma proposta pedagógica, numa perspectiva da superação dos diversos “ismos” (tecnicismo, psicologismo e positivismo).

Com as mudanças de estrutura e funcionamento, o curso continuou com a denominação **magistério**, mas com uma matriz curricular de quatro anos. O estágio supervisionado ofertado no contra turno em regime presencial e em todas as séries, representou um avanço pedagógico para a formação dos alunos.

Esses avanços estão registrados em pesquisas realizadas por professores da Universidade Federal do Paraná, onde apontam as mudanças qualitativas na formação dos educadores para as séries iniciais do ensino fundamental. As principais mudanças, a partir da implantação do novo currículo, foram: a) o aprofundamento dos estudos na área dos fundamentos da educação; b) o contato desde a primeira série com a realidade educativa; c) o esforço para a mudança das concepções de ensino e metodologias (NUNES apud PARANÁ, p. 21, 2003).

⁸ Decreto nº 2.208/97

⁹ PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação – Proposta Curricular do Curso do Magistério: 1992 – aprovada pela Deliberação 02/90 do CEE – Relatora Conselheira Maria Dativa Salles Gonçalves.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiieepmaringa@seed.pr.gov.br

Essas foram as conquistas que, muitas vezes, são omitidas pelos documentos oficiais. A memória dessa história se apresenta no trabalho dos professores e coordenadores do curso de magistério que participaram do processo de implantação dos cursos de capacitação buscando apropriação dos fundamentos teóricos que a proposta exigia.

Por meio da proposta Magistério Nova Dimensão, foi implantada, nas escolas estaduais do Paraná, entre os anos de 1989 e 1991, uma reformulação curricular em todos os níveis. Essa reformulação significou um avanço pedagógico, pois partiu da luta de pessoas que estavam presentes no cotidiano da escola que procuravam melhorias nos cursos de formação de professores.

Década (1995 – 2005)

Entretanto, a partir de 1995, o governo federal iniciou um processo de reformas educacionais definidas pelo Ministério da Educação, com orientações adversas às políticas assumidas nos anos de 1980. Com isso, o IEEM também foi chamado a realizar as referidas reformas mesmo estando professores e alunos, em oposição às políticas federais implantadas. O Estado, portanto, procurou programar sua política educacional a partir dessa perspectiva.

Com a política do governo federal, o processo de retomada dos direitos sociais, garantidos pelos setores populares, foi desviado pelo que pode ser chamado de “tempos modernos da cidadania do consumidor” (PARANÁ, 2003, p.13). As reformas traziam uma concepção de educação marcada pela fragmentação, especialmente as que se referiam à educação profissional. Nesse contexto, a educação como bem material, simbólico entrou no rol das mercadorias, deixando de ser pensada como um direito do cidadão, mas ofertada como bem de consumo.

Nesse período, a história da educação foi marcada por políticas de teor empresarial voltadas para o mercado privado. O enfoque neoliberal das atuais reformas deixava clara a intenção de tratar a educação como um simples bem de consumo. A leitura do plano para reforma do Estado, elaborado no ano de 1995, pelo MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado) deixava transparecer, os ideais que o Estado atribui por meio da sua gerência, à educação. O documento expressava que:



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. No plano econômico o Estado é essencialmente um instrumento de transferências de renda, que se torna necessário dada a existência de bens públicos e de economias externas, que limitam a capacidade de alocação de recursos do mercado. Para realizar essa função redistribuidora ou realocadora, o Estado coleta impostos e os destina aos objetivos clássicos de garantia da ordem interna e da segurança externa, aos objetivos sociais de maior justiça ou igualdade e aos objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento. Para realizar esses dois últimos objetivos, que se tornaram centrais neste século, o Estado tendeu a assumir funções diretas de execução. As distorções e ineficiências, que daí resultaram, deixaram claro, entretanto, que reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí, a generalização dos processos de privatização de empresas estatais. Neste plano, entretanto, salientaremos outro processo tão importante quanto, e que, entretanto, não está tão claro: **a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiadas pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos esse processo de "publicização"** (BRASIL, MARE, 1995, *grifo nosso*).

Nessa concepção, o Estado procurou se balizar pelas leis do mercado e o ensino deixava de ser educação, o cidadão deixava de ser um sujeito e o aluno deixava de ser estudante, todos passaram a serem clientes, e, a escola uma empresa.

Essas medidas, anunciadas pelo governo federal, também foram expressas na implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fato que resultou num reflexo imediato e desastroso nas escolas em todos os níveis, em especial, as que mantinham ofertas da educação profissional, como era o caso do Instituto de



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

Educação.¹⁰ Os rumos da educação no Estado do Paraná, a partir de então, seguiram as tendências de adequação da educação aos interesses do mercado de trabalho. Nesse sentido, em outubro de 1996 a Secretaria de Estado da Educação, por meio do PROEM – Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – propôs a reestruturação do ensino profissionalizante, criando uma rede de cursos para os alunos egressos do ensino médio. Para a administração dessa rede, foi criada uma agência¹¹ significando a materialização do processo de privatização do ensino profissional.

Nesse processo, o Instituto de Educação foi uma das escolas atingidas pela avalanche de reformas, que desmontaria seus cursos de formação de professores. Mas, a comunidade escolar e a sociedade organizada se mobilizaram num trabalho coletivo. Esse foi um momento de intensa agitação no IEEM. Aconteceram reuniões, plenárias, faixas de protesto, tudo no sentido de conscientização e esclarecimentos sobre a importância da manutenção dos referidos cursos. As vozes que se manifestavam do IEEM tinham a preocupação social em primeiro plano, pois compreendiam que os cursos eram de grande importância na formação dos jovens, especialmente, das camadas populares que dependiam do ensino público.

Por meio de manifestações de resistência e mobilizações, com o apoio da APP - Sindicato e do Fórum em Defesa da Escola Pública, o Instituto de Educação de Maringá e mais quatorze¹² escolas paranaenses conseguiram a manutenção dos cursos de formação de professores. Porém, a batalha não teria terminado. O governo do Estado do Paraná, firme nas suas intenções de acabar com os referidos cursos começou uma onda de chantagens e seduições.

O instrumento de sedução utilizado pela Secretaria de Estado da Educação foi a assinatura de adesão ao PROEM – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio. Esse programa prometia, por meio de um discurso comparado ao *canto das sereias*, reformas e modernização das escolas, financiados pelo Banco Mundial.

¹⁰ Aproximadamente 40% das vagas para a educação profissional. Os cursos ofertados no IEEM nesse período na área profissionalizante eram: Magistério Regular nos períodos diurno e noturno; curso de Estudos Adicionais em Pré Escolar; Técnico em Administração e Técnico em Contabilidade.

¹¹ Agência para o desenvolvimento de Ensino Técnico do Paraná – PARANATEC.

¹² Conferir relação (PARANÁ, 2003 p.23).



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeepmaringa@seed.pr.gov.br

Em função das pressões do Estado, muitas das escolas iniciaram a cessação gradativa dos cursos, no ano de 1999, na maioria das escolas havia somente as turmas concluintes. E as escolas resistentes, ou seja, aquelas que permaneceram ofertando a educação profissional, a cada início de ano letivo, eram pressionadas a não efetivarem novas matrículas.

Diante da resistência e da resiliência da Secretaria de Estado da Educação, o Estado do Paraná, convocou uma reunião com os representantes das quatorze escolas remanescentes em dezembro de 1999, na cidade de Curitiba. Com a presença da Secretária de Educação, Sra. Alcyone Saliba, foi imposta uma pauta que gerou discussões acaloradas e conflitos, demonstrando o autoritarismo existente naquele momento histórico. No final da reunião, o IEEM conquistou mais uma batalha, professores e técnicos garantiram a ampliação do calendário de cessação dos cursos¹³.

O autoritarismo do governo se fez presente pela pressão política e abandono. Pressão para que os cursos fossem cessados e abandono pedagógico por não haver equipe específica para assessoramento às escolas que ainda continuavam ofertando a modalidade de ensino. Mas, como a história nos mostra, os homens criam alternativas de sobrevivência a partir de suas necessidades.

Diante das dificuldades encontradas para a manutenção do curso de formação de professores, o Instituto de Educação Estadual de Maringá, num trabalho coletivo de toda a comunidade escolar, coordenado pelas equipes administrativo-pedagógica, criou um espaço coletivo para estudo, reflexões e debates. O objetivo desse grupo era o aprofundamento teórico para a compreensão das dimensões históricas e políticas da educação. Assim, em 1997, esse espaço recebeu o nome de SEMEA¹⁴, além de uma sigla, uma palavra significativa, lembra semente, semeadura ou o ato de semear. A construção de um “símbolo” e a escolha das palavras para a sua composição expressa o significado histórico do momento em que o projeto SEMEA foi gestado.

¹³ Resolução nº 4.808 de 22/12/99.

¹⁴ **Semana do Magistério e Estudos Adicionais. Semana do Magistério Educação e Arte** (após a cessação da modalidade Estudos Adicionais). Resistência. Compromisso. Solidariedade. Dimensão Política. Inserção Crítica e Consciência Histórica SEMEA/IEEM).



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

Para a realização desse trabalho, em um processo que integra professores da Universidade Estadual de Maringá, acadêmicos de vários cursos, em especial do curso de pedagogia e os alunos do IEEM, são discutidos temas que são desenvolvidos durante o evento. O planejamento também foi elaborado coletivamente pela equipe pedagógica, somada aos professores do IEEM. No ano de 2004 foi realizado a VIII SEMEA, continuando como público alvo, o aluno do curso de formação de docentes.

O resultado da resistência floresceu, pois nos anos noventa a perspectiva era o fechamento da educação profissional, mas com a luta de muitos, entre eles a comunidade do IEEM, em 2003 houve a reabertura. O processo educativo vinculado às condições estruturais da sociedade, ou seja, com a mudança dos rumos políticos, a educação de forma contraditória e conflituosa, também se transforma e se forma não apenas pelas políticas oficiais, mas carrega muitas outras histórias. Com a derrota das políticas do antigo governo, um novo cenário se apresentou para as políticas educacionais.

Abriu-se um momento histórico que apontou para uma retomada democrática das questões relativas à educação. Finalmente, as escolas resistentes conquistaram um lugar na “mesa de negociação”. A Secretaria de Estado da Educação chamou para si a responsabilidade da educação profissional, criando um departamento específico para essa modalidade de ensino. Com essas mudanças, o Departamento de Educação Profissional, após a definição das políticas de gestão, retomou as discussões para a oferta da modalidade de ensino – Formação de Professores, em nível médio, para atuação na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Essas conquistas foram ampliadas quando o Departamento de Educação Profissional organizou o “Encontro sobre Formação de Professores da Rede Estadual”, com a participação ampla de várias entidades, reunindo representantes de escolas que mantiveram os cursos em funcionamento; Universidades; APP - Sindicato; Fórum em Defesa da Escola Pública; Conselho Estadual de Educação; Núcleos Regionais de Educação e departamentos da Secretaria de Estado da Educação. Nesse encontro foi constituída uma comissão formada por representantes das escolas que mantiveram os cursos, dos Núcleos Regionais de



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Educação e da Secretaria de Estado da Educação, com a incumbência da elaboração de uma proposta de reformulação curricular para o referido curso.¹⁵

Essa comissão passou por quatro meses de estudos e reuniões e elaborou o documento: Proposta Curricular do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – em Nível Médio, na Modalidade Normal, para nortear o trabalho pedagógico das escolas públicas. Os princípios pedagógicos que nortearam esse documento foram: O trabalho como princípio educativo; a práxis como princípio curricular e o direito da criança ao atendimento escolar.

Então, ao longo das transformações históricas, a escola questionou sua função e buscou a resposta por meio dos princípios filosóficos e históricos que norteiam todo o processo educativo para uma formação voltada aos cidadãos. Esses princípios, que sempre fizeram parte da memória do IEEM, deram origem a uma proposta concreta de escola já manifestada nos primeiros processos de elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Nesse projeto, ficou expresso à busca por uma nova hegemonia, que simbolizava uma educação voltada à formação do sujeito crítico e participativo em detrimento à velha ordem que procurava apenas reproduzir os valores instituídos. A escola assumiu um compromisso de ser o espaço de socialização dos conhecimentos; conhecer a ciência, conhecer a cultura, a experiência, o agir, o sentir, o olhar, enfim, conhecer e pensar o mundo do conhecimento.

Atualmente, o Instituto de Educação Estadual de Maringá trabalha com uma diversidade de cursos e modalidades de ensino. Narrar uma perspectiva da trajetória pela qual passou essa instituição é fundamental para a compreensão de sua memória. Com essa história, e incontáveis não ditos, o IEEM é referência pedagógica não só para a cidade de Maringá, mas para toda região do Norte do Paraná.

Década (2006 – 2016)

O Instituto de Educação Estadual de Maringá tem em sua história, iniciada na década de 50, a participação de muitas pessoas que contribuíram e contribuem para

¹⁵

Realizado em Curitiba nos dias 19 e 20 de agosto de 2003.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

que hoje seja uma Instituição de ensino reconhecida como referência na formação intelectual e social de seus alunos.

Escrita por muitas mãos, essa história é marcada por desafios e conquistas, de começos e recomeços, em um revezamento natural de pessoas, compondo ciclos que se iniciam e se findam, resultando na continuidade da construção permanente dos acontecimentos.

O homem, as ações e o tempo compõem os principais elementos para que a história seja contada e recontada por gerações. Assim, parte da trajetória da grandiosa história do Instituto de Educação, compreendidos entre 2006 a 2016, não pode ser esquecida, tamanho o envolvimento, o trabalho e o desprendimento de muitas pessoas que se desdobraram para que toda a comunidade escolar pudesse merecidamente, ter uma escola com estrutura física adequada e que contemplasse espaços pedagógicos funcionais e providos de recursos específicos para a aquisição do conhecimento.

Essa trajetória teve início no final de 2005, momento que a escola passou pelo processo de escolha direta para diretor e diretores auxiliares, por um período de dois anos, conforme previa a resolução na época. Duas chapas disputaram o pleito, sendo eleita a Chapa 1 com o slogan “Gestão Democrática: Ampliando Espaços de Coletividade”, composta pela Professora Neide Gomes Clemente, como diretora-geral e as professoras Ana Cecilia Costa Gonzalez e Solange Oliveira Lucas e o professor João Edson Ferro para diretores auxiliares.

Ainda em 2005, como o Instituto de Educação ofertava o curso de Formação de Docentes, em nível médio, foi selecionado para a implantação do Profuncionário – Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação com apenas uma turma de Gestão Escolar. É preciso destacar a importância do referido curso. Em função do curso Gestão Escolar, nos anos subsequentes, houve a ampliação da oferta: Técnico em Secretaria Escolar; Técnico Multimeios; Técnico em Alimentação Escolar e Técnico Infra Estrutura Escolar.

Em 2006 assume a nova gestão e o funcionário Roberto Lopes foi designado como secretário, esse foi um período de muitos desafios, enfrentamentos da realidade de uma escola pública de grande porte, entretanto não faltaram disposição, boa vontade e seriedade na condução de uma tarefa coletiva, em que a



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

participação de cada segmento da escola somava nas decisões, contribuindo assim, com a imensa responsabilidade assumida.

No início do ano de 2007, o Instituto de Educação recebeu a instalação do "Paraná Digital", - a tecnologia chegando nas escolas públicas. Para tanto, houve a necessidade de adequações dos espaços e a escola passou por uma primeira reforma, concentrada apenas no bloco I, compreendendo secretaria, as salas para a instalação dos laboratórios de informática, havendo ainda com essa reforma a revitalização da fachada. Com essa reforma houve a necessidade de muitas adequações: aprender a conviver com o barulho, os entulhos, com a movimentação de trabalhadores da obra, e o atendimento da secretaria passou a ser realizado nos corredores do bloco I. Nesse momento a demanda escolar contemplou a escola com funcionários agentes II, que assumiram o concurso público, muitas ações planejadas estavam se concretizando.

Concomitante às ações da estrutura física, houve a realização dos seguintes projetos pedagógicos: Semana Científica, Cultural e Esportiva, Simulado do Vestibular para os alunos do 3º ano do Ensino Médio e último ano da Educação Profissional, Desafio para os alunos de 5ª a 8ª série, S E M E A – Semana do Magistério, Educação e Arte e Semana do Administrador. Reorganização e informatização da Biblioteca.

Além disso, a direção realizou uma solicitação formal, junto à mantenedora, de uma grande reforma na escola, contemplando a construção de passarelas cobertas para a locomoção entre os blocos de atividades, especialmente nos dias chuvosos, adequação dos espaços coletivos para atender a acessibilidade a todos; disponibilização de uma sala da escola para que o Grêmio Estudantil pudesse arquivar documentos e promover reuniões; laboratórios equipados para aulas práticas e outras necessidades e, como medida de segurança, houve a implantação do cartão magnético do aluno: um cartão de identificação estudantil e de retirada de livros da Biblioteca.

No final do ano de 2007, foi ampliado, por determinação legal, o período de dois para três anos de gestão dos diretores das escolas públicas do Paraná. Portanto, em 2008, os trabalhos iniciados seguem ininterruptos, porém com algumas alterações e/ou adaptações para melhores resultados.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

No final do ano de 2008, foi realizado novo processo de escolha para diretores. Nesse momento histórico, a equipe diretiva de atuação, apresenta-se como Chapa Única, alterando apenas a candidata à diretora auxiliar do período vespertino, sendo substituída a professora Solange Oliveira Lucas, pela professora Angela Maria Viotto dos Santos. E a equipe é reconduzida para mais três anos de administração.

O ano de 2009 foi de muito trabalho e expectativa. Em fevereiro, foi lavrada a Ata de Partida para o início da tão esperada reforma e ampliação do Instituto de Educação. Para tanto, houve a realização de muitas reuniões para tomada de decisões, a respeito dos seguintes assuntos: como realocar espaços para que acontecessem as primeiras demolições? Como assegurar um atendimento de qualidade aos alunos, considerando que todos os espaços - (Sala de aula, laboratórios, biblioteca, centros de atendimento pedagógico, quadras esportivas, salão nobre, pátio, secretaria, cozinha) – passariam por reforma ou ampliação.

Dessa forma, foi preciso conviver com todo o processo de construção e de reconstrução; garantir o acondicionamento seguro de documentação, objetos, material didático e biblioteca; enfim, todo o acervo de uma escola com, então, 50 anos de história.

Nesse ano, de 2009 todas as atividades pedagógicas e administrativas ficaram restritas aos blocos I e II, sendo os espaços físicos desocupados e demolidos, incluindo o corte de uma árvore Flamboyant que, por muitos anos, fazia parte do cenário da escola; o salão nobre e ginásio de esportes foram transformados em grandes depósitos. Assim, a paisagem foi se modificando.

Apesar de tudo isso, alunos, professores e funcionários colaboraram de maneira incondicional para que, ao final, todos pudessem ser beneficiados com uma escola inclusiva, que acolhesse a comunidade e que garantisse condições específicas de atendimento, tanto pedagógico quanto estrutural.

No início do ano letivo de 2010, parte da obra foi concluída, e o trabalho coletivo fez a diferença para a reorganização dos espaços, assegurando o acesso ao conhecimento, por meio dos projetos pedagógicos, contudo, muitas dificuldades ainda permeavam o ambiente escolar.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Em 2011, a obra foi entregue como concluída, porém, problemas estruturais na biblioteca impediram seu funcionamento regular, sendo provisoriamente transferida para o salão nobre (bloco I). Nesse mesmo ano, foram feitas as instalações dos cabos de internet, onerando significativamente o planejamento financeiro da escola, não obstante a necessidade de expansão da rede era primordial.

Ainda em 2011, o CAP – Centro de Apoio Pedagógico para pessoas com deficiência visual passou a compor a gama de ofertas do IEEM, por meio de um acordo com o NRE – Núcleo Regional de Educação de Maringá. A professora Maria Angela Bassan Sierra, coordenadora do referido centro, juntamente, com uma equipe, atende os seguintes municípios: da região Loanda, Paranavaí, Umuarama, Cianorte, Campo Mourão, Pitanga.

Com a preocupação em zelar pela segurança e organização do ambiente escolar, deu-se início ao processo de monitoramento eletrônico, com a instalação de câmeras.

Finalizando o ano 2011, novo processo de escolha de diretores é realizado, sendo a mesma equipe administrativa, reconduzida com o objetivo da conclusão da reorganização da escola.

Em 2012, com a escola organizada na estrutura física, aprimoram-se os Projetos Pedagógicos e, com o apoio dos alunos e tutores do curso Profuncionário – técnicos em multimeios, a Rádio Escola é reativada, sob a coordenação da professora Maria Francisca Palhano.

Neste mesmo ano, é importante destacar o Projeto “Fortalecimento das Escolas Públicas”, envolvendo escolas de Maringá, que objetivou o cumprimento de normas estabelecidas como: assiduidade, pontualidade, uso do uniforme e cumprimento dos deveres por parte do educando. Surgindo desta maneira, novos desafios e enfrentamentos com pais, alunos e autoridades para que se cumprissem os propósitos estabelecidos no sentido de disciplinar a escola. Assume, como secretária escolar, a funcionária Ana Cláudia Celestine.

Por ser uma instituição de mais de 50 anos, o acervo de documentação acumulada ao longo dos anos, gerou a necessidade de reorganização do arquivo inativo, e no ano de 2013, foi instalado um arquivo deslizante em sala própria e,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

iniciou-se o processo de reorganização e informatização destes documentos. Esse projeto contou com a participação do funcionário agente II, Diego Freire Calegari, no processo de estudos para a viabilização da aquisição e instalação do referido arquivo. A cada ano novos documentos são acondicionados com segurança nesse espaço. Nesse mesmo ano, dando continuidade as metas estabelecidas, iniciou-se o trabalho de organização do Centro de Memória do Instituto de Educação, coordenado pela funcionária agente II, Zélia Uniati, importante ressaltar que a escola conseguiu manter um espaço próprio, espaço esse, que seria demolido durante a reforma.

No ano de 2014 a professora e gestora Ana Cecilia Costa Gonzalez encerra sua contribuição pedagógica e administrativa por meio da aposentadoria, deixando uma valiosa contribuição para educação pública. Porém, o trabalho continua e, como ao longo dos anos, a direção se exercita numa perspectiva de gestão democrática, assume esse desafio a professora Leonice Terezinha Berti Mendes. Nesse mesmo ano letivo, assume a secretaria o funcionário José Carlos dos Santos, em substituição funcionária Ana Cláudia Celestine, em função de sua transferência para outra secretaria de estado.

No início de 2015, para o exercício da gestão (2016/19), houve consulta à comunidade escolar, tendo participado do processo duas chapas, sendo homologada a continuação da equipe as professoras Neide Gomes Clemente, Leonice Terezinha Berti Mendes, Ângela Maria Viotto dos Santos e o professor João Edson Ferro.

As orientações para o plano de ação contemplaram as seguintes dimensões: Gestão Democrática, Avaliação, Prática Pedagógica, Acesso, Permanência e Sucesso, Ambiente Educativo, Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola e Ambiente Físico Escolar.

A gestão escolar sempre apresenta novos desafios e no início de 2016, houve a implantação do registro de classe online. Essa ação demandou horas de estudo, de capacitação técnica por parte de todos, e ainda a ampliação de redes de internet, para que o professor pudesse realizar o trabalho em sala de aula. Ações como essa, são necessárias para que os resultados pedagógicos se efetivem, e que, a escola



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeepmaringa@seed.pr.gov.br

cumpra seu papel histórico e social, ou seja, contribuir para a apropriação do conhecimento pelos alunos.

O trabalho continua com o objetivo da oferta de uma educação de qualidade aos alunos, contribuindo em sua formação integral, para que sejam pessoas conhecedoras dos conteúdos formais, assim como de seus deveres e direitos de cidadãos e cidadãs e que estejam integradas no contexto em que vivem e saibam tomar decisões assertivas em prol de si e da sociedade.

Todos os períodos, projetos, acontecimentos, avanços, retrocessos, expectativas e realizações, só foram possíveis, porque o Instituto de Educação, como uma instituição que democraticamente exercita e reconhece que nada seria possível sem a participação de cada um e de todos, alunos e profissionais que por aqui passaram, deixaram suas marcas e também são protagonistas dessa história grandiosa. Muitos dedicaram anos de seu trabalho e aqui se aposentaram. Outros, infelizmente nos deixaram, partindo para outra dimensão e tantos outros que chegam e se vão, que ainda hoje fazem parte desse universo!

O tempo segue e a história se constrói a cada momento, com os que no presente, continuam o valoroso trabalho de ensinar e que acreditam que a educação pode, incorporar valores e atitudes, que os farão sujeitos pensantes, críticos e mais felizes, capazes de reconhecer que a essência do ser humano é se sentir pertencente a uma sociedade.

E a história continua

1.5. Caracterização do atendimento na Instituição e quantidade de estudantes

Matutino 07h30min às 11h55min	Vespertino 13h15min às 17h40min	Noturno 19h00min às 23h00min
Sala Rec. Mult. – Surdez (anos finais: EF e Médio) – 03 alunos. Sala Rec. Mult. DV (anos finais: EF e Médio) – 07 alunos. - Sala Rec.Mult Alt Hab SUPER – 09 Alunos.	Sala Rec. Mult. – Surdez (anos finais: EF e Médio) – 02 alunos Sala Rec. Mult. DV (anos finais: EF e Médio) – 09 alunos - Sala Rec.Mult Alt Hab SUPER – 13 Alunos.	- Ensino Médio – 39 alunos Educação Profissional: - Técnico em Administração (Subsequente) – 101 alunos. - Logística (Subsequente) – 39 alunos.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Sala Rec Mult. – DI (anos finais: EF e Médio) – 37 alunos. - Ensino Médio – 664 alunos Educação Profissional: - Técnico em Administração (integrado) – 125 alunos. - Formação de docentes (integrado) – 22 alunos - Sala de Apoio à Aprendizagem (6º ano do EF) – 40 alunos CELEM – Línguas ofertadas: Espanhol, Francês e Italiano – 42 alunos. Aulas Esp. Trein. Desportivo – 21 alunos.	- Sala Rec Mult. – DI (anos finais: EF e Médio) – 21 alunos. - Ensino Fundamental – (6ª ao 9ª nono ano do EF) – 486 alunos. - Ensino Médio – 109 alunos - CELEM - Línguas ofertadas: Espanhol, Francês e Italiano – 158 alunos. Aulas Esp. Trein. Desportivo – 31 alunos.	- CELEM – Línguas ofertadas: Espanhol, Francês e Italiano – 160 alunos.

1.6. Estrutura física, materiais e espaços pedagógicos

BLOCO	SALAS ADMINISTRAÇÃO	SALAS DE AULA	SALAS AMBIENTES E LABORATÓRIOS	SANITÁRIOS	OUTROS
01	(01) Direção (01) Secretaria (01) APE (Administração do Patrimônio Público) (01) Coordenação de Estágio (01) Depósito de materiais de limpeza (02) Depósitos de materiais diversos (Almoxarifado) (01) Arquivo Inativo	6	(1) Paraná Digital (01) Paraná Digital II (01) Pró-Info (01) Laboratório de Informática – Brasil Profissionalizado (04) Salas de Estágio (2) Sala de TI (Tecnologia da Informação) (1) Sala Multimídia (01) Laboratório de Matemática	6	(01) Salão Nobre (01) Auditório (01) Mesanino (01) Copa (01) Plataforma elevatória
02	(02) Cozinhas (02) Depósitos (01) Refeitório (01) Pátio Coberto	-	-	(02) Sanitários	-
03	(02) Almoxarifados (02) Centros Pedagógicos	18	(02) Centros de Apoio Pedagógico (01) Centro de Atendimento Especializado – Deficientes Visuais (01) Sala Multifuncional (01) Sala da Banda	(04) Sanitários (04) Sanitários para portadores de necessidades especiais	(02) Plataforma elevatória



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

04	(01) Coordenação Pedagógica (02) Almojarifados (01) Direção Auxiliar	18	(01) Sala de Hora Atividade (01) Sala de Reuniões (01) Sala dos Profissionais da Educação (01) Copa (01) CELEM (02) Salas de Artes Plásticas e Cênicas	(09) Sanitários (02) Sanitários para portadores de necessidades especiais	(02) Plataforma elevatória (01) Rádio Escola
05	(01) Ginásio de Esportes	-	-	-	-
06	(03) Almojarifados (01) Biblioteca (01) Departamento de Ed.Física	-	(03) Laboratórios Física, Química Biologia (01) Sala de Expressão Corporal (01) Multimeios	(02) Sanitários (01) Sanitário para portadores de necessidades especiais	(02) Plataforma elevatória
07	(01) Quadra Esportiva Coberta	-	-	-	-
08	(01) Depósito (01) Centro Histórico (01) Depósito.	-	-	(02) Sanitários	-
09	(01) Casa do permissionário	-	-	-	-

1.7. Recursos humanos

O corpo docente é composto por professores concursados, graduados em nível superior, tendo em sua maioria, cursos de especialização na área de atuação. A escola dispõe de professores mestres em educação e outras áreas, bem como doutorandos em processo de formação. Além da maioria dos professores serem estatutários, a Instituição recebe professores contratados pelo Processo de Seleção Simplificado (PSS).

Para a composição da equipe administrativa, a escola conta com um diretor geral e três diretores auxiliares, ou seja, um para cada período de funcionamento e ainda com um quadro de professores pedagogos. Por ofertar Educação Profissional, existem as coordenações de curso: Formação de Docentes, Técnico em Administração e Logística.

No quadro de funcionários, a maioria é admitida por concurso público, mas conta também, com contratações pelo Processo de Seleção Simplificado (PSS) e



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

uma funcionária pelo regime CLT. Portanto, para os próximos anos letivos, os professores e funcionários do estabelecimento deverão ser, em sua grande maioria, profissionais admitidos por meio de concurso público, conforme rege a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) e a Lei do Funcionalismo Público.

O corpo discente do Instituto de Educação Estadual de Maringá é composto por alunos advindos de praticamente todos os bairros do município, inclusive de alguns distritos e municípios vizinhos, bem como, alunos moradores da zona rural. Portanto, é considerada uma população bastante heterogênea, filhos da classe trabalhadora que procuram a Instituição por considerarem uma referência em qualidade de ensino, como também, a localização privilegiada, o que facilita o acesso ao aluno trabalhador.

Quadro 01 – Professores

FORMAÇÃO							VÍNCULO		C/H
TOTAL	Ens. Superior	Especialização	Mestrado	Doutorado	PDE	QPM	PSS	40	20
145	145	145	15	01	10	102	43	02	144

Quadro 02 – Funcionários

FORMAÇÃO							VÍNCULO					C/H	
TOTAL	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Ens. Superior	Pro Funcionário	Especialização	Mestrado	QFEB	QPPE	PEAD	CLT	PSS	40	20
34	07	15	04	19	10	02	19	01	01	01	12	33	01



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Quadro 03 – Alunos

	Sala de Rec. Multifuncional	Ens. Fundamental (6º a 9º ano)	Ensino Médio	CELE M	Educação Profissional: - Formação de Docentes (Integrado); Administração (Integrado e Subsequente) - Logística (Subsequente)	TOTAL DE ALUNOS
Nº ALUNOS	101	486	773	370	287	2017

Quadro 04 – Equipe Diretiva Pedagógica

Nº de Turmas	Nº de Pedagogos	Nº de Salas da Aula	Nº de Diretores Auxiliares
95	13	52	03

1.8. Instâncias Colegiadas

Conselho Escolar

O Conselho escolar é um órgão colegiado representativo da comunidade escolar, de natureza deliberativa, consultiva e fiscalizadora sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar, conforme as políticas e diretrizes educacionais da SEED. Para tanto é preciso considerar a Constituição Federativa do Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Projeto Político Pedagógico da escola e o Regimento Escolar.

O Conselho Escolar é concebido como um instrumento de gestão colegiada que abrange a comunidade escolar numa perspectiva de democratização da escola pública, constituindo-se como órgão máximo de direção do Estabelecimento de Ensino.

Sua função deliberativa refere-se à tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações às questões pedagógicas e financeiras, quanto ao



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

direcionamento das políticas públicas desenvolvidas no âmbito escolar. A função consultiva refere-se à emissão de pareceres para diminuir dúvidas e tomar decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, de acordo com suas atribuições.

A função avaliativa é o acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para a melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola e a qualidade social da instituição escolar.

E por fim, a função fiscalizadora refere ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações.

Os membros do Conselho Escolar não são remunerados e não recebem benefícios pela participação no colegiado, por se tratar de órgão sem fins lucrativos. Poderão participar do Conselho Escolar, todos os segmentos da comunidade escolar, representantes dos movimentos sociais organizados e comprometidos com a escola pública.

Associação de Pais, Mestres e Funcionários

A Associação de Pais e Educadores (APMF) é um órgão de representação dos pais, professores e funcionários do estabelecimento de ensino. A APMF é pessoa jurídica de direito privado, instituição auxiliar do estabelecimento de ensino e não possui caráter político-partidário, religioso, racial e atua sem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros. A APMF rege-se por Estatuto próprio. Esse órgão é de extrema importância para as ações da escola, tendo como objetivos:

- Discutir e decidir sobre as ações para a assistência ao educando, o aprimoramento do ensino e para a integração da família, da comunidade e da escola.
- Prestar assistência ao educando assegurando-lhe melhores condições de eficiência escolar.
- Integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando a realidade dessa mesma comunidade.
- Proporcionar condições ao educando, criticar, participar de todo o processo escolar, estimulando sua organização livre em grêmios estudantis.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Representar os reais interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à escola contribuindo, dessa forma para a melhoria do ensino e da melhor adequação dos planos curriculares.
- Promover o entrosamento entre pais, alunos, professores, funcionários e membros da comunidade por meio de atividades educativas, culturais e desportivas.
- Contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, sempre dentro de critérios de prioridade, sendo as condições dos educandos fator de máxima prioridade.

Várias atividades podem ser desenvolvidas pela APMF, objetivando a colaboração com a instância escolar, promovendo, dessa forma, uma escola de qualidade onde todos aqueles que dela fazem parte, direta ou indiretamente, sintam-se responsáveis pelos resultados obtidos. Porém, as iniciativas deverão estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico elaborado coletivamente.

Conselho de Classe

O Conselho de Classe é um órgão de natureza consultiva em assuntos didático-pedagógicos, com atuação restrita a cada turma do estabelecimento de ensino. Constitui-se num momento/espço previamente planejado para a avaliação coletiva do trabalho pedagógico. O Conselho de Classe busca a tomada de decisões relativas aos encaminhamentos necessários tendo em vista os resultados obtidos e a superação dos problemas diagnosticados; definição de atribuições/ações a serem implementadas para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e prazos/espços para implementação das propostas acordadas.

O Conselho de Classe das turmas do Instituto de Educação Estadual de Maringá – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, constitui-se pela direção, equipe pedagógica, secretária, professores, alunos. À direção cabe a função de acompanhar as discussões e sugerir encaminhamentos. À equipe pedagógica cabe a escolha do tema/assunto para a reflexão; a explanação de dados sobre a turma; a organização da pauta do conselho; a retomada e avaliação dos conselhos anteriores. A secretaria tem a incumbência de disponibilizar os dados e as informações sobre a vida escolar dos alunos, como, notas, transferências, desistências e outros.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Os professores devem retomar e avaliar os encaminhamentos do Conselho de Classe anterior; explicar sobre os resultados obtidos e as alternativas de atividades/procedimentos que obtiveram êxito; sugerir encaminhamentos para os alunos e a turma; anotar decisões referentes à sua prática; comprometer-se a redefinir, quando necessário, a metodologia, os instrumentos de avaliação e outros procedimentos. Os alunos participam do Conselho de Classe de duas formas, sendo que a primeira é para todas as turmas e consiste no preenchimento de uma ficha de avaliação constando questões sobre a turma, a direção, equipe pedagógica, professores, e ainda, com campo para sugestões; a segunda forma, é por meio do Conselho participativo quando toda a turma participa do Conselho de Classe. Os Conselhos participativos são sugeridos pelos professores para algumas turmas em especial.

Grêmio Estudantil

O Grêmio Estudantil viabiliza a luta coletiva dos jovens educandos, estimula o relacionamento e a convivência entre os jovens. Por serem institucionalizados, podem representar melhor a busca coletiva dos anseios, desejos e aspirações dos estudantes.

São os jovens que devem reconhecer a sua importância e definirem os seus perfis, pois os Grêmios organizados exercem influência na formação do aluno, que deve ter um bom relacionamento social, cultural e, também, político.

O Grêmio é formado apenas por alunos, de forma independente, desenvolvendo atividades culturais e esportivas, produzindo jornal, organizando debates sobre assuntos de seus interesses e que fazem parte do Currículo Escolar. É muito importante a existência do Grêmio Estudantil na escola, pois este representa um órgão que auxilia a Direção escolar.

Conselho de Representante de turma

O Representante de Turma é o aluno que, eleito democraticamente por sua turma, contribui na organização, na participação em sala de aula representando o pensamento da maioria dos alunos de sua sala junto à Direção, à Equipe Pedagógica, ao Professor Monitor e ao Conselho Escolar deste estabelecimento de



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

ensino.

São atribuições do Representante de Turma:

- Manter o bom relacionamento com todos os colegas de sua turma.
- Acolher, elaborar e comunicar sugestões votadas pela maioria dos alunos da sala, para encaminhamento pelo representante dos alunos no Conselho Escolar, o Professor Monitor, Direção e Equipe Pedagógica, de acordo com o teor da questão votada.
- Participar das reuniões de Representantes de Turma e Conselho de Classe, sempre que convocado pela Direção, pela Equipe Pedagógica ou pelo Representante dos alunos no Conselho Escolar.
- Oportunizar discussões com a turma acerca dos problemas de ensino-aprendizagem ou relacionamentos entre os alunos da turma.
- Cuidar do ambiente físico da escola no tocante à conservação e limpeza.
- Manter-se, continuamente informado sobre os problemas dos colegas de sua turma com relação à data de aniversários, causas de faltas, problemas de doenças e/ou outros.
- Promover o bom relacionamento e entrosamento na turma, e dessa, com as demais turmas da escola.
- Auxiliar na organização da turma em eventos culturais esportivos e de lazer.
- Participar, sempre que convocado, das reuniões de organização da classe estudantil como a UMES, UPES e UBES.
- Intermediar as relações entre alunos da turma e o Professor Monitor.

Professor Monitor de Turma

O Professor Monitor de Turma é eleito democraticamente pelos alunos da turma. Esse professor é escolhido entre todos os professores que atuam diretamente na escola e na turma.

São atribuições do Professor Monitor de Turma:

- Manter o bom relacionamento com os alunos da turma.
- Acompanhar o rendimento escolar dos educandos.
- Acolher e levar os responsáveis para a área pedagógica, as sugestões dos alunos visando a melhoria do processo ensino-aprendizagem.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Oportunizar discussão com a turma na busca de mecanismos e estratégias que visem o melhor aproveitamento de estudos.
- Manter-se informado das condições disciplinares de sua turma e colaborar, na medida do possível, com recursos preventivos com o corpo docente e direção da escola.
- Acompanhar o aproveitamento de suas turmas, procurando entrar em contato com os professores da referida turma, para que se conscientizem dos problemas existentes buscando solucioná-los.
- Assegurar, que no âmbito escolar, não ocorra discriminação de cor, raça, sexo, religião ou classe social.
- Realizar atendimento individual nos casos simples e procurar auxílio da Equipe Pedagógica da escola, nos casos mais complexos.
- Promover o entrosamento e o bom relacionamento entre sua turma e as demais turmas da escola.
- Estimular e orientar a organização democrática de sua turma, assim como as obrigações e limites de autoridade do Representante de Turma.
- Desenvolver um espírito de grupo, incentivando a cooperação entre os componentes de sua turma.
- Incentivar e promover as boas iniciativas culturais, esportivas e de lazer de sua turma.
- Colaborar com o Representante de Turma, ajudando-o na organização de atividades paralelas ou complementares.
- Levar, sempre que necessário, junto ao Professor Representante no Conselho Escolar, as sugestões ou reivindicações da turma para análise e deliberação daquele órgão.
- Comparecer em todos os Conselhos de Classe de sua turma.

1.9 Perfil da comunidade escolar

A comunidade escolar é composta de alunos advindos, praticamente todos os bairros do Município de Maringá e cidades vizinhas. Percebe-se por meio de pesquisa “Projeto PIBIC”, na área de Geografia, que são alunos de diferentes



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

estados brasileiros, de todos os níveis socioeconômicos. Uma realidade cultural bastante diversificada, o que propicia uma relação positiva para o aprendizado escolar dos alunos.

Faz-se necessário desenvolver discussões, debates, atividades que orientem para questões como violência, o uso de drogas, sexualidade, o que certamente implica em valores já estabelecidos pelo ambiente social, mas, que a escola necessita trabalhar, cumprindo desta forma, sua função social educadora.

II – DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO (Marco Situacional)

2.1. Análise das contradições e conflitos presentes na prática pedagógica

A falta do compromisso com a implementação de uma política educacional comprometida com a universalização da escola pública com qualidade social, aumenta os índices de evasão e reprovação. A massificação do ensino sem qualidade foi acompanhada de um processo de exclusão por dentro do sistema, com reprovação, evasão, gestão autoritária, avaliação quantitativa, aceleração de estudos, prédios sucateados, salas de aulas com excesso de alunos, com iluminação inadequada, ausência de recursos didáticos, arrocho salarial e falta de condições de trabalho adequadas para os trabalhadores em educação.

Vivemos numa sociedade em crise, sem perspectiva de projetos, com modelos sociais que se desmancham e novos que vêm ocupando seu lugar. Identificamos nossos jovens sendo movidos pelo imediatismo e hedonismo, que expressam valores de consumo fácil, do pouco esforço físico e intelectual. Nesse contexto, a escola não tem conseguido ser espaço de socialização do conhecimento e reflexão coletiva no sentido de desvelar o mundo, problematizá-lo do ponto de vista ético, político, econômico, e, assim, repensar sua função.

Nas décadas de 1980 e 1990, com o avanço do neoliberalismo, a educação pública aderiu à lógica da mercantilização. As questões pedagógicas tomaram outro rumo, pois, o currículo passou a ser visto como um rol de competências e habilidades, voltadas para o mercado de trabalho, por meio de parâmetros curriculares vagos e imprecisos, sem o compromisso com a transformação da



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

sociedade e com os trabalhadores. Temas essenciais da educação foram abandonados, entre eles, os debates acerca dos trabalhadores em educação como intelectuais, a organização da escola de maneira coletiva, a gestão democrática, o significado e a função do conhecimento trabalhado na escola.

Desvelar uma sociedade injusta implica em explicitar as condições de trabalho, de salário e a intrínseca relação entre o pedagógico, o político e o econômico. A realidade da escola pública brasileira, ainda é permeada por muitas contradições. Nela lutamos, indagamos, sonhamos, provocamos e anunciamos as perspectivas.

Propomo-nos a reorganizar a escola pública e a repensar o currículo. Para tanto, é preciso suscitar algumas reflexões sobre as mudanças econômicas, sociais, culturais, científicas e políticas, vivenciadas nas últimas décadas no mundo. Novos problemas exigem novas respostas.

Assim, nos deparamos com os desafios contemporâneos, com a afirmação da diversidade e a exigência da abolição das diferentes formas de opressão (gênero, raça, geração, liberdade sexual, pessoas com necessidades especiais) que têm sido base de lutas dos movimentos sociais. A preocupação em relação às questões ambientais e à exigência da participação popular e direta, por meio de Fóruns, Conselhos e da constituição de Redes Solidárias de colaboração, de produção e de consumo, inauguram uma nova economia. O sistema capitalista reage de várias maneiras, com guerras, massacres étnicos, imposições econômicas e com a mídia cooptada que prejudica a informação e a autonomia da classe trabalhadora.

Reconstruir a escola pública paranaense, depois de um governo coeso com políticas neoliberais nas décadas de 1980 e 1990, foi tarefa árdua para os profissionais da educação, alunos, pais e comunidade escolar.

Nessa ideia, coube ao governo estadual, que sucedeu a esse período, o compromisso de organizar uma política pautada numa proposta de produção das diretrizes curriculares, que subsidiassem as disciplinas da educação básica, considerando as contradições presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A elaboração das diretrizes curriculares do Estado do Paraná, possibilitou a discussão coletiva junto aos profissionais da educação, garantindo políticas educacionais que favorecessem a (re)construção da instituição pública para avançar na direção de uma escola que não separe instrução de educação. Uma perspectiva



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

que encontra sua base em Gramsci (1978). Segundo o autor, uma escola unitária, que não separe “pensar e fazer”, uma escola que instaure novas relações entre trabalho intelectual e trabalho manual, que seja um espaço de formação humana pautada no acesso ao conhecimento como uma das condições fundamentais para a transformação da sociedade.

A escola pública que queremos deve ser conquistada e efetivada por todos. O desafio que nos cabe, é o de elaboração coletiva e democrática dessa escola. Esse sonho é possível. O caminho, além da luta constante, é iniciarmos pelo estudo, discussão, análise, debate e proposições da escola que queremos na comunidade envolvendo professores, funcionários, pais e alunos.

O governo deve investir e gerir recursos financeiros para a efetivação das políticas educacionais. Dentre as necessidades está a formação continuada para os trabalhadores em educação, bem como o fortalecimento das instâncias colegiadas visando a efetivação do processo democrático.

Em relação à gestão democrática na educação, entendemos que ela é, antes de tudo, um processo em que todos os que participam sejam representantes dos segmentos sociais que formam a comunidade escolar. Sua forma de ação acontece por meio de mecanismos como os Conselhos, Fóruns, a elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas, bem como a eleição direta para diretores dos estabelecimentos de ensino.

A realização de eleições direta do diretor da escola é necessária para a sua autonomia pedagógica, além de cumprir um dispositivo constitucional. A Constituição Estadual, em seu artigo 178, inciso VII, garante a “gestão democrática e colegiada das instituições de ensino mantidas pelo Poder Público estadual, adotando-se sistema eletivo, direto e secreto, na escolha dos dirigentes, na forma da lei”.

Portanto, esse processo deve ser plural, democrático e representativo. Sendo assim, alguns indicadores são fundamentais na construção da gestão democrática, como a autonomia, a representatividade social e a formação da cidadania.

A autonomia é entendida aqui, como pedagógica, necessária para a comunidade escolar elaborar o seu Projeto Político Pedagógico, escolher diretamente seus dirigentes e, a escola ter como instância máxima, o Conselho



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Escolar pensando na administração da educação sempre à luz da natureza do trabalho pedagógico, buscando sua universalização, enquanto acesso de todos e, sua universalidade, como conhecimento.

Um tema que se apresenta como desafiador para o debate está relacionado às relações étnico-raciais. O Brasil é um país rico em diversidade étnica e cultural, é um país plural em sua identidade. Contudo, ao longo da nossa história, o preconceito e as relações de discriminação e exclusão social impedem muitos brasileiros da vivência plena de sua cidadania.

Na sociedade brasileira, uma questão a ser tratada, é a superação da discriminação, quando o grande desafio da escola é investir na mudança dessa realidade. Sendo assim, é necessário conhecer e reconhecer a riqueza apresentada pela diversidade étnico e cultural que compõe o patrimônio social, cultural e econômico brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos sociais.

É imprescindível tratar da diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a, porém, superar as discriminações é atuar sobre o mecanismo de exclusão, tarefa necessária, ainda que insuficiente para se caminhar na direção de uma sociedade democrática. É um imperativo do trabalho docente a construção *para e na cidadania*, uma vez que tanto a desvalorização cultural, quanto a discriminação são entraves a esse exercício.

No estabelecimento de ensino tem-se a equipe interdisciplinar, que trabalha tendo em vista o direcionamento e acompanhamento dos temas sobre a diversidade étnico e racial, ensino da cultura afro-brasileira, incluindo também, a cultura indígena, as relações de gênero e diversidade sexual, temas contemporâneos que orientam para a diminuição do preconceito e da exclusão social. Os trabalhos se efetivam a partir de estudos e discussões, possibilitando a implementação de práticas pedagógicas integradas sobre as diferentes temáticas.

Soma-se à Lei 10.639/03 a Lei 11.645/08, na luta para que se viabilizem políticas afirmativas para a superação do quadro caótico produzido pela estrutura do racismo e de classe presentes na sociedade brasileira. A efetivação da lei é um desafio constante. Faz-se necessário desenvolver práticas pedagógicas no interior da escola que promovam a igualdade racial, e estas, deverão fazer parte da especificidade do trabalho do educador. A escola que defendemos, é a de elevação



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

cultural da classe trabalhadora, visando a transformação social, portanto, não poderá, em seu currículo e na sua prática educativa, ignorar os milhares de negros e índios.

Da mesma forma, a Lei 9.795/99, trata das questões ambientais em discussão no mundo hoje e aponta que é necessário cuidar da natureza. Nesse sentido, torna-se necessária a educação ambiental para a compreensão de que a sociedade e a natureza interagem, afetando-se mutuamente. Os seres humanos não são vítimas, nem senhores da natureza, mas guardiões de algo que não deve ser explorado irracionalmente.

Dentre todas as temáticas que envolvem a diversidade cultural, o IEEM contempla o previsto nas determinações legais, quando o trabalho pedagógico, relaciona-se às especificidades de cada disciplina, como por exemplo, a abordagem da música, amparada na Lei 1.176/08; A Prevenção ao Uso Indevido de Drogas; Sexualidade Humana; Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente; Educação Fiscal; Educação Tributária (Decreto 1.143/99).

Em relação ao estágio não-obrigatório (Decreto 4.201/02), são asseguradas as possibilidades de inserção na experiência profissional dos alunos matriculados no estabelecimento de ensino, em cursos de Educação Profissional e Ensino Médio.

Nossa ferramenta de trabalho é o conhecimento. Sabemos que por meio dele é possível contribuir para a transformação da sociedade. Estamos comprometidos em desenvolver a educação que sonhamos. Na perspectiva proposta, a educação não é mercadoria, o lucro não é a medida de todas as coisas. O que nos move é a formação humana, em sua integridade cultural, ética, política e social.

2.2 Gestão Escolar

A participação do cidadão e o exercício de sua cidadania no campo educacional e, mais especificamente, na gestão da escola, estão ligados a um processo mais amplo de extensão da cidadania social e educacional. A cultura democrática cria-se com a prática. Os princípios e as regras dessa prática, embora ligados à natureza universal dos valores democráticos, têm uma especificidade intrínseca à natureza da escola e ao projeto pedagógico de cada instituição de



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

ensino. O espaço escolar não é democrático só por sua prática administrativa, torna-se democrático por toda sua ação pedagógica, essencialmente educativa.

A escola precisa ser concebida não como uma organização burocrática, mas como instância de articulação de projetos pedagógicos partilhados pela direção, funcionários, professores, pais, alunos e comunidade, onde todos os envolvidos são considerados cidadãos e participantes de um processo coletivo de fazer educação.

Participação significa a intervenção dos profissionais da educação e dos demais segmentos que fazem parte do contexto escolar. Há dois sentidos de participação articulados entre si. No primeiro sentido, a participação é ingrediente dos próprios objetivos da escola e da educação. A escola é lugar de aprender e apreender os conhecimentos científicos, desenvolver capacidades intelectuais, sociais, afetivas, éticas e estéticas. É, também, lugar de formação cultural para a participação na vida social, econômica e cultural. No segundo sentido, por canais de participação da comunidade, a escola deixa de ser uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade, para conquistar o status de uma comunidade educativa que interage com a sociedade civil. Vivendo a prática da participação nos órgãos deliberativos da escola, os pais, os educadores, os alunos, vão aprendendo a sentirem-se responsáveis pelas decisões que afetam o âmbito mais amplo da sociedade.

De acordo com o Regimento Escolar do Instituto de Educação Estadual de Maringá Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, a gestão escolar é o processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo a tomada de decisões conjuntas no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas e pedagógicas, envolvendo a participação de todos.

A comunidade escolar é o conjunto constituído pelos profissionais da educação, alunos, pais ou responsáveis e funcionários que protagonizam a ação educativa do estabelecimento. Sendo assim, a gestão escolar, como decorrência do princípio constitucional da democracia e colegiabilidade, têm como órgão máximo de Direção, o Conselho Escolar. A gestão escolar é composta de: Equipe de Direção: Direção e Direção Auxiliar; Equipe Pedagógica: Professor Pedagogo, Corpo Docente e Discente; Equipe Administrativa: Agente Educacional I e II.



2.3 Operacionalização da gestão e práticas pedagógicas

A compreensão da educação situada num campo progressista implica em expressar a democracia na organização, na gestão da escola, no currículo, enfim, em um projeto de escola, de educação e de sociedade, permeados por uma dimensão epistemológica, política e ética.

A gestão das práticas pedagógicas implica no respeito aos vários órgãos de representação da escola, buscando unidade entre eles, contribuindo na efetivação do trabalho dos mesmos, para que esses tenham autonomia para encaminhar suas questões específicas, sendo: Conselho Escolar, Conselho de Classe, Conselho de Representantes de Turma (CRT), Associação de Pais e Educadores (APE), Grêmio Estudantil, outras instâncias deliberativas que venham a ser constituídas.

2.4 O papel específico dos segmentos da comunidade escolar

Compreende-se que cada função presente no cotidiano da escola tem especificidades de funções, devendo ser integradas às visões pedagógicas, administrativas e políticas. Uma das formas de viabilizar a gestão democrática é a possibilidade de divisão do trabalho, ao permitir que as decisões sejam tomadas coletivamente e que as ações de encaminhamento fiquem como responsabilidade de um dos integrantes da direção, facilitando a identificação de quem não está cumprindo o seu papel na gestão. Essa integração de ações garante que as questões (políticas, pedagógicas e administrativas) da escola, sejam realizadas.

Diretor

O diretor da escola deve revelar experiência pessoal e profissional, sensibilidade para lidar com situações adversas e estimular a interação entre os semelhantes e os diversos, na perspectiva do direito ao conhecimento, à convivência, aos valores, às ações que efetivem a ética, a democracia e a justiça social. Enfim, o perfil de alguém com capacidade de ouvir, analisar ideias, questionar, inferir e compreender posições para sintetizar uma política de ação com um propósito de coordenar efetivamente o processo educativo. Ao diretor compete:

- Assegurar a efetivação do Projeto Político Pedagógico da escola;
- Ser o articulador entre a comunidade e a escola;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Representar a escola e a comunidade, que o elegeu, perante a mantenedora, outros órgãos e instituições;
- Garantir o funcionamento do Conselho Escolar, respeitando, encaminhando, organizando e acompanhando as deliberações do mesmo;
- Garantir o funcionamento pleno da APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários), Grêmio Estudantil ou, ainda, outras instâncias colegiadas com os seus membros;
- Não centralizar suas ações na sala de direção, mas estar sempre presente em todos os espaços e momentos da escola, e sempre que possível, na comunidade, para que dessa forma possa representar a escola com competência;
- Representar os interesses da escola, a fim de torná-la, a cada dia, mais condizente com a escola pública de qualidade;
- Garantir a integridade e o respeito para todos os que participam da escola independente da função que exercem.
- A Direção deve fazer cumprir as determinações legais da SEED e NRE, procurando promover o bem estar dos profissionais que atuam na instituição de ensino, exercendo às demais atribuições inerentes ao cargo.

Diretor Auxiliar

Ser o articulador entre:

- Setor administrativo e professores
- Setor pedagógico, professores e funcionários.
- Professores e professores
- Estar em contato direto com as dificuldades e anseios dos segmentos de sua responsabilidade;
- Assegurar com o Diretor para que o setor pedagógico encaminhe e efetive o Projeto Político Pedagógico da escola;
- Exigir planejamento e cronograma das ações do setor pedagógico;
- Garantir que as reuniões pedagógicas, administrativas, os grupos de estudo, encontro com os pais, entre outros, sejam registrados em ata, viabilizando assim a comprovação dos fatos e a continuidade dos trabalhos;
- Fazer com que a liberação de professores seja discutida no colegiado, a fim de que



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

juntos busquem a solução para a ausência destes;

- Garantir a integridade e o respeito para todos os que participam da escola independente de sua função, sexo, raça, crenças religiosas e opções políticas;
- Representar junto com o diretor a comunidade escolar que o elegeu, defendendo sempre os seus interesses;
- Demais atribuições previstas no Regimento Escolar.

Secretário ou coordenador administrativo

A Secretaria é o órgão que tem a seu encargo a responsabilidade pela escrituração, documentação e correspondência do Estabelecimento, assessorando a Direção em sua área de atuação. Os serviços de secretaria são coordenados e supervisionados pela direção, ficando a ela subordinados. O cargo de secretário(a) deve ser exercido por profissional devidamente qualificado para desempenhar essa função, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação (SEED), em ato específico.

O secretário, por condições legais e regimentais, exerce uma ação ao mesmo tempo centralizadora e abrangente, porque seu setor relaciona-se com todos os demais setores envolvidos no processo pedagógico e na vida escolar. São atribuições do secretário escolar:

- Responsabilizar-se pelo funcionamento da secretaria.
- Cumprir e fazer cumprir as determinações dos seus superiores hierárquicos.
- Zelar pela guarda e sigilo dos documentos escolares.
- Manter em dia a escrituração, arquivos, fichários, correspondência escolar e resultado das avaliações dos alunos.
- Compatibilizar Histórico Escolar (Adaptação).
- Manter as estatísticas da escola em dia;
- Encaminhar reuniões e estudos periódicos registrados em ata com os funcionários, a fim de instrumentalizá-los, visando a participação efetiva destes, como sujeitos, na construção da escola, e não apenas objetos das ações.



Professor pedagogo

O professor pedagogo é o profissional responsável pela organização do trabalho pedagógico escolar e deve, com a equipe pedagógica da escola, agir, intervir, lançar novos desafios, desequilibrar estruturas antigas e, assim, contribuir com a busca de novos conhecimentos e práticas, na elaboração da escola pública democrática de qualidade. Não há construção isolada de um projeto de escola, de educação e de sociedade. O trabalho escolar é coletivo, permanente, e exige a participação, o debate e o diálogo.

Cabe ao professor pedagogo, fomentar a organização de espaços na escola, a fim de possibilitar o debate sobre trabalho pedagógico, definindo em conjunto, o calendário escolar, a organização das classes, horários, rituais, metodologias, reuniões por áreas, atividades extracurriculares, o currículo, questões disciplinares, avaliação e implementação dos programas de ensino e projetos pedagógicos para a comunidade escolar.

A organização do trabalho pedagógico está diretamente vinculada ao debate acerca do modelo de gestão escolar, da elaboração cotidiana do Projeto Político Pedagógico, da tomada de decisões nas instâncias colegiadas e na transparência do uso dos recursos públicos na escola. Portanto, cabe ao profissional pedagogo, acompanhar a relação entre alunos, funcionários, professores, direção, pais e comunidade. Ele participa, também, na composição e nas ações do Conselho Escolar e APE, na formulação e na aplicação do regulamento da biblioteca, do Regimento Escolar, no cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como também, da discussão sobre o processo de seleção do livro didático. Enfim, sua função é atuar efetivamente em questões que estão diretamente relacionadas com o pedagógico, com o exercício cotidiano de busca de coerência entre a teoria e a prática.

O professor pedagogo deve ter o compromisso com as ações pedagógicas que possibilitam a apropriação do conhecimento de todos, sem discriminação e preconceito. É preciso estar atento às situações de evasão, repetência, baixo rendimento escolar, atendimento às necessidades educativas especiais e às questões étnico-raciais. Para tanto, deve conduzir discussões, reflexões,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

promovendo o trabalho integrado de toda equipe, em busca de meios para que todos tenham melhor qualidade de ensino, e, conseqüentemente, o acesso ao conhecimento, que entendemos ser um dos caminhos de emancipação. Sendo assim, são necessárias propostas educativas voltadas para a formação humana.

Docente

O corpo docente é constituído por profissionais que têm a função de ensinar. Esta prática implica uma reflexão sobre o quê, como e por que se ensina. Assim, envolve o fazer profissional, a necessidade de estudo e pesquisa permanente e, o compromisso ético e político com a sociedade e com a escola pública.

O profissional docente tem a responsabilidade de elaborar o Projeto Político Pedagógico com a comunidade escolar que atua, bem como elaborar e cumprir o seu plano de trabalho.

O docente deve estabelecer uma relação afetiva, ética e política com o educando, sendo sua responsabilidade, a formação do cidadão solidário, participativo, ético, responsável, crítico e criativo, capaz de exercer sua cidadania, buscando uma sociedade mais justa e igualitária.

O professor tem a incumbência de zelar pela aprendizagem dos seus alunos, estabelecer estratégias de recuperação de estudos aos de menor rendimento, revendo conteúdos, buscando alternativas metodológicas, para ensinar e aprender. O professor deve cuidar para que não haja discriminação de cor, raça, sexo, religião e classe social, resguardando sempre o respeito humano ao aluno.

O docente deve detectar, por meio de acompanhamento do ensino/aprendizagem, os possíveis casos de diferenças entre idade e série, e, encaminhá-los ao professor pedagogo para avaliação diagnóstica. Estimular e garantir a participação efetiva dos educandos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento, assegurando o atendimento às necessidades educacionais especiais nas atividades escolares e elaborar, junto à equipe pedagógica, o plano especial de ensino, fazendo com que tenham acesso ao currículo e a avaliação, se houver necessidade.

Cabe ao professor e à equipe pedagógica escolher livros e materiais didáticos



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiieepmaringa@seed.pr.gov.br

conforme a proposta pedagógica da SEED, apresentar projetos de enriquecimento curricular, novas estratégias de trabalho e recursos didáticos para melhorar a qualidade de ensino. É sua responsabilidade manter o livro de registro de classe atualizado, com todos os campos devidamente preenchidos, sendo os registros fidedignos à realidade; comunicar ao professor pedagogo, secretaria e direção, todos os problemas referentes ao processo pedagógico, como faltas, aprendizagem, comportamento, buscando orientação da equipe pedagógica quando houver dúvidas relacionadas ao seu trabalho; reavaliar constantemente os resultados, procurando rever sua prática quando necessário, buscando novas alternativas de trabalho.

O professor deverá comparecer às convocações do estabelecimento de ensino, reuniões, Conselho de Classe, cumprir os dias letivos e horas-aulas estabelecidas pela Lei e não deixar faltar carga horária ao aluno. Cabe, também, ao professor, participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; zelar pelo tratamento aos pais, diante de problemas conflituosos.

A escola pública brasileira é permeada por muitas contradições. Cabe ao profissional da educação refletir acerca de sua identidade e sua função. Sabendo que poderá enfrentar desafios e dificuldades concretas. Portanto, é necessário manter o exercício permanente do diálogo, a organização do trabalho pedagógico, estar em formação continuada, tendo sempre o compromisso de buscar uma escola pública de qualidade.

Agente educacional I

Ao agente educacional I cabe zelar pelo ambiente escolar, preservando, valorizando e integrando o ambiente físico escolar; executar atividades de manutenção e limpeza, tais como: varrer, encerar, lavar salas, banheiros, corredores, pátios, quadras e outros espaços utilizados pelos estudantes, profissionais docentes e não docentes da educação, conforme a necessidade de cada espaço; lavar, passar e realizar pequenos consertos em roupas e materiais; utilizar aspirador ou similares e aplicar produtos para limpeza e conservação do



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

mobiliário escolar; abastecer máquinas e equipamentos, efetuando limpeza periódica para garantir a segurança e funcionamento dos equipamentos existentes na escola; efetuar serviços de embalagem, arrumação, remoção de mobiliário, garantindo acomodação necessária aos turnos existentes na escola; disponibilizar lixeiras em todos os espaços da escola, preferencialmente, garantindo a coleta seletiva de lixo, orientando os usuários – alunos ou outras pessoas que estejam na escola para tal; coletar o lixo diariamente, dando ao mesmo o destino correto; executar serviços internos e externos, conforme demanda apresentada pela escola; racionalizar o uso de produtos de limpeza, bem como zelar pelos materiais como vassouras, baldes, panos, espanadores, etc.; comunicar com antecedência à direção da escola sobre a falta de material de limpeza, para que a compra seja providenciada; abrir, fechar portas e janelas nos horários estabelecidos para tal, garantindo o bom andamento do estabelecimento de ensino e o cumprimento do horário de aulas ou outras atividades da escola; guardar sob sua responsabilidade as chaves da instituição, quando for o caso, ou deixar as chaves nos locais previamente estabelecidos; zelar pela segurança das pessoas e do patrimônio, realizando rondas nas dependências da instituição, atentando para eventuais anormalidades, bem como identificando avarias nas instalações e solicitando, quando necessário, atendimento policial, do corpo de bombeiros, atendimento médico de emergência devendo, obrigatoriamente, comunicar as ocorrências à chefia imediata; controlar o movimento de pessoas nas dependências do estabelecimento de ensino, cooperando com a organização das atividades desenvolvidas na unidade escolar; encaminhar ou acompanhar o público aos diversos setores da escola, conforme necessidade; acompanhar os alunos em atividades extra classe quando solicitado; preencher relatórios relativos a sua rotina de trabalho; participar de cursos, capacitações, reuniões, seminários ou outros encontros correlatos às funções exercidas ou sempre que convocado; agir como educador na construção de hábitos de preservação e manutenção do ambiente físico, do meio ambiente e do patrimônio escolar; efetuar outras tarefas correlatas às ora descritas; preparar a alimentação escolar sólida e líquida observando os princípios de higiene, valorizando a cultura alimentar local, programando e diversificando a merenda escolar; responsabilizar-se pelo acondicionamento e



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

conservação dos insumos recebidos para a preparação da alimentação escolar; verificar a data de validade dos alimentos estocados, utilizando-os em data própria, a fim de evitar o desperdício e a inutilização dos mesmos; atuar como educador junto à comunidade escolar, mediando e dialogando sobre as questões de higiene, lixo e poluição, do uso da água como recurso natural esgotável, de forma a contribuir na construção de bons hábitos alimentares e ambientais; organizar espaços para distribuição da alimentação escolar e fazer a distribuição da mesma, incentivando os alunos a evitar o desperdício; acompanhar os educandos em atividades extracurriculares e extraclasse quando solicitado; realizar chamamento de emergência de médicos, bombeiros, policiais, quando necessário, comunicando o procedimento à chefia imediata; preencher relatórios relativos a sua rotina de trabalho; comunicar ao(à) diretor(a), com antecedência, a falta de algum componente necessário à preparação da alimentação escolar, para que o mesmo seja adquirido; efetuar outras tarefas correlatas às ora descritas.

Agente educacional II

Realizar atividades administrativas e de secretaria da instituição escolar onde trabalha; auxiliar na administração do estabelecimento de ensino, atuando como educador e gestor dos espaços e ambientes de comunicação e tecnologia; manter em dia a escrituração escolar: boletins estatísticos; redigir e digitar documentos em geral e redigir e assinar atas; receber e expedir correspondências em geral, juntamente com a direção da escola; emitir e assinar, juntamente com o diretor, históricos e transferências escolares; classificar, protocolar e arquivar documentos; prestar atendimento ao público, de forma pronta e cordial; atender ao telefone; prestar orientações e esclarecimentos ao público em relação aos procedimentos e atividades desenvolvidas na unidade escolar; lavrar termos de abertura e encerramento de livros de escrituração; manter atualizados dados funcionais de profissionais docentes e não docentes do estabelecimento de ensino; manter atualizada lista telefônica com os números mais utilizados no contexto da escola; comunicar à direção fatos relevantes no cotidiano da escola; manter organizado e em local acessível o conjunto de legislação atinente ao estabelecimento de ensino;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiieepmaringa@seed.pr.gov.br

executar trabalho de mecanografia e de reprografia; acompanhar os alunos, quando solicitado, em atividades extraclasse ou extracurriculares; participar de reuniões escolares sempre que necessário; participar de eventos de capacitação sempre que solicitado; manter organizado o material de expediente da escola; comunicar antecipadamente à direção sobre a falta de material de expediente para que os procedimentos de aquisição dos mesmos sejam realizados; executar outras atividades correlatas às ora descritas; catalogar e registrar livros, fitas, DVD, fotos, textos, CD; registrar todo material didático existente na biblioteca, nos laboratórios de ciências e de informática; manter a organização da biblioteca, laboratório de ciências e informática; restaurar e conservar livros e outros materiais de leitura; atender aos alunos e professores, administrando o acervo e a manutenção do banco de dados; zelar pelo controle e conservação dos documentos e equipamentos da Biblioteca; conservar, conforme orientação do fabricante, materiais existentes nos laboratórios de informática e de ciências; reproduzir material didático através de cópias reprográficas ou arquivos de imagem e som em vídeos, “slides”, CD e DVD; registrar empréstimo de livros e materiais didáticos; organizar agenda para utilização de espaços de uso comum; zelar pelas boas condições de uso de televisores e outros aparelhos disponíveis nas salas de aula; zelar pelo bom uso de murais, auxiliando na sua organização, agir como educador, buscando a ampliação do conhecimento do educando, facilitada pelo uso dos recursos disponíveis na escola; quando solicitado, participar das capacitações propostas pela SEED ou outras de interesse da unidade escolar; decodificar e mediar o uso dos recursos pedagógicos e tecnológicos na prática escolar; executar outras atividades correlatas às ora descritas.

2.5 Ensino e Aprendizagem

Ensino e aprendizagem são dois processos concomitantes, elementos característicos da educação escolar. Por meio do ensino, tem-se a educação sistematizada, organizada, formal, função social da instituição escolar, o que propicia a transformação social na vida de crianças, adolescentes e jovens. Nesse sentido, é preciso pensar sobre a concepção de mundo, de homem e de sociedade,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

para então desenvolver um trabalho que seja significativo na formação desses sujeitos. Considerando o referencial teórico pautado no materialismo histórico e dialético, o respectivo processo educacional contempla os contextos: histórico e social, o que certamente envolve aspectos culturais, econômicos, políticos e tecnológicos.

A sociedade se transforma, mas, a escola, o professor, o ensino e a aprendizagem não devem perder de vista a essência do trabalho pedagógico. Assim, a relevância dos princípios que orientam para a transformação. A relação entre ensino e aprendizagem é uma relação entre sujeitos, a qual é mediada pela linguagem.

Ensino e aprendizagem são processos concebidos com objetivo de formar sujeitos que participem de forma consciente da sociedade em constante mudança. Favorece ao exercício da cidadania, à tomada de decisões, à postura ética e política. O Instituto de Educação faz valer as respectivas finalidades educativas por meio do trabalho sistematizado, priorizando os conteúdos essenciais que necessitam ser ensinados pelos professores e assimilados pelos alunos. O ensino deve contribuir para a aquisição de conhecimentos das várias ciências e das artes.

Nessa perspectiva, aprender é mais do que adquirir simplesmente informações, é levar os cidadãos a estabelecerem relações, é agir com discernimento e ética. É conhecer, interpretar, compreender a realidade.

Deve-se ressaltar que o **Plano de Trabalho Docente** é um instrumento orientador da prática pedagógica do professor, onde se traduz seus anseios em relação à problemática educacional, amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – n. 9.394-96 - art. 13, inciso II. O respectivo documento deve ser elaborado pelo docente de forma intencional visando o trabalho efetivo dos conteúdos curriculares. Deve estar em consonância com o PPP da instituição de ensino.

A **avaliação** nesse sentido deve constar no PTD, caracterizando momentos fundamentais do processo de ensino e aprendizagem. Uma forma de



acompanhamento da situação de aprendizagem dos alunos e subsídio importante para a tomada de decisões em relação à prática pedagógica.

A avaliação no contexto escolar deve centrar-se na forma como o aluno aprende, sem descuidar da qualidade do saber. A aprendizagem se dá por meio da mediação, inicialmente no plano social para se consolidar no plano individual. Com tal abrangência, a avaliação deve ser contínua, formativa, buscando o desenvolvimento integral do aluno. Nessa concepção, pressupõe detectar e prevenir os problemas identificados, corrigir as lacunas e estabelecer novos rumos para o processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação deve configurar-se como uma prática de investigação do processo educacional e como meio de transformação da realidade escolar, partindo da observação, da análise, da reflexão crítica sobre a realidade/contexto. Esse trabalho exige o envolvimento, o comprometimento e a responsabilidade de todos no processo avaliativo, onde sejam estabelecidas as necessidades, prioridades e as propostas de ação para os processos de ensino e da aprendizagem, bem como, na construção de uma educação transformadora, cidadã e responsável. Desta forma, a prática da avaliação nas pedagogias preocupadas com a transformação deverá “estar atenta aos modos de superação do autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia do educando, pois o novo modelo social exige a participação democrática de todos” (LUCKESI, 2002, p. 32).

Portanto, a avaliação democrática é aquela que não exclui o educando, mas o inclui no círculo da aprendizagem. É o diagnóstico que permite a decisão de direcionar ou redirecionar o processo de ensino e aprendizagem. Para que a avaliação diagnóstica seja possível, é preciso compreendê-la e realizá-la comprometida com uma concepção pedagógica, sendo esta, preocupada com a perspectiva de que o educando deverá apropriar-se criticamente do conhecimento.

A avaliação que se realiza em nossas escolas, não está garantindo a qualidade do ensino, não está sendo democrática, nem tão pouco está servindo para transformar uma sociedade que se caracteriza pelo modo capitalista de produção e coloca-se cada vez mais competitiva e excludente. A pedagogia do exame é ainda reinante e a avaliação é tomada como sinônimo de controle, um momento de aplicação de provas, quando alunos são classificados por meio de números, letras e



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiieepmaringa@seed.pr.gov.br

pareceres que em nada expressam a real aprendizagem do mesmo, servindo apenas para classificá-lo, que é o passo prévio para a seleção e exclusão.

Pensar em mudanças na prática da avaliação é partir para novos rumos, inovar o ensino-aprendizagem, pensar na forma que ensinamos, a quem ensinamos e porque ensinamos para chegar no como avaliar, quem avaliar e para que avaliar.

Nessa perspectiva, a avaliação servirá para verificar a apropriação do conhecimento por parte do aluno. O ensino, a aprendizagem e a avaliação não são momentos separados, devem acontecer de forma contínua em interação permanente. Os objetivos devem ser bem claros e os conteúdos selecionados pelo seu grau de importância para a vida do aluno. A avaliação deve ser parte integrante do processo de aprendizagem.

A avaliação não pode limitar-se apenas na etapa final de uma determinada prática. Deve estar sempre presente, indicando o caminho a seguir. Quando se constata que o aluno não aprendeu o que foi ensinado, o professor deve rever os programas, retificá-los, repensar a metodologia, descobrir falhas no processo, buscar outros caminhos, lançar novas indagações e, partir para novas práticas em busca de melhores resultados. Mudar a avaliação não é tarefa simples e fácil, porém, é imprescindível.

Para transformar a prática avaliativa, é necessário questionar a educação desde suas concepções, seus fundamentos, sua organização, suas normas burocráticas. Isso implica em mudanças conceituais, redefinição de conteúdos, das funções docentes e discentes, entre outros. A transformação da avaliação abrirá caminhos para a elaboração de novas possibilidades e de novas questões. Será mais um meio para fazer avançar o processo de ensino-aprendizagem, garantindo a qualidade do ensino. Sendo assim, é necessário pensar em conjunto, envolvendo todos os interessados para propor uma (re) estruturação interna da escola, quanto a sua forma de avaliar e de contribuir para a efetivação da aprendizagem. Para Vasconcellos (1994), “os educadores devem se comprometer com o processo de transformação da realidade, alimentando um novo projeto comum de escola e sociedade” (p. 85). Assim, o educador estará consciente que seu trabalho servirá para construir uma sociedade diferente, onde o direito do saber não pertence só a uma determinada classe de pessoas.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiieepmaringa@seed.pr.gov.br

No Instituto de Educação Estadual de Maringá pretendemos adotar uma avaliação dentro das disposições orientadas como regras comuns ao Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional previstas na LDB 9.394/96, Art. 24, Inciso V e Deliberação nº 007/99, sendo contínua, cumulativa e diagnóstica, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Quanto aos resultados das avaliações nas turmas seriadas serão computados trimestralmente e expressos em notas, por disciplina, de (0,0) zero a (10,0) dez, sendo que o rendimento mínimo para aprovação será (6,0) seis, com registro na documentação oficial do aluno, na forma de boletins e editais, seguindo as orientações do Regimento Escolar. Dessa forma, o IEEM nas etapas e modalidades de ensino oferta, no mínimo, dois instrumentos avaliativos, obrigatoriamente um, em forma de prova escrita realizada individualmente com valor de (0,0) zero a (7,0) sete, e, trabalhos que somam valor (3,0) três. A recuperação de estudos dar-se-á concomitantemente ao processo de ensino, tendo em vista os conteúdos e notas correspondentes às provas.

No ensino fundamental, médio, normal (integrado) e profissional (integrado) a avaliação organizar-se seguindo a trimestralidade, pois, contempla matrizes curriculares em caráter anual.

Da mesma forma, têm-se os cursos na modalidade subsequente com matrizes semestrais, cuja periodicidade da avaliação está organizada em dois bimestres (Administração e Logística).

Em relação aos alunos que chegam transferidos, conceitos ou menções são transformados em notas, considerando o regime de trimestralidade, assim sendo: alunos que chegam transferidos com notas fechadas (primeiro e segundo bimestres) são convertidas de (primeiro bimestre, para primeiro trimestre; de segundo bimestre, para segundo trimestre); se o aluno possui notas semestrais, são convertidas (de primeiro semestre, para primeiro trimestre, dando continuidade para aferição das notas do segundo trimestre em andamento na Instituição).

O procedimento respeita o aproveitamento do aluno da instituição de origem; e, o acompanhamento de seu desempenho dá-se no terceiro trimestre, oportunizando a recuperação de estudos.

Quando tiver no documento de transferência, notas parciais, a instituição



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

providencia no intervalo de transição do aluno, adequação dos conteúdos e avaliação dos mesmos, por meio de trabalhos domiciliares, e ou provas. Quando porém, a avaliação for por conceitos (que apresentem legendas, respeita-se a maior nota apresentada na documentação).

As avaliações com conceitos que não apresentam legendas, o critério é o seguinte:

(E) – Excelente – 9,0 a 10,0; (O) – Ótimo – 7,0 a 8,9; (B) – Bom – 5,0 a 6,9; (R) Regular – 0,0 a 4,9.

Obs.: As avaliações descritivas são analisadas caso a caso pelos pedagogos responsáveis e a nota, é atribuída equivalente ao descrito (respeitando-se os conceitos ou menções explicitados na transferência)

Os casos especiais que não se enquadrem em nenhum dos itens acima são discutidos em Conselho de Classe, a partir de análise do aproveitamento do aluno na instituição em que o referido aluno está matriculado, podendo o mesmo ser aprovado em condições de semestre, ou seja:

Apresentar 6,0 pontos no primeiro semestre (primeiro trimestre e segundo trimestre incompleto);

Apresentar 6,0 pontos no segundo semestre (segundo trimestre incompleto e terceiro trimestre).

Os encaminhamentos dos processos de classificação, reclassificação, adaptação e aproveitamento de estudos são realizados em conformidade com as determinações legais estabelecidas pelos órgãos competentes. No caso da progressão parcial, os alunos que são oriundos das instituições que ofertam essa possibilidade no sistema, têm a oportunidade de frequência na respectiva disciplina em contraturno, ou seja, presencialmente.

As avaliações sistematizadas (provas, seminários, pesquisas, dentre outras), ou seja, toda e qualquer avaliação que requerer estudo e organização antecipada e criteriosa do professor, tem valor 7,0. Os trabalhos e ou atividades diárias (sala de aula), tarefas, valor 3,0 (somatória), podendo nesse caso, o professor definir o critério (tipo de atividade e número de atividades) para aferição desse valor. É definido pelo coletivo da escola, que a recuperação de estudos terá como valoração, 7,0 pontos; os instrumentos devem ser diversificados e de no mínimo dois por



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

trimestre. A recuperação, é de conhecimento, deve ser paralela, com a retomada dos conteúdos não compreendidos após a devolutiva das avaliações, o que deverá requerer do professor as mediações necessárias para que o aluno se aproprie dos conhecimentos trabalhados, podendo o professor reavaliá-los no final do processo, na conclusão do trimestre.

Em relação aos atendimentos especializados (Sala Multifuncional), a pedagoga responsável deve acompanhar todo o processo avaliativo junto aos professores da área, desenvolvendo análises, observando o crescimento acadêmico desses alunos no processo de ensino e aprendizagem, para então conduzir as atividades no ensino regular, quando podem ser verificados, resultados e caminhos a percorrer no sentido de superação das dificuldades.

2.5.1 Faltas de alunos em dias previstos para avaliação

Caso o aluno falte em dias de avaliações sistematizadas, conforme já mencionado anteriormente, o responsável legal deve requerer segunda chamada por meio de justificativa por escrito, a fim de ser deferido ou indeferido pela equipe diretiva e pedagógica o requerimento.

Em relação ao planejamento de ensino, os docentes devem elaborá-los, mesmo a escola tendo adotado o registro online. Os conteúdos devem estar distribuídos por trimestre, quando os instrumentos e critérios de avaliação precisam ter clareza para sua posterior execução.

2.5.2 Definição de valoração das avaliações, das recuperações de estudos e processo de Registro de Classe “online” (RCO).

O Instituto de Educação em reunião pedagógica com as instâncias da escola definiu da seguinte forma, a valoração das avaliações:

As avaliações sistematizadas terão valor 7,0 e os trabalhos, atividades, tarefas, terão valor 3,0. Tanto no primeiro caso como no segundo, os alunos terão o direito à recuperação de estudos.

O **Conselho de Classe** constitui-se em momento/espço de avaliação coletiva



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

do trabalho pedagógico, na tomada de decisões para os encaminhamentos necessários, tendo em vista os resultados obtidos e a superação dos problemas diagnosticados. É um órgão consultivo e deliberativo, que analisa os conflitos e contradições do cotidiano escolar, visando medidas possíveis para a solução dos problemas encontrados no ensino e na aprendizagem, um momento privilegiado para a definição de atribuições/ações a serem viabilizadas para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, definindo espaços/prazos para implementação de propostas acordadas. Sendo esse momento previamente planejado, possibilita a participação de todos os envolvidos nesse processo, ou seja, professores, equipe pedagógica, alunos, secretaria da escola e direção.

Conselho de Classe é um espaço em que os professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir e avaliar o desempenho das turmas e dos alunos. Momento de reflexão pedagógica na qual os profissionais discutem opções e propõem ações educativas eficazes a fim de resolver as necessidades ou dificuldades mencionadas no processo de aprendizagem. Encontramos em Libâneo (2004), uma definição de Conselho de Classe pertinente ao que acreditamos

[...] órgão colegiado composto pelos professores da classe, por representantes dos alunos e em alguns casos, dos pais. É a instância que permite acompanhamento dos alunos, visando um conhecimento mais minucioso da turma e de cada um e análise do desempenho com base nos resultados alcançados. Tem a responsabilidade de formular propostas referentes à ação educativa, facilitar e ampliar as ações mútuas entre professores, pais e alunos, e incentivar projetos de investigação (p. 303).

Baseando-se nos comentários do autor, torna-se fundamental à Instituição de Ensino, aprofundar-se nos estudos sobre a temática **“Conselho de Classe”** principalmente no tocante à participação coletiva, haja vista os retrocessos quanto à participação de alunos e envolvimento de pais. Portanto, há necessidade ainda de avanços quanto a essa problemática educacional.

O Conselho de Classe além de verificar as notas dos alunos, analisa as dificuldades de aprendizagem e também os seus avanços, para desta forma viabilizar soluções e sanar as dificuldades apresentadas pelos alunos ou pelas turmas.



As reuniões de Conselho de Classe são realizadas trimestralmente, objetivando buscar estratégias para solução de problemas apresentados, reavaliar o processo de ensino e aprendizagem e pensar práticas pedagógicas que auxiliem na superação das dificuldades apresentadas.

2.5.3 Pré-conselho e Pós-conselho de classe

O Pré-Conselho é realizado a partir de levantamento de dados utilizando-se do instrumento, “questionário” o qual é respondido pelos alunos, após, são analisados pela equipe pedagógica. Esses dados permitem a retomada e redirecionamento do processo de ensino e aprendizagem, visando à superação dos problemas apontados pelos alunos. Durante o pré-conselho, os professores também registram as informações dos alunos no decorrer do trimestre. Os dados coletados são organizados de forma diagnóstica e apresentados na reunião de Conselho de Classe para análise das possíveis causas e consequências dos problemas encontrados, assim como as indicações das possíveis intervenções teórico-metodológicas que orientem para a superação das dificuldades e ou problemas.

O Pós-Conselho prioriza a intervenção pedagógica nos problemas que foram apontados no Conselho de Classe e assim divulga à comunidade escolar, os resultados do aproveitamento de conteúdos, sobre os aspectos qualitativos e quantitativos do processo de ensino e aprendizagem na escola. A comunicação dos resultados aos alunos sobre sua situação escolar e as questões referentes ao aproveitamento escolar será realizada em sala de aula pela pedagoga responsável. E para os pais/responsáveis, é uma forma de assegurar o processo democrático de inter-relação família e escola, quando as mesmas são conscientizadas sobre a importância do acompanhamento da aprendizagem dos alunos. Os professores devem pontuar os diferentes olhares para a aprendizagem dos alunos que possuem dificuldades, e assim desenvolver práticas diferenciadas, adequadas a atender as especificidades desses alunos, assim como a retomada do plano de trabalho docente, encaminhamentos metodológicos, instrumentos e critérios de avaliação.

A **prática pedagógica** é orientada pelo materialismo histórico e dialético, uma concepção que traduz a essência do processo de humanização do homem. Essa



linha de pensamento orienta o respectivo PPP, quando propõe o ensino sistemático que tem como princípio a práxis pedagógica.

2.6 Atendimento especializado ao público alvo da Educação Especial

Dentro do processo educacional, temos que compreender que a inclusão no sistema de ensino regular, de crianças e jovens, com necessidades educativas especiais, suscitam um amplo debate na sociedade e coloca-se como um grande desafio. Entende-se por Educação Especial, para os efeitos legais, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino (desde que atendidas às condições), para educandos com necessidades especiais. O compromisso do Estado deve ser na manutenção de um modelo público de educação especial, em todas as modalidades, como educação precoce, iniciação profissional, habilitação e qualificação para o trabalho, ensino médio e superior.

O IEEM oferta como modalidade de educação escolar, de acordo com a LDB 9.394/96 e a Del. 02/03 do CEE, a Educação Especial no atendimento às áreas de Deficiência Intelectual, Visual, Auditiva e Altas Habilidades, procurando assegurar um conjunto de recursos, apoios e serviços educacionais especiais, organizados para apoiar, complementar, suplementar em alguns casos e substituir os serviços educacionais comuns.

Os serviços ofertados por esta instituição são caracterizados por Sala Multifuncional (Deficiência Intelectual e Altas Habilidades); CAE-DV (Centro de Atendimento Especializado à Pessoa com Deficiência Visual); CAE-DA (Centro de Atendimento Especializado à Pessoa com Deficiência Auditiva). Os programas são ofertados paralelamente ao ensino regular do Ensino Fundamental e Médio.

O Programa de Sala Multifuncional acompanha o aluno em contraturno, momento em que o atendimento pedagógico específico se dá individualmente, ou em pequenos grupos, com cronograma de atendimento. Essa oferta visa o atendimento dos alunos que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem, com utilização de programação específica, métodos, estratégias, atividades diversificadas e extracurriculares.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeepmaringa@seed.pr.gov.br

O CAE-DV e o CAE-DA ofertam o serviço de apoio especial de natureza pedagógica. As atividades são desenvolvidas com atendimento por cronograma, de acordo com as áreas e necessidades dos alunos.

Lutamos para assegurar o acesso e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais nas escolas comuns e especializadas, prioritariamente, públicas. Mas não desejamos que essas pessoas sejam matriculadas aleatoriamente nas escolas, sem antes serem tomadas medidas que afirmem seus direitos. Cabe ressaltar que a expressão inclusão vai além do sinônimo de deficiência, portanto, o sistema educacional deve contemplar todos aqueles que estão à margem da sociedade, e, principalmente, do processo educacional, respeitando as particularidades de todos os alunos.

2.7 Articulação entre as etapas da Educação Básica

A Instituição de Ensino busca trabalhar coletivamente os princípios que orientam para ações que articulam as etapas de ensino, haja vista, a necessidade de entendimento acerca da demanda atendida no espaço educativo escolar. O professor deve conhecer teoricamente como se dá o desenvolvimento humano, independentemente da disciplina com a qual trabalha. Conhecer as características da demanda atendida para planejar as ações pedagógicas.

Conhecer a concepção de infância e criança dá suporte para pensar as etapas seguintes. A criança, o adolescente, o jovem, necessita sentir a continuidade no processo. Portanto, o professor não pode trabalhar na descontinuidade, deve sim, buscar mostrar como os conhecimentos se articulam entre si, e, nesse sentido, promover a articulação com outras áreas e conhecimentos.

Alunos do Ensino Fundamental e Médio necessitam atribuir sentidos e significados aos conteúdos que aprendem na escola. O professor exerce papel fundamental nesse processo, mediando os conhecimentos, os quais serão apropriados pelos alunos.

A ruptura e a descontinuidade no ensino e na aprendizagem favorecem para o desinteresse, para a falta de motivação, assim:



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

O fracasso escolar, a desmotivação dos alunos, o tipo de relações entre estes e os professores, a disciplina em aula, a igualdade de oportunidades, etc são preocupações de conteúdo psicopedagógico e social que tem concomitâncias com o currículo que se oferece aos alunos e com o modo como é oferecido (SACRISTÁN, 2000, p. 30).

Dessa forma, há que se atentar para essa questão, professores que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental, devem articular-se aos do Ensino Médio e vice-versa, buscando compreender as diferentes etapas e níveis de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos. Conhecer os condicionantes pedagógicos que interferem no processo escolar favorece para um trabalho consistente e significativo.

É preciso discutir no espaço escolar as fragilidades pertinentes à transição do aluno nas diversas etapas da educação básica, planejar e orientar-se pedagógica e metodologicamente a prática em sala de aula com objetivo de levar o aluno a perceber continuidade no processo de aprendizagem. Os conteúdos devem, portanto, articular-se entre si, e, para isso o professor deve estar preparado com os conhecimentos necessários aos saberes que necessita ensinar.

2.8 Articulação entre diretores, pedagogos, professores e demais profissionais da educação

Na escola temos gestores com funções diferentes, cada qual deve trabalhar em consonância com o Projeto Político Pedagógico visando o trabalho coletivo, compartilhado. Isso significa que o processo de trabalho e o resultado desse trabalho devem ser de objetivo comum. O diretor como gestor administrativo escolar, o pedagogo e ou coordenador pedagógico cuidam, gestam as questões educacionais que envolvem professores, alunos e pais de alunos, o professor gesta o trabalho pedagógico em sala de aula, enfim, todos, além, de outros cargos estabelecidos dentro da escola trabalham tendo em vista a educação escolar dos alunos.

Libâneo (2008, p. 33), sobre a figura do pedagogo, enfatiza que este “é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista os objetivos de formação humana [...]”.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

O pedagogo tem uma função social de extrema importância na escola, haja vista a necessidade de organização, sistematização e intervenção nas práticas educativas escolares, função de caráter social, democrático e antes de tudo, ético.

Em se tratando do coordenador pedagógico, realidade dos cursos de educação profissional que dispõe desse profissional, Libâneo (2001, p.104) destaca que “sua atribuição prioritária é prestar assistência pedagógica e didática aos professores e suas respectivas disciplinas, no trabalho interativo com o aluno”. E ainda acrescenta:

O coordenador pedagógico responde pela viabilização, integração e articulação, do trabalho pedagógico-didático em ligação direta com os professores, em função da qualidade do ensino. A coordenação pedagógica tem como principal atribuição a assistência pedagógico-didática ao professores, para se chegar a uma situação ideal de qualidade de ensino (considerando o ideal e o possível) auxiliando-os a conceber, construir e administrar situações de aprendizagem adequadas às necessidades educacionais dos alunos (LIBÂNEO, 2001, p. 183).

Diretores, pedagogos, coordenadores pedagógicos, professores e todos os profissionais da educação devem estar em consonância com os objetivos comuns da escola, responsáveis pela educação, cada qual no seu setor de trabalho, na sua função, cumprindo responsabilidades que culminam para o processo de democratização do espaço escolar.

2.9 Articulação da instituição de ensino com pais e ou responsáveis

A articulação entre instituição e pais, se dá mediante reunião geral no início do ano letivo, presidida pelos diretores da instituição escolar, com participação da equipe pedagógica e professores, depois, periodicamente, na entrega de boletins e, ou ainda, conforme as necessidades que surgem, sejam estas pertinentes a um aluno, grupo de alunos ou turmas

A escola tem orientado e estabelecido sobre a importância da participação das famílias na escola, no acompanhamento de seus filhos, não somente em momentos decisivos do processo educativo, mas, durante todo o processo de aprendizagem, durante o ano letivo.



2.10 Formação continuada dos profissionais da educação

A formação continuada dos profissionais da escola, não se limita aos conteúdos curriculares, mas estende-se à discussão da escola como um todo, e suas relações com a sociedade. Fazem parte dos programas de formação continuada de nossa escola, questões relacionadas com a cidadania, as questões da diversidade étnico-cultural, a gestão democrática, a avaliação, a metodologia de pesquisa e ensino, a análise de conjuntura política, econômica e educacional. Esses temas tendem a serem ampliados, conforme a necessidade e são oportunizados, durante o Conselho de Classe, na Hora Atividade e/ou outros momentos/espços previamente planejados pela equipe pedagógica e direção, visando a qualidade do ensino-aprendizagem.

Como espaços de formação, temos: a Semana pedagógica, Formação em Ação, PDE (Programa de desenvolvimento Educacional), Equipe Multidisciplinar, além de outros cursos ofertados por Universidades e Faculdades de Educação, divulgados online, ou mesmo na escola.

A Lei 10639/2003 foi aprovada pelo governo federal para garantir a apropriação de conhecimentos científicos, atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos à pluralidade étnico-social para garantir o respeito aos direitos legais, à valorização da identidade e das raízes africanas e indígenas da nação brasileira bem como o reconhecimento da sua história e cultura.

A Lei 10.639/2003 torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana na Educação Básica, complementada pela Lei 11.645/2008, que inclui a obrigatoriedade do ensino da História e cultura dos povos indígenas. Essas leis reafirmam uma posição de combate ao racismo e à discriminação social.

A educação é uma oportunidade dos sujeitos aprenderem sobre o valor da cultura e manterem contatos com as diferentes práticas culturais e a escola é um dos espaços privilegiados neste processo.

Nas discussões sobre currículo, têm lugar os debates sobre os conhecimentos escolares, os procedimentos pedagógicos, as relações sociais, os valores e as identidades dos alunos. Assim partimos da premissa de que o docente tem uma



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

responsabilidade ímpar, pois, é quem deve fazer a mediação entre o ensino e a aprendizagem valorizando a experiência dos educandos e suas contribuições, sem perder de vista que o conhecimento consiste em um processo de construção em que estão presentes influências da sociedade, da história e da cultura. Portanto, **as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 representam mais do que a recuperação da cultura afrobrasileira e indígena**, contemplam a possibilidade de se abordar o preconceito na escola no sentido que ultrapassa o pertencimento étnico-racial.

O debate cotidiano desses temas possibilita o desenvolvimento de uma cultura dos direitos humanos como eixo fundamental para a construção democrática de que, no momento, os afro-descendentes e os indígenas se encontram excluídos.

Diante da diversidade cultural é de competência do professor organizar adequadamente o ensino de forma a atender a todos os alunos. Para possibilitar o debate sobre a diversidade cultural, o IEEM organizou, a partir de 2011, uma Equipe Multidisciplinar.

A **Equipe Multidisciplinar** é uma instância de organização do trabalho escolar que foi instituída pela Instrução da SUED/SEED, de acordo com o disposto no art. 8º da Deliberação nº 04/06 – CEE/PR, com a finalidade de orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, ao longo do período letivo.

A respectiva equipe foi composta, conforme orientação nº 002/2010 – DEDI/SEED, em decorrência da publicação da Resolução nº 3.399/2010 e da Instrução nº 010/2010. O trabalho da Equipe Multidisciplinar se concretiza a partir da articulação entre as disciplinas da Base Nacional Comum, em consonância com as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com a finalidade de estudar a História e Cultura da África, dos Africanos, Afrodescendentes e Indígenas no Brasil, contribuindo dessa forma, para valorização da história do povo e da sua cultura.

Desde 2011 são organizados, pela Equipe Multidisciplinar da escola, os cursos com carga horária estabelecida pela SEED/PR para professores e funcionários



sobre essa temática, objetivando ampliar os conhecimentos, qualificar o ensino e fortalecer o combate aos preconceitos.

2.11 Realização e acompanhamento da Hora-Atividade

A hora atividade dos professores é cumprida na escola, distribuída no horário de aulas, visando o trabalho coletivo dos mesmos favorecendo a dinâmica interdisciplinar. A organização do trabalho docente na escola, por meio da Equipe Pedagógica e Professores devem, nessa perspectiva, contar com esse tempo e espaço para estabelecer propostas, conteúdos, estratégias de planejamento, de reuniões pedagógicas, de correção de tarefas dos alunos, de estudos e reflexões sobre os saberes curriculares, de projetos e propostas metodológicas, de instrumentos e critérios de avaliação, de troca de experiências, de atendimento dos alunos, pais e outros assuntos educacionais ao interesse dos professores. Um momento coletivo, conforme preconiza a Instrução n. 001-2015 (SUED-SEED).

Destaca-se que ainda há necessidade de avançar nesse aspecto, pedagogos e professores, professores e pedagogos precisam articular-se pedagogicamente, sem resistências quanto à função pedagógica, principalmente no que diz respeito à função de pedagogos e coordenadores de cursos.

2.12 Organização do tempo, espaço pedagógico e critério de organização das turmas

A organização do tempo e espaço escolar inicia pelo planejamento do calendário escolar pela Secretaria de Estado da Educação de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que possibilita a flexibilidade para cada Estado, de acordo com os feriados federais e estaduais. O calendário é elaborado pela SEED que repassa aos Núcleos Regionais de Ensino para a consulta feita junto aos professores sobre os recessos e feriados municipais, sempre respeitando a obrigatoriedade dos 200 dias letivos e 800 horas/aulas. Após discussão e homologação feita pelo Chefe do NRE, o calendário escolar entra em vigor, não tendo as escolas autonomia para definir outras mudanças sem justificativa



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

pedagógica.

Para a organização de turmas e distribuição de aulas por professor, os critérios seguem as resoluções da SEED que regulamentam o processo na rede estadual de ensino, estabelecendo normas e diretrizes para tal. Primeiramente são distribuídas as aulas aos professores lotados no estabelecimento, seguindo uma lista previamente enviada pelo NRE, onde se encontra a classificação do professor por tempo de serviço no estabelecimento, de acordo com a disciplina de concurso.

As aulas remanescentes do estabelecimento são enviadas ao NRE e, esse faz a distribuição seguindo os critérios da resolução específica. Inicialmente, são distribuídas as aulas aos professores não lotados e ocupantes de cargo efetivo, as aulas que restarem são distribuídas nas escolas, aos professores efetivos na forma de aulas extraordinárias, as aulas remanescentes voltam ao NRE para a distribuição a profissionais que possuem contratos temporários especiais.

Para a distribuição de aulas é considerada a carga horária disponível no estabelecimento de ensino. Essas vagas são geradas para o ano letivo, de acordo com o número de turmas e modalidade de ensino, previstos em regulamentação específica e na matriz curricular aprovada pelo NRE. A distribuição de aulas é acompanhada pela chefia do NRE, diretores e professores interessados.

O critério estabelecido contempla o Ensino Fundamental e Médio, as modalidades de ensino, como: Educação Especial, Profissional e Formação de Docentes, bem como os programas ofertados pela escola, como por exemplo, a AETE (Aulas Especializadas de Treinamento Desportivo) e SAA (Sala de Apoio à Aprendizagem).

2.13 Índices de aprovação-reprovação escolar (índices externos e internos), abandono, evasão e relação idade-ano

O trabalho pedagógico visando à apropriação dos conteúdos essenciais à formação do aluno se dá durante todo o ano letivo, quando não apropriados pelos alunos, a instituição de ensino procura garantir os conhecimentos não adquiridos, por meio da recuperação de estudos.

Em análise realizada a partir dos índices de aprovação, aprovação por



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Conselho de Classe, reprovação e abandono, é possível constatar, que este último tem seus índices reduzidos em mais de 50% em relação ao número de abandono em 2013 e 2015, no Ensino Médio, e próximo aos 100%, no Ensino Fundamental. Esse resultado se deve aos encaminhamentos conduzidos pela escola de acordo com o programa de combate ao abandono escolar; controle interno de faltas injustificadas; notificações do estudante ausente; reunião com responsáveis pelo aluno faltoso; informações ao Conselho Tutelar; encaminhamento à Rede de Proteção à criança e ao adolescente.

Ao detectar aproveitamento insuficiente, o professor oportuniza a revisão de conteúdos e outras atividades e/ou avaliações referentes ao conteúdo ensinado. Os professores buscam sanar as defasagens no rendimento escolar por meio da organização de grupos de estudos entre os alunos e com monitores, em contraturno.

Em relação ainda ao aluno com baixo aproveitamento escolar normalmente apontado em Conselhos de Classe e em conversas informais com os professores durante a hora atividade, a instituição de ensino faz acompanhamento individual a fim de diminuir as dificuldades em relação às atividades desenvolvidas. Após essa constatação, a equipe pedagógica, o professor e/ou a direção, conversam com o aluno e, se necessário, com os pais, no intuito de conscientizá-los da real situação e auxiliá-los na organização nos estudos.

2.14 Relação entre profissionais da educação e discentes

O Instituto de Educação dispõe de um Contrato Pedagógico, ideia surgida nas Jornadas Pedagógicas desenvolvidas há algum tempo atrás, uma formação destinada a pedagogos escolares, e depois, elaboradas na escola com finalidade de estabelecer normas de conduta escolar e de convivência.

Esse trabalho foi desenvolvido a princípio, na Semana pedagógica (cerca de 10 anos aproximadamente) junto aos profissionais da escola e, posteriormente, retomado no início de cada ano letivo para apreciação e alteração caso necessário. Isso tem contribuído para que escola e salas de aula estejam mais bem organizadas, pois, as regras do CP (Contrato Pedagógico) dão suporte para o acompanhamento efetivo dos problemas que ocorrem e favorecem a busca das



formas mais apropriadas para solucioná-los, sempre respaldados a partir desse documento. Enfim, o CP passou a ter relevância disciplinar e pedagógica para o trabalho da equipe pedagógica, de professores, funcionários, bem como para os próprios alunos e suas famílias que passam a conhecer melhor a escola e seu funcionamento.

Ressalta-se que o referido Contrato Pedagógico é enviado às famílias para ciência e assinatura do Termo de Compromisso, que fica firmado entre pais, alunos e escola. O protocolo dessa ciência é afixado na pasta individual de cada aluno.

III – FUNDAMENTOS TEÓRICOS (MARCO CONCEITUAL)

3.1 Princípios filosóficos do trabalho escolar

Os intensos impactos socioeconômicos e culturais têm sido propagados, na sociedade atual, de forma vertiginosa em função das pesquisas científicas que têm impulsionado as transformações tecnológicas e da rapidez de informações. Tais fatos contribuem para mudanças cada vez mais visíveis no cotidiano dos homens.

O atual momento histórico se caracteriza pela valorização de informações e conhecimentos, no entanto, sabemos que ao lado do acúmulo das tecnologias e consequentemente do capital, temos uma parte da população que não tem, ao menos, acesso às primeiras letras e são excluídos do saber sistematizado. Muitos daqueles que estão no sistema escolar têm acesso e permanência, como assegura Lei 9.394/96, saem da escola certificados, todavia, sem o letramento necessário para atuarem na sociedade como cidadãos capazes de elaborar a própria história.

O homem desenvolve tecnologias, muda as formas de produção e acumulação, mas ainda não sabe o que fazer na relação com o outro. As diferenças socioeconômicas e culturais estão se acentuando cada vez mais e, segundo Nagel (1992), a cada crise, a escola é chamada para dar conta do que não fez.

Nesse contexto de tantas divergências, afinal, **qual a função da escola? Formar o intelectual ou o trabalhador?**

Ao rever a história da humanidade, constata-se que os homens são essencialmente seres de natureza social, isto é, se humanizam por meio da sua vida em sociedade, na qual criam e recriam a cultura ao longo do tempo. Como aponta



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

Leontiev (1978), a forma de transmissão e fixação às novas gerações das aquisições da evolução, são fenômenos externos à cultura material e intelectual, e a forma de fixação deve-se ao aparecimento do trabalho como atividade criadora. Portanto, é por meio da apropriação da cultura criada pelos homens, das atividades sociais e produtoras que caracteriza, essencialmente, o homem.

Sabemos que as novas tecnologias, conhecidas como forma de melhorar a qualidade de vida do homem, aumentam cada vez mais as diferenças sociais, desumanizando este homem. Tal fato acontece atrelado às mudanças nas bases de produção que são ditadas para assegurar o processo de acumulação do capital.

Pretendemos formar homens com capacidade crítica, que valorize o coletivo e que sejam sujeitos da história e não objetos da sociedade. Homens que reconheçam a liberdade como princípio fundamental do ser humano para que possa extrapolar a aparência imediata das coisas, produzindo conhecimentos, com possibilidade de intervir no ambiente que vive, pois “[...] toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (MARX, 1986, p. 87).

Portanto, a função da escola é ir além da aplicação imediata, deve impulsionar o sujeito em sua dimensão social e individual, para criar e responder os desafios, ao invés de somente usar a tecnologia, deve gerá-la e aperfeiçoá-la.

Pretendemos formar homens que se efetivem e se recriem permanentemente, isto é, que analisem as contradições, aprofundando o conhecimento de acordo com a realidade da diferença dos seres, apresentando uma relação dinâmica, completa, total e contraditória.

Para tanto, é necessário rever o conceito de educação. Definir educação é uma tarefa árdua, especialmente porque o termo é usado em vários contextos distintos. A definição mais comumente utilizada refere-se à escolarização e traz nas entrelinhas as atividades que as instituições de ensino ofertam. Todavia, essa definição revela somente uma parte do conceito.

Pode-se afirmar que a educação é fator imprescindível para a aprendizagem e o desenvolvimento humano, o homem precisa de processos educativos para produzir a existência. Concorde-se com a ideia de Vygotsky (1989) que define a educação como a influência e a intervenção planejada, adequada ao objetivo,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

premeditada, consciente, nos processos de crescimento natural do organismo. Por isso só terá caráter educativo o estabelecimento de novas relações que, em alguma medida, intervenham nos processos de crescimento e os orientam.

É necessário ofertar uma educação completa, multidimensional, politécnica, combinando o trabalho produtivo material com tarefas no âmbito intelectual.

A finalidade da escola é unificar cultura e trabalho promovendo a formação de homens desenvolvidos multilateralmente, que articulem a sua capacidade produtiva às capacidades de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige (KUENZER, 1998).

Acreditamos que isso permita que se construam as bases científicas da produção. A escola necessita desempenhar seu papel social, a capacidade produtiva deve articular-se aos conhecimentos teóricos que orientem para uma prática, uma ação mais efetiva, transformadora. Para essa elaboração, procura-se buscar também em Vygotsky (1989), na teoria histórico- cultural, os pressupostos teórico-metodológicos das ações que permeiam o trabalho educativo da escola.

Essa concepção fundamenta-se na perspectiva teórica que concebe o homem como síntese das relações sociais, produz em contextos determinados, sejam conceitos, ciências, comportamentos. Afirma-se com base nesse princípio, que o homem é social, não é passivo, mas, ativo, interage com o meio social, e, na mesma forma que determinado pela sociedade, determina-a.

A escola é o espaço em que, por meio de metodologias organizadas, o aluno, tendo o professor como mediador, se apropria do saber sistematizado produzido ao longo da história da humanidade. Vygotsky (1989) enfatiza que para a formação dos conceitos, a história de vida e as relações sociais, isto é, os conhecimentos que as pessoas já têm (conceitos espontâneos), possibilitam a aquisição de conceitos científicos escolares. O professor deve preocupar-se com a identificação dos conceitos que os alunos já têm e aqueles que podem aprender em nível superior. A capacidade para apropriação e apreensão dos conceitos científicos é desenvolvida, especialmente por meio da educação formal. À medida que têm experiência com o saber sistematizado, os alunos começam a perceber a relação entre as diversas áreas do conhecimento.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Nessa perspectiva teórica a apropriação do conhecimento é um processo histórico-cultural, isto é, se dá por meio das interações com o meio e da participação do indivíduo em atividades culturalmente organizadas.

A escola, sendo um espaço socialmente organizado para a apropriação do saber elaborado, o professor é elemento fundamental. Dentro da visão histórico-cultural, o Instituto de Educação Estadual de Maringá tem adotado o conceito de professor mediador. Aquele que pela mediação entre sujeito e conteúdo curricular propicia o conhecimento elaborado, científico. Para isso é necessário que avalie os conhecimentos que os alunos têm para orientar e criar situações que favoreçam as generalizações. De acordo com Shimazaki (1995), o professor precisa buscar formas alternativas na sua ação pedagógica.

Uma atitude filosófica na educação requer a habilidade de identificar, analisar e buscar soluções para os problemas educacionais. De acordo com Saviani (2000), a Filosofia da Educação é a reflexão radical, rigorosa e de conjunto sobre os problemas que a realidade educacional apresenta (p. 20).

Ainda, de acordo com Saviani (2000), a tarefa da Filosofia da Educação é de oferecer aos educadores um método de reflexão que lhes permitam enfrentar os problemas educacionais, penetrando na sua complexidade e encaminhando à solução de questões, tais como, o conflito entre filosofia de vida e ideologia na atividade do educador, a relação entre meios e fins da educação, a relação entre teoria e prática, os condicionamentos da atividade docente, até onde se pode contá-los ou superá-los (p. 23).

Os educadores precisam compreender que toda prática pedagógica deve estar embasada em uma teoria, em uma filosofia, ou seja, numa concepção de mundo, de educação e de homem que se pretende formar. Essa deve ser a concepção a ser elaborada, antes mesmo de se definir quais os objetivos da educação.

Respondendo à pergunta inicial: “formar o trabalhador ou o intelectual”, destacamos que a **Instituição de Ensino por meio da formação integrada deve formar o trabalhador intelectual**. Essa é a finalidade da escola.



3.2 Concepções norteadoras da prática pedagógica

O marco conceitual do Projeto Político Pedagógico busca expressar as concepções de homem, mundo, sociedade, trabalho, educação, cultura, ciência e tecnologia. Os conceitos aqui expressos definem as concepções elaboradas pelo coletivo dessa escola, após discussões e pesquisas nas teorias que orientam a educação e a formação do homem situado historicamente.

Concebemos o homem como ser natural e social, e conforme os pressupostos já delineados anteriormente, por meio do trabalho organizado, as questões sociais sobrepõem às naturais. Para atender sua necessidade, o homem se relaciona com a natureza, já que dela provêm as condições que lhe permitem perpetuar-se como espécie. Na busca das condições para a sua sobrevivência, o ser humano atua sobre a natureza transformando-a segundo suas necessidades, e para além delas. Nesse processo de transformação, estão envolvidas múltiplas relações em cada momento histórico, assim, acumulam-se experiências e em decorrência dessas, produz-se conhecimentos acumulados e transmitidos de geração a geração por meio da educação e da cultura.

Ao alterar a natureza, o homem altera a si mesmo. A interação homem-natureza é um processo permanente, de mútua transformação e se constitui no processo de produção da existência humana. Sua ação é intencional e planejada, mediada pelo trabalho, produzindo bens materiais e não-materiais que são apropriados de diferentes formas pela humanidade.

O processo de produção da existência humana é um processo social, sendo assim, o ser humano não vive isoladamente, ao contrário, depende de outros para sobreviver. Existe interdependência entre os seres humanos em todas as formas de atividade humana, sejam quais forem suas necessidades, desde a produção de bens até a elaboração de conhecimentos, costumes, valores. Essas necessidades são criadas, atendidas e transformadas a partir da organização e do estabelecimento de relações entre os homens.

Como podemos perceber, na base de todas as relações humanas, determinando e condicionando a vida, está o trabalho, uma atividade intencional que envolve formas de organização, objetivando a produção dos bens necessários à vida



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

humana. Essa organização implica uma dada maneira de dividir o trabalho necessário à sociedade, ao mesmo tempo em que o condiciona. A forma de dividir e organizar o trabalho determina também a relação entre os homens na organização política e social, sobretudo, quanto à propriedade dos instrumentos e materiais utilizados e à apropriação do produto do trabalho.

O desenvolvimento do homem e de sua história não depende de um único fator. Ocorre a partir do suprimento de suas necessidades materiais, na forma de satisfazê-las, de se relacionar com os homens e com a natureza, e da produção do conhecimento. Nesse processo do desenvolvimento humano multideterminado, que envolve inter-relações e interferências recíprocas entre ideias e condições materiais, a base econômica é o determinante fundamental.

A sociedade em que vivemos estrutura-se em classes, com diferentes ideologias, histórias e culturas; uma sociedade capitalista, na qual a maioria dos indivíduos não tem acesso ao desenvolvimento, tendo poucas oportunidades sobre a ação social.

As condições econômicas em sociedades baseadas na propriedade privada resultam em grupos com interesses conflitantes, com possibilidades diferentes no interior da sociedade, ou seja, resultam num conflito entre classes. Em qualquer sociedade onde existem relações que envolvem interesses antagônicos, as ideias refletem essas diferenças. E, embora acabem por predominar aquelas que representam os interesses do grupo dominante, há possibilidade de se produzir ideias que expressam a realidade do ponto de vista de outro grupo, refletindo a possibilidade de transformação que está presente na própria sociedade.

Segundo Saviani (1992), o entendimento do modo como funciona a sociedade não pode se limitar às aparências. É necessário compreender as leis que regem o desenvolvimento da sociedade. Estas leis não são naturais, mas sim, históricas.

Para a sociedade que queremos, faz-se necessário proporcionar ações que contribuam para o desenvolvimento dos cidadãos, viabilizando uma sociedade esclarecida, que tenha conhecimento do seu processo histórico e compreenda que as relações que ocorrem entre os indivíduos, não são naturais, mas, produzidas pelo homem.

O conhecimento humano, em suas diferentes formas (senso comum, científico,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

tecnológico, filosófico, estético, etc) expressam as condições materiais de um dado momento histórico.

Esse conhecimento é influenciado pelo modo de produção, gerando uma concepção de homem, ideologia, cultura e sociedade. Como uma das formas de conhecimento produzido pelo homem no decorrer da sua história, a ciência é determinada pelas necessidades materiais do homem em cada período, ao mesmo tempo em que nelas interfere.

A ciência caracteriza-se pela necessidade do homem de explicar, por meio de métodos, os fatos observados, de forma sistematizada. É a tentativa do homem em entender e explicar racionalmente a natureza, buscando formular leis que, em última instância, permitam a atuação humana.

Tanto o processo de apropriação do conhecimento científico quanto seu produto, reflete o desenvolvimento e a ruptura ocorridos nos diferentes momentos da história. Em outras palavras, os antagonismos presentes em cada modo de produção e as transformações de um modo de produção a outro, são transpostos para as ideias científicas elaboradas pelo homem.

No decorrer da história, a ciência está sempre presente para reproduzir ou transformar. Na sociedade capitalista, o conhecimento científico é produzido de forma desigual, estando a serviço de interesses políticos, econômicos e sociais da classe dominante, não atingindo a totalidade da população.

O conhecimento formal é fruto de disputas políticas. Portanto, estudar a produção científica de cada área é conhecer não apenas o que está sendo produzido, mas quais são as principais discussões e disputas que se processam no espaço acadêmico e compreender sua historicidade. Faz-se necessário entender porque estas questões estão sendo postas nesse momento histórico e qual o contexto em que surgem. A ciência não é neutra, é produzida em torno de discordâncias e disputas.

O conhecimento produzido pelos homens, é transformado em conteúdo escolar adquirindo objetivos próprios. A incorporação dos avanços da ciência e da tecnologia aos programas escolares deve passar pelo estudo do caráter histórico da produção do conhecimento. Cabe à escola socializar e, possibilitar essa apropriação pelos educandos, representantes da classe trabalhadora, permitindo-lhes,



reconhecer e defender seus interesses.

A escola tem a função social de garantir o acesso aos saberes científicos, produzidos pela humanidade e permitir que os estudantes conheçam a realidade. Esse processo é indispensável para que não apenas conheçam o mundo em que vivem, mas com isso saibam nele atuar contribuindo para sua transformação.

O conhecimento é percebido quando há manifestação de mudança de atitudes e comportamentos, na prática social. Portanto, o conhecimento mediado em um processo dialético, quando envolve a prática-teoria-prática, simultaneamente, possibilita maior consciência acerca do nosso papel em sociedade.

A educação é uma prática social, uma atividade específica dos homens situando-os dentro da história. Ela não muda o mundo, mas o mundo pode ser mudado pela sua ação na sociedade e nas suas relações de trabalho. De acordo com Saviani (1992), a "educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, o que significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma experiência do e para o processo de trabalho, bem como é ela própria, um processo de trabalho" (p. 19).

Pretendemos uma educação voltada para a transformação social, sendo esta crítica e humanitária, a qual pode oportunizar ao educando o conhecimento científico, político e cultural, que favoreça conhecer e respeitar direitos e deveres cidadãos, preparando-o para uma vida justa e coletiva, sendo um indivíduo capaz de interagir com o outro e com o meio de forma equilibrada.

Todo conhecimento, na medida em que se constitui em um sistema de significação, é cultural. A cultura é resultado de toda a produção e, segundo Saviani (1992), "para sobreviver, o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano, o mundo da cultura" (p. 19).

Ao mesmo tempo em que se tornam visíveis as manifestações e expressões culturais de grupos dominados, observam-se o predomínio de formas culturais produzidas e veiculadas pelos meios de comunicação de massa, nas quais aparecem de forma destacadas as produções culturais em sua dimensão material e não-material da classe dominante.

Toda a organização curricular, por sua natureza e especificidade precisa



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

contemplar várias dimensões da ação humana, entre elas a concepção de cultura. Na escola, em sua prática, há a necessidade da consciência de tais diversidades culturais, especialmente, da sua função em trabalhar as culturas populares de forma a atingir a produção de uma cultura erudita. Assim, “a mediação da escola, instituição especializada para operar a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita; assume um papel político fundamental” (SAVIANI, 1995, p. 20).

Respeitando a diversidade cultural e valorizando a cultura popular e erudita, cabe à escola aproveitar essa diversidade existente para conhecer e vivenciar o multiculturalismo, que visa a transformação do ser humano, da sociedade e do mundo. Não existe uma cultura inferior ou superior à outra, o que temos é uma cultura que necessita ser aceita, valorizada, respeitada e reconhecida, a cultura dos homens, não importando etnias, raças, cor, religião, credos, opções sexuais, ou deficiências.

No contexto educacional, a tecnologia deve ser entendida como uma ferramenta sofisticada e alternativa, pois a mesma pode contribuir para o aumento das desigualdades (quando não utilizada adequadamente, com propósitos pedagógicos) ou, para a inserção social se vista como uma forma de estabelecer mediações entre o aluno e o conhecimento em todas as áreas, o que implica na organização e planejamento para esse fim. É necessário continuar lutando pela escolarização como um bem público, contra a domesticação política, contribuindo para que a educação em geral e o currículo, em particular, se constitua em efetiva base para que os desfavorecidos tenham, tomem e transformem a própria concepção de poder.

Para que todos tenham acesso à escola, faz-se necessário, vontade e ação política possibilitando investimentos para que os recursos tecnológicos (elementares e sofisticados) existam e possam contribuir para o desenvolvimento do pensar. Os recursos tecnológicos podem estabelecer relações entre o conhecimento científico, tecnológico e histórico-social, propiciando que o indivíduo passe a pensar sobre a realidade em que se encontra, tornando-se cidadão apto a exercer sua cidadania.

A cidadania requer uma atitude de independência, que o indivíduo adquire quando passa a pensar sobre a realidade em que se encontra. Nesse pensamento,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

a escola exerce papel fundamental, bem como, todos os profissionais que nela atuam.

De acordo com Boff (2000), cidadania é um processo histórico-social que “capacita a massa humana a forjar condições de consciência, de organização e de elaboração de um projeto e de práticas no sentido de deixar de ser massa e de passar a ser povo, como sujeito histórico, plasmador de seu próprio destino” (p. 51). Para atingir o objetivo de efetivar uma escola democrática, igualitária, participativa, formativa e crítica, é necessária a concepção de uma cidadania plena e consciente.

Ao tratar das questões pertinentes ao processo de formação dos sujeitos históricos nas dimensões política, social, econômica e cultural dentre outras, se firma a trajetória de uma educação permeada por conflitos e desafios que se constroem pelas necessidades humanas. Introduzir teorias e concepções pedagógicas é considerar o movimento social, dialético com todas as suas contradições. Pensando na formação como um todo, tem-se a organização do ensino mudada conforme os diversos momentos históricos.

Nessa perspectiva, e, contemplando o já previsto em Lei (9.394/96), dá-se a ampliação do Ensino Fundamental (que de oito anos passa a ser de nove anos). As instituições de ensino tiveram que se adequar à uma nova estrutura, à uma outra organização para essa etapa da Educação Básica. Com a aprovação do Plano Nacional de Educação em 2001, firma-se o compromisso por meio da Lei 11.114/2005, a qual altera o artigo 6º da LDB, tornando obrigatória a matrícula de crianças aos seis anos de idade no primeiro ano do Ensino Fundamental. Enquanto esta lei modifica a idade de ingresso nesta etapa da escolarização, a Lei 11.274/2006 trata da duração do Ensino Fundamental, ampliando-o para nove anos.

A nosso ver, esse processo deve implicar em garantir a qualidade do trabalho pedagógico, haja vista que muitas crianças não tiveram acesso às instituições de ensino antes do ingresso na escolaridade obrigatória. Esse trabalho deve visar a aquisição de conhecimentos, respeitando-se as especificidades da infância nos aspectos físico, psicológico, intelectual, social e cognitivo.

Para isso, nesse documento, trataremos brevemente da concepção de infância e adolescência, considerando que a demanda pertinente à primeira, e segunda etapas da Educação Básica é justamente esta que se insere no contexto



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

apresentado. Para dar continuidade após essa etapa, tem-se o Ensino Médio, etapa que absorve os alunos egressos do Ensino Fundamental. O conhecimento sobre as concepções propostas vem então dar suporte para o entendimento sobre quem é esse aluno, que passou pelas etapas anteriores e que está fechando o ciclo da Educação Básica.

Para aqueles que atuam diretamente com o Ensino Fundamental, conhecer um pouco da história que envolve o trabalho com a criança e com o adolescente, possibilita refletir sobre as características que vão se colocando a partir das mudanças decorrentes dos fatores políticos, sociais e econômicos.

Como construção histórica, tem-se a contribuição dos estudos de Vygotsky (2007), que ao analisar o desenvolvimento humano, privilegia a interação social para a formação da inteligência e as características essencialmente humanas, ou seja, na idéia de que nos tornamos humanos, a partir das relações que estabelecemos com o meio físico e social. Os estudos de Vygotsky indicam a importância em analisar criticamente o contexto social, com objetivo de compreender com qual criança, adolescente, jovem se está trabalhando, quais suas necessidades e como se dá a apropriação dos conteúdos contidos no currículo escolar.

Compreender a infância como historicamente situada, implica pensar nas intencionalidades educativas. Portanto, todos devem realizar um trabalho articulado que envolva todas as áreas do conhecimento. Kuhlmann (1998, p. 65) tratando da pequena infância, especificamente a idade de seis anos, destaca a importância de enfatizar aspectos como: “(...) o afeto, o prazer e o desprazer, a fantasia, o brincar e o movimento, a poesia, as ciências, as artes plásticas e dramáticas, a linguagem, a música e a matemática”.

Na infância, as crianças aprendem brincando, desenvolvem a capacidade de compreender “regras, limites, cooperação, competição, valores, noções de topologia, de lateralidade, de esquema corporal, expressão, canto, dança, aspectos culturais, movimentos motores finos, manipulação de objetos, trabalhos em grupo, mediação de conflitos, cuidados”, enfim, muitos aprendizados dos elementos que nos inserem gradativamente no mundo adulto, vêm do brincar. Portanto, “brincar não é uma dinâmica interna do indivíduo, mas uma atividade dotada de uma significação social precisa que, como outras, necessitam de aprendizagem” (BROUGÉRE, 2002, p. 20).



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

Desta forma, o brincar precisa mover-se a partir de intencionalidades pedagógicas, considerando os tempos e espaços possíveis para que a aprendizagem aconteça, propiciando assim, o cuidar e o educar como elementos concomitantes visando a aprendizagem significativa.

Nessa perspectiva, educar significa humanizar. Saviani (1992, p. 40) ao referir-se ao processo de humanização do ser humano afirma que “a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

Nesse sentido, cabe-nos pensar na continuidade dessa formação, infância e adolescência são períodos da vida constituídos por elementos históricos produzidos socialmente pelo homem. A adolescência foi naturalizada como sendo um período da vida manifestada por conflitos, rebeldia, incertezas. A ideia do que hoje chamamos por adolescência, conforme Grossman (1998), “foi pressentida a partir do século XVIII”. Porém é no século XIX que a adolescência passa por um delineamento preciso, o menino tem sua trajetória marcada por um período que corresponde à primeira comunhão até o bacharelado, a menina, da primeira comunhão ao casamento.

Nesse século, a adolescência passa a ser reconhecida como momento “crítico” da vida, fase temida por ser considerada de riscos para o próprio indivíduo e para a sociedade. Há preocupações com as manifestações advindas do comportamento e transformações sexuais. Acontece também a extensão da escolaridade às meninas, o que antes era restrita somente aos meninos. A família do século XIX caracterizava-se por ser nuclear, heterossexual, monógama e patriarcal, um modelo rígido, normativo.

O século XX é marcado inicialmente pelas guerras, deixando algumas mudanças significativas quanto ao comportamento adolescente. Esse reflexo percebe-se na contestação social, nas mobilizações políticas, um sujeito que já não aceita passivamente os conflitos decorrentes da sociedade capitalista, principalmente nos anos de 1960. A contracultura é apresentada como forma de oposição aos mecanismos alienadores da sociedade, sendo estes demonstrados por



algumas características evidentes como: “cabelos compridos, roupas extravagantes e coloridas, misticismo, um determinado tipo de música e drogas” (GROSSMAN, 1998). Contra uma ideologia burguesa, as maiores das universidades organizam-se com espírito de contrapor-se “ao velho” instituindo “o novo”.

Nos tempos recentes, temos o avanço da tecnologia, da produção de massa, da fragmentação e mecanização dos saberes. E o adolescente, como está hoje nessa sociedade, como se percebe os princípios e valores que conduzem à humanização dos homens?

Leontiev (1978) baseando-se em Engels sustenta a ideia que “(...) a hominização resultou da passagem à vida numa sociedade organizada na base do trabalho; (...) esta passagem modificou a sua natureza e marcou o início de um desenvolvimento que, diferentemente do desenvolvimento dos animais, estava e está submetido não às leis biológicas, mas, s leis sócio-históricas” (LEONTIEV, 1978, p. 262). Assim, tem-se o trabalho e a vida em sociedade como duas características que vão permitir historicamente um salto significativo para o desenvolvimento humano.

Faz-se necessário rever conceitos, haja vista que a psicologia por muito tempo naturalizou a adolescência, considerando-a como fase natural do desenvolvimento. As características apresentadas na literatura, sobre esse assunto tem mostrado que esta se apresenta nos âmbitos, biológico e psicológico como um período de intensa rebeldia, cujo corpo está em processo de mudança, instabilidade emocional, tendência à bagunça, hormônios à flor-da-pele, atitudes opostas, crescimento e desenvolvimento lógico, busca de identidade e independência. Todos os elementos que constituem esse período da vida são pensados e conduzidos da mesma forma, pois, fazem parte da natureza humana.

Finalizando a concepção de adolescência, retrata-se nesse documento, seguindo os pressupostos analisados por Bock (2004) que “a adolescência é vista como uma construção social, que tem suas repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno e não como um período natural do desenvolvimento”. A adolescência é uma produção da sociedade ocidental, moderna, portanto, não é natural, é produzida pelo homem, é social, é histórica.

Para compreender a adolescência, é preciso retomar seu processo social, para



então, compreendê-la na forma como acontece para os jovens. “Não há uma adolescência, como possibilidade de ser; há uma adolescência como significado social, mas suas possibilidades de expressão são muitas” (BOCK, 2004).

O papel do professor na perspectiva do trabalho com a segunda etapa da Educação Básica “deve” corresponder às concepções de infância e adolescência como produção humana, requer conhecimento histórico acerca das mudanças decorrentes de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, no sentido de perceber a formação do indivíduo como um todo. O trabalho pedagógico necessita de continuidade, sequência, planejamento, direcionamento didático (metodologia), e avaliação constante do processo de ensino e aprendizagem.

O período escolar deve constituir-se na visão de uma formação que direcione os alunos na perspectiva de emancipação, e, não de adaptação às condições postas, que alienam, subjulgam, expropriam. É preciso romper com a ideia ativista de que o sujeito somente aprende fazendo, e, propor um trabalho que articule teoria e prática na dimensão da práxis, em que saber e fazer aconteça tendo em vista a unidade do trabalho pedagógico nos espaços escolares.

Tendo em vista as concepções norteadoras do trabalho pedagógico, o Instituto de Educação Estadual elaborou as Propostas Curriculares das Disciplinas que compõem o currículo da Educação Básica, nas suas diversas etapas e modalidades de ensino, bem como o curso de Formação de Docentes em nível médio.

3.3 Diversidade dos sujeitos históricos

Considerando o respectivo contexto, o Projeto Político Pedagógico tenta inserir, incluir e oportunizar a todos, o acesso à escolarização, ao saber sistematizado.

A Equipe Multidisciplinar desenvolve trabalho escolar legitimado pelo Art. 26^a da LDB 9.394-96, pela Deliberação n. 04-06 do CEE-PR, pela instrução n. 017-06 da SUED-SEED, pela Resolução n. 3399-10 SUED-SEED e a instrução 010-10 da SUED-SEED. Os temas discutidos e debatidos têm resultados bastante positivos em relação à diversidade dos sujeitos escolares e não escolares. A garantia de espaços para reflexões coletivas na escola resultam em atividades de conscientização, o que



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeepmaringa@seed.pr.gov.br

acontecem por meio de ações pedagógicas que visam fortalecer o respeito e à valorização da diversidade cultural.

A implementação da Lei n. 10.639-03 e da Lei n. 11.645-08, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar, é um ponto relevante para o processo de tomada de consciência dos sujeitos acerca da identidade cultural brasileira.

O Ensino da História e Cultura Afro-descendente e Africana é desenvolvido pelos professores de História, Língua Portuguesa, Literatura e Arte. Além do trabalho desenvolvido nessas disciplinas, a escola realiza desde 2004, projetos relacionados ao tema. Esse trabalho visa superar a discriminação e proporciona aos alunos o conhecimento da riqueza apresentada pela diversidade étnico-cultural que compõe o patrimônio social, econômico, político e cultural do povo brasileiro. Para que esse objetivo seja alcançado, faz-se necessário, esforço coletivo dos professores na busca do aprofundamento de seus estudos sobre a questão, estando sempre atualizados com informações pertinentes.

Outra questão importante é o trabalho para o respeito à identidade de gênero de travestis e transexuais. É importante considerar que a escola recebendo alunos dessa realidade, deve tratá-los adequadamente, conforme sua identificação, se como homem, ou mulher.

A escola deve promover ações de formação envolvendo os profissionais da educação e do ensino quanto às questões de gênero, enfim, da diversidade dos sujeitos que compõe a instituição escolar, esse trabalho está refletido, de forma particular, nos estudos da Equipe Multidisciplinar já destacado nesse documento.

A Equipe Multidisciplinar tem como objetivo atender as sugestões de Formação Continuada, solicitada por professores da rede, ofertadas pela SEED, com orientações da SEED-Superintendência da Educação, Departamento da Diversidade, por meio das coordenações CERDE, CEEI e CERGDS.

Os objetivos são:

- Oferecer formação continuada aos participantes, através de estudo dos textos sugeridos outros selecionados pelo grupo, que sejam de relevância e para



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

serem disseminados aos demais profissionais envolvidos na prática educacional da escola;

- Incluir no cotidiano escolar discussões referentes às Relações Étnico-raciais e História da Cultura Afro-brasileira e africana;
- Implementar às práticas pedagógicas da Escola, projetos interdisciplinares referentes aos temas, envolvendo professores e alunos em atividades teóricas e prática.

A equipe multidisciplinar do Instituto de Educação Estadual de Maringá, no ano de 2016 está bastante atuante. Professores e funcionários têm como objetivo principal, levar aos alunos e outros funcionários, as temáticas estudadas, por meio de atividades diversificadas. O problema do preconceito racial, a discriminação de alunos e pessoas da comunidade escolar, gera problemas na escola e, todos os membros da equipe, são engajados a amenizar essas práticas que influenciam na aprendizagem.

Os temas propostos são sempre voltados para situações de conflito e com o intuito de resolver a diferenciação sofrida pelo estudante por motivo de cor ou raça.

Na semana da Consciência Negra, que acontece em novembro, diversas atividades e palestras serão desenvolvidas no ambiente escolar para mostrar quanto os negros, indígenas e pessoas de outras raças tem sua própria cultura e devem ser respeitados. Ninguém é diferente perante a lei e temos o dever de melhorar as relações étnico-raciais em nossa sociedade.

3.4 Tecnologia e educação

O uso das tecnologias é eminente, e estão transformando as relações humanas em todas as suas dimensões: econômica, social e no âmbito educacional não tem sido diferente. A apropriação desses meios de comunicação para a construção do conhecimento vem mobilizando os educadores no sentido da seleção e utilização mais adequada dessas novas tecnologias.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

O desenvolvimento cognitivo do ser humano está sendo mediado por dispositivos tecnológicos, quando as novas tecnologias da informação e comunicação ampliam o potencial humano em vários aspectos. Observa-se que a informação é disponibilizada por meio de tecnologias cada vez mais inovadoras, o que demanda novas formas de trabalho escolar.

Na educação, a tecnologia assume uma função importante em termos de apoio pedagógico, onde se faz necessário uma análise dessa ferramenta de ensino. A tecnologia educacional só funcionará na educação escolar, se for cuidadosamente planejada e controlada, com fins educativos, para se evitar desperdícios de tempo, recursos financeiros, e, principalmente, garantir a aprendizagem dos alunos.

Em meio à complexidade do aprender faz-se necessário a busca de novas metodologias de ensino, e o advento da internet traz possibilidades que gera maneiras diferentes de se ensinar, nesse sentido, é necessário reavaliar a conduta dos profissionais da educação diante de tantas ferramentas tecnológicas, inseridas no meio educacional, elas devem dar oportunidade de o aluno adquirir novos conhecimentos, devem favorecer o ensino e a aprendizagem, enfim, contribuir como complemento para o encaminhamento de metodologias aplicadas no trabalho com os conteúdos curriculares visando o desenvolvimento integral do indivíduo.

Nesse cenário aonde a tecnologia vem tomando o seu espaço faz-se necessário, que o professor seja constantemente estimulado a modificar a sua ação pedagógica, pois, em um determinado momento, porém, a presença de alguns recursos tecnológicos deve deixar de ser imprescindível apenas no espaço administrativo e ocupar seu lugar na sala de aula, nas atividades acadêmicas, pedagógicas. O uso da tecnologia pode ser propício no estudo de conteúdos, tornando-os significativos, fazendo com que o aluno adote uma postura mais participativa e interessada.

A escola precisa modernizar-se a fim de acompanhar o ritmo da sociedade e não se tornar uma instituição fora de moda, ultrapassada e desinteressante. Embora lentamente, ela está fazendo isso. Saber que o aluno aprende com o que lhe prende a atenção, todos sabem. A questão é: estão os professores, as escolas e os sistemas de ensino, preparados para tal mudança?



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

Embora as tecnologias tenham papel importante no ensino e na aprendizagem, sempre será necessário um professor para dar conhecimento científico aos alunos, propiciar aos alunos a mediação do conhecimento, além disso, um dos papéis importantes do docente é auxiliar e capacitar o aluno, para incluí-lo na cultura digital. Dessa forma, a mediação pedagógica se faz necessária para que o aluno saia da sala de aula com plena capacidade de usufruir das possibilidades que o universo digital oferece.

Nesse contexto, o papel do professor na escola e na sala de aula deve ser o de contribuir para que o aluno chegue às informações necessárias para potencializar seu aprendizado, E para que haja aprendizado deve-se haver dinamismo. Portanto, a adaptação não é apenas dos alunos, mas, também dos professores em relação às tecnologias. Estes devem compreender, principalmente, que os jovens da atual geração não estão interessados em aprender por aprender, ou aprender apenas porque o conteúdo está na matriz curricular. A geração criada a partir das novas tecnologias precisa de um motivo, ou seja, precisa saber como aquele conteúdo especificamente pode ser útil na sua vida profissional ou mesmo na vida pessoal.

Conforme documento organizado pela Superintendência da Educação (SUED) para a Semana Pedagógica de 2010, “as tecnologias de informação e comunicação presentes nesta sociedade vem assumindo um duplo papel: funcional – a tecnologia como ferramenta, instrumento, função e normativo – a tecnologia determinando modelos para as relações sociais” (PARANÁ, SEED, SUED, 2010).

Na explicação sobre esses papéis, tem-se quanto à funcionalidade, a oscilação entre “a versão otimista de transformação da sociedade”, cuja perspectiva é de um “mundo sem fronteiras”, rapidez nas informações, e, a versão pessimista de controle social e político, onde o cidadão “perde sua privacidade”. “Nas duas versões é possível identificar a mesma ideologia: a técnica determina o mundo e as relações humanas”. Na complementação desse pensamento, “o papel normativo das tecnologias está definido pelas regras do mercado econômico, a partir da ideologia do mercado e sua evolução”, passa de mídias de massa para mídias temáticas, individualizadas.

Na contraposição à essa lógica, à lógica das técnicas, faz-se necessário reflexões constantes, na tentativa de restabelecer “a lógica social e cultural”,



representando assim, a possibilidade de “disseminar, fortalecer e ressignificar as experiências culturais e os movimentos sociais” (PARANÁ, SEED, SUED, 2010).

Assim, é importante pensar um currículo que avance nas respectivas discussões e práticas pertinentes a essa temática.

3.5 Currículo e conhecimento

Pensar uma concepção de currículo implica pensar sobre a intenção política traduzida, e a “tensão constante entre seu caráter prescritivo e a prática docente” (SEED-PR, 2008).

O currículo é parte constitutiva da organização escolar. Envolve os sujeitos que possuem objetivos comuns, para a efetividade deste, há necessidade de um referencial teórico que sustente a prática curricular, conforme já destacado no início desse capítulo.

Por ser uma construção social do conhecimento, conforme enfatiza Veiga (1998) pressupõe a sistematização dos meios para atingir suas finalidades educativas. Assim diz a autora:

[...] a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Neste sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar (VEIGA, 1998).

O conhecimento escolar por estar em constante movimento é dialético, deve favorecer aos sujeitos a possibilidade de apreensão da realidade na qual se insere. Desta forma, os conteúdos curriculares necessitam ser aprofundados para tornarem-se conhecimento científico.

Os conteúdos curriculares devem ser trabalhados na sua historicidade, ou seja, permear as dimensões do conhecimento, visando sua contextualização. A fragmentação tem permeado o currículo escolar. Assim, percebe-se a ausência do conteúdo teórico, aprofundado. Nessa abordagem,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

[...] o professor transforma o conteúdo do currículo de acordo com suas próprias concepções epistemológicas e também o elabora em ‘conhecimento pedagogicamente elaborado’ de algum tipo e nível de formalização enquanto a formação estritamente pedagógica lhe faça organizar e acondicionar os conteúdos da matéria, adequando-os para os alunos (SACRISTÁN, 2000, p. 185).

A escola, portanto, deve promover uma reflexão sobre o conhecimento, haja vista “que ele é, ao mesmo tempo, processo e produto” (VEIGA, 1998). Como processo, o currículo vai além de uma listagem de conteúdos, de um programa, implica trabalhar com sentidos e significados dos conteúdos, e, para isso, as questões didático-pedagógicas, metodológicas e epistemológicas são essenciais *na* ou *para a* efetividade do aprendizado. Como processo, Sacristán (1998, p. 48) adverte: “para que o currículo contribua para o interesse emancipatório, deve ser entendido como uma práxis”.

Cabe ressaltar que o currículo como atividade essencialmente prática, é desprovida dos fundamentos que orientam para uma dimensão ampla do conhecimento, ou seja, da práxis que transforma. Deve configurar-se em um mecanismo voltado à superação do caráter meramente instrumental, técnico, pautado somente em resultados quantitativos. E, para superar esse caráter, o professor não deve ser simplesmente aquele que executa, mas, aquele que também a partir dos conhecimentos elabora e reelabora em um processo dialético. Este necessita das teorias, das concepções, dos princípios que norteiam a prática pedagógica. Para Sacristán (1998) é a perspectiva técnica que transforma o currículo em produto e, portanto, os professores são os que consomem esse produto para o direcionamento pedagógico.

Considerando os propósitos pedagógicos, educacionais, Veiga (1998) nos orienta sobre alguns pontos básicos, importantes na organização curricular:

O primeiro ponto, é que o currículo não é um instrumento neutro, pois, transmite sempre uma ideologia, a escola por sua vez, necessita identificar e compreender os elementos ideológicos presentes nos conteúdos que ensina, os quais servem para a manutenção dos processos de dominação. O currículo expressa a cultura sistematizada, função da escola.

Como segundo ponto destaca Veiga (1998), o currículo é situado historicamente e culturalmente determinado. Esse instrumento é indissociável do contexto social.



O terceiro ponto refere-se à organização curricular. O currículo integrado favorece a articulação entre as disciplinas curriculares e aos conteúdos, assim, tem-se o conhecimento na sua dimensão mais ampla.

O quarto ponto está relacionado ao controle social, considerando que o currículo da escola contempla conteúdos curriculares, metodologia, recursos, avaliação e uma relação pedagógica, e tudo isso exige controle de instâncias sociais como o Estado, por exemplo.

Destaca-se neste documento, que os pontos descritos e baseados nos estudos e produções da autora Ilma Passos A. Veiga, correspondem às questões que permeiam a organização do currículo da escola, portanto, a relação pedagógica deve ser fundamental para que haja ensino e aprendizagem, e que se cumpra dessa forma, a função social da escola.

3.6 Cuidar e educar

“Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo afetivo entre quem cuida e é cuidado” (RCNEI –Vol. 1, p. 75, MEC/SEF, 1988).

O “cuidar” é parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que exploram a dimensão pedagógica. Cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimento e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. O mais importante, no cuidado humano, é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano.

Para um desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

O cuidado muitas vezes é influenciado por crenças e valores em torno da saúde, da educação e do desenvolvimento infantil, embora sejam as necessidades humanas básicas, comuns, como: alimentar-se, proteger-se, etc.

As necessidades básicas podem ser modificadas e acrescidas de outras de acordo com o contexto sociocultural. Pode-se dizer que além daquelas que preservam a vida orgânica, as necessidades afetivas são, também, base para o desenvolvimento infantil.

Quanto ao cuidado, é preciso considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir os objetivos do cuidado com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, são necessários atitudes e procedimentos que estejam baseados em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades sócio-culturais (BRASIL, 1998, p. 25).

As ações relativas ao cuidar, por sua vez, são apresentadas de forma a ressaltar o desenvolvimento integral da criança, envolvendo aspectos afetivos, relacionais, biológicos, alimentares e concernentes à saúde. O contexto sociocultural aparece como determinante nas construções humanas e nas necessidades básicas de sobrevivência, diferentes em cada cultura, com isso, fica claro, no papel designado ao cuidar, a necessidade de envolvimento e comprometimento do professor com a criança em todos os seus aspectos, e a compreensão sobre o que ela sente e pensa, o que traz consigo, a sua história e seus desejos.

Para cuidar é preciso um comprometimento com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado. É preciso que o professor possa ajudar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atendê-las de forma adequada. Deve-se cuidar da criança como pessoa que está em um contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isso inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação desse conhecimento e de suas habilidades, que, aos poucos a tornarão mais independente e autônoma.

De acordo com Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (1998), o professor tem papel importante na construção de uma proposta curricular de qualidade, para tanto, se faz necessário que esteja comprometido com a prática educacional, estando, dessa forma, preparado para lidar com eventuais situações que possam vir a acontecer no decorrer do cotidiano escolar.

Ao educador cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento.

As instituições de educação infantil devem incorporar de maneira integrada as funções de cuidar e educar, não mais diferenciando, nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com crianças pequenas ou àqueles que trabalham com as de mais idade. Devemos considerar as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção da autonomia.

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriqueçam o seu desenvolvimento e inserção social, quando “cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação” (BRASIL, 1998, p. 23).

Nesse contexto, pode-se oferecer às crianças, condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e àquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. Contudo, é importante ressaltar, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam estas contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

com os outros em uma atitude básica de aceitação, de respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Nesse processo, a educação infantil poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. O processo educativo é realizado de várias formas: na família, na rua, nos grupos sociais e, também, na instituição.

Educar, nessa primeira etapa da vida, não pode ser confundido com cuidar, ainda que crianças (especialmente as de zero a 3 anos) necessitem de cuidados elementares para garantia da própria sobrevivência. O que deve permear a discussão não são os cuidados que as crianças devem receber, mas o modo como elas devem recebê-los, já que se alimentar, assear-se, brincar, dormir, interagir são direitos inalienáveis à infância (GARCIA, 2001).

É nesta perspectiva que se fundamenta o ato de educar nas escolas e, deste modo, ao pautar este estudo nos documentos da legislação nacional – Constituição de 1988 e LDB Lei 9.394/96 – é possível constatar que o conceito de educar está intrinsecamente ligado à prática docente, no que se refere ao sistema educacional. Com relação à primeira etapa da Educação Básica, denominada na atual LDB como Educação Infantil, o documento aborda a educação com a finalidade de desenvolver o educando em sua formação pessoal e social, para o exercício da cidadania. Conforme apresentado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, educar significa:

[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (RCNEI, 1998, p. 23).

Para finalizar, ressaltamos o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069 Julho de 1990, em seu art. 58 - Cap. IV, “no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do



contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura” (ECA, 1990).

3.7 Educação em direitos humanos

A discussão sobre Educação em Direitos Humanos no Brasil aconteceu no final da década de 1980, quando repercute os debates sobre o processo de redemocratização no país. Importante se faz nesse documento (PPP, IEEM, 2016), é conceituar o que isso significa e representa no contexto educacional.

O Caderno de Educação em Direitos Humanos referindo-se às Diretrizes Curriculares Nacionais, formulado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República destaca que

[...] a construção de um conceito de direitos humanos para a sociedade deve ter como eixo fundamental a dignidade da pessoa humana, visando o integral desenvolvimento de seu potencial criador enquanto cidadão crítico e consciente de seus deveres e direitos (BRASIL, 2013).

O documento nos orienta quanto a ideia de Direitos Humanos, chamando a atenção sobre as diferenças existentes em cada sociedade, no tocante a esse direito. Uma perspectiva que surgiu para “garantir à pessoa, dentro de uma sociedade, as condições essenciais à plenitude do gozo da vida humana” (BRASIL, 2013).

Há que se considerar que **Educação e Direitos Humanos** são indissociáveis e complementares. A própria legislação contempla direitos que protegem e promovem os direitos e responsabilidades dos sujeitos que são históricos. As Diretrizes Curriculares Nacionais, baseadas na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (9.394-96) e, em outros textos legais, reforçam os princípios fundantes da dignidade humana, e, a escola por sua vez, visando a educação pautada no desenvolvimento integral dos sujeitos, necessita trabalhar tendo em vista garantir que esse direito seja de consciência de todos os que passam pela instituição escolar.

Um direito de todas as pessoas que torna possível o desenvolvimento de seu potencial, a Educação é a principal esperança para alterar o



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

curso da humanidade. As transformações necessárias têm que atrelar o reconhecimento do Estado de que os excluídos são titulares de direitos. A adoção dessa condição certamente mudará a lógica dos processos de elaboração das políticas públicas (BRASIL, 2013).

A educação na Educação Básica deve trabalhar com fundamentos teórico-metodológicos que orientem para uma dimensão crítica em relação aos direitos humanos, haja vista que os objetivos desse trabalho se inserem em uma perspectiva voltada à transformação dos aspectos mais gerais que envolvem o sujeito, quais sejam: os valores, as atitudes, as relações e práticas sociais, bem como, as institucionais. Para Candau (1998, p. 36):

A Educação em Direitos Humanos potencializa uma atitude questionadora, desvela a necessidade de introduzir mudanças, tanto no currículo explícito, quanto no currículo oculto, afetando assim a cultura escolar e a cultura da escola.

Dessa forma, a escola tem a responsabilidade, o compromisso de, por meio das disciplinas curriculares, do discurso teórico-prático do docente, observar em que medida os educandos desenvolvem essa capacidade crítica, e, propiciar uma metodologia que envolva discussões, análises de fatos, por exemplo.

Alguns temas são importantes: Sujeito de direitos e direitos dos sujeitos; O que é universal e o que é particular; Trabalho e Educação (questão de direito); A Educação como direito humano, desde o princípio da humanidade; As políticas educacionais (responsabilidades do Estado). O papel da escola e do professor na formação dos sujeitos.

3.8 Educação ambiental

Educação ambiental é um tema bastante discutido na contemporaneidade, hoje faz parte do cotidiano dos homens. Toda a mídia noticia a todo instante os desmatamentos, os desastres ecológicos.

A Educação Ambiental é uma dimensão fundamental da educação uma vez que diz respeito à nossa relação com o meio em que vivemos, ou seja, corresponde a uma práxis educativa com a finalidade de reconstruir valores e atitudes para a atuação responsável das pessoas no ambiente em que vivem (CAPELARI e LESSA, 2011).



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Seu objetivo é buscar soluções aos desafios e problemas que atualmente enfrentamos e que comprometem o futuro da humanidade, criando oportunidades para a promoção de uma sociedade justa, igualitária e autossustentável.

Segundo Guimarães (2007), toda educação deve ser ambiental, independente do espaço em que é desenvolvida (dentro das escolas ou não). Nesse sentido, meio ambiente e qualidade de vida são noções vinculadas e importantes para a Educação Ambiental como um campo de estudo que se preocupa com a formação de pessoas conscientes de sua atuação no planeta em que vivem.

Desta forma, a Educação Ambiental corresponde a uma dimensão presente na educação ao buscar uma abordagem interdisciplinar, transdisciplinar e transversal que supere a fragmentação dos saberes disciplinares. Ou seja, as questões ambientais não devem ser apenas abordagens pontuais e restritas aos conteúdos e às disciplinas que já contemplem os estudos do meio ambiente, como, por exemplo, Ciências, Biologia, Geografia, Química e Física.

Assim, em nosso currículo, as temáticas ambientais devem perpassar os Planos de Trabalho Docente das diferentes áreas e disciplinas do currículo, de maneira que a Educação Ambiental deve ser abordada encaminhada em todos os espaços da escola.

Considerando o objetivo principal da Educação Ambiental que é de contribuir para a conservação da biodiversidade, reitera-se que a escola é ambiente propício para processos educativos que promovam a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida das pessoas.

3.9 Violência, o uso de álcool e outras drogas em âmbito escolar

Hoje em dia falar em violência, tornou-se comum, pois, vivemos buscando respostas para compreender e esse fenômeno. Muitos são os fatores que levam à violência, que se apresenta de diferentes formas. A violência nas escolas tem sido motivo de preocupações constantes. Os profissionais da educação por meio de suas



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeepmaringa@seed.pr.gov.br

experiências tentam trabalhar por uma formação sem violência, entretanto, esta tem aumentado significativamente nas duas últimas décadas.

O enfrentamento à violência no Instituto de Educação nos últimos anos tem acontecido por meio de discussões, estudos, reflexões e ações que visam amenizar as práticas violentas. Compreender a dimensão em que se dão essas práticas e tentar intervir sobre elas, somente é possível à medida que conhecemos.

Durante anos, a escola encontrou na Universidade Estadual de Maringá um suporte teórico-metodológico capaz de viabilizar conhecimentos e ações nesse sentido. Alguns projetos foram colocados em prática pelos alunos do Curso de Psicologia, os quais mobilizaram professores e alunos, o que trouxe contribuições positivas para a escola.

O uso de drogas na maioria das vezes está relacionado às questões de violência, destacamos a seguir essa questão:

O processo histórico e cultural pelo qual a sociedade constantemente passa, aponta modificações em muitas áreas, tais como: política, econômica, social, tecnológica, educacional, entre outras. Em todas essas transformações existem os pós e os contras do progresso, que avança rapidamente.

Dessa forma, não há como tratar os fenômenos sociais de forma isolada. Um exemplo disso é a questão do uso de drogas lícitas e ilícitas, um fenômeno sociocultural complexo e de difícil solução.

As variáveis que envolvem as questões da droga são muitas, a começar pelos tipos e efeitos produzidos de formas diferentes, de acordo com o seu consumo. A adolescência, também é um fator preocupante, pois é um período marcado por mudanças, curiosidades, afirmações de personalidade, no qual a droga pode se tornar bastante atrativa.

Diante desses fatos, torna-se necessário um trabalho educacional, que priorize ações preventivas dentro das escolas, conscientizando alunos, família, órgãos públicos e comunidade em geral, em relação aos prejuízos tanto físicos, quanto emocionais e psíquicos, que essas substâncias podem causar.

O uso de drogas não é um assunto recente, pelo contrário, em culturas primitivas a utilização de ervas entorpecente e alucinógena era constante em alguns rituais religiosos. A Bolívia, por exemplo, de acordo com reportagem da Folha de



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

São Paulo, de 14 de janeiro de 2013, conseguiu frente a ONU (Organização das Nações Unidas) o reconhecimento pelo direito à mastigação de folhas de coca, considerada nesse país, tradição milenar e utilizada para fins medicinais e rituais.

A liberação do uso da maconha no Brasil, considerada droga ilícita, envolve atualmente debates no Congresso Nacional. Frente a essas situações e incluindo o crescente envolvimento de adolescentes com o uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, inclusive no interior das escolas, faz-se necessário o devido conhecimento e esclarecimento sobre os efeitos dessas substâncias no organismo, para o público jovem, a fim de prevenir o envolvimento e, conseqüentemente, a dependência de substâncias químicas.

Dentre os referenciais teóricos que fundamentam esse estudo, estão documentos Estaduais e Federais, tais como: Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas (FESD), determinado pela Lei nº 17.244/2012, que sanciona ações no Estado do Paraná; Política Nacional sobre Drogas, da Secretaria Executiva do Conselho Nacional Antidrogas (SENAD); Lei nº 11.343/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD); Política de Promoção de Saúde e da Educação Integral, orientada pelo Ministério da Educação (MEC); O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promovido pelo Ministério da Justiça, entre outros autores que abordam a temática das drogas e da saúde.

O trabalho tem por finalidade contribuir para a prevenção ao uso de drogas tanto lícitas, como ilícitas abordando a temática dentro da escola, de forma interdisciplinar, envolvendo o corpo docente e discente, além de envolver também, órgãos públicos que pertencem à comunidade na qual essa instituição de ensino está inserida, tais como: Câmara Municipal, Fórum e Conselho Tutelar. Entendemos, que a colaboração desses órgãos, assim como, o trabalho conjunto dentro da comunidade escolar, possam auxiliar de forma efetiva na prevenção ao uso de drogas pelos nossos jovens estudantes, justificando dessa forma a necessidade de sua realização.



3.10 Educação Especial

Dentro do processo educacional, temos que compreender que a inclusão no sistema de ensino regular, de crianças e jovens, com necessidades educativas especiais, suscitam um amplo debate na sociedade e coloca-se como um grande desafio. Entende-se por Educação Especial, para os efeitos legais, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino (desde que atendidas às condições), para educandos com necessidades especiais. O compromisso do Estado deve ser na manutenção de um modelo público de educação especial, em todas as modalidades, como educação precoce, iniciação profissional, habilitação e qualificação para o trabalho, ensino médio e superior.

O IEEM oferta como modalidade de educação escolar, de acordo com a LDB 9.394/96 e a Del. 02/03 do CEE, a Educação Especial no atendimento às áreas de Deficiência Intelectual, Visual, Auditiva e Altas Habilidades, procurando assegurar um conjunto de recursos, apoios e serviços educacionais especiais, organizados para apoiar, complementar, suplementar em alguns casos e substituir os serviços educacionais comuns.

Os serviços ofertados por esta instituição são caracterizados por Sala Multifuncional (Deficiência Intelectual e Altas Habilidades); CAE-DV (Centro de Atendimento Especializado à Pessoa com Deficiência Visual); CAE-DA (Centro de Atendimento Especializado à Pessoa com Deficiência Auditiva). Os programas são ofertados paralelamente ao ensino regular do Ensino Fundamental e Médio.

O Programa de Sala Multifuncional acompanha o aluno em contraturno, momento em que o atendimento pedagógico específico se dá individualmente, ou em pequenos grupos, com cronograma de atendimento. Essa oferta visa o atendimento dos alunos que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem, com utilização de programação específica, métodos, estratégias, atividades diversificadas e extracurriculares.

O CAE-DV e o CAE-DA ofertam o serviço de apoio especial de natureza pedagógica. As atividades são desenvolvidas com atendimento por cronograma, de acordo com as áreas e necessidades dos alunos.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Lutamos para assegurar o acesso e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais nas escolas comuns e especializadas, prioritariamente, públicas. Mas não desejamos que essas pessoas sejam matriculadas aleatoriamente nas escolas, sem antes serem tomadas medidas que afirmem seus direitos. Cabe ressaltar que a expressão inclusão vai além do sinônimo de deficiência, portanto, o sistema educacional deve contemplar todos aqueles que estão à margem da sociedade, e, principalmente, do processo educacional, respeitando as particularidades de todos os alunos.

3.11 Educação profissional articulada ao Ensino Médio

Ciavatta (2005) no Documento Base do Ministério da Educação e Cultura por meio da Secretaria de Educação profissional e Tecnológica tratando da ideia de educação integrada, nos traz a reflexão sobre o que é que é integrar. Ciavatta (2005) remete o termo ao seu “sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, o que implica tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos” (BRASIL/MEC, 2007, p. 41).

Nessa perspectiva, a Educação Profissional articulada ao Ensino Médio propõe que a educação geral não se separe da educação profissional, seja nos processos produtivos, “seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior” (BRASIL/MEC, 2007, p. 41). Isso significa que é preciso superar a dicotomia histórica existente entre trabalho manual/trabalho intelectual, de pensar a dimensão intelectual incorporada ao trabalho produtivo, em que por meio do trabalho produtivo, os sujeitos possam continuar seu processo de humanização.

A “formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (BRASIL/MEC, 2007, p. 41). Esse pensamento de Ciavatta (2005) nos orienta sobre a formação restrita às atividades técnicas, em que carente dos conhecimentos científicos, os sujeitos ficam reduzidos “ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-



tecnológica e na sua apropriação histórico-social” (CIAVATTA, 2005, p. 85). Portanto, diante dessa ideia, aos adolescentes e jovens estudantes, bem como, aos trabalhadores estudantes, é preciso garantir uma formação que seja completa, que perpassasse as múltiplas dimensões do conhecimento.

Para compreendermos melhor acerca das questões aqui mencionadas, nos reportamos à autora Marise Nogueira Ramos (2005), quando nos traz alguns pressupostos que orientam para o entendimento sobre o processo de produção e apropriação do conhecimento pelos sujeitos, tendo em vista a realidade concreta e o trabalho como ação que transforma a realidade.

Salientamos que os respectivos pressupostos foram extraídos na do Documento Base do MEC (2007), reiterando os princípios que permeiam as relações de formação intelectual e produção.

O primeiro deles é compreender que homens e mulheres são seres histórico-sociais que atuam no mundo concreto para satisfazerem suas necessidades subjetivas e sociais e, nessa ação, produzem conhecimentos. Assim, a história da humanidade é a história da produção da existência humana e a história do conhecimento é a história do processo de apropriação social dos potenciais da natureza para o próprio homem, mediada pelo trabalho. Por isso, o trabalho é mediação ontológica e histórica na produção de conhecimento.

O segundo pressuposto é que a realidade concreta é uma totalidade, síntese de múltiplas relações. Totalidade significa um todo estruturado e dialético, *do qual* ou *no qual* um fato ou conjunto de fatos pode ser racionalmente compreendido pela determinação das relações que os constituem (KOSIK, 1978). Desses pressupostos decorre um princípio de ordem epistemológica, que consiste em compreender o conhecimento como uma produção do pensamento pela qual se apreende e se representam as relações que constituem e estruturam a realidade objetiva.

Apreender e determinar essas relações exige um método, que parte do concreto empírico – forma como a realidade se manifesta – e, mediante uma determinação mais precisa através da análise, chega a relações gerais que são determinantes da realidade concreta. O processo de conhecimento implica, após a análise, elaborar a síntese que representa o concreto, agora como uma reprodução do pensamento conduzido pelas determinações que o constituem. No trabalho



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

pedagógico, o método de exposição deve restabelecer as relações dinâmicas e dialéticas entre os conceitos, reconstituindo as relações que configuram a totalidade concreta da qual se originaram, de modo que o objeto a ser conhecido revele-se gradativamente em suas peculiaridades próprias. O currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender (BRASIL/MEC, 2007)

Com o Decreto no. 2.208/97, principalmente em relação à separação entre o ensino médio e a educação profissional, as instituições de ensino e profissionais da educação retomam a discussão sobre a educação politécnica. A educação politécnica é compreendida como uma educação unitária e universal, a qual possibilita superar a dualidade existente entre a cultura geral e a cultura técnica.

Nessa perspectiva, a ciência, a cultura, a tecnologia e o processo de trabalho são eixos básicos para se pensar uma formação integrada, capaz de unir conhecimento intelectual e trabalho produtivo como condicionantes humanizadores do homem e da sociedade.

Foi a partir dessa convergência mínima dentre os principais sujeitos envolvidos nessa discussão que se edificaram as bases que deram origem ao Decreto no. 5.154/04. Esse instrumento legal, além de manter as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes trazidas pelo Decreto no. 2.208/97, teve o grande mérito de revogá-lo e de trazer de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora, numa perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção porque contém os princípios de sua construção (BRASIL, MEC, p.24).

O Ensino Médio integrado expressa uma concepção de formação humana, integrar é pensar as dimensões do conhecimento, é a formação omnilateral dos sujeitos, como enfatiza Frigotto (1996). As dimensões, às quais nos referimos são: trabalho, a ciência e a cultura, e, junta-se aí a tecnologia como forma de aproximação das relações.

O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência compreendida como os



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

Ensino Médio integrado à Educação profissional possibilita a formação do sujeito para a emancipação social, econômica, política e ética. A função da escola é propiciar a aquisição dos conhecimentos produzidos de forma a atingir os objetivos maiores da educação.

3.12 Acompanhamento e avaliação do projeto político pedagógico

A avaliação a qual destacamos nesse item, refere-se ao processo de acompanhamento e execução do plano de ação da escola, por meio de reflexões coletivas, que contribuem para balizar os avanços e recuos da prática pedagógica. No entanto, estão previstos, ate mesmo em calendário, dois momentos específicos e fundamentais para avaliação da proposta de trabalho, o que se dá de forma sistematizada, envolvendo professores, funcionários, sendo estes realizados no período destinado à formação continuada, ou seja, nos meses de fevereiro e julho, início de cada período letivo.

Essa proposta de avaliação institucional interna tem como principal objetivo, refletir sobre a prática pedagógica desenvolvida e o processo de aprendizagem dos alunos. Para que esse processo se efetive, são necessários momentos de estudo a partir de referenciais teóricos que fundamentem o trabalho pedagógico, possibilitando maior direcionamento da ação docente.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

3.13 REFERÊNCIAS

APP-Sindicato. **Construindo o plano estadual da educação:** para um novo governo. Curitiba: APP, 2001.

APP- Sindicato. **A escola como território de luta.** Curitiba: APP, 2005.

BAHKTIN, **Marxismo e filosofia da linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano:** a adolescência em questão. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n.62, p. 26-43, abril, 2004.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar:** ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos:** Diretrizes Nacionais – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.** Documento Base: Brasília: MEC, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, **Decreto nº 2.208/97.** Brasília/DF: MEC, 1997.

BRASIL. **Escola viva.** Vol. 06. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. **Escola viva.** Vol. 05. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.** Brasília: MEC, 1996.

_____. **Lei nº 10.639/03.** Brasília: 2003.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 5.692/71.** Brasília: Senado Federal, 1971.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 4.024/61.** Brasília: Senado Federal, 1961.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos**: desafios para a formação de professores. São Paulo: Novamérica, n. 78, 1998.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: RAMOS, Marise. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.). **Ensino Médio Integrado**: Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005; pp. 83-105.

CLEMENTE, Neide Gomes. **Instituto de Educação de Maringá**: história e Memória. Maringá: UEM, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.). **Ensino Médio Integrado**: Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. Trad. Manuel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GROSSMAN, Eloisa. A adolescência através dos tempos. **Adolesc. Latinoam.**, jul./set. 1998, vol. 1, n. 2, p. 68-74. ISSN 1414-7130

IEEM. **Livro ata**: grêmio estudantil. Maringá, 1959.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2002.

LUZ, France. Maringá: fase de implantação. In: DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José Henrique R. (Orgs.) **Maringá e o norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Cortez, 1986.

NAGEL, L. **Em discussão os conteúdos**, MIMEO. Maringá: UEM, 1992.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular do curso de formação de docentes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, em nível médio, na modalidade normal**. Curitiba: SEED, 2003.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 007/99**: normas gerais para a avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos do sistema estadual de ensino, em nível fundamental e médio. Curitiba: SEED, 1999.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Plano estadual de educação**: uma construção coletiva (versão preliminar). Curitiba: SEED, 2005.

PARANÁ. **PROEM**. Projeto de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiieepmaringa@seed.pr.gov.br

Curitiba: SEED/PR, 1998.

PARANÁ. **Magistério nova dimensão**. Curitiba: SEED/PR, 1981.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: RAMOS, Marise. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.). **Ensino Médio integrado: Concepção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005; pp. 106-127.

RODRIGUES, Elaine. **Reformando o ensino de história**: lições de continuidade. Maringá: UEM, mimeo, 2005.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 1995.

_____. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Autores Associados, 2000.

SACRISTÁN, J.G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SHIMAZAKI, E. M. **Educação; como anda?** Mimeo, 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora. São Paulo: Libertad, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Porto Alegre: Martins Fontes, 1989.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

IV – OPERACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS -

PLANEJAMENTO (Marco Operacional)

4.1. Calendário Escolar

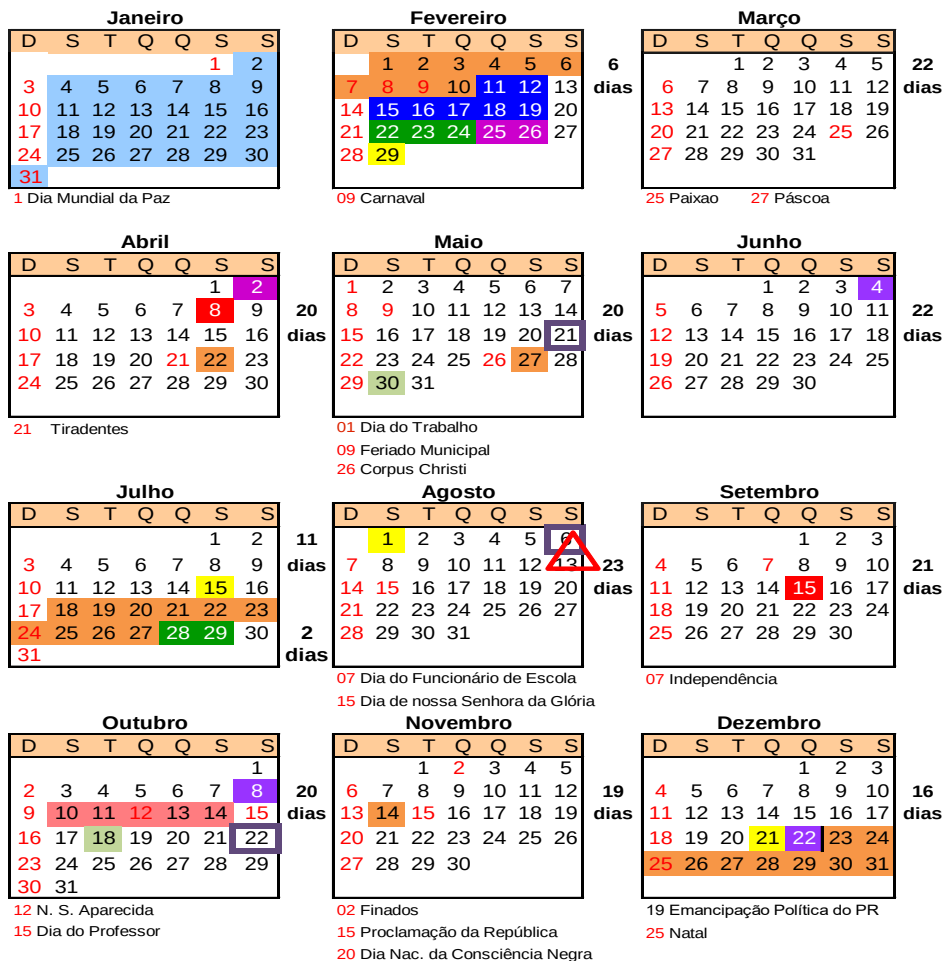
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional

Anexo da Resolução N° 3660/2015 - GS/SEED

CALENDÁRIO ESCOLAR 2016 DIURNO

Considerados como dias letivos: semana pedagógica (05 dias); formação continuada (02 dias); planejamento (02 dias); replanejamento (01 dias) – Delib. 02/02-CEE



- Início/Término das aulas
- Planejamento/Replanejamento
- Férias
- Recesso
- Semana Pedagógica
- Distribuição de Aulas
- Brigada Escolar
- Formação em Ação
- Semana Integração Família Escola
- Conselho de Classe
- Reunião Pedagógica
- Término do Trimestre

Férias Discentes	
Mês	Dia
Janeiro	30
Fevereiro	28
Julho	12
Dezembro	10
Recesso	3
Total	83

Férias/Recesso/Doce	
Mês	Dia
janeiro/férias	30
fevereiro/recesso	10
julho	10
outros recessos	3
dezembro	10
Total	63

Início e Término das Aulas
Manhã 07h30min - 11h55min
Tarde 13h15min - 17h40min

Maringá, 23 de dezembro de 2015



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ																						
Ensino Médio - Noturno																						
Anexo da Resolução N° 3660/2015 - GS/SEED																						
CALENDÁRIO ESCOLAR 2016																						
Considerados como dias letivos: semana pedagógica (05 dias); formação continuada (02 dias); planejamento (02 dias); replanejamento (01 dias) – Delib. 02/02-CEE																						
Janeiro				Fevereiro				Março														
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S								
					1	2					1	2	3	4	5	22 dias						
3	4	5	6	7	8	9		7	8	9	10	11	12	13	6 dias							
10	11	12	13	14	15	16		14	15	16	17	18	19	20								
17	18	19	20	21	22	23		21	22	23	24	25	26	27								
24	25	26	27	28	29	30		28	29													
31																						
1 Dia Mundial da Paz								09 Carnaval								25 Paixao 27 Páscoa						
Abril				Maio				Junho														
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S								
					1	2																
3	4	5	6	7	8	9	20 dias	1	2	3	4	5	6	7	14 dias							
10	11	12	13	14	15	16		8	9	10	11	12	13	14								
17	18	19	20	21	22	23		15	16	17	18	19	20	21								
24	25	26	27	28	29	30		22	23	24	25	26	27	28								
								29	30	31												
21 Tiradentes								01 Dia do Trabalho								01 Dia do Trabalho						
								09 Feriado Municipal								09 Feriado Municipal						
								26 Corpus Christi								26 Corpus Christi						
Julho				Agosto				Setembro														
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S								
					1	2	11 dias															
3	4	5	6	7	8	9		1	2	3	4	5	6	7	23 dias							
10	11	12	13	14	15	16		7	8	9	10	11	12	13								
17	18	19	20	21	22	23		14	15	16	17	18	19	20								
24	25	26	27	28	29	30	2 dias	21	22	23	24	25	26	27								
31								28	29	30	31											
								07 Dia do Funcionário de Escola								07 Independência						
								15 Dia de nossa Senhora da Glória														
Outubro				Novembro				Dezembro														
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S								
						1							1	2	3							
2	3	4	5	6	7	8	20 dias	6	7	8	9	10	11	12								
9	10	11	12	13	14	15		13	14	15	16	17	18	19								
16	17	18	19	20	21	22		20	21	22	23	24	25	26								
23	24	25	26	27	28	29		27	28	29	30											
30	31																					
12 N. S. Aparecida								02 Finados								19 Emancipação Política do PR						
15 Dia do Professor								15 Proclamação da República								25 Natal						
								20 Dia Nac. da Consciência Negra														
Início/Término das aulas												Férias Discentes				Férias/Recesso/Doce						
Planejamento/Replanejamento												Mês				Dia						
Férias												Janeiro				30						
Recesso												Fevereiro				28						
Semana Pedagógica												Julho				12						
Distribuição de Aulas												Dezembro				10						
Brigada Escolar												Recesso				3						
Formação em Ação/Contra turno												Total				83						
Semana Integração Família Escola												Mês				Dia						
Conselho de Classe												Janeiro/férias				30						
Reunião Pedagógica												fevereiro/recesso				10						
Término do Trimestre												julho				10						
Complementação de Carga Horária												outros recessos				3						
												dezembro				10						
												Total				63						
												Início e Término das aulas										
												19h - 22h50min										
												Maringá, 23 de dezembro de 2015										



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ																								
Educação Profissional - Técnico em Administração - Período Noturno																								
Anexo da Resolução N° 3660/2015 - GS/SEED																								
CALENDÁRIO ESCOLAR 2016																								
Considerados como dias letivos: semana pedagógica (05 dias); formação continuada (02 dias); planejamento (02 dias); replanejamento (01 dias) – Delib. 02/02-CEE																								
Janeiro				Fevereiro				Março																
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S										
					1	2						1	2	3	4	5	22 dias							
3	4	5	6	7	8	9		7	8	9	10	11	12	13										
10	11	12	13	14	15	16		14	15	16	17	18	19	20										
17	18	19	20	21	22	23		21	22	23	24	25	26	27										
24	25	26	27	28	29	30		28	29															
31																								
1 Dia Mundial da Paz								09 Carnaval																
Abril				Maio				Junho																
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S		
					1	2		1	2	3	4	5	6	7		5	6	7	8	9	10	11		22 dias
3	4	5	6	7	8	9	20 dias	8	9	10	11	12	13	14	20 dias	12	13	14	15	16	17	18		
10	11	12	13	14	15	16		15	16	17	18	19	20	21		19	20	21	22	23	24	25		
17	18	19	20	21	22	23		22	23	24	25	26	27	28		26	27	28	29	30				
24	25	26	27	28	29	30		29	30	31														
21 Tiradentes								01 Dia do Trabalho																
								09 Feriado Municipal																
								26 Corpus Christi																
Julho				Agosto				Setembro																
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S		
					1	2	11 dias					1	2	3	4					1	2	3		
3	4	5	6	7	8	9		7	8	9	10	11	12	13	23 dias	4	5	6	7	8	9	10		21 dias
10	11	12	13	14	15	16		14	15	16	17	18	19	20		11	12	13	14	15	16	17		
17	18	19	20	21	22	23		21	22	23	24	25	26	27		18	19	20	21	22	23	24		
24	25	26	27	28	29	30	2 dias	28	29	30	31					25	26	27	28	29	30			
31																								
								07 Dia do Funcionário de Escola																
								15 Dia de nossa Senhora da Glória																
Outubro				Novembro				Dezembro																
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S		
						1						1	2	3	4	5					1	2	3	
2	3	4	5	6	7	8	20 dias	6	7	8	9	10	11	12	19 dias	4	5	6	7	8	9	10		16 dias
9	10	11	12	13	14	15		13	14	15	16	17	18	19		11	12	13	14	15	16	17		
16	17	18	19	20	21	22		20	21	22	23	24	25	26		18	19	20	21	22	23	24		
23	24	25	26	27	28	29		27	28	29	30					25	26	27	28	29	30	31		
30	31																							
12 N. S. Aparecida								02 Finados																
15 Dia do Professor								15 Proclamação da República																
								20 Dia Nac. da Consciência Negra																



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ															
Educação Profissional - Técnico em Logística - Período Noturno															
Anexo da Resolução N° 3660/2015 - GS/SEED															
CALENDÁRIO ESCOLAR 2016															
Considerados como dias letivos: semana pedagógica (05 dias); formação continuada (02 dias); planejamento (02 dias); replanejamento (01 dias) – Delib. 02/02-CEE															
Janeiro				Fevereiro				Março							
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S	
					1	2									
3	4	5	6	7	8	9			1	2	3	4	5		22
10	11	12	13	14	15	16			6	7	8	9	10	11	12
17	18	19	20	21	22	23			13	14	15	16	17	18	19
24	25	26	27	28	29	30			20	21	22	23	24	25	26
31									27	28	29	30	31		
1 Dia Mundial da Paz								25 Paixao 27 Páscoa							
Abril				Maio				Junho							
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S	
					1	2					1	2	3	4	
3	4	5	6	7	8	9	20	1	2	3	4	5	6	7	
10	11	12	13	14	15	16	dias	8	9	10	11	12	13	14	20
17	18	19	20	21	22	23		15	16	17	18	19	20	21	
24	25	26	27	28	29	30		22	23	24	25	26	27	28	
21 Tiradentes								01 Dia do Trabalho							
								09 Feriado Municipal							
								26 Corpus Christi							
Julho				Agosto				Setembro							
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S	
					1	2	11						1	2	3
3	4	5	6	7	8	9	dias	1	2	3	4	5	6		
10	11	12	13	14	15	16		7	8	9	10	11	12	13	23
17	18	19	20	21	22	23		14	15	16	17	18	19	20	
24	25	26	27	28	29	30	2	21	22	23	24	25	26	27	
31							dias	28	29	30	31				
								07 Dia do Funcionário de Escola							
								15 Dia de nossa Senhora da Glória							
Outubro				Novembro				Dezembro							
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S	
						1							1	2	3
2	3	4	5	6	7	8	20	6	7	8	9	10	11	12	19
9	10	11	12	13	14	15	dias	13	14	15	16	17	18	19	
16	17	18	19	20	21	22		20	21	22	23	24	25	26	
23	24	25	26	27	28	29		27	28	29	30				
30	31														
12 N. S. Aparecida								02 Finados							
15 Dia do Professor								15 Proclamação da República							
								20 Dia Nac. da Consciência Negra							



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

4.2 Ações didático-pedagógicas (Plano de Ação da Instituição de Ensino)

PLANO DE AÇÃO

2016					
DIMENSÃO: FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA (PROFESSORES E AGENTES I E II)					
REFLEXÃO	DESAFIOS	PÚBLICO ALVO	AÇÕES (O QUE FAZER)	CRONO- GRAMA (QUANDO FAZER)	RESPONSÁVEL
Todos os profissionais da escola participam da Semana Pedagógica?	Sim. Todos participam	Direção, equipe pedagógica, professores e funcionários	Não há esse problema nessa instituição de ensino	Fevereiro e julho de cada ano letivo.	Organização pela direção equipe pedagógica e funcionários técnico-administrativos
Todos os profissionais da escola participam do Formação em Ação?	Sim. Todos participam	Direção, equipe pedagógica, professores e funcionários	Não há esse problema nessa instituição de ensino	Conforme calendário letivo	Organização pela direção equipe pedagógica.
A hora atividade é utilizada para cumprir seus objetivos, segundo a legislação?	Superar a hora-atividade como somente momento de elaboração e correção de provas e atividades	Equipe pedagógica e professores	Desenvolver trabalhos coletivos de estudos e reflexões	Na hora atividade conforme horário determinado	Pedagogas responsáveis pelas turmas
Há equipe multidisciplinar atuante na escola?	Sim, há trabalho efetivo da equipe multidisciplinar	Direção, Equipe pedagógica, professores e funcionários	Envolver cada vez mais o público nessa atividade.	Ainda em definição [...].	Pedagogo da escola
Os estudos de Formação do professor PDE revertem em ações relevantes para a escola?	Normalmente tem contribuído nos trabalhos escolares	Professores PDE, professores da escola, pedagogas, funcionários, coordenadores pedagógicos, alunos. Continuar a envolver o professor PDE, nas discussões sobre as	Incentivar os professores PDE nas intervenções pertinentes ao projeto desenvolvido.	Segundo semestre do ano letivo	Pedagogo da escola
Os materiais disponíveis no portal da SEED são utilizados no formação dos professores?	Sim. Normalmente adequados ao tempo estipulado para a formação	Todos os envolvidos com a escola	É preciso ampliar o acesso ao material impresso – dificuldade da escola (faz-se necessário aqui mais recursos para isso)	Normalmente durante o período da formação (em dois momentos durante o ano letivo)	Pedagogas da escola
A formação do professor especialista em Educação Especial ocorre de forma colaborativa com os professores das disciplinas?	Sim. Na escola não se separa as especialidades, só é feito quando há orientações e especificidades para serem discutidas.	Pedagoga responsável para o atendimento especial e professores	Trabalhar sempre visando a articulação das áreas nos momentos coletivos ou dos grupos específicos.	Semanas pedagógicas, reuniões pedagógicas, formação em ação	Pedagogas da escola
Outros					



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

DIMENSÃO: GESTÃO DEMOCRÁTICA					
Reflexão	Desafios	Público Alvo	AÇÕES A SEREM REALIZADAS	CRONOGRAMA	RESPONSÁVEL
As informações pertinentes à escola são disponibilizadas a toda a comunidade escolar?	As informações são disponibilizadas a comunidade escolar por meio do site e e-mail da escola e publicação na sala dos professores e funcionários. O desafio é criar o hábito de leitura dos documentos disponibilizados.	Comunidade escolar	Criar o hábito de leitura dos documentos disponibilizados à comunidade escolar por meio do site e e-mail da escola e publicação na sala dos professores e funcionários.	Período letivo de 2016.	Direção, Equipe Pedagógica.
Há participação atuante das Instâncias Colegiadas na escola?	Dificuldade no envolvimento dos pais na participação do Conselho Escolar e na vida escolar dos seus filhos.	Comunidade escolar	Reuniões periódicas para acompanhamento da vida escolar dos filhos, com registro em atas para análise desse envolvimento com as questões escolares.	Período letivo de 2016.	Direção, Equipe Pedagógica, Conselho Escolar, APMF, Professores, Grêmio Estudantil, Pais, Alunos.
Estudantes, pais, mães ou responsáveis legais participam ativamente da escola?	Falta de participação da família no enfrentamento à violência escolar.	Comunidade escolar	Chamado para a participação em projetos, grupos de estudos acerca dessa temática, visando conhecer melhor as questões pertinentes à violência escolar.	Período letivo de 2016.	Direção, Equipe Pedagógica, Conselho Escolar, APMF, Professores, Grêmio Estudantil, Pais, Alunos.
A comunidade escolar participa da definição da utilização dos recursos financeiros destinados à escola? O desafio é intensificar a participação do Conselho Escolar e	A comunidade escolar já participa da definição da utilização dos recursos financeiros destinados à escola. O desafio é intensificar a participação do Conselho Escolar e	Comunidade escolar	Curso de formação para os membros do Conselho Escolar e APMF.	Período letivo de 2016.	Direção, Equipe Pedagógica, Conselho Escolar e APMF.
OUTROS					



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

2016

DIMENSÃO: PRÁTICA PEDAGÓGICA

Reflexão	Desafios	PÚBLICO ALVO	AÇÕES A SEREM REALIZADAS	CRONOGRAMA	RESPONSÁVEL
A Proposta pedagógica curricular (PPC) é definida e conhecida por todos?	Devido a rotatividade de professores na escola, a PPC ainda não é de conhecimento de todos. O desafio é tornar a PPC definida e conhecida, incentivando e mediando esse trabalho durante as	Equipe pedagógica e professores	Disponibilizar materiais, organizar o tempo e realizar mediações com a finalidade de tornar conhecida a PPC da escola.	Primeiro semestre de 2016	Equipe pedagógica e professores
Os docentes elaboram e cumprem o que está previsto no PTD?	Dificuldade na elaboração do PTD porque muitos professores ainda não conseguem definir a fundamentação e/ou referencial teórico-metodológico que	Professores	Encontros de professores, durante a hora atividade, a fim de promover estudos, discussões e troca de experiências sobre o planejamento, principalmente no que se refere à articulação do mesmo com a	Período letivo de 2016	Equipe pedagógica e professores
Há contextualização dos conteúdos disciplinares?	Percebe-se ainda dificuldade de alguns professores na contextualização	Professores	Orientar e assessorar o professor nas suas atividades didáticas durante a hora atividade e nos momentos específicos de formação coletiva.	Período letivo de 2016	Equipe pedagógica e professores
Há variedades de estratégias e recursos de ensino-aprendizagem utilizados pelos docentes?	Não se percebe nenhum problema ou desafio em relação a esse item.				
Há atendimento Educacional Especializado/AEE	Ampliar o número de programas que atendam às especificidades da escola.	Alunos que apresentam necessidades educativas especiais.	Solicitar ampliação de programas destinados ao atendimento educacional especializado.	Período letivo de 2016.	Equipe pedagógica e professores



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

2016

DIMENSÃO: AVALIAÇÃO

Reflexão	DESAFIOS	PÚBLICO ALVO	Ações a serem realizadas	CRONOGRAMA	RESPONSÁVEL
É realizado o acompanhamento periódico e contínuo do processo de aprendizagem dos alunos e promovida a recuperação paralela, se necessária, pelos docentes ?	A recuperação de estudos sempre representa na escola um desafio a ser superado. Mas, o acompanhamento pedagógico normalmente é realizado no cotidiano escolar	Alunos que apresentam dificuldades ou lacunas no processo de ensino e aprendizagem	Promover discussões em torno dos desafios para viabilizar mecanismos de assessoramento e atendimento a esses alunos. Orientar com maior precisão alunos e pais de alunos sobre as referidas questões, bem como, os professores mais novos na instituição sobre a recuperação paralela.	Durante todo o ano letivo ou conforme as necessidades	Pedagogos e professores responsáveis
Há diversificação dos instrumentos de avaliação dos alunos, considerando as especificidades e metodologias utilizadas pelos docentes?	Inserir no período (trimestre) no mínimo dois instrumentos avaliativos, considerando o peso das avaliações trimestrais. Considerar as atividades de sala de aula como compromisso e responsabilidade do aluno, independentemente de avaliações já que estão em	Alunos	Conforme Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar, a proposta da escola é trabalhar com no mínimo dois instrumentos de avaliação por período (trimestre); com atividades e trabalhos diversificados compondo a parcialidade das avaliações	Durante os trimestres	Professores com acompanhamento da equipe pedagógica
São utilizados os indicadores oficiais de avaliação das escolas e redes de ensino para (re)planejamento da prática pedagógica?	Considerar os indicadores oficiais de avaliação para (re)planejamento das atividades sistemáticas da escola	Alunos	Divulgar os índices as semanas de formação continuada (Semana Pedagógica); Reuniões pedagógicas; Formação em ação	Nos momentos oportunos como os já destacados no item anterior	Equipe diretiva e pedagógica
Há formas de avaliação da atuação dos profissionais da escola?	Acompanhar o trabalho de professores e funcionários como forma de dinamizar as atividades escolares sempre visando a formação dos alunos	Equipe pedagógica, professores e funcionários	Acompanhamento junto aos profissionais do ensino e funcionários, no sentido de buscar maior efetividade para o trabalho escolar	Durante o ano letivo	Direção e equipe pedagógica
Há inserção dos alunos no mundo do trabalho? (para os colégios com Educação profissional)	Inserir os alunos da Educação Profissional no mundo do trabalho	Alunos da Educação Profissional	Divulgar sempre que a escola tiver acesso às possibilidades de trabalho (recebidas das empresas)	Durante o ano letivo	Equipe técnica e pedagógica



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

2016

DIMENSÃO: ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA

REFLEXÃO	DESAFIOS	PÚBLICO ALVO	AÇÕES A SEREM REALIZADAS	CRONOGRAMA	RESPONSÁVEL
Há abandono da escola pelos alunos? O documento <i>Caderno do Programa Combate ao Abandono Escolar</i> é conhecido e suas orientações são efetivadas?	Eliminar o abandono escolar dos alunos do período noturno	Alunos do período noturno	Acompanhar os alunos com faltas diariamente. Telefonar para os pais comunicando as faltas. Palestras para conscientização dos alunos acerca da importância dos estudos. Solicitar auxílio do CRAS para as famílias, cujos alunos abandonam a escola no período noturno.	Período letivo de 2016	Direção, equipe pedagógica e alunos
Há formas de acolhimento e de recuperação de conteúdos para os alunos que retornam do abandono?	Reorganizar o PTB, a fim de reintegrar o aluno que havia abandonado a escola e retornou.	Alunos que haviam abandonado a escola e retornaram.	Reorganizar o planejamento de aulas e avaliações para contribuir com o aluno que havia abandonado a escola e retornou.	Período letivo de 2016	Direção, equipe pedagógica, professores e alunos
A escola tem formas de atender aos alunos com defasagem de aprendizagem?	Dificuldade de acompanhamento pedagógico sistematizado pela escola e viabilizado pela SEED dos alunos com baixo rendimento.	Alunos	Levantamento estatístico de alunos com dificuldades de aprendizagem. Envio do levantamento ao NRE. Solicitação, por meio de ofício, de contratação de professores para o trabalho em contra turno.	Primeiro trimestre de 2016	Direção, Equipe Pedagógica e Professores.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

2016

DIMENSÃO: AMBIENTE EDUCATIVO

REFLEXÃO	DESAFIOS	PÚBLICO ALVO	AÇÕES AÇÕES A SEREM REALIZADAS	CRONO- GRAMA (QUANDO FAZER)	RESPONSÁVEL
O ambiente da escola é cooperativo e solidário?	Não se percebe na escola graves problemas de cooperação e solidariedade que prejudique o ambiente.				
Há comprometimento entre professores, alunos e pais?	Diminuir o número de faltas de professores e alunos às aulas. Estimular a maior participação dos pais na vida escolar dos filhos.	Professores, alunos e pais.	Reuniões periódicas, organizadas pela direção, com alunos, com professores e com pais de alunos para a conscientização sobre a função social da escola.	Durante o primeiro trimestre de 2016.	Direção e Direção Auxiliar.
Há respeito entre todos na escola?	Não se percebe desrespeito excessivo que possa prejudicar o processo de ensino e aprendizagem.				
Há discriminação ou preconceito evidenciado na escola?	Acabar com qualquer tipo de preconceito.	Direção, Professores, alunos e pais.	Formação continuada organizada pela Equipe Multidisciplinar existente na escola com todos os segmentos, utilizando metodologias diferenciadas.		
A disciplina existente no espaço escolar permite a atenção necessária ao processo de ensino e aprendizagem?	Incentivar os alunos para os estudos.	Alunos	Organizar grupos de estudos e monitorias para as diversas disciplinas.	Durante o ano letivo de 2016	Pedagogos professores e alunos.
OUTROS					



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiiepmaringa@seed.pr.gov.br

4.2.1 Brigada Escolar

O Programa Brigada Escolar do Instituto de Educação Estadual de Maringá visa a formação de hábitos preventivos a toda espécie de riscos, seja, eles de ordem natural ou de acidentes pessoais, incêndios, entre outros.

OBJETIVOS

- Contribuir para a conscientização e capacitação da comunidade escolar do Instituto de Educação Estadual de Maringá para ações de enfrentamento de eventos danosos, naturais ou humanos e de situações emergenciais no interior da escola para garantir a segurança.
- Promover uma cultura de prevenção.
- Proporcionar à comunidade escolar, as condições mínimas para enfrentamento de situações emergenciais no interior da escola e, conhecimentos para saberem atuar frente a desastres em outros ambientes.
- Efetivar o levantamento das necessidades de adequação do ambiente escolar, visando cumprir a legislação de combate e prevenção de desastres, nas vistorias do Corpo de Bombeiros e solicitar da mantenedora as providências necessárias.
- Estabelecer um calendário para agendar com os integrantes do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar (Patrulha Escolar Comunitária), treinamentos e palestras que visam a prevenção.

METODOLOGIA

A Brigada Escolar é composta de 07 (sete) servidores do estabelecimento que atuarão em situações emergenciais e nas ações de:

- identificar riscos na edificação e nas condutas rotineiras da comunidade escolar;
- implementar o Plano de Abandono, que consiste na retirada, de forma segura, de alunos, professores e funcionários das edificações escolares, por meio da execução de exercícios simulados, no mínimo um por semestre, previsto no calendário escolar;
- promover revisões periódicas do Plano de Abandono;
- apontar mudanças necessárias, tanto na edificação escolar, bem como na conduta da comunidade escolar, visando o aprimoramento do Plano de Abandono;
- promover reuniões trimestrais entre os integrantes da Brigada Escolar para discussão de assuntos referentes a segurança do estabelecimento de ensino, com registro em livro ata específico ao Programa;
- verificar, constantemente, o ambiente escolar e a rotina da escola, em busca de situações inseguras, comunicando imediatamente a Direção para as providências necessárias;
- os integrantes da Brigada Escolar, serão capacitados pelo Corpo de Bombeiros na modalidade de ensino a distância – EaD e presencial.



AVALIAÇÃO

Observação permanente das instalações e validade dos extintores, mangueiras usadas em incêndios, portas e acessos livres. Aprimoramento do trabalho de implantação e implementação do Plano de Abandono que consiste na retirada, de forma segura, de alunos, professores e funcionários, das edificações escolares, por meio da execução de exercícios simulados e em tempo razoável. Os exercícios simulados deverão ser realizados no mínimo 01 (um) por semestre, e as datas deverão estar registradas em calendário escolar.

4.2.2 Sala de Apoio à Aprendizagem

A Sala de Apoio à Aprendizagem tem a finalidade de atender os alunos do 6ª ano do Ensino Fundamental, no turno contrário ao qual estão matriculados. Sua ação pedagógica é direcionada para o enfrentamento dos problemas relacionados à aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos, no que se refere aos conteúdos de oralidade, leitura, escrita, bem como às formas espaciais e quantidades nas suas operações básicas e elementares.

OBJETIVOS

- Garantir a permanência do aluno com dificuldade referente a defasagem de conteúdo nas séries anteriores.
- Possibilitar a este alunado os atendimentos complementares necessários ao seu processo de aprendizagem.

CONTEÚDO

A Sala de Apoio à Aprendizagem deve oferecer um planejamento pedagógico individual, com metodologia e estratégias diferenciadas, organizando-o de forma a atender as intervenções pedagógicas sugeridas na avaliação de ingresso, seja ela de Português ou Matemática.

METODOLOGIA

O atendimento em Sala de Apoio será realizado em contraturno no período contrário em que o aluno está matriculado, por meio de turmas com no máximo 20 alunos e uma carga horária semanal de 4 horas/aula para cada disciplina.

AVALIAÇÃO

Por meio da observação do desempenho do aluno, a partir de registros sistemáticos dos avanços e dificuldades, conforme planejamento pedagógico individualizado e que serão apresentados em relatórios semestrais para acompanhamento da comunidade escolar.



4.2.3 Programa Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo - AETE

Conforme a Instrução Normativa nº 03/2017 – SUED/SEED, as Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo- AETE serão organizadas em modalidades esportivas coletivas em futsal e voleibol, de acordo com o Macrocampo Esporte e Lazer e com o Regulamento dos Jogos Escolares do Paraná. As turmas serão organizadas com o mínimo de 20(vinte) e o máximo de 25 (vinte e cinco) estudantes, matriculados neste estabelecimento de ensino . Estas deverão ser constituídas por estudantes do mesmo sexo e de acordo com as especificações de idade, definidas para as categorias B (12 a 14 anos). A carga horária diária será, no máximo, de duas horas-aula, duas vezes por semana, totalizando quatro horas-aula, distribuídas de segunda a sexta-feira, em contra turno, no período matutino. O colégio deverá, obrigatoriamente, participar dos Jogos Escolares do Paraná. Para atuar como docente o professor deverá ser licenciado em Educação Física e ter participado nos últimos 05 (cinco anos) dos Jogos Escolares do Paraná na modalidade específica, ou seja, em futsal e/ou voleibol, ofertada pela instituição de ensino, como professor responsável pela equipe escolar, comprovada por declaração emitida pela instituição.

JUSTIFICATIVA

A prática de atividades físicas e esportes organizados e sistematizados, tornam-se importantes para a mudança de hábitos sedentários e para o desenvolvimento de uma vida mais saudável. Desse modo, a prática de esportes deve ser incentivada como meio, inclusive, de complementar a educação, no sentido de que a criança e o jovem possam vir a estabelecer conceitos e valores que auxiliem na formação do ser humano ético e de responsabilidades sociais.

Alguns conceitos são estabelecidos na prática dos esportes, como por exemplo: liderança, cooperação, solidariedade, trabalho em equipe e qualidade de vida. Além disso, o incentivo à permanência no ambiente escolar por meio desse programa esportivo, favorece o desenvolvimento integral do aluno, pois sua participação deve estar vinculada ao aprendizado escolar, aumentando a identificação com o ambiente escolar, proporcionando uma maior valorização de professores, agentes educacionais, alunos e comunidade em geral.

Ao trabalhar o Conteúdo Estruturante esporte, os professores devem considerar os determinantes histórico-sociais responsáveis pela constituição do esporte ao longo dos anos, tendo em vista a possibilidade de recriação dessa prática corporal. Portanto, nas Diretrizes Curriculares, o esporte é entendido como uma atividade teórica e prática e um fenômeno social que, em suas várias manifestações e abordagens, pode ser uma ferramenta de aprendizado para o lazer, para o aprimoramento da saúde e para integrar os sujeitos em suas relações sociais.

OBJETIVOS

- Entender que as práticas esportivas podem ser vivenciadas no tempo/ espaço de lazer, como esporte de rendimento ou como meio para melhorar a aptidão física e saúde.;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Desenvolver as habilidades motoras, técnicas, táticas, psicológicas e sociais;
- Promover o interesse ao esporte coletivo;
- Possibilitar a interação entre os alunos do estabelecimento de ensino e o desenvolvimento do trabalho em equipe;
- Desenvolver habilidades específicas na modalidade trabalhada, tais como: orientação espacial e temporal, coordenação motora, atenção, agilidade, flexibilidade, velocidade, tempo de reação, capacidade cardiorrespiratória, além da melhoria no relacionamento entre os colegas;
- Participar de jogos dentro do estabelecimento de ensino e também, de jogos amistosos e competitivos em nível escolar;
- Quantificar e qualificar os fundamentos que pontuam no voleibol (toque, manchete, saque, recepção, ataque, defesa, posicionamento, bloqueio simples, duplo e triplo);
- Quantificar e qualificar os fundamentos que pontuam no futsal (domínio da bola, passe, drible, cobrança de falta e de escanteio, condução, posicionamento em quadra, defesa, ataque, movimentação, etc)

METODOLOGIA

O desenvolvimento do trabalho garantirá aos alunos o direito de acesso e de reflexão sobre as práticas esportivas, além de adaptá-las à realidade escolar, por meio de ações cotidianas na rede pública de ensino.

Nesse sentido, a prática pedagógica de Educação Física não deve limitar-se ao fazer corporal, isto é, ao aprendizado única e exclusivamente das habilidades físicas, destrezas motoras, táticas de jogo e regras. O trabalho desenvolvido no AETE, precisa propor pesquisas e discussões sobre questões históricas dos esportes, como: sua origem, sua evolução e seu contexto atual.

Outro aspecto importante é o estudo das regras e os elementos básicos do esporte; a vivência dos fundamentos das diversas modalidades esportivas; a compreensão do sentido da competição esportiva, por meio de discussões que provoquem a reflexão sobre noções de ética nas competições; a vivência de atividades pré desportivas no intuito de possibilitar o aprendizado dos fundamentos básicos do futsal e do voleibol e possíveis adaptações às regras; as diversas possibilidades do esporte enquanto uma atividade corporal, como: lazer, esporte de rendimento, condicionamento físico, assim como os benefícios e os malefícios do mesmo à saúde.

AValiação

A avaliação um processo contínuo e permanente, por meio do qual o professor organiza seu trabalho pedagógico, visando atender os objetivos propostos.

Referências:

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental**. Caderno da Educação Física. Secretaria de Estado da Educação, 2008.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação - SUED. **Instrução Normativa nº 03/2017**- SUED/SEED. Curitiba, 23/01/2017.

4.3. Ações referentes à flexibilização curricular

4.3.1 Flexibilização Curricular na Educação Especial

As flexibilizações curriculares consistem em possibilidades educacionais para atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Tais flexibilizações pressupõem que sejam realizadas adaptações do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às necessidades educacionais especiais temporárias ou permanentes que não permitem o acesso ao currículo e ou à participação integral, efetiva em uma programação escolar comum.

Nesta perspectiva, as flexibilizações curriculares são ajustes realizados no currículo para que ele se torne apropriado ao acolhimento das diversidades do alunado. São possibilidades de modificações no planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação, no currículo como um todo ou em aspectos dele, de forma a acomodar todos os alunos. Dentre estes alunos, os que apresentam necessidades educacionais especiais temporárias ou permanentes, os atendidos pelo Serviço de Apoio à Rede Escolarização Hospitalar – SAREH, os alunos afastados pelo Decreto Lei nº 1044/69 e pela Lei nº 6202/75, os alunos em cumprimento de medidas socioeducativas, estudantes do Programa de Aceleração de Estudos – PAE e outras situações. Cada um desses grupos deve ter atendimento específico e, a ação educativa deve ser avaliada, organizada e estruturada, respeitando a legislação vigente.

No cotidiano da escola inclusiva as flexibilizações curriculares são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional para favorecer todos os alunos, possibilitando o acesso ao currículo, sua participação integral e o atendimento às necessidades educacionais especiais permanentes ou temporárias. O desafio está nas mudanças que precisam ser efetivadas no currículo escolar para que a escola se torne inclusiva.

As flexibilizações curriculares se dividem em grande e pequeno porte. As de grande porte compreendem ações que são da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática, etc. (BRASIL, 2000).

As flexibilizações curriculares de pequeno porte são modificações que podem ser efetivadas no currículo, pelo professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos, que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem do ensino regular. São ações exclusivas do professor do ensino regular, do professor da Sala de Recursos e da equipe pedagógica, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa, e/ou técnica (BRASIL, 2000)

Esse dispositivo implica numa nova dimensão para o currículo escolar, demonstrando que, nos vários aspectos desse componente educacional, podem ocorrer mudanças e ajustes para o atendimento aos alunos, considerados especiais. Tais ajustes são modificações promovidas no currículo e podem envolver os



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeiepmaringa@seed.pr.gov.br

objetivos, conteúdos, métodos de ensino, avaliação e temporalidade do processo de ensino e aprendizagem, adaptados de acordo com as necessidades de cada aluno. Para tanto, é necessário o envolvimento de todos os profissionais da educação que atuam com o aluno em questão.

Sendo assim, a flexibilização curricular não pode significar simplificação do currículo, mas a garantia de que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam atendidos em nível de igualdade com os demais alunos da sala de aula.

Nessa perspectiva, consideramos que, para promover a educação é preciso saber o que acontece com a aprendizagem de cada um, principalmente as mais diferenciadas, o que ocorre durante o processo de ensino e aprendizagem e se esta ação pedagógica está tendo êxito. Os fundamentos da educação inclusiva apontam que a escola deve adaptar seus procedimentos pedagógicos para atender a todos os alunos. Então, precisa ser realizada uma avaliação dentro do contexto escolar para redirecionar a ação pedagógica, de maneira que todos os alunos sejam beneficiados.

A **avaliação no contexto** escolar, que está diretamente ligada à prática da educação inclusiva, tem como finalidade averiguar que ações pedagógicas devem ser tomadas para atender as dificuldades de aprendizagem existentes. A avaliação educacional no contexto escolar é mais um dos recursos utilizados para orientar o aluno, o professor, a equipe pedagógica e a família quanto ao tipo e intensidade de apoio que o aluno necessita para aprender. No IEEM a avaliação no contexto escolar é realizada com a participação dos professores de Português e Matemática, professora da Sala de Recursos Multifuncional DI, DV ou DA e equipe pedagógica. A referida equipe de trabalho pedagógico deve se reunir para realizar a avaliação, a identificação das necessidades especiais e providenciar apoio correspondente para o professor e o aluno.

São vários os níveis de flexibilização curricular. No âmbito do PPP, deve ser focalizada a organização escolar e os serviços de apoio que já foram citados anteriormente.

Flexibilização de **objetivos** são ajustes que o professor pode fazer nos objetivos pedagógicos constantes de seu plano de trabalho docente de forma a adequá-los às características e condições do aluno com necessidades educacionais especiais. O professor pode priorizar determinados objetivos para um aluno, caso essa seja a forma de atender às suas necessidades educacionais. Assim, o professor pode investir mais tempo ou utilizar maior variedade de estratégias pedagógicas na busca de alcançar determinados objetivos, em detrimento de outros, menos necessários, numa escala de prioridades estabelecidas a partir da análise do conhecimento já apreendido pelo aluno e do grau de importância do referido objetivo para o seu desenvolvimento e a aprendizagem significativa do aluno.

Adaptação de **conteúdos** podem ser priorização de tipos de conteúdos, priorização de áreas de unidades de conteúdos, reformulação da sequência de conteúdos, ou ainda a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.

A flexibilização dos conteúdos e objetivos não deve causar prejuízos para a escolarização e promoção acadêmica. O professor da Sala de Recursos, juntamente com o professor do ensino regular devem elaborar os Planos de Estudos adequados ao desenvolvimento do aluno que deve ser o guia a ser implementado, descrevendo



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeepmaringa@seed.pr.gov.br

os objetivos que se espera alcançar que será acompanhado de um parecer descritivo feito pelo professor da Sala de Recursos.

A adaptação na **metodologia** de ensino é a modificação do nível de complexidade das atividades. Nem todos os alunos conseguem apreender um determinado conteúdo se ele não for apresentado passo a passo, mesmo que o tamanho dos passos precise ser diferente de um aluno para outro.

Outra categoria de adaptação no método de ensino encontra-se representada pela adaptação de **materiais utilizados**. São vários os recursos e materiais que podem ser úteis para atender às necessidades especiais de vários tipos de deficiência, seja ela temporária ou permanente. O professor poderá também ter de fazer modificações na seleção de materiais que havia inicialmente previsto em função dos resultados que esteja observando no processo de aprendizagem do aluno. O ajuste de suas ações pedagógicas tem sempre de estar atrelado ao processo de aprendizagem do aluno.

A flexibilização do processo de **avaliação** é outra categoria de ajuste que pode se mostrar necessária para atender às necessidades educacionais especiais de alunos. A flexibilização do processo de avaliação pode acontecer por meio de modificações de técnicas, como instrumentos utilizados. Alguns exemplos desses ajustes são a utilização de diferentes procedimentos de avaliação, adaptando-os a diferentes estilos e possibilidades de expressão dos alunos.

Sendo assim, uma forma que o IEEM encontrou para amenizar a exclusão do aluno com necessidades educacionais especiais por meio da nota obtida nas avaliações do ensino regular, foi estabelecer o direito do aluno, regularmente matriculado na Sala de Recursos, de refazer as provas durante os atendimentos na referida Sala e, reapresentá-las ao professor do ensino regular para que seja novamente corrigida, possibilitando a revisão da nota.

A flexibilização na **temporalidade** do processo de ensino e aprendizagem, tanto pode ser aumentando ou diminuindo o tempo previsto no trato de determinados objetivos e os consequentes conteúdos. O professor pode organizar o tempo das atividades propostas, levando-se em conta o tipo de deficiência.

Adequações curriculares **de aula**: refere-se a um conjunto de ajustes nos diferentes elementos da proposta curricular para possibilitar o processo de ensino-aprendizagem e interação do aluno com necessidades educacionais especiais na dinâmica geral da aula. São modificações que se realizam no contexto de sala de aula e estão relacionados com a priorização de objetivos e atividades, formas de agrupamentos de alunos, organização dos recursos materiais, utilização de variados procedimentos de avaliação e, essencialmente, o uso de uma metodologia variada que permita a interação e o estabelecimento do processo de ensino-aprendizagem.

Adequações curriculares **individuais**: essas adaptações só deverão ocorrer quando todas as alternativas foram tentadas e o aluno possua um nível curricular significativamente abaixo do esperado pela sua idade. Assim, caracterizam-se como um conjunto de modificações propostas para um determinado aluno, com o objetivo de responder às suas necessidades.

É nesse entendimento que o professor precisa ancorar-se para identificar e decidir em que componentes do currículo os ajustes e as modificações serão necessários, para favorecer a aprendizagem dos alunos. Entretanto, promover adequações não implica em reduzir ou eliminar aspectos dos conteúdos e dos



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeepmaringa@seed.pr.gov.br

objetivos curriculares, mas ajustá-los às condições de aprendizagem do aluno, como uma possibilidade de reestruturação.

Para que os alunos com necessidades educacionais especiais possam participar integralmente e em ambiente rico de oportunidades que favoreçam a aprendizagem, é preciso considerar a preparação e dedicação da equipe pedagógica e dos professores, o apoio e recursos especializados e, quando forem necessárias, adaptações curriculares de acesso ao currículo. Todas as decisões curriculares devem envolver a equipe pedagógica, direção, professor do ensino regular e professor do atendimento especializado do Ensino Especial. Entendendo aqui como atendimento especializado, no IEEM os professores das Salas de Recursos Multifuncional Deficiência Intelectual, Altas Habilidades/superdotação, Área Surdez e Área Deficiente Visual.

4.3.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL (Proposta de trabalho)

APRESENTAÇÃO

A educação especial tem sua história construída de acordo com as relações que os homens mantêm entre si e a natureza, sempre acompanhando os movimentos sociais, econômicos e políticos próprios de cada momento e as representações socioculturais de cada comunidade dependendo do nível de desenvolvimento científico, político e ético. Sendo inegável a presença da discriminação e do preconceito.

Na Idade Antiga as pessoas com deficiência eram vistas como subumanas e no imaginário das pessoas perpassava principalmente concepções míticas e religiosas sobre as deficiências e suas causas: ora era vista como um dom, ora como um castigo. Neste contexto justificava-se a eliminação de crianças nascidas com deficiências detectadas aparentemente. Por mais que pareça brutal, este comportamento era condizente com a forma de vida deste momento histórico e o ideal de homem e sociedade.

O advento do cristianismo traz consigo grandes contradições em relação às atitudes e sentimentos frente à deficiência. A deficiência mental era vista como possessão demoníaca, por isso essas pessoas eram excluídas da sociedade. Aos cegos e surdos eram atribuídos dons e poderes sobrenaturais. O pensamento cristão, também oscilava entre culpa e expiação de pecados e, paulatinamente, a deficiência passa a ser considerada como um fenômeno natural da espécie humana. Essas contradições geravam ambivalência de sentimentos e atitudes que iam da rejeição extrema, passando por piedade e comiseração e até a superproteção, fazendo com que surgissem assim as ações de cunho social, religioso e caritativo de proteção e cuidados como: hospitais, prisões e abrigos.

No Renascimento, com o avanço das pesquisas científicas, as concepções baseadas na razão passam a substituir as explicações sobrenaturais e iniciasse a busca para as causas das deficiências, que foram consideradas do ponto de vista médico como doenças de caráter hereditário, males físicos ou mentais.

Historicamente, a educação de pessoas com deficiência surge de forma pontual, segregada e excludente. Ela surgiu com caráter assistencialista e terapêutico pela preocupação de religiosos e filantropos na Europa. Mais tarde, nos



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeepmaringa@seed.pr.gov.br

Estados Unidos e Canadá, surgiram os primeiros programas para prover atenção e cuidados básicos de saúde, alimentação, moradia e educação dessa parcela da população, até então marginalizada e abandonada pela sociedade.

Por muitos anos manteve-se a concepção de que a educação especial organizada de forma paralela à educação comum seria a mais apropriada para a aprendizagem dos alunos que apresentavam deficiência, essa concepção perdurou por muito tempo na educação especial, levando a práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à dimensão pedagógica.

No Brasil, a primeira escola especial foi criada em 1854, o Imperial Instituto de Meninos Cegos, no Rio de Janeiro e, em 1857, o Instituto Imperial de Educação de Surdos, também no Rio de Janeiro. Sob influência europeia, eles propagaram o modelo de escola residencial para todo o País.

A Declaração dos Direitos Humanos (1948) vem assegurar o direito de todos à educação pública, gratuita. Essas ideias, reforçadas pelo movimento mundial de integração de pessoas com deficiência, defendiam oportunidades educacionais e sociais iguais para todos, contribuindo fortemente para a criação dos serviços de educação especial e classes especiais em escolas públicas no Brasil. Surge, dessa forma, uma política nacional de educação, ancorada na Lei Nº 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), com a recomendação de integrar, no sistema geral de ensino, a educação de excepcionais, como eram chamadas na época as pessoas com deficiências.

A política educacional brasileira na década de 80 teve como meta a democratização mediante a expansão do ensino com oportunidade de acesso das minorias à escola pública. A educação de crianças com deficiências na escola comum ganhou força com o movimento nacional de defesa dos direitos das pessoas com deficiências, que pregava a passagem do modelo educacional segregado para integração de pessoas com deficiências na escola, no trabalho e na comunidade, tendo em vista a igualdade e justiça social. Por meio desse mecanismo democrático, fundado na política de descentralização das ações, são criados os conselhos estaduais, municipais e associações de defesa dos direitos, integrando representantes dos diferentes setores: saúde, educação, justiça e ação social, trabalho, transportes e comunidade, tendo em vista a formulação de política integrada de desenvolvimento humano.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando a criação de escolas especiais e classes especiais para o aluno com deficiência.

O conceito de inclusão vai sendo construído em termos sociohistóricos apontando para a necessidade de aprofundar o debate sobre a diversidade. Isso implicaria em buscar compreender a heterogeneidade, as diferenças individuais e coletivas, as especificidades do humano e, sobretudo as diferentes situações vividas na realidade social e no cotidiano escolar. Essa discussão passa necessariamente pela reflexão sobre os conceitos historicamente construídos acerca dos alunos com deficiências, cristalizados no imaginário social e expressos na prática pedagógica centrada na limitação, nos obstáculos e nas dificuldades, que se encontram, muitas vezes, ainda presentes na escola.

A inclusão está fundada na dimensão humana e sociocultural que procura enfatizar formas de interação efetivas, possibilidades, apoio às dificuldades e



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeepmaringa@seed.pr.gov.br

acolhimento das necessidades dessas pessoas, tendo como ponto de partida a escuta dos alunos, pais e comunidade escolar.

A construção de uma política educacional de inclusão surge a partir da *Declaração mundial de educação para todos*, resultado da Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e o *Plano decenal de educação para todos* (BRASIL, 1993). A *Declaração mundial de educação para todos* propõe uma educação destinada a satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, a melhoria da qualidade de vida e do conhecimento, e a participação do cidadão na transformação cultural de sua comunidade (Declaração de Educação para Todos, art. 1º). Esses conceitos foram aprofundados e divulgados com a *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais* (BRASIL, 1994), que traz importante modificação nos objetivos e formas de atendimento na educação especial. A meta é incluir todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves ou dificuldades de aprendizagem, no ensino regular (BRASIL, 1994, pp. 17 e 18). Nessa linha de ação, surge o conceito de “necessidades educacionais especiais”, que se refere a todas as crianças ou jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem e têm, portanto, necessidades educacionais em algum momento de sua escolaridade. Assim, o desafio que enfrentam as escolas é o desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança (BRASIL, 1994, pp. 17-18). Esse conceito é bastante abrangente, tornando-se importante que a escola esteja alerta para que não sejam projetadas nas crianças as limitações e as inadequações metodológicas que se configuram, muitas vezes, como dificuldades de aprendizagem ou deficiências do aluno. A escola deve buscar refletir sobre sua prática, questionar seu projeto pedagógico e verificar se ele está voltado para diversidade.

O movimento da inclusão considera necessária uma política pública que tenha como objetivo a modificação do sistema, a organização e estrutura do funcionamento educativo, e a diversidade como eixo central do processo de aprendizagem na classe comum. Essa mudança de concepção baseia-se na crença de que as mudanças estruturais, organizacionais e metodológicas poderão responder às necessidades educativas e beneficiar todas as crianças, independentemente de apresentarem qualquer tipo de deficiência.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados devam assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que as pessoas com deficiências não sejam excluídas do sistema educacional, e que as mesmas possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas da comunidade em que vivem.

Em termos práticos, estas políticas se consolidam por meio da implementação do Decreto Nº 6.571/2008, onde fica explícito que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. O Art. 3º explica que a Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional.

1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA - SALA DE RECURSOS (MULTIFUNCIONAL)

A Sala de Recursos – Anos Finais (6º a 9º anos) é um serviço de Apoio Especializado, de natureza pedagógica que complementa o atendimento educacional realizado em classes comuns do Ensino Fundamental. Atende aos princípios da educação inclusiva, a oferta compreende os alunos regularmente matriculados que frequentam o Ensino Fundamental nos anos finais e apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo, decorrentes de Deficiência Mental/Intelectual e/ou Transtornos Funcionais Específicos. Busca ainda, a permanência e acompanhamento pedagógico aos alunos, bem como orienta os professores do ensino regular de acordo com a necessidade apresentada, desenvolvendo ações pedagógicas específicas e sistemas de apoio, de modo a assegurar seu êxito escolar.

OBJETIVOS

- Garantir a permanência do aluno dificuldade de aprendizagem, deficiência intelectual e ou outros transtornos relacionados ao desenvolvimento, com apoio e recursos necessários para que tenha acesso ao currículo, com igualdade aos demais alunos.
- Possibilitar a este alunado os atendimentos complementares necessários ao seu processo de aprendizagem.
- Orientar aos professores da classe comum, juntamente com a equipe pedagógica, nas adaptações curriculares, avaliação e metodologias que serão utilizadas no ensino regular, em atendimento aos alunos com Deficiência Mental/Intelectual e/ou Transtornos Funcionais Específicos.
- Apoiar individualmente ao aluno com Deficiência Mental/Intelectual e/ou Transtornos Funcionais Específicos, na sala de aula comum, com ênfase à complementação do trabalho do professor das disciplinas;

CONTEÚDOS

A Sala de Recursos deve oferecer um planejamento pedagógico individual, com metodologia e estratégias diferenciadas, organizando-o de forma a atender as intervenções pedagógicas sugeridas na avaliação de ingresso e/ou relatório semestral do aluno. Buscando atender aos interesses, necessidades e dificuldades específicas de cada aluno, nas áreas de desenvolvimento (cognitiva, motora, sócio-afetivo emocional), assim como retomar conteúdos pedagógicos defasados das séries iniciais, principalmente Língua Portuguesa e Matemática.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

METODOLOGIA

O atendimento em Sala de Recursos será realizado em contraturno ao período em que o aluno está matricula, por meio de um cronograma específico onde o aluno será atendido individualmente ou em pequenos grupos de acordo com as possibilidades de horário e as características do alunado.

AVALIAÇÃO

Por meio da observação do desempenho do aluno, com registros sistemáticos dos avanços e dificuldades, conforme planejamento pedagógico individualizado e que serão apresentados em relatórios semestrais para acompanhamento da comunidade escolar.

2. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA – ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Atendimento e promoção de situações de enriquecimento curricular para alunos com indicadores de Altas Habilidades/Superdotação. Efetivação de projetos de ensino e pesquisa para enriquecimento dos conteúdos acadêmicos considerando fatores escolares e extraescolares.

OBJETIVOS

- Identificar e reconhecer as necessidades educacionais dos alunos com altas habilidades/superdotação;
- Promover atividades complementares e aprofundamento dos conteúdos;
- Promover o enriquecimento curricular para toda a escola, para a sala de aula do ensino regular e para o atendimento em sala de recursos.

CONTEÚDOS

O conteúdo depende do interesse individual e/ou do grupo, quando são apontados os assuntos a serem investigados e aprofundados, por meio de pesquisas e/ou atividades exploratórias.

METODOLOGIA

- Projetos individuais ou em grupos;
- Projetos de interesse pessoal ou projeto coletivo em grupos com campo de interesses e habilidades até 05 alunos.
- Encontros gerais para desenvolvimento de atividades abertas e semi-estruturadas.
- Discussão e resolução de problemas atuais;
- Palestras, entrevistas;
- Atividades para desenvolver o pensamento criativo;
- Dinâmicas de grupo para desenvolvimento pessoal, social e afetivo;
- Jogos cooperativos;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Atividades para compartilhar experiências, preferências e interesses;
- Trabalhos com biografias de pessoas que realizaram feitos marcantes;
- Passeios culturais;
- Atividades na utilização de estratégias específicas;
- Atividades visando cumprir e seguir regras.

AValiação

Na sala de recursos para altas habilidades/superdotação fazemos a avaliação em conjunto (aluno e professor) procurando verificar as conquistas, o conhecimento que foi adquirido e o processo pelo qual chegamos a esse conhecimento. Avaliar, então, nesse contexto, tem mais o objetivo de examinar com cuidado os procedimentos utilizados na busca e apropriação do conhecimento e os resultados obtidos na finalização das atividades de investigação e/ou encontros gerais.

4. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL – DV

O CAE-DV – Centro de Atendimento Especializado para a pessoa com deficiência visual, atende aos princípios da educação inclusiva, irá acompanhar e apoiar no contra-turno, alunos cegos e com baixa visão matriculados nas classes comuns do ensino regular de escolas públicas e privadas, constituindo-se em espaço privilegiado para a educação desses educandos desde a educação infantil até o Ensino Médio, garantindo sua matrícula e permanência e ofertando apoio em termos de adaptações de materiais e acompanhamento pedagógico, bem como orientando os professores do ensino regular através do atendimento itinerante, desenvolvendo ações pedagógicas específicas e sistemas de apoio sempre que necessários, de modo a assegurar seu êxito escolar. Além dos alunos matriculados no Ensino regular, este programa atende a demanda de pessoas com deficiência visual adquirida que necessitem do programa de reabilitação.

OBJETIVOS

- Garantir a permanência do aluno cego ou do aluno com baixa visão à educação básica com os apoios e recursos necessários para que tenha acesso ao currículo, com igualdade aos demais alunos.
- Reabilitar pessoas com deficiência visual adquirida, oferecendo os atendimentos complementares necessários ao seu processo de reabilitação.
- Ensinar técnicas de Orientação e Mobilidade com e sem bengala com vistas à independência e autonomia;
- Proporcionar a aquisição da metodologia do uso do soroban como instrumento importante no desenvolvimento acadêmico dos alunos com deficiência visual;
- Proporcionar possibilidades e encaminhamentos necessários à reabilitação de pessoas com deficiência visual adquirida.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

CONTEÚDOS

- Educação Infantil Especializada
- Apoio à Educação Básica com serviço itinerante
- Atendimentos Complementares:
 - Braille
 - Soroban
 - Estimulação Visual
 - Orientação e Mobilidade
 - AVA - Atividades de Vida Autônoma

METODOLOGIA

O atendimento do CAE-DV será realizado sempre em período contrário ao ensino regular, por meio de um cronograma específico onde o aluno será atendido individualmente ou em pequenos grupos de acordo com as possibilidades de horário e as características do alunado.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Por meio da observação do desempenho do aluno no programa que está vinculado, tendo como ponto de partida a avaliação pedagógica de ingresso sendo registrada, individualmente, em relatórios semestrais os seus avanços. Os alunos matriculados na Educação Básica serão avaliados juntamente com os professores do Ensino Regular, buscando novas mediações e adaptações que encaminhem para avanços no processo de inclusão.

5. REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eunice S. de. **Como desenvolver o potencial criador**. Petrópolis, Vozes, 1990.

ALENCAR, Eunice S. de e FLEITH Denise. **Superdotados: determinantes, educação e ajustamento**. São Paulo: EPU, 2000.

BRASIL. **A construção do conceito de número e o pré-soroban/elaboração**: Fernandes, Cleonice Terezinha [et al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRUNO, Marilda M. G. **O desenvolvimento integral do portador de deficiência visual**. São Paulo: Laramara, 1993.

_____. **Reflexão da prática pedagógica**. São Paulo: Laramara, 1997. Orientação e visão subnormal. São Paulo: CENP/SE/SP, 1988.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei n. 9394/96. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**: parecer nº 17/01. Brasília: CNE, 2001.

BRASIL. Ministério de Educação/Secretaria de Educação Especial. **Educação inclusiva**: direito à diversidade. Brasília: MEC/ SEESP, 2004.

BUENO, José Geraldo S. **A educação especial na sociedade moderna: integração, segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, 2006.

BRASIL, Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado Deficiência Visual/elaboração: Elizabet Dias de Sá, Izilda Maria de Campos e Myriam Beatriz Campolina Silva. Brasília: SEESP/ SEED/MEC, 2007.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão: introdução. Brasília: SEESP/MEC, 2006.

BUENO, José Geraldo S. **A educação especial na sociedade moderna: integração, segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

FREEMAN, Joan; GUENTER, Zenita Cunha. **Educando os mais capazes**: Ideias e ações comprovadas. São Paulo, EPU, 2002.

GUENTER, Zenita Cunha. **Desenvolver capacidades e talentos**: um conceito de inclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

MATISKEI, Angelina C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. In: **Educar em revista**. n. 23. Curitiba: UFPR, 2004.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Instrução no 013/08**. Curitiba: SUED/SEED, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Instrução no 022/08**. Curitiba: SUED/SEED, 2008.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Instrução no 013/08** - SUED/SEED.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

4.4 Ações do CELEM

Hoje, o conhecimento de línguas estrangeiras se tornou imprescindível para uma formação plena do ser humano e também uma necessidade, constituindo um direito de todo cidadão, o que vem de acordo com a proposta assumida por este estabelecimento de ensino, que é o de assegurar ao aluno o direito ao conhecimento como construção histórica, política e social para a formação do cidadão crítico e consciente. Mas nem sempre foi assim, tendo em vista que, ao longo dos anos e segundo as leis que nortearam e norteiam a Educação Brasileira, o ensino de línguas estrangeira esteve, na maioria das vezes, relegado a um segundo plano, sem opção para o aluno.

Atendendo às exigências da atualidade, a Secretaria de Estado da Educação criou e regulamentou pela Resolução n. 3.546/86, de 15 de agosto de 1986, o Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM), que tinha como objetivo valorizar o plurilinguismo e a diversidade étnica nas escolas da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná. O CELEM é uma oferta gratuita e extracurricular de ensino de Línguas Estrangeiras nas escolas da Rede Pública, destinado a alunos, professores, funcionários e à comunidade, cuja única exigência é a conclusão dos anos iniciais do ensino fundamental.

Atualmente, 09 (nove) línguas são ofertadas pelo CELEM: Alemão, Espanhol, Francês, Inglês, Italiano, Japonês, Mandarim, polonês e Ucrâniano. São ofertados cursos básicos, com duração de 2 (dois) ou 3 (três) anos, e de aprimoramento, cuja duração é de um ano, ambos com uma carga horária semanal de 4 (quatro) horas-aula, perfazendo um total de 160 horas-aula anuais.

O ensino de línguas pelo CELEM segue uma abordagem crítica prevista nas Diretrizes Curriculares do Ensino de Línguas Estrangeiras Modernas, cuja proposta segue a visão de língua de Mikail Baktin, ou seja, visão discursiva de língua.

O ensino de Língua Estrangeira deve proporcionar ao aluno todo o universo de significados que uma língua possa transmitir, isto é, a história, as práticas sociais do cotidiano, todo processo cultural amparado pela forma de comunicação de um grupo social, sua língua que é o bem maior de um povo que transmite conceitos, ideologias, sentimentos, formas de viver que não podem estar dissociados do ensino de línguas, pois cada conceito tem seu registro próprio.

Portanto, o ensino e aprendizagem de língua estrangeira, parte da premissa que o ensino de uma ou mais língua estrangeira oferece ao cidadão um universo de conhecimentos e não apenas regras gramaticais. Sendo assim, estará de acordo com a filosofia da escola e o que contempla as Diretrizes estabelecidas pelo Estado do Paraná, que é a formação do cidadão crítico e consciente, capaz de fazer conjecturas entre seu meio e o do outro, pois o respeito à cultura de qualquer povo, somente surge com o seu conhecimento.

O Ensino de Língua Estrangeira vem contribuir para o enriquecimento de saberes do aluno, pois, além de estudar em outras disciplinas outras culturas, tem a oportunidade de conhecer a diversidade cultural de cada país.

OBJETIVOS GERAIS

Aprender a língua proposta com todo o universo de significados que esta possa oferecer;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Utilizar a língua em situações reais de comunicação, produção e compreensão dos textos verbais, registrando adequadamente cada situação de comunicação;

Trabalhar a construção da identidade pessoal e profissional com responsabilidade e consciência de que não há sociedade melhor ou pior, mas sim, povos com diferentes formas de vivência;

Interagir com as habilidades propostas para o ensino de línguas: ouvir, entender, comunicar, fazer, ler as entrelinhas e registrar ideias e opiniões.

CONTEÚDOS

O estudo da formação das línguas que compõem o CELEM no contexto histórico cultural de cada uma;

A estrutura formal e informal e todos os componentes sócios culturais de cada país, cuja língua se pretende estudar, assim como alimentação, vestuário saúde, meio ambiente, moradia, festejos populares e diversidade religiosa.

4.5 PROPOSTAS PEDAGÓGICAS CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO, NORMAL E PROFISSIONAL

4.5.1 Matriz curricular do Ensino Fundamental

DISCIPLINAS	6º	7º	8º	9º
ARTE	2	2	2	2
CIÊNCIAS	3	3	3	3
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2
ENSINO RELIGIOSO	1	1	0	0
GEOGRAFIA	2	3	3	3
HISTÓRIA	3	2	3	3
LÍNGUA PORTUGUESA	5	5	5	5
MATEMÁTICA	5	5	5	5
LEM – INGLÊS	2	2	2	2

4.5.2 Matriz curricular do Ensino Médio (Manhã, Tarde e Noite)

DISCIPLINAS	1ª	2ª	3ª
ARTE	2	2	0
BIOLOGIA	2	2	2
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2
FILOSOFIA	2	2	2
FÍSICA	2	2	2
GEOGRAFIA	2	2	2
HISTÓRIA	2	2	2
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	2	4	4
MATEMÁTICA	3	3	3
QUÍMICA	2	2	2
SOCIOLOGIA	2	2	2
INGLÊS	2	0	2



4.5.3 DISCIPLINAS:

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A escola precisa oportunizar o aprendizado da norma culta de Língua Portuguesa sem desprezar as variações linguística trazidas pelos alunos.

De acordo com as Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa, “é nos processos educativos, e notadamente nas aulas de língua materna, que o estudante brasileiro tem a oportunidade de aprimoramento de sua competência linguística, de forma a garantir uma inserção ativa e crítica na sociedade. É na escola que o aluno, e mais especificamente o da escola pública, deveria encontrar o espaço para as práticas de linguagem que lhe possibilitem interagir na sociedade, nas mais diferentes circunstâncias de uso da língua, em instâncias públicas e privadas. Nesse ambiente escolar, o estudante aprende a ter voz e fazer uso da palavra, numa sociedade democrática, mas plena de conflitos e tensões” (PARANÁ, 2008, p. 38).

É preciso que a oralidade, a leitura, a escrita e a análise linguística estejam entrelaçadas, de tal forma que uma complemente a outra. Com isso, o aluno terá condições de elaborar sua aprendizagem, com domínio da norma culta sem, contudo, menosprezar as variações linguísticas.

Para trabalhar a oralidade, é necessário que o professor oportunize situações em sala de aula em que o aluno vivencie situações parecidas com aquelas que se deparará em sua vida real. Para tanto, é importante o trabalho com dramatização, entrevistas, relatos, recados, declamação de poemas, debates, seminários e outras tipologias que desenvolvam o domínio da argumentação.

Em se tratando da escrita, é necessário que o educando perceba a importância da mesma para sua vida em sociedade. Embora, na sociedade atual, tem-se a impressão de haver apenas a oralidade, a escrita está muito presente.

Segundo as DCEs (2008, p. 56), “a produção escrita possibilita que o sujeito se posicione, tenha voz em seu texto interagindo com as práticas de linguagem da sociedade”, permitindo ao aluno a ampliação do conceito de gênero discursivo. A escrita em sala de aula precisa ser trabalhada em situações de uso real, tais como: recado, bilhete, receita, poema, texto de opinião, carta, artigo, e-mail e outros.

Com relação a leitura, ela deve ser vista como um ato de interlocução do leitor com o texto. Para Silva, “[...] a prática de leitura é um princípio de cidadania, ou seja, o leitor cidadão, pelas diferentes práticas de leitura, pode ficar sabendo quais são suas obrigações e também pode defender os seus direitos, além de ficar aberto às conquistas de outros direitos necessários para uma sociedade justa, democrática e feliz” (2005, p. 24 apud PARANÁ, 2008, p. 57). O aluno precisa ser motivado a buscar a leitura e a reconhecer “as intenções e os interlocutores do discurso” (PARANÁ, 2008, p.57). É importante oferecer uma grande variedade de leitura para os educandos; desde textos simples a textos mais complexos: jornais, revistas, livros paradidáticos, textos da internet, poemas, textos científicos, clássicos da literatura e muitos outros.

Na análise linguística é incluído, “[...] tanto o trabalho sobre as questões



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

tradicionais da gramática quanto questões amplas a propósito do texto, entre as quais vale a pena citar: coesão e coerência internas do texto; adequação do texto aos objetivos pretendidos; análise dos recursos expressivos utilizados [...] ; organização e A inclusão de informações, etc. (GERALDI, 2004, p. 74 apud PARANÁ, 2008, p. 60). Segundo as DCEs (PARANÁ, 2008, p. 78), é importante “considerar não somente a gramática normativa, mas também as outras, como a descritiva, a internalizada e, em especial, a reflexiva no processo de ensino de Língua Portuguesa”. Para Bakhtin (1992 apud PARANÁ, 2008, p. 78), “quanto mais variado for o contato do aluno com diferentes gêneros discursivos (orais e escritos), mais fácil será assimilar as regularidades que determinam o uso da língua em diferentes esferas sociais”.

2. OBJETIVOS

Desenvolver a linguagem como um conjunto de múltiplas variedades que se relacionam com a história dos diferentes grupos sociais por meio da oralidade, leitura, escrita e análise linguística.

- Proporcionar ao educando o aprendizado da língua padrão como essencial para sua comunicação.

1. CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Discurso enquanto prática social por ano letivo – ENSINO FUNDAMENTAL

LEITURA	6º	7º	8º	9º		6º	7º	8º	9º
Tema do texto	X	X	x	X	Informações explícitas e implícitas	x	x	x	x
Interlocutor	X	X	x	X	Discurso direto e indireto	x	x	x	x
Finalidade do texto	X	X	x	X	Repetição proposital das palavras		x		
Intencionalidade do texto	X	X	x	X	Léxico	x	x	x	x
Argumentos do texto	X	X	x	X	Ambiguidade	x	x	x	x
Contexto de produção	X	X	x	X	Partículas conectivas do texto	x	x	x	x
Intertextualidade	X	X	x	X	Progressão referencial no texto	x	x	x	x
Vozes sociais presentes no texto	x	X	x	X	Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.	x	x	x	x
Elementos composicionais do gênero	X	X	x	X	Semântica: operadores argumentativos; ambiguidade; sentido figurado; polissemia; expressões que denotam ironia e humor no texto	x	x	x	x
Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto	X	X	x	X					
ESCRITA	6º	7º	8º	9º		6º	7º	8º	9º
Contexto de produção	X	X	x	X	Processo de formação de palavras	x	x	x	x
Conteúdo temático	X	X	x	X	Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto	x	x	x	x
Interlocutor	X	X	x	X	Acentuação gráfica	x	x	x	x
Intencionalidade do texto	X	X	x	X	Ortografia	x	x	x	x
Finalidade do texto	X	X	x	X	Concordância verbal/nominal	x	x	x	x



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Informatividade	X		x	X	Semântica: operadores argumentativos; ambiguidade; sentido figurado; expressões que denotam ironia e humor no texto	x	x	x	x
Intertextualidade	X	X	x	X	Papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e sequenciação do texto	x	x	x	x
Argumentatividade	X	X	x	X	Partículas conectivas do texto	x	x	x	x
Discurso direto e indireto	X	X	x	X	Progressão referencial no texto	x	x		x
Elementos composicionais do gênero	X	X	x	X	Sintaxe de concordância	x	x	x	x
Vozes sociais presentes no texto			x	X	Sintaxe de regência		x	x	x
Divisão do texto em parágrafos	X	X			Vícios de linguagem	x	x	x	x
Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.	X	X	x	x	Semântica: operadores; modalizadores; polissemia	x	x	x	x
ORALIDADE	6º	7º	8º	9º		6º	7º	8º	9º
Tema do texto	X	X	x	x	Variações linguísticas	x	x	x	x
Finalidade	X	X	x	x	Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos	x	x	x	X
Argumentos	X	X	x	x	Elementos semânticos		x	x	X
Papel do locutor e interlocutor	X	X	x	x	Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc)		x	x	X
Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas,	X	X	x	x	Diferentes semelhanças entre o discurso oral e o escrito	x	x	x	X
Adequação do discurso ao gênero	X	X	x	x	Semântica	x	x	x	X
Turnos de fala	X	X	x	x					

2. CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

Discurso enquanto prática social - Conteúdos básicos por ano letivo:

Ensino Médio/Normal/Profissional

LEITURA	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º AD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
Conteúdo temático	X	x	x	X	x	x	x	x	x	X	x
Interlocutor	X	x	x	X	x	x	x	x	x	X	x
Finalidade do texto	X	x	x	X	x	x	x	x	x	X	x
Intencionalidade	X	x	x	X	x	x	x	x	x	X	x
Argumentos do texto	X	x	x	X	x	x	x	x	x	X	x
Contexto de produção	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Intertextualidade	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Vozes sociais presentes no texto	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Contexto de produção da obra literária	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Elementos composicionais do gênero	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Discurso ideológico presente no texto	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Partículas conectivas do texto	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Progressão referencial	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito.	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Semântica: operadores argumentativos; modalizadores; figuras de linguagem	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	
ESCRITA	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º AD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
Conteúdo temático	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Interlocutor	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Finalidade do texto	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Intencionalidade	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Informatividade	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Contexto de produção	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Intertextualidade	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Referência textual	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Vozes sociais presentes no texto	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Ideologia presente no texto	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Elementos composicionais do gênero	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Progressão referencial	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Semântica: operadores argumentativos; modalizadores, figuras de linguagem	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, conectores gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Vícios de linguagem	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Sintaxe de concordância	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Sintaxe de regência	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
ORALIDADE	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º AD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
Conteúdo temático	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Finalidade	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Intencionalidade	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x
Argumentos	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Papel do locutor e interlocutor	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Adequação do discurso ao gênero	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Turnos de fala	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Variações linguísticas: lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras	X	x	x	x	x	x	x	x	x	X	x
Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, Repetição	X	x	x	x	x	x	x	x	x	X	x
Elementos semânticos	X	x	x	x	x	x	x	x	x	X	x
Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc)	X	x	x	x	x	x	x	x	x	X	x



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X	x

Tabela de gêneros conforme as esferas de circulação:

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Caberá ao professor fazer a seleção de gêneros, nas diferentes esferas, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, com a Proposta Pedagógica Curricular, com o Plano Trabalho Docente, ou seja, em conformidade com as características da escola e com o nível de complexidade adequado a cada uma das séries.

COTIDIANA	6º	7º	8º	9º	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
Advinhas	x	x						x							
Álbum de família			x	X				x							
Anedotas			x	X					x						
Bilhetes	x		x					x							
Cantigas de roda	x									x	x				
Carta Pessoal				X	x			x				x			
Cartão	x	x						x				x			
Cartão postal			x									x			
Causos	x	x	x						x						
Comunicado		x		X	x				x				x		
Convites	x	x					X		x	x			x		
Curriculum Vitae													x		
Diário	x	x													
Exposição oral	x	x	x	X	x	X	X	x	x	x	x	x	x	x	X
Fotos			x												
Músicas	x	x	x	X	x	X		x	x	x	x				
Parlendas	x	x							x	x					
Piadas	x	x	x						x		x				
Provérbios	x	x	x	X						x					
Quadrinhas	x	x	x	X	x	X		x	x						
Receitas	x		x	X	x	X				x		x			
Relatos de experiências vividas	x		x	X	x	X	X	x	x						
Trava-línguas	x	x						x							
Relatos			x	X	x	X	X	x	x	x	x	x	x	x	X
LITERÁRIA/ARTÍSTICA	6º	7º	8º	9º	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
Autobiografia	x	x	x	X	x	X		x	x			x			



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiiepmaringa@seed.pr.gov.br

Biografias			x	X	x	X		x	x			x	x	x	X
Contos	x	x	x	X	x	X	X	x	x	x	x	x	x	x	X
Contos de fadas contemporâneos	x	x		X				x	x	x	x				
Crônicas de ficção		x	x	X	x	X	X	x	x			x	x	x	
Escultura			x		x			x							
Fábulas	x	x		X			X	x	x						
Fábulas contemporâneas			x	X			X			x					
Haicai	x				x			x	x						
Histórias em quadrinhos	x	x	x	X	x	X	X	x	x	x	x				
Lendas		x	x												
Literatura de cordel			x	X	x									x	
Memórias			x	X		X									
Letras de músicas	x	x	x	X	x	X	X	x	x	x	x	x	x	x	X
Narrativas de aventura	x	x	x	X	x										
Narrativas de enigma			x		x										
Narrativas de ficção científica		x	x	X	x	X	X	x	x	x	x				
Narrativas de humor		x	x	X	x	X	X	x	x	x	x				
Narrativas de terror		x	x	X	x			x							
Narrativas fantásticas		x	x	X	x	X	X	x	x	x	x				
Narrativas míticas			x												
Paródias	X	X	x	X											
Pinturas															
Poemas		X	x	X	x	X	X	x	x	x	x	x	x	x	X
Romances		X	x	X	x	X	X	x	x	x	x	x	x	x	X
Tankas															
Textos dramáticos		X	x	X	x	X	X	x	x	x					
ESCOLAR															
Ata													x		
Cartazes	x	x	x	X	x	X	X	x	x	x	x	x	x	x	X
Debate regrado			x	X	x	X									
Diálogo/discussão argumentativa			x	X	x	X	X	x	x	x	x	x	x	x	X
Exposição oral	x	x	x	X	x	X	X	x	x	x	x	x	x	x	X
Júri Simulado			x		x										
Mapas															
Palestra										x	x	x	x	x	X



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Pesquisas	x	x	x	X	x	X	X	x	x	x	x	x	x	x	X
Relato histórico					x										
Relatório			x	X				x	x	x	x	x	x	x	X
Relatos de experiências científicas															
Resenha		x	x	X	x	X	X	x	x	x	x	x	x	x	X
Resumo		x	x	X	x	X	X	x	x	x	x	x	x	x	X
Seminário			x				X	x	x	x	x	x	x	x	X
Texto interpretativo-argumentativo			x	X	x	X	X	x	x	x	x	x	x	x	X
Texto de opinião				X	x	X	X	x	x	x	x		x	x	
Verbetes de enciclopédia			x	X	x	X						x			
IMPrensa	6º	7º	8º	9º	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º AD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
Agenda cultural															
Anúncio de emprego															
Artigo de opinião		x	x	X		X	X	x	x	x	x	x	x	x	
Caricatura	x														
Carta ao leitor-carta				X		X	X	x	x	x	x	x	x	x	
Cartum			x						x						
Charge		x	x	X		X	X	x	x	x	x		x		
Classificados			x	X				x						x	
Crônica jornalística			x			X	X	x	x	x			x	x	
Editorial						X	X	x	x	x			x		
Entrevista (oral e escrita)	x	x	x		x		X	x	x	x	x			x	X
Fotos			x												
Horóscopo															
Infográfico			x		x	x	X	x	x	x				x	X
Manchete			x		x	x	X			x	x			x	
Mapas									x	x					
Mesa redonda			x				X		x	x					X
Notícia	x	x	x	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	X
Reportagens	x	x	x	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	X
Resenha crítica-acadêmica			x		x	x	X	x	x	x	x				X
Sinopses de filmes					x			x	x	x	x	x	x	x	X
Tiras	x		x	X	x	x	X	x	x	x	x	x			
PUBLICITÁRIA	6º	7º	8º	9º	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º AD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Anúncio		x		X	x	x							x	x	
Caricatura	x	x													
Cartazes	x	x										x	x	x	X
Comercial para TV			x		x	x	X	x	x	x	x			x	X
E-mail	x		x		x						x				X
Folder			x			x				x	x				X
Fotos															
Slogan						x	X				x				X
Músicas	x	x	x	X	x	x	X	x	x	x	x	x			
Paródia				X				x	x			x			
Placas					x			x							
Publicidade comercial		x	x		x	x	X		x			x			
Publicidade institucional			x		x	x	X			x	x				
Publicidade oficial					x										
Texto político				X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	X
POLÍTICA	6º	7º	8º	9º	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º AD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
Abaixo-assinado										x	x		x	x	
Assembleia									x	x					
Carta de emprego								x	x				x		
Carta de réplica							X	x	x					x	X
Carta de solicitação							X	x	x				x	x	
Debate			x							x	x	x	x	x	X
Debate regrado					x		X								
Discurso político “de palanque”							X								
Fórum			x		x										
Manifesto							X								
Mesa redonda			x		x										
Panfletos		x					X								
JURÍDICA	6º	7º	8º	9º	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º AD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
Boletim de ocorrência					x										
Constituição Brasileira					x		X								
Contrato					x		X								
Declaração de direitos															
Depoimentos					x		X								
Discurso de acusação					x	x	X								



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Discurso de defesa					x	x	X								
Estatutos							X								
Leis					x		X								
Ofício													x		
Procuração													x		
Regimentos														x	X
Regulamentos							X						x		
Requerimentos							X						x		
PRODUÇÃO E CONSUMO	6º	7º	8º	9º	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º AD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
Bulas			x	X	x	x		x	x	x	x				
Manual técnico			x		x	x	X	x	x	x	x				
Placas		x			x	x	X	x	x	x	x				
Regras de jogo		x	x		x			x	x	x	x				
Rótulos/Embalagens		x	x		x	x	X	x	x	x	x				
MIDIÁTICA	6º	7º	8º	9º	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º AD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
Blog		x			x			x	x	x	x				X
Chat															
Desenho animado	x	x													
E-mail		x	x		x							x	x	x	X
Entrevista		x	x		x		X	x	x	x	x				
Filmes	x	x	x	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	X
Fotoblog		x													
Home Page															
Reality show															
Talk show															
Telejornal			x		x	x	X	x							
Telenovelas			x		x	x	X								
Torpedos															
Vídeo clip	x	x	x	X	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	X
Vídeo conferência					x	x	X							x	X

4. METODOLOGIA

A metodologia de ensino da língua materna deve pautar-se na concepção interacionista de linguagem, portanto, as práticas metodológicas não podem fugir de ações que venham ao encontro dessa concepção, visto que teoria e método para o ensino nessa perspectiva não podem ocorrer de forma isolada ou discordante.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

A metodologia poderá sofrer variações de acordo com a receptividade da turma. O trabalho pedagógico da disciplina tem como metodologias: aula expositiva, trabalho em equipe, trabalho individual, leitura individual, leitura dramatizada, vídeo, TV pendrive e utilização das novas tecnologias. Outras propostas são: Seminários, debates, mesa redonda.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser contínua e ter clara a função formativa devendo refletir o desenvolvimento global do aluno. As atividades de avaliação serão vistas como uma oportunidade de reflexão sobre o processo próprio de ensino. As provas serão centradas na leitura de textos, na resolução de questões objetivas e discursivo-subjetivas, bem como, análise linguística dos fatos da língua. A literatura será avaliada por meio de pequenas dissertações motivadas pelas discussões dos respectivos temas em sala.

Os alunos serão avaliados em forma de provas e trabalhos, cujos valores serão combinados com antecedência. Instrumento de avaliação: produção textual, avaliação de análise linguística, obras clássicas, interpretação de texto e trabalhos desenvolvidos extra e intra-sala.

Os valores objetivos estabelecidos em reunião pedagógica quanto à valoração das avaliações está em processo de discussão e será posteriormente regimentado.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2004.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação básica língua portuguesa.** Curitiba: SEED, 2008.

DISCIPLINA: MATEMÁTICA

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Os conteúdos apresentados devem ser tomados como ponto de partida, por serem conhecimentos fundamentais para a série, não podem ser suprimidos nem reduzidos, porém o professor poderá acrescentar outros conteúdos básicos, de modo enriquecer o trabalho de sua disciplina naquilo que a constitui como conhecimento especializado e sistematizado.

Grandezas e Medidas: Geometria; Tratamento da informação e funções são conteúdos estruturantes da disciplina de matemática.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeepmaringa@seed.pr.gov.br

Fica evidente, pois a orientação de se pensar e de se organizar as situações de ensino-aprendizagem, privilegiando as chamadas intraconexões das diferentes áreas da Matemática e a interconexões com as demais áreas do conhecimento, um caminho possível desejável para o ensino da Matemática.

A Educação Matemática é uma área que engloba inúmeros saberes, em que apenas o conhecimento da Matemática e a experiência de magistério não são considerados suficientes para atuação profissional (FIORENTINI & LORENZATO, 2001), pois envolve o estudo dos fatores que influem, direta ou indiretamente, sobre os processos de ensino e de aprendizagem em matemática (CARVALHO, 1991).

As relações entre o ensino, a aprendizagem e o conhecimento matemático envolvem o estudo de processos que investigam como o estudante compreende e se apropria da própria matemática "concebida como um conjunto de resultados, métodos, procedimentos, algoritmos etc."

A efetivação desta proposta requer um professor interessado em desenvolver-se intelectual e profissionalmente e em refletir sobre sua prática para tornar-se um educador matemático e um pesquisador em contínua formação.

2. OBJETIVOS

- Compreender os fundamentos da Matemática e instrumentalizar os alunos a construir e desenvolver a capacidade de raciocínio lógico aplicados no Contexto social onde está inserido para o desenvolvimento de processos de pensamento, aquisição de atitudes, resolução de problemas, formação de visão científica do mundo real e relação das etapas da história da Matemática com a evolução da humanidade.
- Capacitar o aluno a buscar e a trabalhar informações e recursos matemáticos lógicos de maneira seletiva e crítica dando definições, demonstrações, encadeamentos conceituais, que servem para construir novos conceitos e estruturas para validar intuições e dar sentido às técnicas.
- Valorizar o raciocínio lógico matemático como capital intelectual capaz de solucionar problemas e melhorar a qualidade de vida.
- Levar o aluno a ter confiança nos conhecimentos adquiridos para investigação, análise e enfrentamento de novas situações-problema, utilizando adequadamente os conceitos matemáticos.

3. CONTEÚDOS ENSINO FUNDAMENTAL POR ANO LETIVO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
NÚMEROS E ÁLGEBRA	- Sistemas de numeração;	x			
	- Números Naturais;	x			
	- Múltiplos e divisores;	x			
	- Potenciação e radiciação;	x	x	x	x
	- Números fracionários;	x	x	x	x



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

	- Números decimais.	x	x	x	x
	- Números Inteiros;		x	x	x
	- Números racionais;		x	x	x
	- Equação e Inequação do 1º grau		x	x	x
	- Razão e proporção;		x	x	x
	- Regra de três simples.		x	x	x
	- Números Racionais e Irracionais;			x	x
	- Sistemas de Equações do 1º grau		x	x	x
	- Monômios e Polinômios;			x	
	- Produtos Notáveis e Fatoração			x	
	- Números Reais;			x	x
	- Propriedade dos radicais;				x
	- Equação do 2º grau;				x
	- Teorema de Pitágoras;			x	x
	- Equações Irracionais;				x
	- Equações Biquadradas;				x
	- Regra de Três Composta			x	x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
GRANDEZAS E MEDIDAS	- Medidas de comprimentos;	x	x	x	x
	- Medidas de massa;	x	x	x	x
	- Medidas de área;	x	x	x	x
	- Medidas de volume;	x	x	x	x
	- Medidas de tempo;	x	x	x	x
	- Medidas de ângulo;	x	x	x	
	- Sistema monetário.	x			
	- Medidas de ângulos	x	x	x	x
	- Relações Métricas no Triângulo Retângulo;				x
	- Trigonometria no Triângulo Retângulo.				x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
GEOMETRIAS	- Geometria Plana;	x	x	x	x
	- Geometria Espacial (Noções)	x	x	x	x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	- Dados, tabelas e gráficos;	x	x	x	x
	- Porcentagem	x	x	x	x
	- Pesquisa Estatística (Noções)	x	x	x	x
	- Média Aritmética;		x	x	x
	- Juros simples.		x	x	x
	- Noções de Probabilidade;		x	x	x

3.1 CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO: ENSINO MÉDIO/NORMAL/PROFISSIONAL



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
NÚMEROS E ÁLGEBRA	- Números Reais;	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	- Números Complexos;			x				x				x
	- Sistemas lineares;		x			x				x		
	- Matrizes e Determinantes;		x			x				x		
	- Polinômios;			x			x	x				x
	- Equações e Inequações Exponenciais, Logarítmicas e Modulares.	x			x				x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
GRANDEZAS E MEDIDAS	- Medidas de Área;	x	x	x				x			x	x
	- Medidas de Volume;	x	x	x				x				x
	- Medidas de Grandezas Vetoriais;	x						x				x
	- Medidas de Informática;	x			x				x			
	- Medidas de Energia;	x			x				x			
	- Trigonometria.		x			x				x	x	
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
FUNÇÕES	- Funções Afim;	x			x				x			
	- Função Quadrática;	x			x				x			
	- Função Polinomial;	x			x				x			
	- Função Exponencial;	x			x				x			
	- Função Logarítmica;	x			x				x			
	- Função Modular (Noções);	x				x			x			
	- Progressão Aritmética;	x			x					x		
	- Progressão Geométrica.	x				x				x		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
GEOMETRIAS	- Geometria Plana (Revisão);			x			x	x			x	x
	- Geometria Espacial;			x				x				x
	- Geometria Analítica;			x			x				x	
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	- Análise Combinatória;		x				x				x	
	- Binômio de Newton;		x				x				x	
	- Estudo das Probabilidades;		x				x				x	
	- Estatística;		x				x					x
	- Matemática financeira (Noções).		x				x					x



4. METODOLOGIA

Possibilitar aos alunos análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de ideias. Aprende-se Matemática não somente por sua beleza ou pela consistência de suas teorias, mas, para que, a partir dela, o homem amplie seu conhecimento e, por conseguinte, contribua para o desenvolvimento da sociedade.

Cabe ao professor a sistematização dos conteúdos matemáticos que emergem das aplicações, superando uma perspectiva utilitarista, sem perder o caráter científico da disciplina e de seu conteúdo. Ir além do senso comum pressupõe conhecer a teoria científica, cujo papel é oferecer condições para apropriação dos aspectos que vão além daqueles observados pela aparência da realidade (RAMOS, 2004).

As tendências metodológicas que compõem o campo de estudo da educação matemática, as quais têm grau de importância similar entre si e completam-se umas às outras, são:

- Resolução de problemas – trata-se de uma metodologia pela qual o estudante tem a oportunidade de aplicar conhecimentos matemáticos adquiridos em novas situações, de modo a resolver a questão proposta (DANTE, 2003).
- As etapas da resolução de problemas são: compreender o problema; destacar informações, dados importantes do problema para sua resolução; elaborar um plano de resolução; executar o plano; conferir resultados; estabelecer nova estratégia; se necessário, até chegar a uma solução aceitável (POLYA, 2006).
- Etnomatemática – o papel da etnomatemática é reconhecer e registrar questões de relevância social que produzem o conhecimento matemático. Leva em conta que não existe um único, mas vários e distintos conhecimentos, e todos são importantes. As manifestações matemáticas são percebidas por meio de diferentes teorias e práticas, das mais diversas áreas que emergem dos ambientes culturais.
- Modelagem matemática tem como pressuposto a problematização de situações do cotidiano. Ao mesmo tempo em que propõe a valorização do aluno no contexto social, procura levantar problemas que sugerem questionamentos sobre situações de vida. O trabalho pedagógico com a modelagem matemática possibilita a intervenção do estudante nos problemas reais do meio social e cultural em que vive, por isso, contribui para a sua formação crítica.
- Mídias tecnológicas – o uso de mídias tem suscitado novas questões, sejam elas em relação ao currículo, à experimentação matemática, às possibilidades do surgimento de novos conceitos e de novas teorias matemáticas (BORBA, 1999).

Os recursos tecnológicos como software, a televisão, as calculadoras, os aplicativos da internet, entre outros, têm favorecido as experimentações matemáticas e potencializado forma de resolução de problemas.

O trabalho com as mídias tecnológicas insere diversas formas de ensinar e aprender e valoriza o processo de produção de conhecimentos.



5. AVALIAÇÃO

A avaliação deve acontecer ao longo do processo ensino-aprendizagem, ancorada em encaminhamentos metodológicos que abram espaço para a interpretação, e discussão, que considerem a relação do aluno com o conteúdo trabalhado, o significado desse conteúdo e a compreensão alcançada por ele.

No processo avaliativo, é necessário que o professor faça uso da observação sistemática para Diagnosticar as dificuldades dos alunos e criar oportunidades diversificadas para que possam expressar seu conhecimento. Tais oportunidades devem incluir manifestações escritas, orais e de demonstração, inclusive por meio de ferramentas e equipamentos, tais como materiais manipuláveis, computador, TV pendrive e calculadora. Essas práticas devem possibilitar ao professor verificar se o aluno:

- Comunica-se matematicamente, oral ou por escrito (BURIASCO, 2004);
- Compreende, por meio da leitura, o problema matemático;
- Elabora um plano que possibilite a solução do problema;
- Elaborar conjecturas, fazer afirmações sobre elas e testá-las;
- Perseverar na busca de soluções, mesmo diante de dificuldades;
- Sistematizar o conhecimento construído a partir da solução encontrada, generalizando, abstraindo e desvinculando-o de todas as condições particulares;
- Socializar os resultados obtidos, utilizando para isso, uma linguagem adequada.

A recuperação de estudos deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino são importantes para a formação do aluno, então é preciso investir em todas as estratégias e recursos possíveis para que o aluno aprenda. A recuperação é justamente isso: o esforço de retomar de volta o conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos para assegurar a possibilidade de aprendizagem. Nesse sentido, a recuperação da nota é simples decorrência da recuperação de conteúdos.

6. REFERÊNCIAS

ALENCAR FILHO, Edgard de. **Iniciação à lógica matemática**. São Paulo: Nobel, 2002.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

CASTRUCI, G; JR,G. **A conquista da Matemática**. São Paulo: FTD, 2007.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática**. São Paulo: Ática, 2003.

DINIZ, Maria Ignez de Souza Vieira; SMOLE, Kátia Cristina Stoco. **O conceito de Ângulo de Geometria**. São Paulo: IME - USP, 1993.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

IMENES, Luiz Márcio; JAKUBOVIC, José; LELIS Marcelo. **Matemática**. São Paulo: Scipione, 2003.

LONGEN. Adilson. **Matemática em movimento**. Editora do Brasil, 2005.

PARANÁ. **Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná**. Curitiba: SEED, 1990.

_____. **Diretrizes curriculares da educação básica matemática**. Curitiba: SEED, 2008.

DISCIPLINA: HISTÓRIA

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Na contemporaneidade, a história tem sido uma área de intensas reflexões, haja vista, sua importância para a compreensão de homem, de mundo e de sociedade. Desta forma, busca-se despertar reflexões sobre diversos aspectos: políticos, econômicos, culturais, sociais, bem como, as relações entre o ensino da disciplina e a produção do conhecimento histórico.

Conforme as Diretrizes para o Ensino de História do Estado do Paraná, “o ensino de história pode ser analisado sob duas perspectivas: uma que o compreende a serviço dos interesses do Estado ou do poder institucional; e outra que privilegia as contradições entre a história apresentada nos currículos e nos livros didáticos e a história ensinada na cultura escolar”.

É preciso considerar no contexto histórico as permanências, mudanças e rupturas ocorridas frente às diversas contradições postas pela sociedade como um todo. A História passou a existir como disciplina escolar com a criação do Colégio D. Pedro II, EM 1837. Neste mesmo ano, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que instituiu a História como disciplina acadêmica. A partir daí, foram produzidos programas escolares, manuais didáticos e as orientações quanto aos conteúdos a serem ensinados, destacando que essas produções tiveram grande influência da História metódica e da concepção positivista, cuja característica estava na racionalidade histórica, orientada pela linearidade dos fatos. O ensino restringia a dados extraídos dos documentos oficiais como verdade histórica e, ainda pela valorização política dos “heróis”.

O modelo apresentado perdurou até o início da República (1889). O Colégio D. Pedro II manteve seu papel de referência para a organização educacional brasileira. Ao iniciar o século XX, o referido Colégio por meio de seus professores reorganizou o currículo e propôs que a História do Brasil compusesse a cadeira de História Universal. Com essa configuração, o conteúdo de História passou a ter um espaço restrito do currículo.

O retorno da História do Brasil nos currículos escolares deu-se apenas no período do governo de Getúlio Vargas, sendo vinculado ao projeto político nacionalista do Estado Novo. Neste aspecto era reforçado o caráter moral e cívico dos conteúdos escolares.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Na década de 1930, outros debates teóricos ocorreram. A educação passa pelas reformas oriundas do movimento dos pioneiros da Escola Nova. Anísio Teixeira, responsável pelo Departamento da Instrução Pública do Distrito Federal, intelectual da Escola Nova publicou uma proposta de Estudos Sociais para a escola elementar de 1934, denominada Programa de Estudos Sociais.

A proposta deu continuidade com a Lei 5.692/71. Durante o Regime Militar, a partir de 1964, o ensino de História manteve seu caráter estritamente político, pautado no estudo de fontes oficiais de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná. Os grandes heróis ainda representavam o foco do trabalho com esta área do conhecimento. Estes eram exemplos que deveriam ser seguidos sem contestação. O modelo de sociedade que se apresentava, voltava-se ao respeito à hierarquia político-econômica, à ordem estabelecida, ou seja, numa concepção positivista de educação e de ensino.

Com a Lei 5.692, o Estado organizou o Primeiro Grau (oito anos letivos), e o Segundo Grau profissionalizante. Nessa perspectiva, a formação se dava numa vertente tecnicista, no sentido da preparação da mão de obra qualificada para atender as demandas do mercado. O pragmatismo permeava as disciplinas do currículo. Nesta configuração, a área de Ciências Humanas perdeu seu espaço no currículo.

No Primeiro Grau, a História e Geografia se condensaram na área de Estudos Sociais, tendo ainda uma separação de carga horária para EMC (Educação Moral e Cívica) no Primeiro Grau. No Segundo Grau, a História fez parte da Disciplina de OSPB (Organização Social e Política Brasileira). É percebido diante dessas questões, um esvaziamento da disciplina de História.

Esse esvaziamento foi percebido também pela proliferação das licenciaturas curtas em Estudos Sociais. Na verdade, o que estava posto era o controle ideológico do Estado sobre o corpo docente. O ensino era trabalhado sob o enfoque tradicional. Nesse sentido, o ensino distanciou-se da produção historiográfica acadêmica, envolvida em discussões a respeito de objetos, fontes, métodos, concepções e referenciais teóricos da ciência histórica.

Em meados dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, os Estudos Sociais foi radicalmente contestado, tanto pela academia quanto pela sociedade de modo geral, cresceram assim, os debates em torno das reformas democráticas na área educacional.

No Estado do Paraná, a Pedagogia Histórico-Crítica toma corpo por meio do Currículo Básico do Estado do Paraná. Essa proposta tem sua base no Materialismo Histórico Dialético. Nesse novo olhar acerca da História tem-se a valorização dos sujeitos históricos, as transformações sociais com suas contradições. Sendo assim, percebe-se uma dinâmica de superação da racionalidade histórica linear. No documento *Reestruturação do Ensino de Segundo Grau do Paraná*, também fundamentado na Pedagogia Histórico-Crítica dos conteúdos.

Para o Primeiro Grau, a História foi dividida em História do Brasil e História Geral. A História do Paraná e da América Latina era um apêndice metodológico, pois, apresentava-se desarticulada dos conteúdos.

O currículo Básico neste período indicava e orientava para uma História contextualizada, cujos conteúdos propiciavam maior significação pedagógica. O Estado do Paraná tem estado à frente das discussões que permeiam os referenciais teóricos-metodológicos que conduzem a um trabalho que valoriza o processo de



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

humanização dos sujeitos, portanto, a contraposição em relação aos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), ficou evidenciada no momento das discussões em torno da elaboração das Diretrizes do Estado do Paraná. É possível desenvolver um trabalho que favoreça a uma análise crítica acerca de homem, de mundo e de sociedade tendo em vista a proposta embasada em princípios históricos (conhecimentos produzidos pela humanidade).

2. OBJETIVOS

- Desenvolver uma consciência crítica a partir de referenciais teóricos propostos nas Diretrizes Curriculares de História, despertando para a análise das contradições existentes nos âmbitos: político, econômico social e cultural que permeiam o mundo dos homens.

3. CONTEÚDOS POR ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
RELAÇÕES DE TRABALHO	- A experiência humana no tempo	x			
	- As relações de propriedade.	x	x		
	- A constituição histórica do mundo do campo e do mundo da cidade.		x		
	- História das relações da humanidade com o trabalho.	x	x	x	x
	- O trabalho e a vida em sociedade	x	x	x	x
	- A constituição das instituições sociais.			x	x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
RELAÇÕES DE PODER	- Os sujeitos e suas relações com o outro no tempo.	x	x	x	x
	- As relações entre o campo e a cidade.	x	x		
	- O trabalho e as contradições da modernidade.			x	x
	- A formação do Estado.		x	x	x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
RELAÇÕES CULTURAIS	- As culturas locais e a cultura comum.	x	x	x	x
	- Conflitos e resistências e produção cultural campo/cidade	x	x	x	x
	- Os trabalhadores e as conquistas de direito.			x	x
	- Sujeitos, Guerras e revoluções.	x	x	x	x

3.1. CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO: ENSINO MÉDIO/NORMAL/PROFISSIONAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
RELAÇÕES DE TRABALHO	Tema 1 -Trabalho Escravo, Servil, Assalariado e	x	x		x	x			x			



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

	<u>o Trabalho Livre.</u>												
	Tema 2 - Urbanização e industrialização.		x	x		x			X	x			
RELAÇÕES DE PODER	Tema 3 - O Estado e as relações de poder.	x	x	x	x	x			X	x			
	Tema 4 - Os sujeitos, as revoltas e as guerras.	x	x	x	x	x			X	x			
RELAÇÕES CULTURAIS	Tema 5 - Movimentos sociais, políticos e culturais e as guerras e revoluções.	x	x	x	x	x			X	x			
	Tema 6 - Cultura e religiosidade.	x	x		x	x			x	x			

4. METODOLOGIA

Buscar contribuir nas reflexões sobre as vivências dos alunos e na compreensão do mundo social. Os momentos de aula buscarão estabelecer relações entre o presente e o passado, o particular e o geral, as ações individuais e coletivas, os interesses específicos de grupos e as articulações sociais; devem privilegiar situações didáticas de questionamentos e elaboração de hipóteses, promover estudos e reflexões sobre o cotidiano. Atividades em que os alunos busquem informações em diferentes tipos de fontes como livros, revistas, filmes, fotografias, objetos, mapas, plantas urbanas, construções, sítios arqueológicos, vestimentas. Procedimentos de pesquisa, consulta em fontes bibliográficas e sistematização das informações coletadas, elaboração de resumos, poesias, músicas, gráficos, relatos orais, organização de painéis ou murais proporcionando aos estudantes criatividade. Proposta de atitudes individuais e coletivas como estratégias de intervenção na realidade.

5. AVALIAÇÃO

O processo de avaliação levará em conta o conhecimento que o aluno possui sua capacidade de levantar hipóteses. Deve ter um caráter diagnóstico e considerar se os estudos desenvolvidos capacitam o aluno a formular conceitos, aprender conteúdos, procedimentos e atitudes, comparando as conquistas do antes, durante e depois. Desenvolve-se com base nos conhecimentos específicos da disciplina com a mediação do professor, fazendo relação com o contexto histórico contemporâneo e ação do indivíduo no processo.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2004.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica história.** Curitiba: SEED, 2008.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

DISCIPLINA: GEOGRAFIA

1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Quanto ao objeto de estudo, a Geografia vem exigindo esforços teóricos tanto de pesquisadores quanto de professores, inclusive alunos. Portanto, definir, explicar e abordar pedagogicamente esse objeto implica em posicionamentos políticos distintos e em diferentes compreensões sobre o papel da escola e do ensino da disciplina na formação. Por meio dos últimos estudos realizados conclui-se que o objeto de estudo da Geografia é construção do espaço artificializado (geográfico), aquele composto por objetos naturais, culturais e técnicos, e ações através de relações sociais, culturais, políticas e econômicas inter-relacionados.

A definição de espaço geográfico relaciona-se a uma concepção de geografia enquanto ciência e disciplina escolar, no qual os saberes a ela vinculados permitem que o aluno desenvolva leitura crítica do mundo atual, que compreenda as relações sócio-espaciais deste período histórico do capitalismo que quer a globalização econômica e com ela a fragmentação espacial.

A Geografia aplicada no Ensino Básico contribui para a leitura crítica das contradições e conflitos de toda ordem implícitos ou explícitos no espaço construído deve ir mais além do que saber o que ele é, do que é constituído, mas, compreender o porquê das localizações. O ensino da Geografia deve possibilitar ao aluno a análise crítica das relações espaciais, nas diversas escalas geográficas (local-global-local).

2. OBJETIVOS

Compreender que a organização do espaço geográfico é resultado das ações humanas, e que essas ações e essa organização não são estáticos, fazendo-se em constantes transformações de acordo com os interesses políticos e econômicos da sociedade em cada instante histórico, tendo como foco principal as relações entre as pessoas e entre as pessoas e a natureza. Para tanto, a disciplina será abordada por meio dos quatro eixos estruturantes: dimensão econômica do espaço geográfico; dimensão política do espaço geográfico; dimensão cultural do espaço geográfico; dimensão socioambiental do espaço geográfico.

3. CONTEÚDOS POR ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
DIMENSÃO ECONÔMICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	- Formação e transformação das paisagens naturais e culturais.	X	x	x	x
	- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro.		X		



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

	- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.			x	X
	- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.			X	X
	- A revolução técnico-científico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção.			x	X
	- O comércio em suas implicações socioespaciais.	x	x	X	X
	- Dinâmicas da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.	X	X	x	X
	- As diversas regionalizações do espaço geográfico.		x	x	X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
DIMENSÃO POLÍTICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	- Formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.	X	x	X	x
	- A distribuição espacial das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re)organização do espaço geográfico.	x	x	x	X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
DIMENSÃO CULTURAL E DEMOGRÁFICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	- As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista.	X	x	X	
	- A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.		X	X	X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	- A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural.		X	x	X
	- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural.		X	X	X
	- Movimentos migratórios e suas motivações.		X	X	x
	- O espaço rural e a modernização da agricultura.	x	X	X	x
	- A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização.		X	x	x
	- As diversas regionalizações do espaço geográfico.	x	x	x	X
	- A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações.		x	X	x
	- O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial.		x	x	X

3.1. CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO ENSINO MÉDIO/NORMAL/PROFISSIONAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
DIMENSÃO ECONÔMICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	- Formação e transformação das paisagens.	x			x				x			
	- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.			x								
	- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.			x								
	- A revolução técnico-científico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção.		X	x								
	- O comércio em suas implicações socioespaciais.		X	x								
	- Dinâmicas da natureza e sua alteração pelo emprego de	x	X		x				x			



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

	tecnologias de exploração e produção.											
	- As diversas regionalizações do espaço geográfico.	x	X	x	x				x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
DIMENSÃO POLÍTICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	- Formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.	x	X	x	x				x			
	- A distribuição espacial das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re)organização do espaço geográfico.	x	X	x	x				x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
DIMENSÃO CULTURAL E DEMOGRÁFICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	- As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista.		X		x					x		
	- A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.		X							x		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	- A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural.		X	x						x		
	- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural.		X	x						x		
	- O comércio e as implicações socioespaciais.		X	x						x		
	- Movimentos migratórios mundiais e suas motivações		X	x						x		
	- O espaço rural e a modernização da agricultura.		X							x		
	- A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização.		X	x						x		
	- A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente.		X							x		
	- As diversas regionalizações do espaço geográfico.	x	X	x						x		
	- A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações.		X	x						x		
	- O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial.			x						x		
	- As implicações socioespaciais do processo de mundialização.			x						x		
	- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.			x						x		

4. METODOLOGIA DA DISCIPLINA



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiieepmaringa@seed.pr.gov.br

A metodologia de ensino proposta para a disciplina de geografia deve permitir que os alunos se apropriem dos conceitos fundamentais para compreender o processo de produção e transformação do espaço geográfico. Os conteúdos, portanto, necessitam ser trabalhados numa perspectiva crítica a fim de aproximar o aluno da sua realidade próxima e distante, em coerência com os fundamentos teóricos pautados na dialética.

A apropriação dos conceitos fundamentais do conhecimento geográfico se dá por meio da intervenção intencional própria do ato docente. É preciso articular os conteúdos com a prática social dos alunos. Considerar os conhecimentos prévios para inserir o campo científico de apreensão desses conhecimentos. Nesta abordagem, é preciso criar uma situação problema, isso implica pensar o conteúdo a ser trabalhado tendo em vista que há uma necessidade que precisa ser suprida do ponto de vista da compreensão por parte do aluno.

Outro pressuposto refere-se à contextualização do conteúdo. Isso significa mais que relacioná-lo à realidade vivida, é situá-lo historicamente, nas relações políticas, econômicas, sociais, culturais, em diversas escalas geográficas, e, em manifestações espaciais concretas.

Os questionamentos que acontecerem durante o trabalho pedagógico, requer a mediação do professor, haja vista que essa possibilidade, contribui para o enriquecimento do conteúdo. Estabelecer relações da geografia com diferentes áreas do saber formal implica em propiciar o rigor científico, isso quer dizer que à medida que o professor trabalha as diversas dimensões dos conteúdos desenvolve capacidades de apropriação de conceitos geográficos significativos para sua vida em sociedade.

5. AVALIAÇÃO

A concepção de avaliação que se pensa para o trabalho da geografia, considera os diferentes ritmos de aprendizagem, pois, dessa forma o professor consegue avaliar, percebendo as dificuldades para possíveis intervenções. A nota ou o conceito que resulta do processo, não é o final deste, mas, o ponto de partida para novas apreensões e novos rumos em relação ao conhecimento.

O processo de avaliação deve considerar mudanças de pensamento e atitudes dos alunos, alguns elementos demonstram a aprendizagem, a compreensão, o questionamento e a participação dos alunos

Destacam-se os principais critérios de avaliação em geografia: a formação de conceitos geográficos básicos e o entendimento das relações socioespaciais para compreensão e intervenção na realidade. As relações espaço-temporais e sociedade-natureza são os conceitos elementares do ensino e da aprendizagem de geografia, assim, é possível compreender o espaço nas mais diversas escalas geográficas. Ressalta-se que é possível diversificar as técnicas e os instrumentos de avaliação.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2004.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica geografia.** Curitiba:SEED, 2008.

DISCIPLINA: CIÊNCIAS

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O estudo de Ciências deve oportunizar aos alunos a aquisição de conhecimento básico das ciências naturais que permita não só compreender e acompanhar as rápidas transformações tecnológicas como também participar de forma esclarecedora e responsável de discussões que dizem respeito a toda a sociedade porque a mesma ciência empregada em benefício da humanidade pode também de acordo com interesses econômicos, políticos e sociais envolvidos, trazer-lhe malefícios irreparáveis.

2. OBJETIVOS

- Compreender a ciência como um processo de produção de conhecimento e uma atividade humana, histórica, associada a aspecto de ordem social, econômico, político e social para interpretar fatos do cotidiano.
- Identificar os elementos do ambiente como recursos naturais percebendo-os como parte do processo de relações, interações, transformações e sobrevivência das espécies.
- Identificar relações entre o conhecimento científico na produção de tecnologia como meio de suprir necessidades humanas, sabendo elaborar juízo sobre riscos e benefícios das práticas científicas e tecnológicas.
- Desenvolver hábitos de saúde e cuidados corporais concebendo a saúde pessoal, social e ambiental com bens individuais e da coletividade que devem ser conservados e preservados.
- Desenvolver a reflexão sobre as relações entre a Propõe-se metodologia que permita abordagem, segundo uma perspectiva crítica e histórica, considerando articulações entre os conhecimentos físicos, químicos e biológicos;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

3. CONTEÚDOS POR ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
ASTRONOMIA	- Universo	x			
	- Sistema Solar	x			
	- Movimentos terrestres	x	x		
	- Movimentos celestes	x	x		
	- Astros	x	x		x
	- Origem e evolução do universo			x	
	- Gravitação universal				x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
MATÉRIA	- Constituição da matéria	x	x		x
	- Propriedades da matéria				x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
SISTEMAS BIOLÓGICOS	- Níveis de organização	x			
	- Célula		x	x	
	- Morfologia e fisiologia dos seres vivos		x	x	x
	- Mecanismos de herança genética				x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
ENERGIA	- Formas de energia	x	x	x	x
	- Conversão de energia	x			x
	- Transmissão de energia	x	x		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
BIODIVERSIDADE	- Organização dos seres vivos	x	x		
	- Ecossistemas	x	x		
	- Evolução dos seres vivos	x		x	
	- Origem da vida		x		
	- Sistemática		x		
	- Interações ecológicas	x	x		x

4. METODOLOGIA

Propõe-se metodologia que permita abordagem, segundo uma perspectiva crítica e histórica, considerando articulações entre os conteúdos estruturantes: aulas expositivas e dialogadas; estudo dirigido e trabalho em grupo; leitura e discussões de textos complementares; pesquisa na internet; pesquisa em livros didáticos, livros paradidáticos, revistas, jornais, etc; visitas a jardins, parques, estação de tratamento de água e de esgoto; montagem e manutenção de aquários e terrários; atividades experimentais; projeção de filmes de ciência, sociedade e tecnologia para discernir conhecimento científico de crendices e superstições.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

6. AVALIAÇÃO

Espera-se que o aluno se aproprie dos conceitos científicos referentes a origem e evolução do universo; a constituição e propriedades da matéria; os sistemas biológicos de funcionamento dos seres vivos; conservação e transformação de energia; a diversidade de espécies em relação dinâmica com o ambiente em que vivem, bem como os processos evolutivos envolvidos.

A avaliação deverá também valorizar os conhecimentos alternativos do estudante, construídos no cotidiano, nas atividades experimentais e a partir de diferentes estratégias que envolvem recursos pedagógicos e instrucionais diversos como: resolução de exercícios e problemas; participações nos trabalhos em grupo; relatórios de visitas, de palestras, de filmes, de entrevistas, etc; participação nas aulas práticas; leitura e interpretação de textos; produção de cartazes, anúncios e panfletos, etc; testes com questões dissertativas e questões de múltipla escolha.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. J. M. **Discurso da ciência e da escola: ideologia e leituras possíveis.** Campinas: Mercado das Letras, 2004.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2004.

KRASILCHIK, M. **O professor e o currículo da ciência.** São Paulo: EPU, 1987.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica ciências.** Curitiba: SEED, 2008.

DISCIPLINA: ARTE

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Consideramos alguns marcos de desenvolvimento da Arte no âmbito escolar. Algumas concepções de artistas e teóricos são consideradas para compreendermos como a Arte contribui para o conhecimento, nas mais diversas dimensões deste. Conhecer, tanto quanto possível, essa história permitirá aprofundar a compreensão sobre a posição atual do ensino de Arte em nosso país e no Paraná, conforme as Diretrizes Curriculares propostas para o Estado do Paraná.

Durante o período colonial, a congregação católica denominada Companhia de Jesus desenvolveu, para grupos de origem portuguesa, indígena e africana, uma educação voltada para as questões religiosas cujos registros revelam o uso



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

pedagógico da arte. O trabalho de catequização dos indígenas se dava com os ensinamentos de artes e ofícios, por meio da retórica, literatura, música, teatro, dança, pintura, escultura e artes manuais. Além do valor atribuído à arte ibérica, valorizavam-se as manifestações locais.

Esse contexto exerceu grande influência no desenvolvimento da cultura brasileira repercutindo na cultura paranaense, como por exemplo, na música e nos instrumentos relacionados à mesma (guitarra espanhola); no folclore, com as Cavalhadas em Guarapuava; a Folia de Reis no litoral e segundo planalto; a Congada da Lapa, entre outras que permanecem com algumas variações.

Concomitantemente à medida que os jesuítas entravam no Brasil – século XVI ao XVIII – a Europa passava por transformações de diversas ordens que se iniciaram com o Renascimento e culminaram com o Iluminismo. Nesse processo houve a superação do modelo teocêntrico medieval em favor do projeto iluminista, cuja característica principal era a convicção de que todos os fenômenos podem ser explicados pela razão e pela ciência (PARANÁ, 2008).

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, estabeleceu-se uma reforma na educação e em outras instituições da Colônia. A chamada Reforma Pombalina fundamentava-se nos padrões da Universidade de Coimbra, que enfatizava o ensino das ciências naturais e dos estudos literários (DCEs, 2008, p. 38).

Havia diferentes encaminhamentos para cada etnia, nas missões para os índios, a ênfase era nas artes manuais, nas vilas para os portugueses, era nas artes liberais e ainda há registros de afro-descendentes que foram educados nestes seminários das vilas, mas são registros individualizados.

Com a chegada da família real para o Brasil, obras e ações foram iniciadas para atender, em termos materiais e culturais, a corte portuguesa. Entre essas ações, destacou-se a vinda de um grupo de artistas franceses encarregados da fundação da Academia de Belas-Artes, na qual os alunos poderiam aprender as artes e ofícios artísticos.

Esse grupo ficou conhecido como Missão Francesa, cuja concepção de arte vinculava-se ao estilo neoclássico, fundamentado no culto à beleza clássica. Em termos metodológicos, propunha exercícios de cópia e reprodução de obras consagradas, o que caracterizou o pensamento pedagógico tradicional de arte.

Esse padrão estético entrou em conflito com a arte colonial e suas características, como o Barroco presente na arquitetura, escultura, talhe e pintura das obras de Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho); na música do Padre José Maurício e nas obras de outros artistas, em sua maioria, mestiços de origem humilde que, ao contrário dos estrangeiros, não recebiam remuneração pela sua produção.

No Paraná, foi fundado o Liceu de Curitiba (1846), hoje Colégio Estadual do Paraná, que seguia o currículo do Colégio Pedro II, e a Escola Normal (1876), atual Instituto de Educação, para a formação em magistério.

Em 1886, foi criada a Escola de Belas Artes e Indústrias que desempenhou um papel importante no desenvolvimento das artes plásticas e da música na cidade; dessa escola, foi criada, em 1917, a Escola Profissional Feminina, que oferecia, além de desenho e pintura, cursos de corte e costura, arranjos de flores e bordados, que faziam parte da formação da mulher.

As reformas que ocorreram foram marcadas pelos conflitos de ideias positivistas e liberais. Os positivistas defendiam a necessidade do ensino de Arte



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeepmaringa@seed.pr.gov.br

valorizar o desenho geométrico como forma de desenvolver a mente para o pensamento científico. Os liberais preocupados com o desenvolvimento econômico e industrial defendiam a necessidade de um ensino voltado para a preparação do trabalhador.

Na década de 1990, têm-se os PCNs que enfocam um trabalho direcionado para conceitos fundamentados na estética da sensibilidade, da política da igualdade e da ética da identidade. Já no século XXI, a Arte se estabelece como uma área que valoriza os aspectos históricos, os conteúdos a serem trabalhados demonstram a importância da produção voltada a considerar o sujeito epistêmico, que pesquisa e conhece a sua disciplina, que desenvolve um trabalho na perspectiva da práxis.

Enfim, reconhece-se que os avanços recentes podem levar a uma transformação no ensino de Arte. Entretanto, ainda são necessárias reflexões e ações que permitam a compreensão da arte como campo do conhecimento, de modo que não seja reduzida a um meio de comunicação para destacar dons inatos ou a prática de entretenimento e terapia. Assim, o ensino de Arte deixará de ser coadjuvante no sistema educacional para se ocupar também do desenvolvimento do sujeito frente a uma sociedade construída historicamente e em constante transformação.

2. OBJETIVOS

Reconhecer a função da Arte como um dos instrumentos de valorização da história da humanidade.

Refletir sobre as diferentes linguagens que permeiam o ensino da Arte (música, artes visuais, teatro, recursos audiovisuais).

Desenvolver o pensamento crítico em relação às questões sociais, políticas e econômicas que influenciaram e influenciam no currículo de Arte

3. CONTEÚDOS POR ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

ÁREA MÚSICA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
ELEMENTOS FORMAIS	- Altura		x	x	x
	- Duração		x	x	x
	- Timbre		x	x	x
	- Intensidade		x	x	x
	- Densidade		x	x	x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
COMPOSIÇÃO	- Ritmo	x	x	x	x
	- Melodia	x	x	x	x
	- Escalas: diatônica, pentatônica, cromática				
	- Improvisação	x	x		
	- Gêneros: folclórico, indígena, popular e étnico	x	x		
	- Técnicas: vocal, instrumental e mista		x	x	x



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiiepmaringa@seed.pr.gov.br

	- Harmonia			x	x
	- Tonal, modal e a fusão de ambos			x	
	- Gêneros: popular, folclórico e étnico	X			x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
MOVIMENTOS E PERÍODOS	- Greco-Romana	X			
	- Oriental	X			
	- Ocidental		x		
	- Africana	X	X		
	- Música popular e étnica (ocidental e oriental)		X		
	- Indústria Cultural			x	
	- Minimalista		x	x	
	- Rap, Rock, Tecno			x	
	- Música Engajada				x
	- Música Popular Brasileira				x
	- Música Contemporânea				x

ÁREA - ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
ELEMENTOS FORMAIS	- Ponto	X	x		
	- Linha	X	x	x	x
	- Forma	X	x	x	x
	- Textura	X	x	x	x
	- Superfície	X	x	x	x
	- Volume	X	x	x	x
	- Cor	X	x	x	x
	- Luz	X	x	x	x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
COMPOSIÇÃO	- Bidimensional	X	x		x
	- Figurativa	X	x		x
	- Geométrica, simetria	X			
	- Técnicas: Pintura, escultura, arquitetura ...	X			x
	- Gêneros: cenas da mitologia ...	X			
	- Proporção		x		
	- Tridimensional		x		x
	- Figura e fundo		x		x
	- Abstrata		x		
	- Perspectiva		x		
	- Técnicas: Pintura, escultura, modelagem, gravura ...		x		
	- Gêneros: paisagem, retrato, natureza morta ...		x		x
	- Semelhanças			x	
	- Contrastes			x	
	- Ritmo Visual			x	x



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeiepmaringa@seed.pr.gov.br

	- Estilização			x	x
	- Deformação			x	
	- Técnicas: desenho, fotografia, audiovisual e mista ...			x	x
	- Técnica: Pintura, grafite, performance ...				x
	- Gênero: Paisagem urbana, cenas do cotidiano ...				x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
MOVIMENTOS E PERÍODOS	- Arte Greco-Romana	X			
	- Arte Africana	X			
	- Arte Oriental	X			
	- Arte Pré-Histórica	X			
	- Arte Indígena		x		
	- Arte Popular		x		
	- Brasileira e Paranaense		x		
	- Renascimento		x		
	- Barroco		x		
	- Indústria Cultural				X
	- Arte no Século XX			x	
	- Arte Contemporânea			x	
	- Realismo				X
	- Vanguarda				
	- Muralismo e Arte Latino-Americana				X
	- Hip Hop				X

ÁREA –TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
ELEMENTOS FORMAIS	- Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais	X	x	x	X
	- Ação	X	x	x	X
	- Espaço	X	x	x	X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
COMPOSIÇÃO	- Enredo, roteiro.	x			
	- Espaço Cênico, adereços	x			
	- Técnica: jogos teatrais, teatro indireto e direto, improvisação, manipulação, máscara ...	x			X
	- Gênero: Tragédia, Comédia e Circo.	x			
	- Representação, Leitura dramática, Cenografia		x		
	- Técnicas: jogos teatrais, mímica, improvisação, formas animadas ...		x		
	- Gêneros: Rua e arena, Caracterização.		x		
	- Representação no cinema e mídias			x	
	- Texto dramático			x	
	- Maquiagem			x	
	- Sonoplastia			x	



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeiepmaringa@seed.pr.gov.br

	- Roteiro			x	
	- Técnicas: jogos teatrais, sombra, adaptação cênica ...			x	
	- Técnicas: monólogo, jogos teatrais, direção, ensaio, Teatro-Fórum ...				X
	- Dramaturgia				X
	- Cenografia				X
	- Iluminação				
	- Figurino				X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
MOVIMENTOS E PERÍODOS	- Greco-Romana	x			
	- Teatro Oriental	x			
	- Teatro Medieval	x			
	- Renascimento	x			
	- Comédia dell' arte		x		
	- Teatro Popular		x		
	- Teatro brasileiro e paranaense		x		
	- Teatro Africano	x	x		
	- Indústria cultural			x	
	- Realismo			x	
	- Expressionismo			x	
	- Cinema Novo			x	
	- Teatro Engajado				X
	- Teatro do Oprimido	x			X
	- Teatro Pobre				X
	- Teatro do Absurdo				X
	- Vanguardas				X

ÁREA – DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
ELEMENTOS FORMAIS	- Movimento Corporal	x	x	x	X
	- Tempo	x	x	x	X
	- Espaço	x	x	x	X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
	Movimento Corporal				
COMPOSIÇÃO	- Kinesfera	x			
	- Eixo	x			
	- Ponto de Apoio	x	x		X
	- Peso				X
	- Movimentos articulares	x			
	- Fluxo				X
	- Fluxo (livre e interrompido)	x			
	- Fluxo (livre, interrompido e conduzido)		x		
	- Rotação		x		



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

	- Coreografia		X		
	- Salto e queda		X		
	- Giro			X	
	- Rolamento			X	
	- Saltos			X	
	- Quedas				
	- Extensão (perto e longe)				X
	Tempo				
	- Rápido e lento	X			
	- Lento, rápido e moderado	X	X		
	- Aceleração e desaceleração	X		X	
	- Coreografia				X
	- Deslocamento				X
	Espaço				
	- Formação Níveis (alto, médio e baixo)	X			
	- Deslocamento (direto e indireto)	X			
	- Dimensões (pequeno e grande)	X			
	- Técnica: Improvisação	X			
	- Gênero Circular	X			
	- Níveis (alto, médio e baixo)		X		
	- Formação		X		
	- Direção		X		
	- Direções (frente, atrás, direita e esquerda)			X	
	- Gênero: Folclórica, popular e étnica	X	X		
	- Improvisação	X		X	
	- Coreografia	X		X	
	- Sonoplastia			X	
	- Gênero: Indústria Cultural e espetáculo			X	
	- Gênero: performance e moderna				X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
MOVIMENTO E PERÍODOS	- Pré- história	X			
	- Graco-Romana	X			
	- Renascimento				
	- Dança Clássica				
	- Dança Popular		X		
	- Brasileira		X		
	- Paranaense	X	X		
	- Africana	X	X		
	- Indígena	X	X		
	- Hip Hop			X	X
	- Musicais			X	
	- Expressionismo			X	
	- Indústria Cultural			X	
	- Vanguardas				
	- Dança Contemporânea				X



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

	- Dança Moderna			x	X

CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO: ENSINO MÉDIO/NORMAL/PROFISSIONAL

ÁREA MÚSICA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
ELEMENTOS FORMAIS	- Altura	x				X						
	- Duração	x				X						
	- Timbre	x				X						
	- Intensidade	x				X						
	- Densidade	x				X						
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
COMPOSIÇÃO	- Ritmo	x				X						
	- Melodia	x				X						
	- Harmonia	x				X						
	- Escalas Modal, Tonal e fusão de ambos.											
	- Gêneros: erudito, clássico, popular, étnico, folclórico, Pop ...	x	x			X						
	- Técnicas: vocal, instrumental, eletrônica e mista	x	x			X						
	- Improvisação											
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
MOVIMENTOS E PERÍODOS	- Música Popular	x				X						
	- Brasileira	x	x			X						
	- Paranaense					X						
	- Indústria Cultural					X						
	- Engajada											
	- Vanguarda		x									
	- Ocidental	x	x									
	- Oriental											
	- Africana	x										
	- Latino-Americana											

ÁREA - ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
ELEMENTOS FORMAIS	- Ponto	x	x							X		
	- Linha	x								X		
	- Forma	x	x							X		
	- Textura	x	x							X		
	- Superfície	x	x							X		
	- Volume	x	x							X		



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

	- Cor	X	X							X		
	- Luz	X	X							X		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
COMPOSIÇÃO	- Bidimensional	X	X							X		
	- Tridimensional	X	X							X		
	- Figura e fundo											
	- Figurativo	X	X							X		
	- Abstrato	X	X							X		
	- Perspectiva	X								X		
	- Semelhanças	X	X									
	- Contrastes	X										
	- Ritmo Visual											
	- Simetria	X										
	- Deformação											
	- Estilização	X	X							X		
	- Técnica: Pintura, desenho, modelagem, instalação performance, fotografia, gravura e esculturas, arquitetura, história em quadrinhos ...	X	X							X		
	- Gêneros: paisagem, natureza-morta, Cenas do Cotidiano, Histórica, Religiosa, da Mitologia .	X	X							X		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
MOVIMENTOS E PERÍODOS	- Arte Ocidental											
	- Arte Oriental											
	- Arte Africana	X										
	- Arte Brasileira	X	X							X		
	- Arte Paranaense											
	- Arte Popular	X										
	- Arte de Vanguarda		X							X		
	- Indústria Cultural		X							X		
	- Arte Contemporânea		X							X		
	- Arte Latino-Americana											

ÁREA –TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
ELEMENTOS FORMAIS	- Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais					X						
	- Ação	X				X				X		
	- Espaço	X				X				X		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
COMPOSIÇÃO	- Técnica: jogos teatrais, teatro direto e indireto, mímica, ensaio, Teatro-Fórum					X				X		



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

	- Roteiro					X							
	- Encenação e leitura dramática	X											
	- Gêneros: Tragédia, Comédia, Drama e Épico	X											
	- Dramaturgia	X											
	- Representação nas mídias									X			
	- Caracterização	X											
	- Cenografia, sonoplastia, figurino e iluminação												
	- Direção					X							
	- Produção												
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD	
MOVIMENTOS E PERÍODOS	- Teatro Greco-Romano	X											
	- Teatro Medieval	X											
	- Teatro Brasileiro		X										
	- Teatro Paranaense												
	- Teatro Popular	X											
	- Indústria Cultural												
	- Teatro Engajado												
	- Teatro Dialético												
	Teatro Essencial												
	- Teatro do Oprimido	X	X										
	- Teatro Pobre	X	X										
	- Teatro de Vanguarda	X											
	- Teatro Renascentista	X											
	- Teatro Latino-Americano												
	- Teatro Realista												
	- Teatro Simbolista					X							

ÁREA - DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD	
ELEMENTOS FORMAIS	- Movimento Corporal												
	- Tempo	X											
	- Espaço	X											
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD	
COMPOSIÇÃO	Movimento Corporal												
	- Kinesfera												
	- Fluxo												
	- Peso												
	- Eixo												
	- Salto e Queda												
	- Giro												
	- Rolamento												
	- Movimentos articulares	X											



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

	Tempo												
	- Lento, rápido e moderado	x											
	- Aceleração e desaceleração												
	Espaço												
	- Níveis												
	- Deslocamento												
	- Direções												
	- Planos												
	- Improvisação	x											
	- Coreografia												
	- Gêneros: Espetáculo, indústria cultural, étnica, folclórica, populares e salão.	x											
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD	
MOVIMENTOS E PERÍODOS	- Pré-história												
	- Greco-Romana	x											
	- Medieval												
	- Renascimento	x											
	- Dança Clássica												
	- Dança Popular	x											
	- Brasileira												
	- Paranaense												
	- Africana	x											
	- Indígena	x											
	- Hip Hop	x											
	- Indústria Cultural												
	- Dança Moderna												
	- Vanguardas												
	- Dança Contemporânea												

4. METODOLOGIA

As diferentes formas de pensar a Arte constituem-se nas relações socioculturais, econômicas e políticas do momento histórico em que se desenvolveram. Nesse aspecto as diversas teorias sobre a Arte estabelecem referências sobre sua função social.

Algumas formas de conceituar a Arte foram incorporadas pelo senso comum, em detrimento das questões históricas da sociedade. São elas: Arte como mimeses e representação, Arte como expressão; Arte como técnica.

Nesse entendimento, é preciso buscar a Arte como fonte de humanização, percebendo que a historicidade representa a essência nos conteúdos trabalhados. De acordo com as DCEs, torna-se importante explicitar “como o ser humano transformou o mundo construindo simultaneamente a história, a sociedade e a si próprio através do trabalho que constituiu o universo simbólico composto pela linguagem, pela filosofia, pelas ciências e pela arte. Tudo isso, no conjunto, compõe algo que é exclusivamente humano: o mundo da cultura”.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

A arte como fonte de humanização propicia aos sujeitos, a possibilidade de desenvolver a consciência de sua existência individual e social, conduz à interpretação do mundo e de si mesmo. Os conceitos de trabalho, de cultura e de arte devem permear todo o trabalho docente do professor de arte. Nesta perspectiva, o campo dos saberes da arte considera: Arte como forma de conhecimento; Arte como ideologia; Arte como trabalho criador. Estes elementos são essenciais para entendimento da complexidade da criação humana.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação para a proposta da disciplina de Arte é diagnóstica e processual, diagnóstica por ser referência do professor para planejar suas aulas e avaliar seus alunos, processual, por pertencer a todos os momentos da prática pedagógica.

Requer a avaliação proposta, parâmetros para redimensionamento das práticas pedagógicas, pois, o professor participa do processo e compartilha a produção do aluno, ou seja, permite que saia do lugar comum, dos gostos pessoais e propicie uma tomada de posição acerca da realidade artística do elemento trabalhado. A ideia é sair de um contexto em que o ensino da Arte estava envolvido num pragmatismo pautado no espontaneísmo.

Em Arte, a avaliação deve superar o caráter de instrumento de medição da apreensão dos conteúdos e busca propiciar aprendizagens mais socialmente significativas. Se for processual não estabelece parâmetros de comparação entre os alunos. O método proposto para a avaliação em Arte inclui observação e registro do processo de aprendizagem, requer sistematização dos conhecimentos para a compreensão da realidade.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2004.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica arte.** Curitiba: SEED, 2008.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

As primeiras sistematizações do conhecimento de Educação Física foram oriundas da Europa, surgiram sob a égide do conhecimento médico e da instrução física militar. Assim decorre também que a “ginástica”, traz preocupações com a saúde e formação moral dos cidadãos.

Os primeiros modelos de prática nessa área pautavam-se em prescrições de exercícios visando ao aprimoramento de capacidades e habilidades físicas como a força, a destreza, a agilidade, a resistência, além de visar a formação do caráter, da



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeiepmaringa@seed.pr.gov.br

autodisciplina, de hábitos higiênicos, do respeito à hierarquia e do sentimento patriótico.

A educação Física ganha seu espaço na escola, em função de contemplar a nova ordem de formação dos indivíduos. No início do século XX, a disciplina de Educação Física tornou-se obrigatória nas instituições de ensino para crianças a partir de seis anos de idade. O método francês contribuiu enormemente para legitimar essa área de conhecimento nas escolas brasileiras, conhecimentos estes da anatomia e da fisiologia numa visão positivista de ensino.

No contexto da década de 1940, as aulas de Educação Física assumiram os códigos esportivos do rendimento, da competição, comparação de recordes, regulamentação rígida e a racionalização dos meios e técnicas.

O esporte se consolidou no contexto da Educação Física, em currículos, cujo enfoque estava centrado na competição e na performance dos alunos. Os chamados esportes olímpicos – vôlei, basquete, handebol e atletismo, entre outros foram priorizados para formarem atletas que representariam o país nas competições internacionais. A escola nesse aspecto teria que descobrir os talentos. A ideia de talento esportivo passava por uma visão naturalizante dos processos sociais que constituem os seres humanos.

A perspectiva esportiva da Educação Física escolar recebeu uma forte crítica da corrente da psicomotricidade cujos fundamentos se contrapunham às perspectivas teórico-metodológicas baseadas no modelo didático da esportivização. Entretanto, não representavam os conhecimentos sistematizados que deveriam ser transmitidos pela escola. No movimento de renovação, do pensamento pedagógico da disciplina, algumas tendências progressistas se destacaram tendo em vista as abordagens desenvolvimentista e construtivista.

Diante das abordagens destacadas, surge a pedagogia crítica, a qual traduz um ensino que orienta a organização e a sistematização do conhecimento partindo dos pressupostos históricos acerca do movimento social, o qual é transformado em conteúdo escolar. Na Educação Física, as abordagens metodológicas que se contrapõem às anteriormente elencadas, são: crítico-superadora e crítico-emancipatória. Na década de 1990 houve um esvaziamento do conteúdo dessa área de conhecimento, é sentido um ecletismo pedagógico quando outras concepções teóricas permeiam o trabalho com essa disciplina.

O que está posto nesse período é a valorização do individualismo, da adaptação às condições impostas pelo sistema capitalista, cuja perspectiva reforça ainda mais o aspecto da construção do conhecimento pelo próprio sujeito, em contraposição a uma pedagogia que possibilita a formação crítica que conduz à análise das contradições sociais, políticas, econômicas e culturais das relações humanas. Cabe aos professores dessa disciplina do currículo, orientar-se na base teórica que favoreça para a apreensão dos conhecimentos científicos acumulados pelos homens transpostos por meio dos conteúdos escolares.

2. OBJETIVOS

Analisar a Educação Física como uma área de conhecimento que orienta para a apropriação de conceitos que promovam maior consciência acerca das práticas que envolvem o corpo, o movimento e a qualidade de vida (potencialidades físicas,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

psicológicas e sociais) de forma a contribuir para as relações nos âmbitos sociais, políticos, culturais

3. CONTEÚDOS POR ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
ESPORTE	- Coletivos	X	X	X	X
	- Individuais	X	X	x	X
	- Radicais				X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
JOGOS E BRINCADEIRAS	- Jogos e brincadeiras populares	X	X	X	X
	- Brincadeiras e cantigas de roda	X	X		
	- Jogos de tabuleiro	X	X	X	X
	- Jogos cooperativos	X	X	X	X
	- Jogos dramáticos	x	x	X	X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
DANÇA	- Danças Folclóricas	X	X	x	X
	- Danças de rua			x	X
	- Danças criativas	X	X	X	X
	- Danças circulares				X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
GINÁSTICA	- Ginástica rítmica	X	X	X	X
	- Ginástica circense	X	X	X	X
	- Ginástica geral	X	X	X	X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
LUTAS	- Lutas de aproximação	X	X		
	- Capoeira	X	X	X	X
	- Lutas com instrumento mediador			X	X

3.1. CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO: ENSINO MÉDIO/NORMAL/PROFISSIONAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
ESPORTE	- Coletivos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X
	- Individuais	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X
	- Radicais	x										
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
JOGOS E	- Jogos de tabuleiro	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

BRINCADEIRAS												
	- Jogos dramáticos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	- Jogos cooperativos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
DANÇA	- Danças folclóricas	x			x				x			
	- Danças de salão		x	x		x	x	x		x	x	x
	- Danças de rua	x	x		x	x			x	x		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
GINÁSTICA	Ginástica de academia laboral			x			x	x			x	x
	- Ginástica de condicionamento físico	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	- Ginástica geral	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
LUTAS	- Lutas com aproximação											
	- Lutas que mantêm a distância		x			x				x		
	- Lutas com instrumento mediador											
	- Capoeira	x			x				x			

4. METODOLOGIA

As diretrizes curriculares de Educação Física propõem fundamentação e sistematização da disciplina, pautadas em reflexões que orientam para as necessidades atuais do ensino, superação das contradições e a valorização da educação. Por isso, os contextos e experiências de diferentes regiões, escolas, professores, alunos e da comunidade devem ser considerados.

Pode e deve ser trabalhada considerando as dimensões do conhecimento que permeiam as outras disciplinas no sentido de buscar entender a Cultura Corporal em sua complexidade, ou seja, na relação com as múltiplas dimensões da vida humana, tratadas tanto pelas ciências humanas, sociais, da saúde e da natureza.

A Educação Física como parte do projeto geral de escolarização deve estar articulada ao projeto político-pedagógico, pois tem seu objeto de estudo e ensino próprios, e trata de conhecimentos relevantes na escola. Considerando o exposto, defende-se que as aulas de Educação Física não sejam apêndices em relação às demais disciplinas do currículo. Nesse sentido, procura-se possibilitar aos alunos o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, relacionando-o às práticas corporais, ao contexto histórico, político, econômico e social.

Nas relações com a natureza e com o grupo social de pertencimento, por meio do trabalho, os seres humanos desenvolveram habilidades, aptidões físicas e estratégias de organização, fundamentais para superar obstáculos e garantir a sobrevivência. Inicialmente, correr, saltar, rastejar, erguer e carregar peso eram habilidades essenciais para abater uma caça e transportá-la para “casa”, escapar de uma perseguição, alcançar lugares onde os frutos fossem abundantes.

Nesse sentido, propõe-se a discussão a respeito da disciplina de Educação



Física, levando-se em conta que o trabalho é categoria fundante da relação ser humano/natureza e ser humano/ser humano, pois dá sentido à existência humana e à materialidade corporal que constitui “um acervo de atividades comunicativas com significados e sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, místicos, antagonistas” (ESCOBAR, 1995, p. 93).

É seguindo esse raciocínio que a Educação Física deverá ser conduzida, propor uma metodologia que oriente para uma práxis, a partir da qual se estabelece relações possíveis de transformação.

5. AVALIAÇÃO

Partindo do exposto na apresentação e nos referenciais metodológicos da disciplina, a avaliação deve se caracterizar como um processo contínuo, permanente e cumulativo, como está preconizado na LDB 9.394/96. O docente organiza e reorganiza seu trabalho docente a partir das observações e registros, considerando os instrumentos de avaliação.

Faz-se necessário recuperar durante o processo de ensino e aprendizagem, as experiências e sistematizações realizadas. Assim, é possível perceber avanços e dificuldades no processo pedagógico, com o objetivo de planejar e replanejar as ações didático-pedagógicas.

Durante as intervenções pedagógicas, o docente poderá utilizar-se de vários instrumentos avaliativos: dinâmicas de grupo, seminários, debates, júri-simulado, (re)criação de jogos, pesquisa em grupos, inventário do processo pedagógico, entre outros. Também a organização de festivais e jogos escolares poderão fazer parte das atividades escolares com objetivo de vivenciar como os conhecimentos se aplicam em situações reais.

As provas e os trabalhos escritos podem ser utilizados para avaliação das aulas de Educação Física, desde que a nota não sirva exclusivamente para hierarquizar e classificar os alunos em melhores ou piores; aprovados e reprovados; mas que sirva, também, como referência para redimensionar sua ação pedagógica (DCEs, 2008, p. 78).

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

BORGES, Giovana Leal. **Redescobrimos** Valores: Dinâmicas de Grupo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

ECKERT, Hellen M. **Desenvolvimento Motor**. São Paulo: Manole, 1993. Gallardo, Jorge Sérgio Peres (coord.). **Educação física**: contribuições à formação profissional. Unijuí: Ijuí – RS, 2000.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

HORTA, Carlos Felipe de Melo Marques. **O grande livro de folclore**. Belo Horizonte: Leitura, 2000.

MATTOS, Mauro; NEIRA, Marcos Garcia. **Educação física infantil**: inter-relações, movimento, leitura e escrita. São Paulo: Phorte, 2002.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica educação física**. Curitiba: SEED, 2008.

VILLAS BOAS, Marcelo da Silva. **Basquetebol**: brincando e aprendendo: da iniciação ao aperfeiçoamento. Maringá: Dental Press, 2004.

DISCIPLINA: LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA- INGLÊS

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O cenário do ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil e a estrutura do currículo escolar sofreram constantes mudanças em decorrência da organização social no decorrer da história. Para definir as Diretrizes Curriculares para o ensino de Língua Estrangeira na Rede Pública Estadual, será abordada a seguir a dimensão histórica desse componente curricular. Desde o início da colonização do território que hoje corresponde ao litoral brasileiro, houve a preocupação do Estado português em promover a educação, a fim de facilitar o processo de dominação e expandir o catolicismo. Naquele contexto, coube aos jesuítas a responsabilidade de evangelizar e de ensinar o latim aos povos que habitavam o território, como exemplo de língua culta. Assim, em 1759, o ministro Marques de Pombal instituiu o sistema de ensino régio no Brasil, por meio do qual cabia ao Estado a responsabilidade de contratar professores não religiosos. As línguas que continuaram a integrar o currículo eram o grego e o Latim, línguas clássicas consideradas de suma importância para o desenvolvimento do pensamento e da literatura. Por meio dessas línguas, ensinavam-se o vernáculo, a História e a Geografia.

O ensino de línguas modernas começou a ser valorizado somente depois da chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808. e, em 1937, ocorreu a fundação do Colégio Pedro II, primeiro em nível secundário no Brasil. O currículo do colégio se inspirava nos moldes franceses e, em seu programa, constavam sete anos de francês, cinco de inglês e três de alemão, esta última criada no ano de 1840. A abordagem Tradicional de raízes europeias, adotada desde a educação jesuítas, com o ensino dos idiomas clássicos – grego e latim – prevaleceu no ensino das línguas modernas. Nessa abordagem, a língua era concebida como um conjunto de regras e privilegiava a escrita, sob o pressuposto de que o aluno, ao estudar a gramática, teria melhor desempenho tanto na fala quanto na escrita.

Para efetivar os propósitos nacionalistas, em 1917, o governo federal decidiu fechar as escolas estrangeiras, ou de imigrantes, que funcionavam, sobretudo no sul do Brasil, e criou, a partir de 1918, as escolas primárias subvencionadas com recursos federais, sob a responsabilidade dos Estados. No final do século XIX e



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

início do século XX, o Método Direto, surgiu na Europa em contraposição ao Tradicional, de modo a atender aos novos anseios sociais impulsionados pela necessidade do ensino das habilidades orais, não contempladas no método anterior. Na década de 1940, professores universitários, militares, cientistas, artistas, imbuídos por missões norte-americanas, vieram para o Brasil e, com eles, a produção cultural daquele país. Assim, falar inglês passou a ser um anseio das populações urbanas, de modo que o ensino dessa língua ganhou cada vez mais espaço no currículo, em lugar do ensino francês.

Na década de 1970, em oposição ao modelo inatista de aquisição de linguagem, Piaget desenvolveu a abordagem cognitiva e construtivista, na qual a aquisição da língua é entendida como resultado de interação entre o organismo e o ambiente, em assimilações e acomodações responsáveis pelo desenvolvimento da inteligência. Após a tomada do governo brasileiro pelos militares, a LDB/61 foi reformada, em 1971, pela LDB nº 5692/71. A partir de então, a finalidade do Ensino de Segundo Grau passou a centrar-se na habilitação profissional. Por consequência dessa ênfase, a legislação desobrigava a inclusão de línguas estrangeiras nos currículos de 1º e 2º graus, assim denominado em substituição ao antigo curso secundário: ginasial e colegial. Em 1976, o ensino de Língua Estrangeira voltou a ser valorizado, quando a disciplina se tornou novamente obrigatória, somente no 2º. Grau. Entretanto, não perdeu o caráter de recomendação para o 1º. Grau, se a escola tivesse condições de oferecê-la. Isso fez muitas escolas suprimirem a língua estrangeira no 2º. Grau, ou reduzirem seu ensino para uma hora semanal, por apenas um ano, com um único idioma.

A partir da década de 70, surgiu, na Europa, a Abordagem Comunicativa como método de ensino. Nessa abordagem, o professor deixa de ser o centro do ensino e passa à condição de mediador do processo pedagógico. Do aluno é esperado que ele desempenhe o papel de sujeito de sua aprendizagem e agente da língua estudada. De acordo com essa concepção, as atividades pedagógicas devem priorizar a comunicação por meio de jogos, dramatizações, etc. O erro integra o processo de ensino e aprendizagem, entendido como um estágio provisório de interlíngua por meio do qual os alunos podem testar as possibilidades de uso da língua. Assim, embora a Abordagem Comunicativa tenha se apresentado como reação à visão estruturalista da língua, concentrando-se nos aspectos semânticos e não no código linguístico ela começou a ser criticada por intelectuais adeptos à pedagogia crítica (Paulo Freire) com a análise de discurso, sobretudo a da escola francesa, após a sua primeira década de vigência.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no. 9.394, determinou a oferta obrigatória de pelo menos uma língua estrangeira moderna no Ensino Fundamental a partir da quinta série, cuja escolha do idioma foi atribuída à comunidade escolar, conforme suas possibilidades de atendimento. Para o Ensino Médio, a lei determina ainda que seja incluída uma língua estrangeira moderna como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição. Em 1999, o MEC publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira para o Ensino Médio, cuja ênfase está no ensino da comunicação oral e escrita para atender às demandas relativas à formação pessoal, acadêmica e profissional.

Atualmente, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais, o processo de ensino e aprendizagem da língua está centrado na concepção



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeepmaringa@seed.pr.gov.br

sociointeracionista de linguagem, com base nos estudos de Bakhtin. Nessa perspectiva, a linguagem deve ser entendida como produção humana, tendo sua origem nas práticas sociais. De acordo com Vigotsky (2001), o pensamento humano é desenvolvido por meio da linguagem, a qual é compreendida como social, histórica e cultural. Ela não é algo estático, fragmentado, ao contrário, possui um dinamismo que lhe pode conferir diferentes e infinitas modificações, conforme a cultura e a sociedade em que está inserida e o tempo histórico em que é utilizada. Portanto, um sujeito, ao nascer, não traz consigo a linguagem. Ao contrário, ele a desenvolve na medida em que convive com as outras pessoas.

Dessa forma, no processo de interação, por meio da linguagem, há a apropriação pelo sujeito dos diferentes saberes que foram produzidos pela humanidade, dos diversos discursos que permeiam as relações humanas, contribuindo dessa maneira para o desenvolvimento da sua consciência. Segundo Leontiev (2004, p. 184):

A linguagem é aquilo através do qual se generaliza e se transmite a experiência da prática socio-histórica da humanidade; por consequência, é igualmente um meio de comunicação, a condição da apropriação dos indivíduos desta experiência e a forma da sua existência na consciência.

Na concepção de linguagem como interação social ou sociointeracionista, fundamentada nos estudos de Bakhtin (2011), estão presentes o dialogismo e a dinamicidade, uma vez que ela origina-se nas práticas sociais e é nelas que se constitui. Por isso, a língua não pode ser vista apenas como um conjunto abstrato de termos linguísticos, estudados e usados de forma isolada. Ela precisa fazer sentido para o sujeito, precisa ser contextualizada, viva, repleta de possibilidades e significados. Assim, conforme salienta Bakhtin:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1990, p. 123)

Nesse sentido, dado o seu caráter social, histórico e cultural, a linguagem constitui e reflete o processo de interação que ocorre entre os indivíduos, traduzindo as práticas sociais em diversos tipos de discursos. O discurso, para Bakhtin (2011), apresenta-se na forma de enunciados orais e escritos, relativamente estáveis, chamados por ele de gêneros discursivos, encontrados nas diferentes esferas de atividade humana. Esses gêneros representam a forma como os indivíduos se comunicam, interagem no contexto social. Se o sujeito tem o objetivo de interagir na sociedade e na cultura em que está inserido e também em outras culturas, ele deve apropriar-se dos diversos gêneros que nela circulam.

Assim, ao estudar uma língua diferente da sua, o indivíduo tem a oportunidade de interagir com outros sujeitos provenientes de outras culturas, e com suas produções orais e escritas, tornando-se mais crítico, ampliando suas



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

capacidades de leitura, de oralidade e de escrita. Essa interação propicia-lhe, portanto, o aprendizado de novos conhecimentos que possibilitam a ele o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. De acordo com as DCE:

O aprendizado de uma língua estrangeira pode proporcionar uma consciência sobre o que seja a potencialidade desse conhecimento na interação humana. Ao ser exposto às diversas manifestações de uma língua estrangeira e às implicações político-ideológicas, o aluno constrói recursos para compará-la à língua materna, de maneira a alargar horizontes e expandir sua capacidade interpretativa e cognitiva. (PARANÀ, 2008, p. 57).

Nesse contexto, os textos não servem apenas como pretexto para o ensino da gramática. Para, além disso, eles propiciam reflexão por parte do aluno, conduzindo-o em um processo de interação, envolvendo práticas discursivas de leitura, escrita e oralidade, no qual o aluno não é um sujeito passivo. Ao contrário, ele atua, analisa, responde, dialoga, ou seja, realiza movimentos que conduzem ao desenvolvimento do seu pensamento.

Cabe salientar que a função social da escola é possibilitar aos alunos a apropriação do conhecimento social, cultural e historicamente produzido pela humanidade. Tal função tem por pressuposto a formação humana e o desenvolvimento das capacidades dos alunos, de forma que eles possam interagir na sociedade, atuando de forma consciente.

Nessa perspectiva, o ensino da língua estrangeira, na educação básica, possibilita aos educandos o acesso às diversas manifestações presentes nas diferentes línguas e na cultura a elas subjacente, de forma que eles possam construir significações, apropriar-se de diferentes conhecimentos e estabelecer comparações com a língua portuguesa.

Desse modo, ao estudarem uma língua estrangeira, de forma mais sistematizada e com maior carga horária, os educandos terão a oportunidade de compreender e se apropriar dos elementos linguísticos, textuais e discursivos presentes nessa língua, por meio de práticas pedagógicas ancoradas no trabalho com diferentes gêneros discursivos que circulam no meio social, de forma a estabelecer maior significação/comunicação entre os conteúdos estudados e a prática social do aluno.

Nesse sentido, a aprendizagem de língua estrangeira é essencial, pois contribui significativamente para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores nos alunos. Além disso, o trabalho pedagógico com as práticas discursivas da oralidade, leitura e escrita auxilia a formar alunos críticos, que possam atuar no seu meio social, com um conhecimento melhor de sua própria língua, ampliado pela compreensão do inglês e das culturas dos povos que o têm como seu idioma.

Ao contextualizar o ensino da língua estrangeira, se entende que é preciso problematizar as questões que envolvem o ensino da disciplina, de modo a desnaturalizar os aspectos que o têm marcado, sejam eles políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais. Partindo do princípio de que a Língua Estrangeira Moderna é uma construção histórica e cultural em constante transformação, é imprescindível que a escola possibilite ao aluno conhecer outras culturas para



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiieepmaringa@seed.pr.gov.br

identificar e respeitar a sua própria, levando-o a construir significados como objeto de transformação no mundo no qual está inserido. Nesse raciocínio, aulas de Língua Estrangeira configuram espaços, nos quais identidades são construídas conforme as interações entre professores e alunos e pelas representações e visões de mundo que se revelam no dia-a-dia. Objetiva-se que os alunos analisem as questões da nova ordem global, suas implicações e que desenvolvam uma consciência crítica a respeito das línguas na sociedade

2. OBJETIVOS

- Apropriar-se dos conhecimentos referentes à língua estrangeira moderna, desenvolvendo capacidades de leitura, escrita e oralidade no referido idioma, por meio de práticas de conversação, audição, leitura e escrita de gêneros discursivos, ampliando também a compreensão da sua língua materna e da cultura de outros povos, contribuindo para a sua formação crítica e inserção no meio social;
- Apresentar a Língua como um espaço de construções discursivas de produção, de sentido indissociável dos contextos em que ela adquire sua materialidade, inseparável das comunidades interpretativas que a constroem e são construídas por ela;
- Desenvolver a capacidade de aprendizagem dos conteúdos de forma que estes ampliem as possibilidades de ver o mundo, de avaliar a realidade existente e novas maneiras de construir sentidos do e no mundo;
- Refletir sobre o papel das línguas na sociedade, o reconhecimento da diversidade cultural e o processo de construção de identidades transformadoras;
- Compreender a potencialidade dos conhecimentos na interação humana, de maneira a alargar horizontes e expandir sua capacidade interpretativa e cognitiva, devendo-se considerar que o aluno traz para a escola determinadas leituras de mundo que constituem sua cultura e, como tal, devem ser respeitadas.

3. CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Conteúdo Estruturante: Discurso enquanto prática social

Conteúdos Básicos:

Gêneros discursivos

Esfera de Circulação	Gêneros Discursivos	ENSINO FUNDAMENTAL				ENSINO MÉDIO			CELEM	
		6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º	1º	2º
	Receita	X	X			X				
	Jogos de adivinhação	X	X							



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Cotidiana	Advinhas	X								
	Bilhete		X	X					X	
	Carta pessoal			X	X				X	
	Diálogo simples	X	X						X	
	Saudações	X	X	X	X	X	X	X	X	
	Exposição oral				X	X	X	X		X
	Provérbios mais complexos									X
	Diálogos mais complexos					X	X	X		X
	Anedotas	X		X			X			X
	Álbum de família	X								
	Cartão postal	X	X							
	Piada			X		X	X	X		
	Jogos	X	X	X	X	X	X	X		
Imprensa	Cartum	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Tiras	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Notícias simples	X	X		X		X	X	X	
	Notícias mais complexas					X	X			X
	Entrevistas									X
	Gráfico	X								
	Charge				X	X	X	X		
	Manchete					X	X			
	Infográfico					X	X			
	Enquetes/pesquisas							X		
Literária Artística	Biografia				X	X	X	X	X	
	História em quadrinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Letras de música	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Autobiografia								X	
	Lendas (indígenas, africanas e afro-brasileiras)			X			X		X	X
	Poemas	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Jingles	X		X		X	X			
	Imagens	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Científica	Verbetes	X	X	X	X					
	Mapas conceituais					X				
Escolar	Diálogos	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Exposição oral				X	X	X	X	X	
	Resumo									X
	Relato							X		X
	Mapas	X	X			X	X	X		
Midiática	Mensagens				X				X	
	Entrevista									X



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

	Diálogos					X	X	X		X
	Linha do tempo					X	X	X		
Jurídica	Documento Pessoais	X				X				
Produção e Consumo	Rótulos/Embalagens		X	X			X		X	
	Placas	X			X	X	X	X		X
	Rótulos			X	X					
Publicitária	Anúncios	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	E-mail	X	X			X	X	X		
	Outdoor			X	X	X			X	
	Placas								X	
	Propagandas comerciais	X	X	X	X	X	X	X		X
	Músicas	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Capas de revista			X			X			X
	Panfleto	X				X	X	X		
	Poster	X		X			X			X
	Sinopse				X	X	X	X	X	X
	Cartaz			X		X	X	X	X	
	Slogan			X		X	X	X		

Práticas de leitura, escrita e oralidade para o Ensino Fundamental e Médio/CELEM, a partir do estudo dos gêneros discursivos

Leitura

Condições de produção do gênero:

- autor;
- enunciador/locutor;
- contexto social e histórico;
- interlocutor/leitor;
- intencionalidade;
- intertextualidade;
- situacionalidade;
- finalidade do texto;
- esfera de atividade;
- suporte;
- papel social;
- vozes presentes.

Conteúdo temático:



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- objetivo do texto;
- tema;
- discurso ideológico;
- contexto social e histórico;
- elementos implícitos e explícitos.

Forma composicional do gênero:

- elementos composicionais do gênero.

Marcas linguísticas do gênero/Estilo:

- formalidade;
- informalidade;
- coesão;
- coerência;
- relação entre as partes do texto;
- variação linguística;
- elementos de referência;
- discurso oral e escrito;
- léxico: repetição, polissemia, conotação, denotação;
- função das classes gramaticais; pontuação, recursos gráficos;
- figuras de linguagem;
- verbos e tempos verbais;
- números;
- expressões idiomáticas;
- discurso direto e indireto;
- ampliação do léxico;
- formação de palavras;
- ortografia;
- pronúncia;
- elementos semânticos;
- recursos gráficos;
- acentuação.

Escrita

Condições de produção do gênero:

- autor;
- enunciador/locutor;
- contexto social e histórico;
- interlocutor/leitor;
- intencionalidade;
- intertextualidade;
- situacionalidade;
- finalidade do texto;
- esfera de atividade;
- suporte;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- papel social;
- vozes presentes.

Conteúdo temático:

- objetivo do texto;
- tema;
- discurso ideológico;
- contexto social e histórico;
- elementos implícitos e explícitos;

Forma composicional do gênero:

- elementos composicionais do gênero.

Marcas linguísticas do gênero/Estilo:

- formalidade;
- informalidade;
- coesão;
- coerência;
- relação entre as partes do texto;
- variação linguística;
- discurso oral e escrito;
- relação entre as partes do texto;
- variação linguística;
- elementos de referência;
- discurso oral e escrito;
- léxico: repetição, polissemia, conotação, denotação;
- função das classes gramaticais;
- pontuação, recursos gráficos;
- figuras de linguagem;
- emprego de palavras ou expressões com mensagens explícitas e implícitas;
- concordância nominal e verbal;
- verbos e tempos verbais;
- números;
- expressões idiomáticas;
- discurso direto e indireto;
- ampliação do léxico;
- formação de palavras;
- ortografia;
- elementos semânticos;
- recursos gráficos;
- acentuação.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Oralidade

Condições de produção do gênero:

- autor;
- enunciador/locutor;
- contexto social e histórico;
- interlocutor;
- intencionalidade;
- intertextualidade;
- situacionalidade;
- finalidade do texto;
- esfera de atividade
- suporte;
- papel social;
- vozes presentes;
- pronúncia.

Conteúdo temático:

- objetivo do texto;
- tema;
- discurso ideológico;
- contexto social e histórico;
- elementos implícitos e explícitos.

Forma composicional do gênero:

- elementos composicionais do gênero.

Marcas linguísticas do gênero/Estilo:

- formalidade;
- informalidade;
- coesão;
- coerência;
- turnos de fala;
- elementos extralinguísticos: entonação, pausa, gestos;
- relação entre as partes do texto;
- variação linguística;
- elementos de referenciação;
- discurso oral e escrito;
- léxico: repetição, polissemia, conotação, denotação;
- função das classes gramaticais;
- pontuação, recursos gráficos;
- figuras de linguagem;
- verbos e tempos verbais;
- números;
- expressões idiomáticas;
- discurso direto e indireto;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- ampliação do léxico;
- formação de palavras;
- ortografia;
- pronúncia;
- elementos semânticos;
- recursos gráficos;
- acentuação.

4. METODOLOGIA

A prática pedagógica na disciplina de língua estrangeira moderna deve basear-se no trabalho com os diferentes gêneros discursivos, orais e escritos, verbais e não verbais, considerando o conhecimento prévio do aluno, abordando as *condições de produção, o conteúdo temático, a forma composicional e o estilo* presentes em cada um dos gêneros selecionados. Além dos aspectos discursivos, linguísticos e textuais, deve-se explorar o contexto social, histórico e cultural do gênero estudado, envolvendo os principais países que têm a língua estudada como idioma.

Tendo em vista o desenvolvimento cognitivo dos alunos, as aulas devem fomentar a pesquisa, a análise, a intertextualidade, a inferência, a reflexão sobre os conteúdos trabalhados, com o intuito de ampliar as capacidades dos alunos.

Nesse sentido, no encaminhamento metodológico referente às aulas de língua estrangeira moderna nos ensinos fundamental e médio/CELEM, considerando as práticas de oralidade, leitura e escrita, devem ser observados os seguintes aspectos:

ORALIDADE

- Diagnóstico e consideração do conhecimento prévio do aluno sobre a língua e os gêneros a serem estudados;
- Utilização de recursos tecnológicos durante as aulas;
- Organização de apresentações das produções dos alunos;
- O idioma deve ser falado em todas as aulas pelo professor, de forma que os alunos possam vivenciar a língua, num movimento crescente, no intuito de que eles, ao longo do tempo, consigam entendê-lo melhor;
- Incentivo ao diálogo entre professor e aluno e entre alunos e alunos sobre o conteúdo estudado;
- Abertura de espaço e oportunidade para que os alunos manifestem sua opinião em sala;
- A análise linguística perpassará as atividades desenvolvidas na leitura, escrita e oralidade;
- Estímulo aos alunos para o estabelecimento de possíveis intertextualidades com o gênero discursivo estudado;
- Proposição de atividades voltadas para o estudo das condições de produção, conteúdo temático, forma composicional e estilo de cada gênero estudado;
- Estímulo, de forma orientada, para que os alunos manifestem suas opiniões, respeitando os turnos de fala, a entonação, a pronúncia adequada, etc.;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Análise do discurso presente nos gêneros veiculados em suportes diferentes;
- Contextualização do conteúdo;
- Análise de argumentação;
- Seleção de diferentes discursos para análise.

LEITURA

- Diagnóstico e consideração do conhecimento prévio do aluno sobre a língua e os gêneros a serem estudados;
- Utilização de recursos tecnológicos durante as aulas;
- Leitura de diferentes gêneros estudados, observando-se os níveis de conhecimento do idioma pelos alunos;
- Utilização de diversos materiais complementares aos gêneros;
- Utilização de diferentes estratégias de leitura;
- Formulação de questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;
- Utilização do livro didático como apoio, de forma não linear;
- Formulação de questionamentos e problematizações sobre o conteúdo, com a devida contextualização histórica e social atual, tanto brasileira quanto dos principais países que falam o idioma, relacionando as diferentes e possíveis dimensões presentes no gênero estudado;
- Abertura de espaço e oportunidade para que os alunos manifestem sua opinião em sala;
- Observação em relação aos elementos explícitos e implícitos presentes nos textos;
- A análise linguística perpassará as atividades desenvolvidas na leitura, escrita e oralidade;
- Estímulo aos alunos para o estabelecimento de possíveis intertextualidades com o gênero discursivo estudado;
- Proposição de atividades voltadas para o estudo das condições de produção, conteúdo temático, forma composicional e estilo de cada gênero estudado;
- Análise do discurso presente nos gêneros veiculados em suportes diferentes.

ESCRITA

- Diagnóstico e consideração do conhecimento prévio do aluno sobre a língua e os gêneros a serem estudados;
- Utilização de recursos tecnológicos durante as aulas;
- Utilização de diversos materiais complementares aos gêneros;
- Utilização do livro didático como apoio, de forma não linear;
- Incentivo ao diálogo entre professor e aluno e entre alunos e alunos sobre o conteúdo estudado;
- A análise linguística perpassará as atividades desenvolvidas na leitura, escrita e oralidade;
- Os elementos linguísticos serão abordados de forma contextualizada;
- Planejamento da produção escrita;
- Análise e emprego dos elementos linguísticos, discursivos e textuais;
- As atividades serão avaliadas e devolvidas para reescrita, considerando os



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiieepmaringa@seed.pr.gov.br

elementos que constituem cada gênero estudado;

- Proposição de atividades voltadas para o estudo das condições de produção, conteúdo temático, forma composicional e estilo de cada gênero estudado;
- Estímulo à pesquisa e estudo autônomo por parte dos alunos;
- Análise do discurso presente nos gêneros veiculados em suportes diferentes.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem deve ser entendida como parte do processo de formação do aluno, não se caracterizando, portanto, como mero instrumento de verificação e quantificação. Para, além disso, ela precisa proporcionar dados sobre o ensino e a aprendizagem, com a participação do professor e dos alunos e cuja análise contribua para a melhoria qualitativa tanto no ato de ensinar quanto no de aprender.

Nesse contexto, a avaliação torna-se fundamental na prática pedagógica, pois, ao ser, diagnóstica e processual, possibilita que o professor observe os avanços e as dificuldades dos alunos e possa fazer as intervenções necessárias, uma vez que o ato avaliativo não deve servir apenas para observação, ou seja, também deve propiciar que o docente analise seu próprio trabalho e planeje novos encaminhamentos.

Na ação pedagógica envolvendo uma língua estrangeira moderna, é necessário estar atento às diversas manifestações do aluno, considerar o seu percurso de aprendizagem, evitando-se compará-lo com os outros alunos.

Portanto, para que a ação avaliativa se efetive numa perspectiva de diagnóstico e processo educativo, deve ser planejada e organizada, norteando-se por critérios coerentes e instrumentos diversificados, tendo em vista os conteúdos trabalhados e os objetivos a serem alcançados.

Dessa forma, são sugeridos, abaixo, alguns critérios de avaliação:

ORALIDADE

Espera-se que o aluno:

- Utilize adequadamente a pronúncia, a entonação, gestos e expressões faciais que reforcem o discurso;
- Respeite os turnos de fala;
- Conheça as condições de produção, o conteúdo temático, a forma composicional e o estilo presentes em cada gênero;
- Seja capaz de utilizar os comandos para entrar, sair, pedir licença, questionar, etc.;
- Apresente ideias com clareza;
- Utilize argumentação e pronúncia adequadas;
- Analise e compreenda os argumentos apresentados pelo outro;
- Dialogue, relate, discuta ativamente;
- Organize a sequência de sua fala;
- Utilize o discurso de acordo com a situação de produção.

LEITURA



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Espera-se que o aluno:

- Realize leitura compreensiva e interpretativa do texto, reconhecendo a ideia central, a estrutura do gênero e suas marcas linguísticas;
- Seja capaz de localizar informações explícitas e implícitas no texto;
- Reconheça os efeitos de sentido produzidos pelos elementos linguísticos, textuais e discursivos presentes nos gêneros estudados;
- Estabeleça relações dialógicas entre textos diferentes;
- Seja capaz de ler diversos gêneros com a pronúncia correta;
- Reconheça os elementos de referência presentes no texto;
- Amplie seu léxico;
- Analise as intenções do autor;
- Reconheça as condições de produção, o conteúdo temático, a forma composicional e o estilo presentes em cada gênero estudado;
- Reconheça o efeito de sentido do uso de palavras e/ou expressões nos sentidos, denotativo e conotativo;
- Reconheça as vozes presentes no texto.

ESCRITA

Espera-se que o aluno:

- Conheça as condições de produção, o conteúdo temático, a forma composicional e o estilo presentes em cada gênero a ser produzido;
- Reconheça a função e o efeito de sentido do uso das classes gramaticais estudadas;
- Saiba utilizar a ortografia adequadamente;
- Seja capaz de adequar a linguagem de acordo com o contexto exigido: formal ou informal;
- Utilize adequadamente a pontuação e as classes gramaticais;
- Empregue palavras e/ou expressões nos sentidos, denotativo e conotativo;
- Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal;
- Empregue adequadamente os elementos de referência presentes no texto;
- Escreva de forma coerente e coesa.

6. REFERÊNCIAS

BAKTHIN, Mikhail. (Volochnikov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 5ª ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **Estética da criação verbal**. 4ª ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GERALDI, João W. (Org.) Concepções de linguagem e o ensino de português. In: **O texto na sala de aula**. 2 ed. Cascavel, Assoeste, 1984.

LEONTIEV, Aléxis. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2004.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

LURIA, Alexander Romanovich. O cérebro humano e a atividade consciente. In: **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 10ª ed. São Paulo: Ícone, 2006.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. **Diretrizes curriculares da educação básica**: língua estrangeira moderna. Paraná: Imprensa oficial, 2008.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DISCIPLINA: ENSINO RELIGIOSO

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A disciplina de Ensino Religioso possibilita a reflexão e o entendimento de como os grupos sociais se constituem culturalmente e como se relacionam com o sagrado. E, ainda, possibilita compreender as manifestações e trajetórias no espaço escolar e estabelecem relações entre culturas, espaços e diferenças. O entendimento de tais elementos leva a elaboração do saber e a entender a diversidade de nossa cultura, marcada também por nossa religiosidade.

2. OBJETIVO

- Estudar as diferentes manifestações do sagrado no coletivo, propiciando a identificação, o entendimento, o conhecimento e aprendizagem em relação às diferentes manifestações religiosas presentes em nossa sociedade. Tal compreensão deve favorecer o respeito à diversidade cultural religiosa em suas relações éticas e sociais, promovendo medidas contra toda e qualquer forma de preconceito e discriminação.

3. CONTEÚDOS POR ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

A disciplina é ofertada apenas no 6º e 7º Anos do Ensino Fundamental

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
Paisagem religiosa	Organização Religiosa;
Universo símbolo religioso	Lugares Sagrados;
Texto sagrado	Textos sagrados orais e escritos;
	Símbolos Religiosos;

4. METODOLOGIA



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Para o trabalho Pedagógico na disciplina sugere-se que sejam apresentados, paulatinamente, aos educandos diferentes formas de simbolização, textos, significados, diálogos investigativos e problematizações que promovam a conscientização, o entendimento e a decodificação do objeto de estudo. Tal procedimento metodológico promovera a atividade de leitura, produção de textos e debates para que o diálogo direcione a aula e a disciplina proporcione a identificação, o entendimento, o conhecimento e a aprendizagem das diferentes manifestações religiosas presentes em nossa sociedade. Por fim, os conteúdos trabalhados serão sempre associados à realidade, com isso, desenvolve-se a ética nas relações dos indivíduos, principalmente no que concerne ao exercício de sua cidadania.

5. AVALIAÇÃO

O Ensino Religioso não constitui objeto de aprovação ou reprovação nem terá registro de notas ou conceitos na documentação escolar, por seu caráter facultativo de matrícula na disciplina. A avaliação nesta disciplina não ocorre como na maioria, terá a especificidade de acompanhar o processo de apropriação e construção de conhecimentos pelo aluno e pela classe, tendo como parâmetro os conteúdos tratados e os seus objetivos, usando para este propósito o registro das atividades produzidas pelos alunos.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Dogmatismo e tolerância**. São Paulo: Paulinas, 2000.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

BOFF, L. **Igreja, carisma e poder**. São Paulo: Vozes, 2002.

CISALPIANO, M. **Religiões**. São Paulo: Scipione, 1994.

COSGROVE, D. Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

HINNELS, J.R. **Dicionário das religiões**. São Paulo: Cultrix, 1989.

PARANÁ. **Livro público ensino religioso**. Curitiba: SEED, 2008.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

DISCIPLINA: QUÍMICA

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A disciplina de Química tem como objeto de estudo as substâncias e os materiais, com suas composições, propriedades e transformações. O estudo conceitual dos fenômenos químicos realizado através da presença desses materiais no âmbito da natureza, sociedade e tecnologia oferece significado aos conceitos científicos nos mais variados contextos.

Além da contribuição para o desenvolvimento tecnológico da sociedade, a Química também é caracterizada pelas suas relações histórica e política, tornando-se um instrumento de formação humana, e é fundamentada por amplas questões concernentes ao ensino da filosofia da Ciência.

Os conteúdos estudados pela disciplina são norteados pelos conteúdos estruturantes: Matéria e sua Natureza, Biogeoquímica e Química Sintética. A relação entre esses conteúdos se estabelece de modo a ampliar os horizontes culturais dos alunos e fornecer subsídios para a interpretação dos fatos e da realidade científica ao qual estão inseridos

2. OBJETIVOS

Conhecer os aspectos macroscópicos dos materiais e perceber o que ocorre no interior da substância, ou seja, o comportamento microscópico.

Relacionar os acontecimentos históricos e políticos com o desenvolvimento da Química no decorrer do tempo.

Reconhecer a Química como uma ciência não acabada e passível de reconstruções e avanços na aprendizagem de conceitos científicos

Detectar as interações existentes entre hidrosfera, atmosfera e litosfera para a exploração do conhecimento de funções químicas

Identificar e relacionar os conhecimentos da Química Sintética através de conteúdos extraídos das diversas fontes de pesquisa atuais

3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS POR ANO LETIVO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
	MATÉRIA											
MATÉRIA E SUA NATUREZA	- Constituição da matéria;	x										
	- Estados de agregação;	x										
	- Natureza elétrica da matéria;	x	x				x		x			
	- Modelos atômicos (Rutherford, Thonson, Dalton, Bohr...).	x					x		x			
	- Estudo dos metais.	x		x								
	- Tabela Periódica.	x	x	x			x		x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

	SOLUÇÃO											
	- Substância: simples e composta;	x					x		x			
	- Misturas;	x					x		x			
	- Métodos de separação;	x					x		x			
	- Solubilidade;	x	X									
	- Concentração;		X							x		
	- Forças intermoleculares;	x										
	- Temperatura e pressão;	x										
	- Tabela Periódica	x							x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
	VELOCIDADE DAS REAÇÕES											
	- Reações químicas;	x						x		x		
	- Lei das reações químicas;	x						x		x		
BIOGEOQUÍMICA	- Condições fundamentais para ocorrências das reações químicas (natureza dos reagentes, teoria de colisão)		X					x		x		
	- Fatores que interferem na velocidade das reações (superfície de contato, temperatura, catalisador, concentração dos reagentes, inibidores);		X					x		x		
QUÍMICA SINTÉTICA	- Lei da velocidade das reações químicas;		X					x		x		
	- Tabela Periódica	x	x	x								
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
	EQUILÍBRIO QUÍMICO											
	- Reações químicas reversíveis;		X					x		x		
	- Concentração;		X					x		x		
	- Relações matemáticas e o equilíbrio químico (constante de equilíbrio);			x				x		x		
	- Deslocamento de equilíbrio (princípio de Le Chatelier): concentração, pressão, temperatura e efeito dos catalizadores;			x				x		x		
	- Equilíbrio químico em meio aquoso (pH, constante de ionização, Ks).			x				x		x		
	- Tabela Periódica.	x										
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
	LIGAÇÃO QUÍMICA											
	- Tabela Periódica;	x						x		x		
	- Propriedade dos materiais;	x						x		x		
	- Tipos de ligações químicas em relação às propriedades dos materiais;	x						x		x		
	- Solubilidade e as ligações químicas;		X									
	- Interações intermoleculares e as propriedades das substâncias moleculares;	x										



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

	- Ligações de Hidrogênio;	x		x								
	- Ligação metálica (eletrons semi-livres)	x					x		x			
	- Ligações sigma e pi;			x								
	- Ligações polares e apolares;	x					x		x			
	- Alotropia;	x					x		x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
	REAÇÕES QUÍMICAS											
	- Reações e Oxi-redução			x				x		x		
	- Reações exotérmicas e endotérmicas;		x					x		x		
MATÉRIA E SUA NATUREZA	- Diagrama das reações exotérmicas e endotérmicas;		x									
	- Variação de entalpia;		x									
	- Calorias;		x									
	- Equações termoquímicas;		x									
	- Princípios da termodinâmica;		x									
	- Lei de Hess;		x									
	- Entropia e energia livre;											
	- Calorimetria;											
	- Tabela Periódica	x										
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
BIOGEOQUÍMICA	RADIOATIVIDADE											
	- Modelos Atômicos (Rutherford);	x							x			
	- Elementos químicos (radioativos);	x		x			x		x			
	- Tabela Periódica;	x					x		x			
	- Reações químicas;	x		x				x		x		
	- Velocidades das reações;		x									
	- Emissões radioativas;			x								
	- Leis da radioatividade;			x								
	- Cinética das reações químicas;		x							x		
	- Fenômenos radioativos (fusão e fissão nuclear);			x								
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
QUÍMICA SINTÉTICA	GASES											
	- Estados físicos da matéria;	x					x		x			
	- Tabela Periódica;	x					x		x			
	- Propriedade dos gases (densidade/difusão e efusão, pressão x temperatura, pressão x volume e temperatura x volume);											
	- Modelo de partículas para os materiais gasosos;											



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

	- Misturas gasosas;											
	- Diferença entre gas e vapor;											
	- Leis dos gases											
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
	FUNÇÕES QUÍMICAS											
	- Funções Orgânicas,			x				x		x		
	- Funções Inorgânicas;		X				x		x			
	- Tabela periódica	x						x		x		

5. METODOLOGIA

É importante que o processo pedagógico parta do conhecimento prévio dos estudantes, no qual incluem as ideias pré-concebidas sobre o conhecimento da Química, ou as concepções espontâneas, a partir das quais será elaborado um conceito científico.

A concepção espontânea sobre os conceitos que o estudante adquire no seu dia a dia, na interação com os diversos objetos no seu espaço de convivência, faz-se presente no início do processo de ensino aprendizagem. Por sua vez, a concepção científica envolve um saber socialmente construído e sistematizado, que requer metodologias específicas para ser disseminado no ambiente escolar. A escola é por excelência, o lugar onde se lida com o conhecimento científico historicamente produzido.

Quando os estudantes chegam à escola, não estão desprovidos de conhecimento. Uma sala de aula reúne pessoas com diferentes costumes, tradições, preconceitos e ideias que dependem também dessa origem. Isso torna impossível a adoção de um único encaminhamento metodológico para todos os alunos.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser concebida de forma processual e formativa, sob os condicionantes do diagnóstico e da continuidade. Esse processo ocorre em interações recíprocas, no dia a dia, no transcorrer da própria aula e não apenas de modo pontual, portanto, está sujeita a alterações no seu desenvolvimento.

A avaliação formativa e processual, como resposta às históricas relações pedagógicas de poder, passa a ter prioridade no processo educativo. Esse tipo de avaliação leva em conta conhecimento prévio do aluno e valoriza o processo de construção e reconstrução de conceitos além de orientar e facilitar a aprendizagem. A avaliação tem finalidade em si, mas deve subsidiar e mesmo redirecionar o curso da ação do professor, em busca de assegurar a qualidade do processo educacional no coletivo da escola.

Em química, o principal critério de avaliação é a formação de conceitos científicos. Ao invés de avaliar apenas por meio de provas, o professor deve usar instrumentos que possibilitem várias formas de expressão dos alunos, como: leitura



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

e interpretação de textos, produção de textos, leitura e interpretação da Tabela Periódica, pesquisas bibliográficas, relatórios de aula em laboratório, apresentação de seminários e outras. Estes instrumentos devem ser selecionados de acordo com cada conteúdo e objetivo de ensino.

7. REFERÊNCIAS

CANTO, Tito. **Química na abordagem do cotidiano**. Volume Único. São Paulo: Ed. Moderna, 2008.

SARDELLA, Antonio. **Química**. Volume Único. São Paulo: Ed. Ática, 2008.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Química**. Curitiba: SEED, 2008.

DISCIPLINA: FÍSICA

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O ensino de Física deve contribuir para a formação do indivíduo através de conteúdos que possibilitem o entendimento do universo à sua evolução, suas transformações e suas interações que neles se apresentam com a preocupação de formar cidadãos capazes de adaptação permanente às novas formas de produção científica e tecnológicas.

A Física é parte da ciência que deve educar para a cidadania e isto se faz considerando a dimensão crítica do conhecimento científico sobre o Universo de Fenômenos e a não neutralidade de produção desse conhecimento e seu comprometimento e envolvimento com aspectos sociais, políticos econômicos e culturais.

A física é a ciência natural no universo em desenvolvimento. Enquanto conhecimento construído possibilita a elaboração de modelos da evolução do Universo e investiga mistérios do mundo microscópico das partículas que compõem a matéria. Desta forma, proporciona a explicação científica para fatos do cotidiano propiciando a interação do indivíduo com seu meio. O caráter investigativo da física possibilita o desenvolvimento das novas fontes de energia e a criação de novos materiais, produtos e tecnologias elaboradas presentes no cotidiano contendo dois enfoques importantes: a dos conhecimentos do dia a dia explicando de forma qualitativa, sem perder a relação cinética das expressões que as definem e as tecnologias presentes nos eletrodomésticos, nos cartões digitais, nos celulares e nos chips.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

2. OBJETIVOS

- Refletir sobre o mundo da ciência, descrevendo os fenômenos físicos por meio das leis e experimentação.
- Desenvolver a consciência crítica para a cidadania, contribuindo para entendimento sobre o universo.
- Compreender as leis e teorias científicas que levam ao conhecimento da Física como ciência.
- Relacionar os fenômenos físicos às aplicações tecnológicas e naturais.

3. CONTEÚDO POR SÉRIE/ANO: ENSINO MÉDIO/NORMAL/PROFISSIONAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
MOVIMENTO	- <i>Momentum</i> e Inércia	x					x		x		x	
	- Conservação de quantidade de movimento (<i>momentum</i>)	x					x		x		x	
	- Variação da quantidade de movimento=Impulso	x					x		x		x	
	- 2ª Lei de Newton	x					x		x		x	
	- 3ª Lei de Newton e condições de equilíbrio	x					x		x		x	
	- Energia e o Princípio da Conservação da Energia	x					x		x		x	
	- Gravitação	x					x		x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
TERMODINÂMICA	- Leis da Termodinâmica: Lei zero da Termodinâmica, 1ª Lei da Termodinâmica, 2ª Lei da termodinâmica		x					x	x			x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
ELETROMAGNETISMO	- Carga, corrente elétrica, campo e ondas eletromagnéticas			x				x	x			x
	- Força eletromagnética			x				x		x		x
	- Equações de Maxwell: Lei de Gauss para eletrostática/Lei de Coulomb, Lei de Ampère, Lei de Gauss magnética, Lei de Faraday			x				x		x		x
	- A natureza da luz e suas propriedades		x					x		x		x

4. METODOLOGIA

Dentro do ensino da Física deve-se estimular o aluno a perguntar e, para que isso aconteça, ao ensinar determinado conteúdo, o professor deverá relacioná-lo com situações concretas da vida do aluno. O aluno, na maioria das vezes, já tem seus modelos, suas teorias, mesmo que às vezes, não correspondam à realidade científica. Por exemplo, força, velocidade, temperatura, energia, corrente elétrica, já tem significado forte para o aluno, porque são frutos de sua experiência do dia a dia. É preciso levar em conta seu grau cognitivo dentre outros fatores, isso permitirá



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

definir uma metodologia de ensino para que o aluno chegue ao conhecimento científico. O ensino da Física não é apenas uma matemática aplicada, os exercícios devem estar ligados à matéria que está sendo ensinada, e articulada às situações concretas da vida do aluno, embora possa exigir tratamentos em diferentes níveis de abstrações.

Os conteúdos teóricos devem ser dosados para que o fundamental não se perca em meio a detalhes. Na aquisição do conhecimento científico, o professor deve estimular o aluno a fazer leituras em livros e também em artigos de divulgação científica, jornais e revistas, para que se apropriem de informações e venham superar as deficiências de conhecimentos necessários ao exercício da cidadania. É na realização de experimentos simples que elucidam fenômenos de nosso dia a dia, que se descobrem o interesse e a importância pela nossa ciência e além do mais provoca maior participação.

Necessitamos desenvolver o modelo de ensino de Física que contemple algumas vezes aulas experimentais e informatizadas, um uso mais frequente dos laboratórios, embora haja carência de equipamentos, espaço adequado para aulas prática e necessidade de um laboratorista para algumas ações experimentais com materiais de baixo custo.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação deve ter um caráter diversificado, levando em consideração os aspectos: compreensão dos conceitos físicos; a capacidade de análise de um texto; a capacidade de elaborar um relatório sobre um experimento ou qualquer outro evento que envolva a física. Em geral, o professor trabalha em uma dinâmica interativa, tem noção, ao longo do ano, da participação e produtividade de cada aluno.

Sendo assim, não devemos permitir que os resultados das provas sejam supervalorizados em detrimento de observações diárias, de caráter diagnóstica. A estratégia de avaliação será formativa, realizada durante o período das aulas e somativa com análises das interpretações dos resultados obtidos nas provas e atividades desempenhadas. Muito provavelmente, novas provas avaliativas e eventuais redirecionamentos poderão acontecer, após uma retroalimentação dos conteúdos.

6. REFERÊNCIAS

CARRON, Wilson; GUIMARÃES, Osvaldo. **As faces da física**. São Paulo: Moderna, 2002.

GASPAR, A. **Física**. São Paulo: FTD, 2004.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica física**. Curitiba: SEED, 2008.

PENTEADO, Paulo Cesar M.; TORRES, Carlos Magno A. **Física ciência e tecnologia**. Volume 1. São Paulo: Editora Moderna, 2008.



DISCIPLINA: BIOLOGIA

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Biologia tem como objeto de estudo o fenômeno VIDA e toda sua diversidade e manifestações. Este se caracteriza por um conjunto de processos organizados e integrados em diferentes níveis: o celular, o de um organismo, ou ainda de um ser vivo integrado ao seu habitat. A Biologia, assim como as demais ciências em geral, não é um conjunto de conhecimentos definitivamente estabelecidos, mas que se modificam ao longo do tempo, buscando sempre corrigi-los e apropriá-los.

O estudo da Biologia deve levar o jovem à compreensão do mundo que o cerca, abordando não somente os fatos e os princípios científicos, mas oferecendo condições para que ele possa tomar posição perante os mesmos analisando as implicações sociais, éticas, econômicas e políticas da ciência e tecnologia.

2. OBJETIVOS

- Conhecer alguns fatos importantes da história da Biologia, relacionando-os com o momento da história da humanidade em que ocorreram.
- Compreender que os seres vivos são constituídos por diversos elementos químicos, organizados na forma de substâncias orgânicas de diversos tipos.
- Reconhecer que a célula é a unidade dos seres vivos, dotados de estruturas básicas responsáveis pela manutenção da vida.
- Compreender que a classificação biológica, além de facilitar seu estudo, revela padrões de semelhança que evidenciam as relações de parentesco evolutivo entre diferentes grupos de organismo.
- Entender o fenômeno vida em toda sua diversidade e manifestações, levantando os critérios objetivos pelos quais os seres vivos podem ser agrupados, abordando os aspectos evolutivos, metabólicos e ecológicos.
- Compreender como ocorrem os processos vitais nos animais.
- Reconhecer que tanto a fotossíntese como a respiração são relacionados a utilização de energia para manutenção da vida.
- Entender que a variabilidade genética é a responsável pela adaptação dos seres vivos em diversos meios.
- Compreender a complexidade das relações entre os seres vivos e o ambiente, nos ecossistemas, reconhecendo o alto grau de interdependência que existe entre os diversos componentes da biosfera.

3. CONTEÚDOS POR ANO LETIVO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD
ORGANIZAÇÃO DOS SERES VIVOS	- Classificação dos seres vivos: critérios taxonômicos e filogenéticos.		x					x	x			
	- Sistemas biológicos: anatomia, morfologia e fisiologia.		x					x	x			



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD
MECANISMOS BIOLÓGICOS	- Mecanismos de desenvolvimento embriológico.	x						x		x		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD
	- Mecanismos celulares biofísicos e bioquímicos.	x					x					
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD
BIODIVERSIDADE	- Teorias evolutivas.			x				x				
	- Transmissão das características hereditárias.			x				x				
	- Dinâmica dos ecossistemas: relações entre os seres vivos e interdependência com o ambiente.			x			x		x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD
MANIPULAÇÃO GENÉTICA	- Organismos geneticamente modificados			x				x		x		

4. METODOLOGIA

- Aulas expositivas
- Utilização de materiais audiovisuais (TV pendrive).
- Aulas experimentais.
- Aulas de microscopia.
- Coleta e identificação de estruturas ou seres vivos de pequeno porte.
- Leitura e compreensão de textos complementares.
- Mapas conceituais.
- Resolução de listas de exercícios.
- Montagem de maquetes.
- Utilização de cariótipos.
- Montagem de heredogramas.

5. AVALIAÇÃO

Avaliação contínua para verificação do progresso do aluno; participação e execução das atividades, resolução dos exercícios propostos, etc.; trabalhos; testes com questões de múltipla escolha (somatória e simples) e questões abertas.

Para os alunos que apresentarem desempenho insatisfatório (notas inferiores à nota mínima de 60%) será realizado a recuperação com a retomada com conteúdos dos pontos fundamentais trabalhados e a nota obtida após recuperação substituirá a nota anterior (se a nota pós recuperação for maior).

6. REFERÊNCIAS

AMABIS, José Mariano. **Biologia** 2ª ed. volumes 1, 2 e 3, São Paulo: Moderna, 2004.

Krasilchick, M. **Prática de ensino de biologia**. São Paulo: Habra, 1996.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

LINHARES, Sérgio. **Biologia Hoje**, 11^a ed. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo, Ática, 1997.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Biologia**. Curitiba: SEED-PR, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Livro didático público Biologia**. Curitiba: SEED- PR, 2006.

DISCIPLINA: FILOSOFIA

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A filosofia como exercício da racionalidade acumula uma tradição de, aproximadamente, 2610 anos. Constituída como pensamento sistemático, a filosofia trás consigo o problema do seu ensino, desde o embate entre as ideias de Platão e as teses dos sofistas até os grandes desafios contemporâneos que permeiam as contradições sociais (pobreza e riqueza, igualdade e desigualdade, etc.), atualmente, visando à formação pluridimensional e democrática plena do estudante, o Ensino Médio busca oferecer-lhe a possibilidade de compreender a complexidade do mundo contemporâneo, com suas múltiplas particularidades e especificidades.

Nesse sentido, a filosofia apresenta-se como conteúdo filosófico e como conhecimento que possibilita ao estudante desenvolver autonomia de pensamento: não é possível estudar filosofia sem filosofar assim como não é possível filosofar sem apropriar-se do conhecimento da filosofia.

Finalmente, a filosofia na escola, pode significar, o espaço de criação e de provocação do pensamento original, de busca da compreensão, da imaginação, da criação e recriação de conceitos. Nessa perspectiva, a abordagem filosófica em sala de aula é realizada a partir dos temas “mito e filosofia”, “teoria do conhecimento”, “ética”, “filosofia política”, “filosofia da ciência” e “estética”, ou seja, de conteúdos estruturantes e basilares a serem trabalhados a partir da perspectiva do estudante, mas de modo que a investigação e os textos filosóficos permitam-lhe uma compreensão sempre mais elaborada da realidade.

2. OBJETIVOS

Formular conceitualmente problemas da contemporaneidade, investigando as diferentes formas de pensamento, que possibilitam elaborar conceitos acerca da diversidade cultural, desenvolvendo uma maneira peculiar e geral de interrogar-se sobre a verdade das palavras, das coisas e do ser. Considerada numa perspectiva de inter-relação dialógica entre professor e alunos e com problemas e textos filosóficos, a filosofia pretende possibilitar ao estudante, o exercício do pensamento crítico e original; a busca da criação e da recriação de conceitos; a investigação e a



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

compreensão de problemas que se revelam histórica, social e culturalmente significativos.

3. CONTEÚDOS POR ANO LETIVO: ENSINO MÉDIO/NORMAL/PROFISSIONAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
MITO E FILOSOFIA	- Saber mítico	x			x				x			x
	- Saber filosófico	x			x				x			x
	- Relação Mito e Filosofia	x			x				x			x
	- Atualidade do mito	x			x				x			x
	- O que é Filosofia?	x			x				x			x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
TEORIA E CONHECIMENTO	- Possibilidade do conhecimento	x			x				x			x
	- As formas de conhecimento	x			x				x			x
	- O problema da verdade	x			x				x			x
	- A questão do método	x			x				x			x
	- Conhecimento e lógica	x			x				x			x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
ÉTICA	- Ética e moral		x			x				x		x
	- Pluralidade ética		x			x				x		x
	- Ética e violência		x			x				x		x
	- Razão, desejo e vontade		x			x				x		x
	- Liberdade: autonomia do sujeito e a necessidade das normas		x			x				x		x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
FILOSOFIA POLÍTICA	- Relação entre comunidade e poder		x			x				x		x
	- Liberdade e igualdade política		x			x				x		x
	- Política e ideologia		x			x				x		x
	- Esfera política e privada		x			x				x		x
	- Cidadania formal e/ou participativa		x			x				x		x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
FILOSOFIA DA CIÊNCIA	- Concepção de ciência			x			x				x	x
	- A questão do método científico			x			x				x	x
	- Contribuições e limites da ciência			x			x				x	x
	- Ciência e Ideologia			x			x				x	x
	- Ciência e Ética			x			x				x	x



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
ESTÉTICA	- Natureza da arte			X			x				x	X
	- Filosofia e arte			X			x				x	X
	- Categorias estéticas: feio, belo, sublime, trágico, cômico, grotesco, gosto, etc.			X			x				x	X
	- Estética e sociedade			X			x				x	X

4. METODOLOGIA

Entendendo-se a Filosofia e seu ensino como um espaço de estudo da própria filosofia tanto quanto um espaço do filosofar que envolve a (problematização, questionamento, pensamento crítico, da criação e recriação de conceitos), a metodologia da disciplina consistirá na mobilização dos estudantes para a problematização do mundo humano, para o diálogo, o questionamento, para as leituras e análises de textos filosóficos e não-filosóficos, para a pesquisa, para a sistematização dos conceitos e para o conhecimento das posições filosóficas relevantes ao longo da história humana.

Buscar organizar perguntas em torno de um problema filosófico dentro de sua contextualização com a vida cotidiana do aluno, ou seja, penetrar nas interfaces das outras disciplinas do ensino médio para compreender o mundo da linguagem, da literatura, da história, das ciências e da arte. Criar espaço para os quatro momentos principais: mobilizar, problematizar, investigar e criar conceitos. No momento de mobilização serão utilizados vários recursos: vídeo, trecho de filmes, textos jornalísticos, literatura e etc. Sem dispensar a retomada destes recursos em momentos que necessitem para melhorar a aprendizagem. E, também, utilizar os conhecimentos filosóficos para analisar e criticar a sociedade contemporânea. Mas sem dispensar os textos clássicos dos filósofos consagrados na História da Filosofia para compreensão e atuação no mundo.

Criar condições de problemas filosóficos para que o estudante possa buscar soluções através dos textos filosóficos de modo investigativo, ou seja, buscar de maneira radical e rigorosa a raiz do problema. Nesse trabalho direcionado deverá contemplar a criação de conceito.

Contextualizar os conhecimentos filosóficos, tanto no seu período sócio-econômico-político-cultural quanto biográfico. Desenvolver momentos para a experiência e atividade filosófica. Mediar prática de leitura e análise de textos filosóficos, da escrita, argumentação, debate, problematização da realidade e da criação de conceitos.



5. AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina de filosofia é concebida em sua função diagnóstica de orientação e re-orientação do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o foco em questão, é o crescimento da capacidade do estudante para o exercício do pensamento crítico, o que, sem dúvida, se conjuga ao indispensável desenvolvimento de sua igual capacidade de apreensão dos conteúdos filosóficos em questão.

6. REFERÊNCIAS

AFANASSIEV, V.G. **Fundamentos de filosofia**. São Paulo: Edições Progresso, 1982.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 1993.

_____. **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1998.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Introdução à filosofia da ciência**. Curitiba: UFPR, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Introdução à história da filosofia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

CORDI, Cassiano et al. **Para filosofar**. São Paulo: Scipioni, 2003.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia**. São Paulo: Saraiva, 2005.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica filosofia**. Curitiba: SEED, 2008.

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Em meados do século XIX, muitos pensadores e cientistas investigaram a necessidade da institucionalização de uma ciência voltada aos estudos, investigações e observações dos homens em suas interações sociais, ou seja, como o indivíduo atua no meio onde vive. Para tanto, é fundamental o esclarecimento de conceitos específicos que revelam a importância de uma ciência que não apresente semelhanças com outras, como a Psicologia, a Economia, a Física, etc. Enfim, o caráter científico se dá com a definição de um objeto de estudo e dos métodos utilizados para explicar sua relevância.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeepmaringa@seed.pr.gov.br

A Sociologia foi criada por apresentar especificidades até então incabíveis as análises já existentes, pois definia fenômenos, fatos, acontecimentos sociais que abrangiam sujeitos, e não mais o indivíduo da Psicologia, num contexto histórico específico - o das transformações ocorridas no mundo do trabalho, oriundas da Revolução Industrial.

Antes mesmo da ciência, que estudaria fenômenos na sociedade, ganharam nome, August Comte (1798-1857) se referiu a uma física social, devido a possibilidade de observação e experimentação. A posterior sociologia se aproximava, então, das ciências naturais. Isto porque, para Comte, ela se encontrava no estágio positivo da evolução do pensamento, que passara pelo teológico e metafísico. A preocupação dos estudos se voltava a problemas, crises na sociedade, e foi Durkheim (1858-1917) quem apresentou um estudo voltado à observação e a análise de um fato social, iconizado no problema do suicídio. Daí, todo um corpo de conceitos vai moldar o que veio a se chamar Positivismo, com o objetivo de remediar anomias sociais.

Tanto Comte quanto Durkheim vão dar fundamental importância à educação como um mecanismo de adequação de indivíduos à sociedade. O marco acaba sendo representado por Durkheim, com seu ingresso na Universidade de Boudeaux, em 1887. No Brasil, em 1870 já era sugerida, por Rui Barbosa a introdução da Sociologia nos Currículos Oficiais, em substituição do Direito Natural, que trazia o pensamento dos jusnaturalistas dos séculos XVII e XVIII. Porém, somente em 1810 passou à obrigatoriedade no ensino secundário, quando houve a reforma de Benjamim Constant, primeira governo republicano.

Neste período, a sociologia se aproximava dos estudos sobre moral. A partir de então, a disciplina passou a ocupar os currículos no ensino superior, e foi ministrada por advogados, médicos e militares, com o objetivo de transformar os homens e os seus interesses, para conservar os mesmos. Além da escola secundária, a sociologia passou a integrar o currículo da escola normal preparatória, entre 1925 e 1942, com a reforma Rocha Vaz e a atuação de Francisco Campos. Apesar dos avanços consideráveis no papel da sociologia no Brasil, em 1961 se iniciou um dismantelamento do seu papel, que se tornou optativa ou facultativa no ensino secundário. Com aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Base – LDB 4024. Isto porque passou a haver uma crescente preocupação com o caráter técnico com a profissionalização dos alunos.

Nos anos 70, com o período ditatorial, a sociologia foi banida e reprimida as mais variadas vertentes de investigações, sendo substituída, pela Educação Moral e Cívica, OSPB (Organização Social dos Problemas Brasileiros) e o ensino religioso com objetivos claros: moralizar e disciplinar. Somente na década de 1980, devidos a queda na demanda de técnicos para o trabalho em São Paulo, foi recomendado a inserção da sociologia, da filosofia e da psicologia. Iniciou-se então pesquisar volta a elaboração de propostas curriculares para estas disciplinas.

Percebe-se que não é dada a sociologia tamanha importância quando os interesses econômicos e políticos se restringem ao tecnicismo. Daí, o caráter positivista como se a disciplina fosse auxiliar na cura dos problemas sociais. A Sociologia vai sendo utilizada conforme o interesse político e educacional. A LDB 9.394/96 determinou a obrigatoriedade da disciplina, porém, ela é interpretada com auxiliar interdisciplinar para as ciências humanas.

O Conselho Nacional de Educação aprovou com base na Lei 9.394/96, a inclusão da



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Filosofia e da Sociologia no ensino médio a partir de 2007 os Conselhos Estaduais de Educação deveriam regulamentar a oferta destas aulas. No dia 02 de junho de 2008 é aprovada a alteração do artigo 36 da Lei 9.394/96 para a Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio.

1. OBJETIVOS

- Conhecer a autobiografia dos pensadores clássicos da sociologia; desde Jean Jacques Rousseau até o Emile Durkheim, Max Weber, Karl Marx e alguns brasileiros: Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Caio Prado Junior.
 - Compreender a evolução histórica da ciência política, desde a sua organização na Antiguidade, Idade Média, Moderna e Contemporânea; assim como o surgimento da democracia na Grécia antiga e desenvolvimento das leis romanas, em passando pelo feudalismo, absolutismo, renascimento, dentro das concepções democráticas do Iluminismo e Revolução francesa.
 - Refletir sobre as diferenças e semelhanças entre a cultura indígena, africana e asiática.
 - Analisar problemas sociais ligados a revolução industrial: drogas, marginalidade, criminalidade, segurança pública, complexidade urbana, discriminação rural, prostituição, etc.
 - Compreender a globalização e suas implicações no cotidiano social.
- Refletir e analisar a forma de organização do trabalho nas diferentes sociedades existentes e na história da humanidade, relacionando ao modo de produção e da economia.

2. METODOLOGIA

O ensino da Sociologia prioriza uma análise didática crítica dos problemas sociais, visto que a dinâmica da sociedade do conhecimento científico que os acompanha é provisória.

No ensino de Sociologia, é fundamental adoção de múltiplos instrumentos metodológicos, os quais devem adequar-se aos objetivos pretendidos, seja a exposição, a leitura e esclarecimento do significado dos conceitos e da lógica dos textos (teóricos, temáticos, literários), a análise, a discussão, a pesquisa de campo bibliografia ou outros.

O importante é que se tenha uma posição crítica frente à realidade, de modo que a análise e a flexão dos assuntos desenvolvidos possam convergir para desconstrução de pré-noções e preconceitos que quase dificultam o desenvolvimento da autonomia intelectual e ações políticas construtivas. Além de extrair e caracterizar as relações sociais abrangentes, consciente frente às necessidades sociais.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

3. CONTEÚDOS POR ANO LETIVO: ENSINO MÉDIO/NORMAL/PROFISSIONAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
1. O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS	- Processo de Socialização	x	x	x	x				x	x	x	x
	- Instituições sociais: Familiares, Escolares, Religiosas	x			x				x			
	- Instituições de Reinserção (prisões, manicômios, educandários, asilos, etc)	x							x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
2. CULTURA E INDÚSTRIA CULTURAL	- Desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição na análise das diferentes sociedades			x							x	
	- Diversidade cultural			x							x	
	- Identidade			x							x	
	- Indústria cultural			x							x	
	- Meios de comunicação de massa			x							x	
	- Sociedade de consumo			x							x	
	- Indústria cultural no Brasil			x							x	
	- Questões de Gênero			x							x	
	- Cultura afro brasileira e africana			x							x	
	- Culturas indígenas			x							x	
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
3. TRABALHO, PRODUÇÃO E CLASSES SOCIAIS	- O conceito de trabalho e o trabalho nas diferentes sociedades	x			x				x	x		
	- Desigualdades sociais, estamentos, castas, classes sociais	x			x				x	x		
	- Organização do trabalho nas sociedade capitalistas e suas contribuições	x			x					x		x
	- Globalização e Neoliberalismo		x	x						x		x
	- Relações de trabalho	x			x					x		x
	- Trabalho no Brasil	x			x					x		x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
4. PODER, POLÍTICA E IDEOLOGIA	- Formação e desenvolvimento do Estado Moderno		x			x				x	x	
	- Democracia, autoritarismo, totalitarismo		x								x	
	- Estado no Brasil		x								x	
	- Conceitos de Poder		x			x					x	
	- Conceitos de Ideologia	x	x			x			x	x	x	
	- Conceitos de dominação e legitimidade		x			x				x		
	- As expressões da violência nas sociedades contemporâneas		x	x						x		



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
5. DIREITOS, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS	- Direitos civis, político e sociais		x							x		X
	- Direitos Humanos		x	x						x		X
	- Estado no Brasil		x							x		X
	- Conceitos de cidadania		x	x						x		X
	- Movimentos sociais		x							x		X
	- Movimentos sociais no Brasil		x							x		X
	- A questão ambiental e os movimentos ambientalistas		x							x		X
	- A questão das ONG's		x							x		X

5. AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo. Assim, na Sociologia, é preciso atentar para os seguintes aspectos. A apreensão de alguns conceitos básicos, articulados com a prática social, a capacidade de argumentação teórica, a clareza e a coerência na exposição das ideias, no texto escrito. Também a mudança na forma de olhar os problemas sociais, a iniciativa e a autonomia para tomar atitudes diferenciadas e criativas, para reverter práticas de acomodação e sair do senso comum.

7. REFERÊNCIAS

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica sociologia**. Curitiba: SEED, 2008.



4.6. PROPOSTA PEDAGÓGICA - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação Profissional é uma modalidade de Ensino que oferta dentre outras possibilidades a profissionalização em nível médio. Visa uma concepção de educação baseada na formação técnica que articula trabalho, cultura, ciência e tecnologia. Os desafios contemporâneos decorrentes das contradições sociais pressupõem a integração de múltiplas dimensões que favorecem o exercício da prática social de forma mais consciente. E, nesse entendimento, a respectiva articulação possibilita ainda, no processo de trabalho, acesso aos conhecimentos produzidos historicamente pelos homens de forma a estabelecer relações, o que leva à compreensão da realidade, podendo os cidadãos intervir sobre ela, transformando-a.

Portanto, os componentes curriculares devem integrar-se e articular-se, no sentido de garantir os saberes científicos e tecnológicos, para que estes sejam a base da formação técnica, porém, não desvinculando-se da formação que favorece para a continuidade do processo de humanização, ou seja, o trabalho necessita caminhar na dinâmica de emancipação.

Desta forma, os referenciais teórico-práticos do processo de formação têm como base o trabalho como princípio educativo, na perspectiva dialética. Os cursos que ofertam a Educação profissional introduzem disciplinas humanas e sociais, o que permite aos sujeitos em formação, compreenderem-se como históricos, assim, desenvolvendo a consciência sobre a produção da existência humana por meio do trabalho.

As questões pedagógicas e políticas do processo educativo são essenciais para a superação das condições de exploração a que os sujeitos estão submetidos no âmbito do trabalho, “assim como o conhecimento e a organização coletiva na reivindicação dos direitos nas relações de trabalho” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, GOMES, 2014, p. 13).

A Educação Profissional como modalidade de ensino, oferta a formação integrada, que compreende as disciplinas da Base Nacional Comum, e as disciplinas específicas de formação, bem como, cursos subsequentes que tem como objetivo, propiciar a profissão aos cidadãos que já concluíram o Ensino Médio regular, sem perder de vista a retomada de disciplinas da formação de nível médio.

A questão do trabalho é, via de regra, um tema ausente das escolas. No entanto, os sujeitos do Ensino Médio e da Educação Profissional, os alunos, são jovens trabalhadores, em exercício pela necessidade de se manterem e às suas famílias, ou são jovens que se preparam para a vida futura, para alguma forma de responsabilidade e de trabalho. O que supõe a retomada do conceito de politécnica, de formação omnilateral e da escola unitária no sentido gramsciano. (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, GOMES, 2014, p. 16).

O maior desafio está sob o ponto de vista epistemológico, que orienta para o trabalho curricular na forma integrada, visto como construção coletiva, histórica.

Outra questão crucial é envolver o contingente de jovens e adultos na formação profissional, haja vista o número significativo desses sujeitos fora da idade prevista para o ensino médio e profissional. Uma tarefa das políticas de governo, públicas, de formação dos profissionais, de financiamento, dentre outros aspectos.

Assim, têm-se no Instituto de Educação Estadual de Maringá os cursos de Educação Profissional: Administração e Logística (integrado e subsequente).



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

O curso de Formação de Docentes profissionaliza para a docência na Educação Infantil a Anos Iniciais do Ensino Fundamental (primeira e segunda etapas das Educação Básica), não se considera este último, um curso técnico mas, de profissionalização para a docência, o que caracteriza sua importância tendo em vista as dimensões do conhecimento para a formação dos pequenos.

4.6.1 MATRIZ CURRICULAR – CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES INTEGRADO/TURNO: MANHÃ ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010

DISCIPLINAS	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a
ARTE	2			
BIOLOGIA	2	2		
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2
FILOSOFIA	2	2		
FÍSICA;			3	2
GEOGRAFIA	3			
HISTÓRIA	2	2		
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	2	3	2	3
MATEMÁTICA	2	2	4	2
QUÍMICA			2	2
SOCIOLOGIA	2	2		
INGLÊS			2	2
CONCEPÇÕES NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL		2		
FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO			2	
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO	2			
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL		2		
FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	2			
FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO		2		
LITERATURA INFANTIL			2	
METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS				2
METODOLOGIA DO ENSINO DE ARTE				2
METODOLOGIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA				2
METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA				2
METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA				2
METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA				2
METODOLOGIA DO ENSINO DE PORTUGUÊS ALFABETIZAÇÃO			2	2
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	2	2		
TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL		2	2	
PRÁTICA DE FORMAÇÃO (ESTÁGIO SUPERVISIONADO)	5	5	5	5

OBS.

1 - As disciplinas da Base Nacional Comum serão organizadas e adequadas conforme a carga horária das disciplinas, respeitando-se os conteúdos trabalhados no Ensino Médio Regular.

2 - Na respectiva matriz curricular têm-se uma única turma (4º ano), portanto, as disciplinas foram organizadas conforme a nova matriz (2014), com observações na apresentação das respectivas disciplinas.

3 – Na sequência, apresenta-se a nova matriz curricular do curso.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

4.6.2 MATRIZ CURRICULAR - CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES

INTEGRADO/TURNO: MANHÃ

ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2014

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NÚCLEO: 19 - MARINGÁ		MUNICÍPIO: 1530 - MARINGÁ									
ESTAB.: 00034 - INST ED E MARINGÁ-EEF M N PROFIS		ENT MANTEN.: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ									
CURSO: 0489 - FORM D EIAIEFU		TURNO: MANHÃ		ANO IMPLANT.: 2014 - GRADATIVA							
DISCIPLINAS		/ SERIE	1	2	3	4					
BNC	ARTE		2								
	BIOLOGIA			3							
	EDUCAÇÃO FÍSICA		2	2	2	2					
	FILOSOFIA		2	2	2	2					
	FÍSICA				3						
	GEOGRAFIA		3								
	HISTÓRIA		2	2							
	LÍNGUA PORT E LITERATURA		2	2	2	3					
	MATEMÁTICA		2	2	2	2					
	QUÍMICA			2	2						
	SOCIOLOGIA		2	2	2	2					
BNC	SUB-TOTAL		17	17	15	11					
PD	L E M INGLÊS				2						
FE	CONCEPÇÕES NORTEADORAS ED ESP			2							
	FUND FILÓS E SOCIOL DA EDUCAC				2						
	FUND HIST EDUCACAO		2								
	FUND HIST POL DA ED INF			2							
	FUND PSICOL DA EDUCACAO		2								
	LIBRAS					2					
	LITERATURA INFANTIL				2						
	MET DA ALFABETIZACAO					2					
	MET ENS CIÊNCIAS					2					
	MET ENS DE ARTE					2					
	MET ENS EDUC FÍSICA					2					
	MET ENS GEOGRAFIA					2					
	MET ENS HISTÓRIA					2					
	MET ENS LING PORTUGUESA				2						
	MET ENS MATEMÁTICA				2						
	ORGANIZ DO TRAB PEDAGOGICO		2	2							
	PRÁTICA DE FORMAÇÃO (EST SUP)		5	5	5	5					
	TRABALHO PEDAG NA EDUC INFANT		2	2							
FE	SUB-TOTAL		13	13	13	19					
TOTAL GERAL			30	30	30	30					

NOTA: MATRIZ CURRICULAR DE ACORDO COM A LDB N. 9394/96.

DATA DE EMISSÃO: 17 DE Fevereiro DE 2014

ASSINATURA DO CHEFE DO NRE
Marta Inês de Aguiar Barros
Chefe do N.R.E. Maringá
Decrete 788/11 - RG: 716.727-7





INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

4.6.3 DISCIPLINAS:

DISCIPLINA: CONCEPÇÕES NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1. APRESENTAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, sinaliza por meio dos movimentos internacionais pela inclusão social, a necessidade de uma ressignificação da Educação Especial, ampliando-se não apenas a sua abrangência da Educação Infantil até o Ensino Superior – mas, o público a que se destina essa modalidade educacional, os alunos com necessidades educacionais especiais. A Educação Especial é, portanto, uma modalidade de ensino escolar definida pedagogicamente, na forma curricular, pois, assegura recursos, apoios e serviços educacionais especiais, organizados para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

No Paraná, a Educação Especial, é dever constitucional do Estado e da família, ofertada na rede regular de ensino e em instituições especializadas. A adoção da terminologia necessidades educacionais especiais para referir-se às crianças, adolescentes, jovens e adultos cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender, tem o propósito de deslocar o foco das condições pessoais do aluno, que possam interferir em sua aprendizagem, para direcioná-lo às respostas educativas que ele requer.

As necessidades educacionais especiais são definidas pelos problemas de desenvolvimento da aprendizagem apresentados pelo aluno, em caráter temporário ou permanente, bem como pelos recursos e apoios que a escola deverá proporcionar, objetivando a remoção das barreiras para a aprendizagem.

2. EMENTA

Ementa: Concepção, legislação, fundamentos históricos, sociopolíticos e éticos da Educação Especial nos sistemas de ensino. Reflexão crítica sobre as questões éticas, políticas e educacionais na ação do educador quanto à interação dos alunos com deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, deficiência visual, surdez, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. A proposta de inclusão visando qualidade de aprendizagem, sociabilidade e qualificação dos alunos da Educação Especial. A ação do educador junto à comunidade escolar: inclusão, prevenção das deficiências. As especificidades de atendimento educacional e pedagógico especializado nas áreas da Educação Especial. Acessibilidade. Avaliação no contexto escolar. Flexibilização curricular, serviços e apoios especializados.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

3. OBJETIVOS

Embasar-se teórica e metodologicamente sobre os conteúdos propostos necessários à atuação docente.

Refletir e compreender sobre a realidade escolar inclusiva, bem como, conscientizar-se acerca da diversidade cultural existente, considerando os condicionantes sociais que permeiam essa diversidade: educação do campo, educação indígena, os quilombolas.

4. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Concepções de Deficiências
2. Concepção de Educação Especial
3. Áreas da Educação Especial
4. Fundamentos Históricos e Sociopolíticos da Educação Especial
5. Legislação
- 6 Currículo na Educação Especial

4.1. CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Diferentes conceitos sobre deficiências, distúrbios, transtornos e síndromes
- 1.2. Prevenção
- 2.1. Educação Especial como modalidade do Ensino Fundamental
- 3.1. Áreas Específicas das Deficiências: Deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, deficiência visual, surdez, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista e altas habilidades e super dotação.
- 4.1. Percursos históricos da pessoa com deficiência; A exclusão das pessoas com deficiência na História
- 4.2. História da Educação Especial; A Educação Especial no contexto paranaense na Perspectiva da Inclusão Escolar
- 5.2. Marcos Políticos e Legais da Educação Especial:
 - 1 Constituição Federal
 - 2 LDB 9394/96
 - 3 ECA
 - 4 Declaração de Salamanca
- 5.3. Documentos Legais específicos de cada uma das modalidades da Educação Especial: Deliberação 02/03 CEE e outros documentos afins
- 5.4. Acessibilidade e as barreiras arquitetônicas no espaço físico escolar
- 6.1. Flexibilização e adaptação Curricular
- 6.2. Avaliação no contexto da Educação Especial
- 6.3. Formas de serviços de apoio especializado
- 6.4. Elaboração de Material didático

5. METODOLOGIA

A disciplina utiliza-se do referencial teórico metodológico fundamentado no materialismo histórico e dialético que compreende o sujeito social, enquanto ser produzido



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

nas relações humanas e sociais, as quais permeiam a própria sociedade. Os princípios que direcionam para essa vertente pedagógico-filosófica pautam-se nos pressupostos elencados na Proposta Pedagógica do Curso de Formação de Docentes em Nível Médio, do Estado do Paraná.

6. AVALIAÇÃO

A instrumentalização do processo avaliativo aspira uma prática fundamentada e contextualizada dos conhecimentos trabalhados em sala de aula, haja vista, que esta se conduz pela concepção prescrita no Projeto Político Pedagógico num âmbito qualitativo do processo de ensino e aprendizagem. Traduz-se pela dinâmica processual, a qual tende a incorporar a práxis como elemento fundamental da articulação teoria e prática possibilitando “*novo posicionamento*” acerca dos conteúdos trabalhados.

6.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Espera-se que o futuro docente:

- 1.1.1 Diferencie os conceitos sobre deficiências, distúrbios, transtornos e síndromes
- 1.2.1 Conheça as formas de prevenção das deficiências
- 2.1.1 Compreenda a Educação Especial como uma modalidade do Ensino Fundamental
- 3.1.1 Identifique as diferentes deficiências
- 3.1.2 Empregue adequadamente as nomenclaturas das áreas da Educação Especial
- 3.1.3 Diferencie as deficiências bem como, as características que permeiam os tratamentos adequados às suas especificidades: deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, deficiência visual, surdez, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista e altas habilidades e super dotação
- 4.1.1 Conheça os marcos Históricos da Educação Especial, e, as conquistas das pessoas com deficiência
- 4.2.1 Reconheça os avanços Históricos da Educação Especial na educação paranaense

7. REFERÊNCIAS

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva.** Porto Alegre: Mediação, 2000.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Enquadramento da ação: necessidades educativas especiais. In: **Conferência mundial sobre NEE: acesso e qualidade – UNESCO,** Salamanca/Espanha: UNESCO, 1994.

MARCHESI, A. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação 02/03.** Curitiba: CEE, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **A educação especial no Paraná: subsídios para a construção das diretrizes pedagógicas da educação especial na educação básica.** Curitiba: SEED, 2003.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO **(Nova Matriz Curricular – 2014)**

1 – APRESENTAÇÃO

Ter o trabalho como princípio educativo implica compreender a natureza da relação que os homens estabelecem com o meio natural e social, bem como as relações sociais em suas tessituras institucionais, as quais desenham o que chamamos de sociedade. A disciplina de Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação deve oportunizar aos educandos compreensão crítica acerca da realidade social, política, econômica e cultural na qual a escola e a educação estão inseridas. Esta disciplina precisa fundamentalmente da articulação com as disciplinas da Base Nacional Comum, Filosofia e Sociologia, a fim de garantir aos estudantes, uma prévia compreensão dos teóricos que serão discutidos no decorrer do curso.

Os conteúdos estruturantes e básicos da disciplina serão encaminhados de maneira que a construção social do conhecimento fique evidenciada. Saviani nos aponta como método de trabalho para aplicação prática em sala de aula, os seguintes passos pedagógicos: Prática Social Inicial, Problematização, Instrumentalização, Catarse e Prática Social Final.

A partir das proposições acima elencadas, compreende-se que a avaliação da aprendizagem na perspectiva dialética da construção do conhecimento, irá permitir o movimento, pois pressupõe discussões, debates e os mesmos geram contradições, antagonismos, divergências e conseqüentemente, transformações na forma de agir e pensar dos estudantes. Neste sentido, a disciplina apresenta muitas possibilidades de filosofar, pois agrega duas áreas de grande abrangência nas ciências humanas a Filosofia e a Sociologia. Nesta perspectiva os critérios da avaliação serão determinados pelos conteúdos nas suas mais abrangentes dimensões para assegurar a contextualização dos mesmos no processo de ensino e aprendizagem.

2 – EMENTA

Teorias Clássicas da Filosofia e da Sociologia. A influência dos pensadores na visão sociológica e filosófica da educação. A educação no mundo contemporâneo e a função da escola. Diversidade cultural e a escola como espaço sociocultural. A importância da Filosofia e da Sociologia na formação do educador.

3 – OBJETIVOS

4 - CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Teorias Clássicas da Filosofia e da Sociologia
2. A influência dos pensadores na visão sociológica e filosófica da educação
3. Educação no mundo contemporâneo e a função social da escola
4. Diversidade cultural e a escola como espaço sociocultural
5. A importância da Filosofia e da Sociologia na formação do educador



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

4.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Didática Magna de Comenius
- 1.2. O Empirismo de John Locke
- 1.3. O Contrato Social e Emílio de Rousseau
- 1.4. Dewey e o pragmatismo
- 2.1. Teoria de Comte
- 2.2. Teoria de Durkheim
- 2.3. Teoria de Weber
- 2.4. Teoria de Engels
- 2.5. Teoria de Marx
- 2.6. Teoria de Florestan Fernandes
- 2.7. Teoria de Gramsci
- 2.8. Teoria de Paulo Freire
- 3.1. Sistematização de saberes: Senso comum e saber científico – Dermeval Saviani
- 3.2. O trabalho e a prática social
- 3.3. O trabalho como princípio educativo
- 3.4. Ética, moral, política e cidadania
- 4.1. Gênero e educação
- 4.2. Desigualdades de acesso à educação
- 4.3. Cultura africana, afro-brasileira e indígena
- 5.1. Reflexões científicas
- 5.2. Reflexões ético política
- 5.3. Reflexões estéticas culturais

5 - METODOLOGIA

Para o encaminhamento do trabalho docente são necessárias, aulas expositivas, dialogadas, debates, fóruns, seminários, pesquisas, documentários, recortes de filmes, palestras entre outros.

6 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Espera-se que o docente em processo de formação:

- 1.1.1 Compreenda as teorias clássicas da Filosofia e da Sociologia para a educação;
- 2.1.1 Entenda as contribuições de cada teoria filosófica e ou sociológica para a construção de conceitos da prática educacional;
- 3.1.1 Diferencie a partir da teoria de Dermeval Saviani os saberes do senso comum e o saber científico;
- 3.2.1 Compreenda o trabalho como prática social e como princípio educativo;
- 3.4.1 Relacione os conceitos de ética, moral, política e cidadania com o seu cotidiano;
- 4.1.1 Compreenda e respeita a diversidade cultural de gênero, classe, etnia e religião no espaço socioeducativo;
- 5.1.1 Reconheça a importância da Filosofia e da Sociologia na formação do educador, por meio de reflexões científicas, ético políticas e estéticas culturais.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

7 - REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. **Princípios de sociologia**: pequena introdução ao estudo da sociologia geral. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. São Paulo: Francisco Alves, 1975.

CAHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13. Ed. São Paulo: Ática, 2003.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1997.

DURKHEIM, E. **Os pensadores**. São Paulo: Abril, 1978.

FLORESTAN, F. A Educação numa sociedade tribal. In: PEREIRA, L.; FORACHI, M (org) **Educação e sociedade**: leituras de sociologia da educação. São Paulo: Nacional, 1976.

FREIRE, P. **Políticas e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

LUCKESI, C. C. ; PASSOS, E. S. **Introdução à filosofia**: aprendendo a pensar 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARX, K. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

Estudar a educação e suas teorias no contexto histórico em que surgiram para observar a concomitância entre as suas crises e as do sistema social, não significa, porém, que essa sincronia deva ser entendida como simples paralelismo entre fatos da educação e fatos políticos e sociais. Na verdade, as questões de educação são engendradas nas relações que estabelecem entre as pessoas nos diversos segmentos da comunidade.

A educação não é, portanto, um fenômeno neutro, mas sofre os efeitos do jogo do poder, por estar de fato envolvido na política. Os estudos sobre história da educação enfrentam as mesmas dificuldades metodológicas da história geral, com o agravante de que os trabalhadores no campo específico da pedagogia são recentes e bastante escassos. Apenas no século XIX os historiadores começaram a se interessar por uma história sistemática e exclusiva da educação, antes apenas um “apêndice” da história geral. Ainda assim, conhece-se melhor a história da pedagogia ou da doutrina pedagógica do que propriamente das práticas efetivas de educação. Neste último caso, alguns graus do ensino (como o secundário e o superior) sempre preservaram documentação mais abundante do que, por exemplo, o elementar e o técnico, trazendo dificuldade para a sua reconstituição.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

A situação é mais difícil no Brasil, até a bem pouco tempo sem historiadores da educação de importância, com enormes lacunas a serem preenchidas. Segundo o professor Casemiro dos Reis Filho, em obra pública em 1981, “somente depois de realizados estudos analíticos capazes de aprofundar o conhecimento da realidade educacional, tal como foi sendo constituído”, é que poderá ser elaborada uma história da educação brasileira “na sua forma de síntese”. E complementa: “trata-se de um conhecimento histórico capaz de fornecer à reflexão filosófica o conteúdo da realidade sobre a qual se pensa, tendo em vista descobrir as diretrizes e as coordenadas da ação pedagógica”. Outra dificuldade deve-se ao fato de serem recentes entre nós cursos específicos de educação.

As escolas normais (de magistério) criadas no século XIX tinham baixíssima frequência, e o ensino de história da educação não constava no currículo. Quando muito, era fornecida história geral e do Brasil. Naqueles cursos, a atenção maior estava centrada nas matérias de cultura geral, descuidando-se das que poderiam propiciar a formação profissional. Apenas a partir das reformas de 1930 a disciplina de história da educação passou fazer parte do currículo dos cursos de magistério.

Durante muito tempo, porém, a disciplina de história da educação esteve ligada à filosofia da educação nos cursos de nível secundário e superior (magistério e pedagogia), sem merecer a autonomia e o estatuto de ciência já conferida a disciplinas como psicologia, sociologia e biologia. Além disso, sofria frequentemente o viés pragmático que enfatizava a missão de interpretar o passado para construir o futuro, com forte caráter doutrinário moral e religioso, uma vez que a disciplina ficava a cargo de padres, seminaristas e cristãos em geral. Nas décadas de 1930 e 1940, com a implantação das universidades, foram criadas faculdades de educação, dando oportunidade para pesquisa e elaboração de monografias e teses. Mesmo assim, nem sempre foi dispensado à história da educação o tempo necessário para os alunos se ocuparem devidamente de tão extensa e complexa disciplina. Diz a professora Mirian Jorge Warde: “Há indícios de que nos anos 50 começa a se esboçar na USP, a partir do setor de Educação e, posteriormente, da relação entre este setor e o Centro Regional de Pesquisa Educacional, o CRPE/SP, algo como um projeto de construção de uma história da educação brasileira, autônoma, apoiada em levantamentos documentais originais, capaz de recobrir o processo de desenvolvimento do sistema público de ensino”. Esse movimento inaugurara o diálogo da história da educação com a sociologia da educação, além de ter a intenção de “gerar uma linhagem de pesquisa que produzisse a identidade da história da educação brasileira a partir de fontes empíricas novas”.

O período da ditadura militar foi danoso para a educação brasileira, como o fechamento de escolas experimentais e centros de pesquisa e a formação de grupos com forte orientação ideológica que prepararam as leis das reformas do ensino superior em 1968 e a do curso secundário profissionalizante em 1971. No entanto, a reforma universitária trouxe o benefício da criação dos cursos de pós-graduação e a consequente fermentação intelectual que resultou em inúmeras teses, entre as quais aquelas focadas em educação. Além disso, os educadores foram estimulados a se aglutinarem em centros e associações de pesquisa, seja nas universidades, seja, pela iniciativa particular.

A ampliação das discussões de temas educacionais com a criação de centros regionais e congressos nacionais resultaram em incremento da produção científica, sobretudo durante as décadas de 1980 e 1990, inclusive com o acolhimento do mercado editorial, disposto a publicar essas teses e a fazer coletâneas desses pronunciamentos. O Instituto de Educação Estadual de Maringá busca uma concepção filosófica que esteja afinada as ideias de Marx (1818-1883) em que a história deve ser analisada a partir da infra-estrutura (fator material, econômicos, técnicos) e da luta de classes. Recusa, assim,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

a interpretação de que a história humana se transforma pela ação das próprias ideias (muito menos pela ação de “heróis” e “grandes vultos”), para justificar que o motor da história é a luta de classes: para entender o movimento histórico, não deve partir do que os indivíduos pensam, dizem, imaginam ou valoram (isto é, da supra estrutura) e sim da maneira pela qual produzem os bens materiais necessários à sua vida.

Somente nesse campo percebemos o embate das forças contraditórias entre proprietários e não proprietários e entre estes últimos e os meios e objetos de trabalho. Desse modo é possível compreender o conflito de interesses antagônicos entre senhor x escravo (na antiguidade), senhor feudal x servo (Idade Média), (capitalista x proletário) a partir da modernidade. Sem perder de vista que nosso interesse aqui é a educação, lembramos que Marx a examina do ponto de vista dos interesses da classe dominante, o que explicaria, para ele, a ideologia da exclusão dos não proprietários no acesso pleno à cultura. Sob esse enfoque, a chamada história oficial silencia o pobre, o negro, a mulher e também os excluídos da escola, porque as interpretações são feitas de acordo com os valores e interesses dos que ocupam o poder.

2. EMENTA

Conceitos de história e historiografia. História da Educação: recorte e metodologia. Educação Clássica: Grécia e Roma. Educação Medieval. Renascimento e Educação Humanística. Aspectos Educacionais da Reforma e da Contrarreforma. A Educação Moderna. Educação Brasileira no Período Colonial e Imperial: pedagogia “tradicional”. Primeira República e Educação no Brasil (1889-1930): transição da pedagogia tradicional à pedagogia “nova”. Educação no período de 1930 a 1982: liberalismo econômico, escolanovismo e tecnicismo. Pedagogias neoliberais no Brasil: características e expoentes. Educação Brasileira contemporânea: tendências neoliberais, pós-modernas versus materialismo histórico..

3. OBJETIVOS

- Conhecer a construção e produção do processo educacional ao longo da história, visando compreender educação e produção como conhecimentos próprios do trabalho humano.
- Refletir sobre a construção histórica do processo educacional estabelecendo paralelo entre a história já produzida e a contemporânea.

4. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Concepções de História e Historiografia
2. História da Educação
3. Educação Clássica
4. Educação na Idade Média
5. Renascimento e Educação Humanística
6. Educação Moderna
7. História da Educação Brasileira
8. Pedagogias não Liberais
9. Pedagogia Brasileira Contemporânea



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

4.1. CONTEÚDOS BÁSICOS

1.1. O que é História; a História da História

1.2. Conceitos de História e Historiografia

2.1. Métodos de Pesquisa e de Investigação utilizados no percurso da História da Educação

3.1. Grécia e Roma

- Grécia: Os períodos Educacionais na Grécia; A educação ateniense e o ideal de homem excelente. Educação Espartana: Heroísmo cívico e o ideal do soldado – cidadão.

- Roma: A Antiga Educação Romana; A Educação Clássica de Roma.

4.1. Contexto Histórico da Educação Medieval:

- A Filosofia Patrística e sua contribuição para a educação

- A Filosofia Escolástica princípios e diretrizes

- Fundação da Companhia de Jesus

- As primeiras universidades e sua evolução

5.1. Contexto Histórico da Educação Renascentista: Pensamento Pedagógico Renascentista

5.2. A Reforma Protestante e a Contrarreforma

5.3. A Sociedade da Companhia de Jesus e o “*Retio Studiorum*”

6.1. A educação realista do Século XVI, *Comenius e o Método Moderno de Ensinar*

6.2. O Racionalismo de Descartes e o Empirismo de John Locke

6.3. O Século XVIII: O *Iluminismo* e suas relações com a educação: Rousseau e o *Naturalismo Pedagógico*

6.4. O Século XIX: As realizações educativas e as sistematizações pedagógicas desse século: Pestalozzi e o *neo-humanismo* social; Herbert e o *Intelectualismo Pedagógico*; Froebel e os *jardins de infância*; Spencer e o *Cientificismo Pedagógico*

6.5. O Século XX: As Influências de Montessori, John Dewey e Jean Piaget

7.1. Período Colonial: A educação jesuítica e as reformas pombalinas

7.2. Período Imperial: A Educação no Império, a formação da elite

7.3. Reformas: Couto Ferraz, Leôncio Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa para a organização do ensino

7.4. Período Republicano (1889 a 1930): O ceticismo pela educação; “o otimismo pedagógico”; as lutas político pedagógicas; a transição da Pedagogia Tradicional à Pedagogia Nova

7.5. Período de 1930 a 1932: A Política Educacional e os conflitos ideológicos dos anos 30; Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

7.6. Estado Novo de 1937 a 1945: A Constituição de 1937 e as Leis Orgânicas; A Política Educacional dos governos populistas

7.7. Período da Ditadura Militar: O fracasso da política educacional. Leis de Diretrizes e Bases nº 4024/61 e nº 5692/71; Tecnicismo

8.1 Contexto histórico e características; Pedagogia Crítico Produtivistas; Pedagogia Libertadora; Pedagogia Crítica

9.1 Educação Brasileira a partir da Constituição de 1988; Redemocratização da Educação Brasileira; A elaboração da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96; Tendências Neo Liberais *versus* Materialismo Histórico.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

5. METODOLOGIA

O trabalho pedagógico do professor será desenvolvido por meio da mediação utilizando-se de pesquisa bibliográfica, trabalho em grupo com apresentação e debates, fichamentos de leituras realizadas, seminário e leitura complementar. O trabalho deverá ser desenvolvido com base na Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de Docentes, no que diz respeito aos princípios estabelecido. A base de toda fundamentação teórico-metodológica é o materialismo histórico e dialético.

Os conteúdos curriculares serão trabalhados por meio de leituras orientadas, aulas expositivo-dialogadas, utilização de cine-fórum, leitura contextualizada de textos, livros, filmes e documentários, análise de situações problema, relato de experiências que possam contribuir para a análise e reflexão sobre os conteúdos curriculares.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir da participação dos alunos no trabalho pedagógico mencionado no item anterior e nas provas individuais. Considerar-se-á a concepção de avaliação prescrita no PPC, haja vista, que esta é processual, cumulativa e diagnóstica.

A avaliação será norteada pelas dimensões dos conteúdos estruturantes e básicos elencados para o desenvolvimento da disciplina, que no contexto do Curso, serão intencionalmente mediados pelo docente por meio da seleção dos temas que possibilitem a sistematização das sínteses elaboradas pelos estudantes.

6.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Espera-se que o futuro docente:

- 1.1.1 Compreenda os conceitos fundamentais necessários à leitura crítica dos processos históricos
- 2.1.1 Faça uso da pesquisa como instrumento investigativo da História da Educação
- 3.1.1 Compreenda as relações de dominação no contexto histórico da Educação Grega e Romana
- 4.1.1 Identifique por meio de documentos históricos as características que diferenciam as correntes filosóficas e educacionais da Idade Média
- 5.1.1 Compreenda os ideais do Pensamento Pedagógico Renascentista
- 5.1.2 Confronte por meio de documentos e referências a importância destes períodos históricos para a transformação da sociedade da época
- 6.1.1 Reconheça os conceitos fundamentais necessários para a leitura crítica dos processos históricos elencados na História da Educação Moderna
- 7.1.1 Estabeleça leitura crítica dos documentos e demais referências relacionadas ao Período Colonial da Educação Brasileira
- 7.2.1 Analise consistentemente os fatores predominantes da educação Brasileira no Período Imperial
- 7.3.1 Exponha com clareza e objetividade os períodos que caracterizam o período Republicano
- 7.4.1 Compreenda a importância dos marcos Históricos da Educação Brasileira
- 7.5.1 Investigue os fatos históricos dos períodos fazendo uso dos instrumentos de pesquisa
- 8.1.1 Compreenda as Pedagogias não Liberais como contraponto à Pedagogia Tecnicista



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

8.1.2 Consegue realizar a leitura crítica sobre as Pedagogias não Liberais por meio do cruzamento de informações entre artigos, textos e outros recursos

9.1.1 Identifique as Instituições Sociais que dão suporte à disseminação e princípios que norteiam a Pedagogia Brasileira na contemporaneidade

9.1.2 Conheça o processo de redemocratização da Educação Brasileira

9.1.3 Diferencie as tendências neoliberais das tendências críticas

7. REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A. **História da educação**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BARROS, J. D. B. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes 2004.

BUFFA, E. **Contribuições da história para enfrentamento dos problemas educacionais contemporâneos**. Em aberto, Brasília, v. 9, n. 47, p. 13-19, jul./ set.1990.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

FALCON, F. J. C. **Iluminismo**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1994.

FREITAS, B. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. 12. Ed. São Paulo: Nacional, 1980.

PAIVA, J. M. DE. **Colonização e catequese**: 1549-1600. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1982.

RIBEIRO, M. L. S. **Introdução à história da educação brasileira**: a organização escolar. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

SAVIANI, D. et al (org) **História e história da educação**: o debate teórico – metodológico atual. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico Crítica**: primeiras aproximações. 8. Ed. rev. ampl. Campinas: Autores Associados, 2003.

XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L. S.; NORONHA, M. **História da educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO (Matriz Curricular antiga – 2010)

1. APRESENTAÇÃO

A Filosofia chega ao Brasil em 1549, juntamente com o início da História da Educação Brasileira, vinda com os jesuítas, responsáveis pela educação no período



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

colonial, e se fez presente no currículo escolar dos primeiros colégios da Companhia e se manteve até 1961 quando foi promulgada a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, a de nº4.024, segundo a qual o ensino de filosofia perdia a obrigatoriedade, tornando-se disciplina complementar, ou seja, poderia ser incorporada na grade curricular mediante indicação de cada Conselho Estadual de Educação.

Com o golpe militar de 64, restringiu-se mais seu campo de atuação e se tornou disciplina optativa em 1968, e três anos mais tarde foi extinta do currículo pela lei 5692/71. Em 1982, Vinte anos depois, com a abertura política, a Filosofia é anistiada a lei 7.044 permitiu sua reinserção no currículo ficando a critério do estabelecimento de ensino, abrindo assim, oportunidade para o gradual retorno da disciplina, ainda que de forma precária. Com a promulgação da LDB nº 9.394/96, um inciso faz referência explícita à filosofia e destaca a importância da formação para o exercício da cidadania a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos e de respeito ao bem comum e a ordem democrática, bem como recomenda o aprimoramento como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (art.22, 27,35).

Após quase 50 anos, a disciplina de filosofia foi novamente incorporadas ao currículo do ensino médio, e se torna obrigatória em junho de 2008, com a entrada em vigor da Lei nº 11.684. Segundo Marilena Chaui, comenta em um artigo sobre a importância desta disciplina “... a filosofia exerce um trabalho de pensamento por meio do qual se faz a crítica do estabelecido, introduzindo por excelência o questionamento e a dúvida em todos os setores do saber e agir humanos.” Portanto, discutir filosofia no nível médio pressupõe definir o papel que ela representa na formação do educando, e segundo Arruda Aranha o seu objetivo principal não é o de despertar futuros filósofos especialistas, mas dar oportunidade de desenvolver a capacidade humana de pensar, de pensar bem, de pensar melhor, de forma coerente e crítica.

A filosofia supera o saber ingênuo e não crítico ao desacomodar os indivíduos do já feito e já sabido, ampliando os horizontes para além da mentalidade pragmática, imediatista, a fim de recuperar a dimensão humana, quando alienada. O grande filósofo alemão Emmanuel Kant (1724-1804) costumava dizer aos seus alunos: “Não lhes pretendo ensinar tal ou qual sistema filosófico, mas ensinar-lhes a aprender a filosofar por si próprios, a formar uma opinião própria”

2. EMENTA

Pensar filosoficamente (criticamente) o ser social, a produção do conhecimento e a educação fundada no princípio histórico – social. Introdução à Filosofia da Educação norteada pela reflexão com base nas categorias de totalidade, historicidade e dialética. Principais pensadores da Filosofia da Educação moderna e contemporânea: - Locke (1632 – 1704) e o papel da experiência na produção do conhecimento - Comenius (1592 – 1670) e Hebart (1776 – 1841): a expressão pedagógica de uma visão essencialista do homem. - Rousseau (1712 – 1831): oposição à pedagogia da essência.- Dewey (1859-1952): o pragmatismo.- Marx e Gramsci: a concepção histórica – crítica da educação

3. OBJETIVOS

- Pensar filosoficamente (criticamente) o ser social, a produção do conhecimento e a educação;
- Posicionar-se perante as situações que lhe são apresentadas de forma reflexiva e ética visando uma atuação profissional qualitativa na construção da *práxis* pedagógica.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

4. CONTEÚDOS

- O Problema Socrático (maiêutica, ironia, o diálogo, o problema da filosofia, o embate com os sofistas).
- O problema do conhecimento. República de Platão “alegoria da caverna”.
- A razão educativa-natureza, dimensão epistemológica (relação entre filosofia e a cidade).
- Educação como pensamento do tempo.
- Cidade e AC construção da ética e da virtude (pública e privada), relacionadas à educação.
- Educação e cidadania Rousseau (Emílio).
- A tensão da relação educativa entre liberdade e autoridade.
- As correntes filosóficas educacionais da educação brasileira.
- Educação, ciência e tecnologia.
- Relações entre educação trabalho e desemprego estrutural.
- A dimensão política da educação no século XXI.

5. METODOLOGIA

Os objetivos propostos só serão alcançados com um conjunto de procedimentos e meios devidamente articulados e definidos, mas sem deixar de valorizar o já pensado, buscando estimular no educando a reflexão autônoma e o pensamento crítico a partir de aulas expositivas dialogadas, de aplicação do conhecimento, trabalhos de leitura e análise de textos, análise de filmes, seminários e pesquisas bibliográficas. A metodologia segue o princípio da Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de Docentes, a qual referencia os fundamentos teórico-metodológicos pautado no materialismo histórico cuja base encontra-se em Marx, Engels, Gramsci, dentre outros pensadores que orientam para a práxis.

6. AVALIAÇÃO

O que importa na avaliação é o adequado entendimento dos conteúdos trabalhados, coerência e clareza na exposição de idéias e na argumentação. Os instrumentos avaliativos utilizados serão: prova escrita individuais, produção textual, seminários, pesquisas bibliográficas, participação nas atividades propostas, análise de filmes e textos.

7 – REFERÊNCIAS

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas: Autores Associados, 2001.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

CERIZARA, B. **Rousseau a educação na infância**. São Paulo: Scipione, 1990.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. O discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1997.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

_____. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 2003.

FREIRE, P. **Política e educação.** São Paulo: Editora Cortez, 1993.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais:** rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

KLEIN, L. R. **Proposta político-pedagógica para o ensino fundamental.** Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, 2000.

KLEIN, L. R., CAVAZOTTI, M. A. Considerações sobre elementos teórico-metodológicos, a propósito de uma proposta de currículo básico. **Cadernos pedagógicos e culturais.** Niterói, v.1, n.1, set./dez. 1992.

KONDER, L. **Filosofia e educação:** de Sócrates a Habermas. São Paulo: Editora Forma e Ação, 2006.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico de filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MANACORDA, M. **História da educação.** São Paulo: Cortez, 1989.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, K. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MEZSAROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Bom Tempo. 2005.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS SOCIOLOGICOS DA EDUCAÇÃO (Matriz Curricular antiga – 2010)

1. APRESENTAÇÃO

A disciplina Fundamentos Sociológicos da Educação deve oferecer aos futuros professores instrumentos para olhar a sociedade e a escola, as crianças, as famílias, a sua prática docente e o contexto macro social e político. Os conteúdos da disciplina devem possibilitar aos alunos (futuros professores) uma visão mais ampla da realidade social, em seus aspectos históricos, econômicos e políticos. Seus olhares devem ser alterados. Devem se desprender das imagens já construídas sobre a escola, os professores, os pobres, os ricos, as igrejas, as religiões, a cidade, os bairros, as favelas, a violência, os políticos, a política, os movimentos sociais, os conflitos, as desigualdades, entre outros.

Os fundamentos sociológicos devem contribuir para que os alunos percebam as determinações sociais da sua prática profissional, da configuração do sistema educacional no país, da sua inserção na estrutura de classes do capitalismo, do significado da educação no capitalismo, entre outros. A disciplina deve ser compreendida como um instrumento científico que altera os olhares e, conseqüentemente, a prática pela *práxis* educativa. *Práxis*, porque não nega, não escamoteia seu sentido político, de transformação.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Como todo o currículo, por meio desta disciplina intenciona-se transformar os alunos no sentido de que sejam educadores comprometidos com o direito das crianças ao atendimento escolar de qualidade. Ser comprometido com esse direito pressupõe a compreensão da sociedade capitalista, dividida em classes sociais. Pressupõe a compreensão da gênese das relações sociais no país, as formações e os modos de vida no Brasil em suas manifestações culturais, a escola em relação às religiões, aos sem-terra, aos latifundiários, aos negros, aos portadores de necessidades especiais, às mulheres, aos índios, aos filhos de trabalhadores, aos filhos da pequena burguesia, da burguesia, da classe de renda média, entre outros.

2. EMENTA

A educação na perspectiva sociológica e antropológica. As teorias clássicas e contemporâneas sobre a sociedade e a educação. Estudos socioantropológicos sobre a educação e a escola no Brasil (urbano e rural). Concepções de crianças e infância como construção histórica e social. A educação no campo. Experiências das escolas rurais, do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e das ONG's voltadas para a educação dos Trabalhadores Temporários do Campo, entre outras.

3. OBJETIVO

Conhecer por meio das teorias sociológicas, clássicas e contemporâneas, os fundamentos necessários à formação de uma visão desveladora da realidade social, e, conseqüentemente da educação, que dê sustentação a uma prática educativa consciente e intencional.

4. CONTEÚDOS

- Concepção de Sociologia
- Concepção de Educação
- A educação como objeto de estudo da Sociologia
- A educação e o positivismo: Augusto Comte e Émile Durkheim: a educação como fato social, com as características de coerção, exterioridade e generalidade;
- A educação na teoria de Gramsci.
- A educação na teoria de Karl Marx: a visão materialista histórico-dialética do homem, da sociedade e da educação;
- Educação na teoria de Florestan Fernandes
- Relação entre o saber e o poder
- Educação dentro e fora da escola
- Desigualdade de acesso à educação
- Educação escolar e exclusão social

5. METODOLOGIA

Os objetivos propostos só serão alcançados com um conjunto de procedimentos e meios devidamente articulados e definidos, mas sem deixar de valorizar o já pensado, buscando estimular no educando a reflexão autônoma e o pensamento crítico a partir de aulas expositivas dialogadas, de aplicação do conhecimento, trabalhos de leitura e análise de textos, análise de filmes, seminários e pesquisas bibliográficas. A metodologia segue o



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

princípio da Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de Docentes, a qual referencia os fundamentos teórico-metodológicos pautados no materialismo histórico, cuja base encontra-se em Marx, Engels, Gramsci, dentre outros pensadores que orientam para a práxis.

6. AVALIAÇÃO

O que importa na avaliação é o adequado entendimento dos conteúdos trabalhados, coerência e clareza na exposição de ideias e na argumentação. Os instrumentos avaliativos utilizados serão: prova escrita individuais, produção textual, seminários, pesquisas bibliográficas, participação nas atividades propostas, análise de filmes e textos.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Educação, sociedade e trabalho**: abordagem sociológica da Educação. Curso pró-funcionário. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação à Distância, 2008.

FLORESTAN, F. A educação numa sociedade tribal. In: PEREIRA, L.; FORACHI, M (Org) **Educação e sociedade**: leituras de sociologia da educação. São Paulo: Nacional, 1976.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da educação**. Série Formação do Professor. São Paulo: Cortez, 1994.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia**. São Paulo: Cortez, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores associados, 2005.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2009.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

Os conhecimentos científicos que compõem a disciplina Fundamentos Psicológicos da Educação devem contribuir para a fundamentação da formação docente, no que diz respeito aos processos de ensino e de aprendizagem das crianças que frequentam as séries iniciais do ensino fundamental. Os conteúdos curriculares da disciplina dizem respeito às principais teorias psicológicas, historicamente situadas, cujas concepções buscam explicar os processos que envolvem o desenvolvimento humano, a aprendizagem, bem como a relação entre um e outro.

A tarefa de ensinar não está centrada apenas nas mãos dos professores. Desde o nascimento, a criança aprende com a família, com os amigos, com as pessoas com as quais convive, com os meios de comunicação de massa, com as experiências do



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

cotidiano. Fora da escola os conhecimentos são assimilados de forma espontânea, a partir das experiências diretas da criança. Entretanto a escola é a instituição social que se apresenta como responsável pela educação sistemática. É na escola que a criança passa por transformações radicais na sua forma de pensar.

Na aprendizagem escolar, ao contrário, existe uma intenção prévia de organizar situações que propiciem o aprimoramento dos processos do pensamento, ou seja, a aprendizagem de conceitos científicos. Daí a importância de se colocar a serviço da educação o conjunto de conhecimentos psicológicos sobre as bases do desenvolvimento e da aprendizagem.

2. EMENTA

Introdução ao estudo da Psicologia; Introdução à Psicologia da educação. Principais teorias psicológicas que influenciaram e influenciam a Psicologia Contemporânea: Skinner e a psicologia comportamental. Psicanálise e Educação. Socioconstrutivismo: Piaget, Vygostky e Wallon. Psicologia do desenvolvimento da criança e do adolescente. Desenvolvimento humano e suas relações com a aprendizagem. A linguagem, os aspectos sociais, culturais e afetivos da criança e a cognição.

3. OBJETIVO

Fundamentar-se por meio de conhecimentos científicos básicos sobre as diferentes teorias e concepções da Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem humana.

4. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Psicologia e Educação
2. Teorias Psicológicas e Educação
3. Desenvolvimento humano e Aprendizagem na perspectiva da Psicologia Histórico Cultural.

5. CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Psicologia enquanto ciência
- 1.2. Relações entre Psicologia e educação
- 2.1. Skinner e a psicologia comportamental:**
 - Contexto histórico
 - Contribuições teóricas
- 2.2. Gestalt:**
 - Contexto histórico
 - Contribuições teóricas
- 2.3. Freud: Psicanálise e Educação:**
 - Contexto histórico
 - Contribuições teóricas
- 2.4. Piaget e o Cognitivismo:**
 - Contexto histórico



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Contribuições teóricas

2.5. Vygotsky, Luria e Leontiev e a Psicologia Histórico- Cultural:

- Contexto histórico

- Contribuições teóricas

2.6. Henry Wallon: desenvolvimento emocional e afetividade

- Contexto histórico

- Contribuições teóricas

3.1. Aspectos sociais, afetivos e culturais:

- Desenvolvimento

- Aprendizagem

- Interação/Mediação

- Autonomia

3.2. Funções Psicológicas Superiores:

- Memória

- Atenção voluntária

- Pensamento e linguagem, concentração, raciocínio e abstração

6. METODOLOGIA

O ponto de partida para o ensino serão os conhecimentos que os alunos já têm sobre o assunto. As situações de ensino serão organizadas de modo a possibilitar a internalização e a generalização dos conceitos gerais sobre o tema abordado. As situações de ensino devem propiciar a apropriação e a generalização dos conceitos científicos, que serão mediados pelo professor, por meio de questionamentos, exposições orais, explicações, inferências, orientações individuais e coletivas e pesquisa. Serão utilizados diferentes recursos como: textos (didáticos, informativos, reportagens) áudios-visuais. As atividades do aluno sobre os conteúdos são essenciais, e devem priorizar a interpretação, a compreensão, a análise e a comparação.

Os conteúdos curriculares serão trabalhados por meio de leituras orientadas, aulas expositivas dialogadas, utilização do cine-fórum por intermédio da leitura contextualizada de filmes e documentários que possam contribuir para a análise e reflexão da disciplina de Fundamentos Psicológicos, além de questões dissertativas e objetivas, análise de situações problemas, relato das experiências vivenciadas na Prática de Formação e produção de textos, relatórios e sínteses com o objetivo de fixar os conteúdos em estudo. Cabe ao professor mostrar que as explicações do senso comum não dão conta de mostrar a totalidade dos fenômenos educativos e sociais.

Questões da contemporaneidade e do cotidiano das crianças e suas famílias serão abordadas no corpus da disciplina objetivando a reflexão sobre o cotidiano, estabelecendo relações com as demais instituições que atuam no campo da proteção à infância e à adolescência.

7. AVALIAÇÃO

Será realizada em função dos objetivos propostos, por meio da apresentação das atividades solicitadas e pela participação de nas propostas de trabalho. O aluno deverá realizar auto avaliações para que defina o seu grau de envolvimento e aprendizagem. Será avaliada a pontualidade na entrega das atividades, sendo que o seu



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

descumprimento implicará em ser considerada atividade de recuperação. Todos os alunos que não se apropriarem do mínimo necessário terão oportunidade de refazer suas atividades em prazo estipulado. Os instrumentos de avaliação são: provas, trabalhos, produções textuais, participação oral, relatórios e demais recursos necessários para a expressão do sucesso da aprendizagem.

A avaliação da disciplina de Fundamentos Psicológicos estará relacionada aos conteúdos e suas temáticas. Com isso ela permitirá diagnosticar e identificar as dificuldades dos alunos possibilitando a partir daí, uma intervenção pedagógica capaz de promover uma aprendizagem significativa. Ela deverá, portanto, se processar de forma contínua, dinâmica e progressiva. O processo avaliativo será realizado ao longo do desenvolvimento das estratégias e privilegiar o diálogo nas relações estabelecidas, entre os sujeitos envolvidos.

7.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Espera-se que o futuro docente ao final do curso:

- 1.1.1 Entenda que a psicologia é uma ciência que possui como objeto de estudo as trocas simbólicas dos seres vivos com o meio ambiente
- 2.1.1 Reconheça o campo da psicologia comportamental e suas contribuições teóricas no tempo e contexto histórico
- 2.2.2 Compreenda a percepção como objeto de estudo da Psicologia Gestalt
- 2.3.1 Entenda que o campo dos conceitos teóricos abordados pela psicanálise possui como objeto de estudo a vida inconsciente e as suas manifestações
- 2.4.1 Compreenda o desenvolvimento da aprendizagem na perspectiva cognitivista de Jean Piaget
- 2.5.1 Estabeleça relações entre os pressupostos teóricos elencados pelas teorias de Piaget, Wallon e Vygotsky
- 2.5.2 Reconheça os pressupostos teóricos da psicologia soviética do desenvolvimento humano
- 2.6.1 Analise o contexto social, cultural e afetivo do desenvolvimento humano por meio das diferentes correntes psicológicas estudadas
- 2.6.2 Reconheça as contribuições da teoria de Wallon para a educação
- 3.1.1 Identifique o materialismo histórico dialético como base para entender a contribuição de Vygotsky nos estudos da psicologia
- 3.1.2 Identifique os conceitos da teoria de Vygotsky para o desenvolvimento da aprendizagem
- 3.1.3 Estabeleça relações entre os pressupostos da psicologia Histórico Cultural com a organização do trabalho pedagógico
- 3.1.4 Reconheça a importância das funções psicológicas no processo de aprendizagem das crianças da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental

8. REFERÊNCIAS

- BAQUERO, R. **Vygotsky e a aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- BOCK, A. M.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999.
- DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. **Psicologia na educação**. São Paulo: Cortez, 1991.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

DOLLE, J. M. **Para compreender Jean Piaget**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

LANE, S. et al. **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MACIEL, I. M. et al. **Psicologia e educação**: novos caminhos para a formação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001.

SYLVA, K.; LUNT, I. **Iniciação ao desenvolvimento da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

TANAMACHI, E.; ROCHA, M. et al. **Psicologia e educação**: desafios teórico-práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

DISCIPLINA: LIBRAS

1. APRESENTAÇÃO

Considerando que, os pressupostos teóricos do conhecimento, aprendidos no curso de formação de docentes da rede estadual de ensino, acontecem na perspectiva dialética, a disciplina de LIBRAS será problematizada para se obter quais são as referências preliminares dos estudantes, ou seja, o que os estudantes já sabem sobre LIBRAS. A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS é a língua oficial da comunidade Surda brasileira.

Sendo a comunicação e a linguagem vitais para construção da identidade de uma pessoa, quanto mais cedo acontecer o contato entre o adulto Surdo e a criança Surda, mais cedo, a identidade e a cultura Surda serão transmitidas naturalmente à criança.

Em contextos escolares o estudante deve ter assegurado o direito do bilinguismo, LIBRAS – Língua Portuguesa para que se efetivem os processos de ensino e de aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva.

A avaliação do processo de ensino aprendizagem dar-se-á de forma diagnóstica e formativa, considerando as diferentes dimensões apontadas nos conteúdos que estruturam a disciplina de LIBRAS.

2. EMENTA

Legislação específica da LIBRAS. Conceito da LIBRAS. Fundamentos Históricos da Educação de Surdos. Educação Bilíngue para Surdos. Aspectos linguísticos da LIBRAS. Movimentos surdos e a resistência ao ouvintismo. Surdez e Linguagens. A acessibilidade e o aprendizado da LIBRAS.

3. OBJETIVOS

4. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Legislações específicas para o ensino da LIBRAS



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

2. Fundamentos Históricos da Educação de Surdos
3. Os Movimentos Surdos e a resistência ao ouvintismo
4. Surdez e Linguagens
5. Educação Bilíngue para Surdos
6. A acessibilidade e o aprendizado em LIBRAS

5. CONTEÚDOS BÁSICOS

1.1. Lei nº 10.436/02;

Decreto Nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/02

2.1. A contextualização histórica da educação dos Surdos

2.2. A iniciação formal da educação dos Surdos

2.3. O oralismo e a medicalização da surdez

3.1. A organização política do movimento Surdo

3.2. Movimentos sociais e políticas públicas da educação de Surdos no Brasil

4.1. Aspectos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais

4.2. A família e o desenvolvimento da linguagem

5.1. Bilinguismo nos processos de ensino e aprendizagem do estudante Surdo

5.2. A LIBRAS e sua importância no contexto do aluno Surdo (identidades e cultura)

6.1. Inclusão social e educação de Surdos (Lei nº 10.098/00, art. 2º, inciso I)

6.2. Práticas de leitura em LIBRAS

6.3. A escrita do aluno Surdo

6.4. Introdução a LIBRAS:

- Características da língua, seu uso e variações regionais;
- O alfabeto em LIBRAS;
- Noções básicas de LIBRAS: configurações de mão, movimento, orientação da mão, expressões não manuais, números;
- Expressões socioculturais positivas: cumprimento, agradecimento, desculpas;
- Expressões socioculturais negativas: desagrado, verbos e pronomes, noções de tempo e horas;
- Prática introdutória em LIBRAS: Diálogo e conversação com frases simples e expressão viso-espacial.

6. METODOLOGIA

Os conteúdos propostos da disciplina deverão ser conduzidos por meio de aulas dialogadas e com conversação em LIBRAS. Pesquisas e leituras de livros, textos, revistas, jornais entre outros sobre a cultura Surda. Participação em debates, fóruns, palestras, seminários e conferências sobre o bilinguismo.

Os conteúdos propostos da disciplina devem ser conduzidos por meio de aulas dialogadas e com conversação em LIBRAS. Pesquisas e leituras de livros, textos,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

revistas, jornais entre outros sobre a cultura Surda. Participação em debates, fóruns, palestras, seminários e conferências sobre o bilinguismo.

Entrevistas com pessoas surdas e TILS. Visitas ao CAES e em instituições afins. Apreciação de filmes e animações sobre LIBRAS. Construção de recursos didáticos para o ensino da LIBRAS.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação do processo de ensino aprendizagem dar-se-á de forma diagnóstica e formativa, considerando as diferentes dimensões apontadas nos conteúdos que estruturam a disciplina de LIBRAS.

7.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O aluno, docente em formação:

- 1.1.1 Interpreta a Legislação específica para o ensino da LIBRAS
- 2.1.1 Compreende os fundamentos históricos da educação de Surdos no mundo e no Brasil
- 3.1.1 Reconhece os objetivos dos movimentos sociais para a implementação de políticas públicas para a educação de Surdos
- 4.1.1 Reconhece os aspectos linguísticos da LIBRAS
- 5.1.1 Compreende a importância do Bilinguismo e reconhece a LIBRAS como língua oficial da pessoa surda
- 6.1.1 Conhece e respeita a Legislação que ampara os direitos dos estudantes Surdos
- 6.2.1 Realiza leitura por meio da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
- 6.3.1 Reconhece a escrita do estudante Surdo como decorrência do bilinguismo
- 6.4.1 Produz materiais didático-pedagógicos para o ensino da LIBRAS e da Língua Portuguesa, bem como, realiza os exercícios de noções básicas da LIBRAS para dialogar por meio desta linguagem
- 6.4.2 Faz uso de todos os recursos pedagógicos para o plano de trabalho com o objetivo da prática de leitura em LIBRAS.

REFERÊNCIAS

- BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos** – Ideologias e práticas pedagógicas. 1. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- BRASIL. Constituição (2002). **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais** – Libras e dá outras providências. Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002, Brasília, DF.
- BRASIL. Constituição (2005). Regulamenta a **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Brasília, DF.
- FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. Curitiba: InterSaberes, 2012.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

INES. **Direitos das pessoas surdas.** Disponível

em: http://portalines.ines.gov.br/ines_portal/wpcontent/uploads/2013/10/Ines_Legislacao.pdf

QUADROS, Ronice Muller; SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BARBOZA, H. H. e MELLO, A.C.P. T. **O surdo, este desconhecido.** Rio de Janeiro, Folha Carioca, 1997.

BRASIL. **Lei 10.436**, de 24/04/2002.

BRASIL. **Decreto no 5.626**, de 22/12/2005.

BOTELHO, Paula. **Segredos e silêncios na educação dos surdos.** Belo Horizonte: Autêntica. 1998.

FELIPE, Tanya. **LIBRAS em contexto:** curso básico (livro do estudante). 2.ed. ver.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. (Org.) Liv Sovik, tradução de Adelaide La G. Resende. (et al). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília:

LUNARDI, Márcia Lise. **Cartografando os estudos surdos:** currículo e relação de poder. In: SKLIAR, Carlos. Surdez: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1997.

BRASIL. MEC/SEESP/FNDE. Vol I e II. Kit: livro e fitas de vídeo.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira:** Estudos lingüísticos. Porto Alegre. Artes Médicas. 2004.

REIS, Flaviane. Professor Surdo: **A política e a poética da transgressão pedagógica.** Dissertação (Mestrado em Educação e Processos Inclusivos). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. 36

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

1. APRESENTAÇÃO

O panorama geral de discriminação das crianças e a persistente negação de seus direitos, que tem como consequência o aprofundamento da exclusão social, precisam ser combatidos com uma política que promova inclusão, combata a miséria e coloque a educação de todos no campo dos direitos. O Preâmbulo da Declaração dos Direitos da Criança, das Nações Unidas, afirma que a humanidade deve às crianças o melhor dos seus esforços. A Constituição Federal (1988) determina.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL/CF. 1988, ART. 227)

Ao Estado, portanto, compete formular políticas, implementar programas e viabilizar recursos que garantam à criança desenvolvimento integral e vida plena, de forma que complemente a ação da família. Em sua breve existência, a educação das crianças de 0 a 6 anos, como um direito, vem conquistando cada vez mais afirmação social, prestígio



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

político e presença permanente no quadro educacional brasileiro. Em razão de sua importância no processo de constituição do sujeito, a Educação Infantil em creches ou entidades equivalentes (crianças de 0 a 3 anos) e em pré-escolas (crianças de 4 a 6 anos) tem adquirido, atualmente, reconhecida importância como etapa inicial da Educação Básica e integrante dos sistemas de ensino. No entanto, a integração das instituições de Educação Infantil ao sistema educacional não foi acompanhada, em nível nacional, da correspondente dotação orçamentária. Embora a Educação Infantil não seja etapa obrigatória e sim direito da criança, opção da família e dever do Estado, o número de matrículas vem aumentando gradativamente (vide anexo 1). De acordo com o Censo Escolar, a média anual de crescimento no período de 2001 a 2003 foi de 6,4% na creche e de 3,5% na pré-escola.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2003, apenas 37,7% do total de crianças com idade entre 0 e 6 anos frequentam uma instituição de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental. Quando considerada a população de 4 a 6 anos, a taxa de frequência à instituição é de 68,4%; e, quanto à população de 0 a 3 anos, esse percentual é de apenas 11,7%. Setenta e dois por cento desse atendimento encontra-se na rede pública, concentrando-se de maneira relevante no sistema municipal (66,97%), em função da maior pressão da demanda sobre a esfera que está mais próxima das famílias e em decorrência da responsabilidade constitucional do Plano Nacional de Educação (PNE) que define a ampliação da oferta “de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e a 60% da população de 4 a 6 anos (ou 4 e 5) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos” (meta 1). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) abre a possibilidade de ampliação do acesso ao Ensino Fundamental para as crianças de 6 anos, faixa etária que concentra o maior número de matrículas na Educação Infantil.

Essa opção colocada aos sistemas de ensino diminui a demanda para esta etapa educacional e amplia a possibilidade de matrícula para as crianças de 4 e 5 anos. Para tanto, é imprescindível garantir que as salas continuem disponíveis para a Educação Infantil, não sendo utilizadas para o Ensino Fundamental e tampouco transformadas em salas de alfabetização¹. A inclusão das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental, no entanto, não pode ser efetivada sem que sejam consideradas as especificidades da faixa etária, bem como a necessidade primordial de articulação entre essas duas etapas da Educação Básica.

2. EMENTA

Contexto sociopolítico e econômico em que emerge a Educação Infantil e seus aspectos constitutivos: sociodemográficos, econômicas e culturais. Concepções de infância: contribuições dos principais pensadores em Educação Infantil das diferentes ciências: Antropologia, Filosofia, História, Psicologia, Sociologia. Infância e família. Infância e Sociedade. Infância e Cultura. História do atendimento à criança brasileira: políticas assistenciais e educacionais para a criança de 0 a 5 anos. A política de educação pré-escolar no Brasil. Perspectiva histórica do profissional de Educação Infantil no Brasil.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

3. OBJETIVOS

- Analisar o contexto sócio-político e econômico em que emerge e se processa a educação infantil.
- Compreender as diferentes sociedades e culturas, bem como a educação nela inseridos.
- Compreender as teorias que fundamentam a construção do processo da Educação Infantil no Brasil;
- Analisar as contribuições das ciências humanas para a compreensão da infância numa perspectiva dialética;
- Desenvolver possibilidades crítico-reflexivas diante das situações sociopolíticas e econômicas que envolvem a prática educativa nas instituições.

4. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Educação Infantil no Brasil: Contexto sociopolítico
2. Concepções de Infância
3. História do atendimento à criança brasileira
4. Perspectiva histórica do profissional de educação infantil no Brasil

4.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Trajetória histórica da Educação Infantil no Brasil: considerações sobre a origem e o papel social das instituições
- 1.2. Aspectos constitutivos da Educação Infantil: s o c i o d e m o g r á f i c o s , econômicos e culturais
- 1.3. A construção das primeiras creches e a política do assistencialismo
- 2.1. Conceito de infância por meio das contribuições das diferentes ciências - Antropologia, Filosofia, História, Psicologia, Sociologia
- 2.2. Infância e Família
- 2.3. Infância e Sociedade
- 2.4. Infância e Cultura
- 3.1. Políticas assistenciais e educacionais para a criança de zero a cinco anos
- 3.2. Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente de 1959; Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes bases nº 9394/96; ECA; Resoluções CEB/MEC
- 4.1. A formação do professor da educação infantil no Brasil Lei 12.796/13
- 4.2. A relação didático-pedagógica em sala de aula nos diferentes momentos da História da Educação Infantil
- 4.3. Contexto histórico sobre gestão de instituições de educação infantil.

5. METODOLOGIA

Os conteúdos serão trabalhados tendo como ponto de partida os conhecimentos que o aluno já tem sobre o assunto. As situações de ensino devem propiciar a apropriação e a re-elaboração dos conteúdos, numa perspectiva crítica, através da utilização de diferentes recursos (recursos audiovisuais, diferentes formas de textos e filmes). Essa perspectiva metodológica firma-se no materialismo histórico e dialético, no qual se tem os fundamentos propostos por Marx, Engels, Gramsci e Saviani que traduz a educação como a base do processo de humanização dos homens. Nessa vertente teórico-metodológica



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

busca compreender a materialidade do conhecimento e sua importância para intervir de forma consciente na realidade.

Neste sentido, caberá ao docente encaminhar seu trabalho pedagógico abordando os temas referenciando o estudo das diferentes concepções de infância, família e diversidade elaboradas no mundo ocidental, e dos grupos que compõe a cultura brasileira (afro, quilombola, indígenas, populações ribeirinhas e campo) respaldados no campo das ciências: Antropologia, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia (Rousseau, Pestalozzi, Froebel, Montessori, Decroly, Freinet, Piaget, Vygotsky, Wallon e outros).

Realizar leitura de livros, artigos, filmes, seminários, fóruns, debates e demais metodologias que corroborem para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação deve permear todo o processo ensino-aprendizagem, desde a seleção e organização dos conteúdos, os textos a serem trabalhados, os recursos a serem utilizados, bem como a metodologia de trabalho, no sentido de revê-los quando necessário. As situações avaliativas devem ocorrer de formas variadas (oralidade, escrita, organização de ideias, apropriação crítica dos conteúdos). A disciplina deverá partir da concepção de avaliação proposta nesta PPC, haja vista que esta se caracteriza por ser, diagnóstica, cumulativa e processual.

A avaliação nesta perspectiva deve ser entendida como um processo contínuo a ser incorporado na prática do docente, onde, todas as experiências e manifestações vivenciadas pelos estudantes devem ser consideradas. Neste sentido, os critérios de avaliação serão determinados de acordo com as dimensões apontadas nos conteúdos, avançando de suas questões conceituais para a adequação dos instrumentos a serem utilizados, garantindo que a mesma ocorra de forma diagnóstica, possibilitando a avaliação paralela durante o percurso da disciplina.

6.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Espera-se que o futuro docente:

- 1.1.1 Conheça a trajetória histórica e política da Educação Infantil no Brasil
- 1.2.1 Reconheça os aspectos constitutivos da Educação Infantil
- 1.3.1 Contextualize a política assistencialista na Educação Infantil, por meio da reflexão sobre o cuidar e o educar
- 2.1.1 Reconheça as diferentes concepções de infância a partir das contribuições das ciências humanas
- 2.2.2 Compreenda a diversidade existente entre as relações: Infância e Família; Infância e Sociedade; Infância e Cultura
- 3.1.1 Consiga identificar os mecanismos de superação do assistencialismo na Educação Infantil, por meio da Legislação vigente
- 3.1.2 Reconheça a importância da Legislação para compreensão da História da Educação Infantil no Brasil
- 4.1.1 Perceba a importância da especificidade de formação do professor para atuar na Educação Infantil
- 4.2.1 Relacione as questões didático-pedagógicas às políticas educacionais
- 4.3.1 Identifique a importância do trabalho do gestor para a administração dos Centros que ofertam a Educação Infantil.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

7. REFERÊNCIAS

AFONSO, L. Gênero e processo de socialização em creches comunitárias. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 93, p. 3-87, maio 1995.

ARCE, A. **A pedagogia na era das revoluções**: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel. Campinas: Autores Associados, 2002.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L. M. (org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº 22**, de 17 de dezembro de 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº1**, de 29 de janeiro de 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CEB nº 1**, de 7 de abril de 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CEB nº 2**, de 19 de abril de 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº 4**, de 16 de fevereiro de 2000.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, São Paulo: Cortez, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Educação infantil no Brasil**: situação atual. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Política nacional de educação infantil**. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1995.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise.** Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei no 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial curricular nacional para a educação.** Brasília, MEC/SEF/ DPE/COEDI, 1998.

DISCIPLINA: TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

1. APRESENTAÇÃO

O reconhecimento do direito à educação da criança na idade compreendida entre o nascimento e sua entrada no ensino obrigatório é recente em nosso país, expressando-se na Constituição de 1988 e sendo reafirmando-se no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Lei Orgânica da Assistência (1993) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

Ainda que no final do século XIX já existissem algumas iniciativas de instituições destinadas à criança pequena, é somente na segunda metade do século XX que as creches e pré-escolas se expandiram no Brasil. Dois grandes movimentos de âmbito nacional foram importantes nessa expansão: a implementação pela antiga Legião Brasileira de Assistência (LBA) do Programa Creche Casulo, destinado às crianças com até seis anos de idade provenientes de famílias carentes; e os programas de apoio do Ministério da Educação aos estados e municípios para o atendimento, em pré-escolas, às crianças com idades próximas daquelas de escolaridade obrigatória (principalmente as de seis anos, mas também as de cinco e, às vezes, as de quatro anos).

A inclusão da criança de até seis anos de idade no artigo que trata dos direitos à educação na Constituição de 1988 representou, portanto, um marco de grande importância. Ali se explicita que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (Art. 208, Inciso IV).

Aprovada a Constituição de 1988, o Brasil viveu um período de discussão de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em dezembro de 1996. Durante esse período, na ausência de uma lei nacional de educação que respondesse aos novos preceitos constitucionais, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação Geral de Educação Infantil, realizou debates nacionais e elaborou documentos procurando consolidar a concepção de educação infantil como primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, concepção esta presente nos projetos de LDB que tramitavam no Congresso. Sancionada em 1996, a LDB disciplina a educação escolar no Brasil, sendo imprescindível seu conhecimento em profundidade por todos aqueles que atuam nas instituições educacionais e demais órgãos dos sistemas de ensino.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

2. EMENTA

Os processos de desenvolvimento e aprendizagem integral da criança de 0 a 5 anos: aspectos físicos, afetivos, intelectual, linguístico e social. Princípios e Finalidades da Educação Infantil. A educação inclusiva na Educação Infantil. Especificidades em relação à organização e gestão do processo educativo. O trabalho pedagógico na Educação Infantil: concepção de educação, planejamento, organização curricular, gestão, avaliação. Políticas públicas e financiamento da Educação Infantil e suas implicações para organização do trabalho pedagógico. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, legislações vigentes da Educação Infantil de âmbito federal (MEC e CNE), estadual (SEED e CEE), municipal (CME) e Sistema Municipal de Ensino, para a organização do trabalho na Educação Infantil: contexto de elaboração, interpretações e implicações para as instituições. Relações entre família e instituição de Educação Infantil. Avaliação na Educação Infantil.

3. OBJETIVOS

- Conhecer e embasar-se teórica e metodologicamente acerca dos conteúdos necessários à atuação docente.
- Compreender a dinâmica escolar para atuar de forma consciente na formação de crianças pequenas, considerando o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos: social, cognitivo, emocional, físico dentre outros, a fim de estabelecer responsabilidade e compromisso com o ato de cuidar e educar.

4. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. O processo de desenvolvimento e aprendizagem integral da criança de zero a cinco anos
2. Princípios e Finalidades da Educação Infantil
3. Organização e Gestão do processo educativo na Educação Infantil
4. Políticas Públicas e financiamento da Educação Infantil e suas implicações para organização do trabalho pedagógico.

4.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Desenvolvimento intelectual, social, afetivo, motor, psicológico
- 1.2. Linguagem e interação para a constituição da subjetividade infantil
- 2.1. Articulação entre o cuidar e o educar
- 2.2. O papel das interações sociais no processo de desenvolvimento da criança
- 2.3. O papel do jogo e da brincadeira na Educação Infantil
- 2.4. Pluralidade, Diversidade cultural e social
- 2.5. A inclusão na Educação Infantil
- 3.1. O trabalho pedagógico na Educação Infantil
- 3.2. Organização curricular
- 3.3. Organização do espaço e tempo educativo
- 3.4. Planejamento
- 3.5. Propostas pedagógicas para a Educação Infantil
- 3.6. Relação Instituição Educação Infantil e Família
- 3.7. O processo de avaliação formativa na Educação Infantil como suporte para a ação educativa



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

4.1. Legislação e demais documentos normativos e documentos de apoio de âmbito Federal, Estadual e Municipal, para organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil

4.2. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - Resolução 05/2009

5. METODOLOGIA

Visando um trabalho contextualizado, que propicie ao futuro docente os fundamentos necessários à sua atuação, a metodologia baseia-se na perspectiva elencada na própria proposta pedagógica do Curso de Formação de Docentes a qual contempla o trabalho como princípio educativo, a práxis como princípio curricular e o direito à criança ao atendimento escolar. A base deste trabalho está pautada no materialismo histórico e dialético, cujos representantes teóricos nos orientam para uma dinâmica de ação que considera os movimentos da sociedade e a educação permeada pelas relações sociais, políticas e culturais.

Utiliza-se a metodologia da Pedagogia Histórico-Crítica, que se estrutura em cinco passos: prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final. Com relação à concepção de aprendizagem, toma-se por base a teoria de Vygotsky que apresenta o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal.

6. AVALIAÇÃO

A partir da concepção de avaliação presente no Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar, têm-se os critérios avaliativos da disciplina enquanto área de formação específica do professor da Educação Infantil. A avaliação possui caráter de continuidade, de diagnóstico e caracteriza-se por ser processual. Desta forma, precisa considerar o ensino e a aprendizagem como indissociáveis. A partir das constatações avaliativas, o processo necessita ser revisto, retomado a fim de atingir os objetivos da educação escolar.

A avaliação vai além de identificarmos as crianças como seres que necessitam meramente de um acompanhamento. Ela supera essa concepção quando estabelece que avaliar na Educação Infantil significa considerar a criança como ser social e histórico. É avaliar a criança em relação a si mesma e suas aprendizagens e não comparativamente às outras crianças.

A compreensão nesse processo, que a avaliação é processual, diagnóstica e formativa, é imprescindível para que haja coerência com a concepção de criança e de ensino a que se propõe trabalhar na Educação Infantil

6.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Espera-se que o aluno, docente em formação:

1.1.1 Compreenda como se dá o processo de desenvolvimento e aprendizagem na infância

1.2.1 Conceitue linguagem, estabelecendo a relação de sua importância no processo de interação e constituição da subjetividade infantil

2.1.1 Identifique o cuidar e educar como processos indissociáveis

2.1.2 Estabeleça a articulação entre cuidado e educação



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

2.2.1 Perceba a importância das interações sociais para o processo constitutivo da criança

2.2.2 Compreenda o desenvolvimento humano como um processo recíproco e conjunto

2.3.1 Conheça a importância dos jogos, brinquedos e brincadeiras no processo de ensino aprendizagem.

2.4.1 Reconheça a pluralidade, diversidade cultural e social nos diferentes grupos de criança, percebendo a importância de se valorizar essas diferenças na organização do trabalho pedagógico .2.5.1 Compreenda o que é e como se dá a inclusão na Educação Infantil

3.1.1 Compreenda a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil, considerando como eixos norteadores as interações e a brincadeira.

3.2.1 Identifique a concepção de infância na organização curricular na Educação Infantil

3.3.1 Compreenda a necessidade de organização do tempo e espaço específicos para a Educação Infantil

3.4.1 Reflita sobre a concepção de planejamento para Educação Infantil

3.4.2 Reconheça o planejamento como princípio norteador da ação docente nos seus diferentes níveis

3.4.3 Diferencie e reconheça a importância dos diferentes níveis do planejamento escolar

3.5.1 Identifique a Proposta Pedagógica como instrumento norteador do trabalho que tem como um de seus objetivos, assegurar às crianças o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil

3.5.2 Compreenda o processo de elaboração da Proposta Pedagógica para a Educação Infantil

3.5.3 Analise os princípios éticos, políticos e estéticos para a formação integral da criança

3.6.1 Perceba a importância do estreitamento da relação instituição de Educação Infantil e Família, e as possibilidades para a construção dessa relação

3.7.1 Conceitue avaliação para Educação Infantil enquanto processo formativo

3.7.2 Compreenda o processo avaliativo como suporte para reorganização da prática pedagógica

1.1.1 Conheça e compreenda a Legislação Nacional e Estadual para Educação Infantil

1.1.2 Reconheça a importância dos documentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal, para organização do trabalho pedagógico

1.2.1 Identifique nas Diretrizes Curriculares as concepções inerentes à organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil.

7. REFERÊNCIAS

PARANÁ. SEED. Superintendência da Educação – Departamento do Ensino Fundamental. **Orientações para (re)elaboração, implementação e avaliação de proposta pedagógica na educação infantil.** Coordenação Pedagógica de Educação Infantil. Curitiba: SEED, 2006.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Profissional. **Proposta pedagógica curricular do curso de formação de docentes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental:** em Nível Médio, na Modalidade Normal. Curitiba: SEED. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Conhecimento de Mundo, v. 3, Brasília: MEC/SEF, 1998.

HORN, M. da G. S. **Sabores, cores sons e aromas:** a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HOFFMANN, J. **Avaliação na pré-escola:** um olhar reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 1999.

HOFFMANN, J. ; SILVA, M. B. **Ação educativa na creche.** Porto Alegre: Mediação, 1995.

BENJAMIN, W. **A criança, o brinquedo, a educação.** São Paulo: Summus, 1984.

BOMTEMPO, E. **Psicologia do brinquedo:** aspectos teóricos-metodológicos. São Paulo: EDUSP, 1986.

KRAMER, S. (Coor.). **Com a pré-escola nas mãos:** uma alternativa curricular para a Educação Infantil. São Paulo: Ática, 1989.

_____. LEITE, M. I. **Infância:** desafios da pesquisa. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. **Propostas pedagógicas e curriculares:** subsídios para uma leitura crítica. Educação e Sociedade, Porto Alegre, v.18, n. 60, dez. 1997.

Obs. Demais referências - Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de Docentes em Nível Médio do Estado do Paraná.

DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

1. APRESENTAÇÃO

A Organização do Trabalho Pedagógico é uma das Disciplinas Específicas do Curso de Formação de Docentes em nível médio do Ensino Profissional. Tem por finalidade ofertar conteúdos que possibilitem ao futuro docente conhecer o sentido da Educação Nacional, sua estrutura nos aspectos políticos, administrativos e pedagógicos. Todo seu conteúdo tem como base a diversidade de ações cotidianas do trabalho pedagógico das instituições escolares.

É necessário trazer para as aulas, conteúdos que deem conta de explicitar o que é o Trabalho Pedagógico, como e quando ele acontece, quem são os principais elementos envolvidos e qual a sua importância no processo ensino e aprendizagem. É indispensável aos profissionais da educação, o domínio de conceitos e práticas relacionadas com o Trabalho Pedagógico.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Para uma educação de boa qualidade, a organização do trabalho que se processa no ambiente escolar precisa ser pensada e praticada em conformidade com os objetivos propostos para a concretização desse desejo. E nesse sentido, é oportuno iniciar com os futuros profissionais da educação, a reflexão sobre a natureza do trabalho pedagógico, no curso de Formação de Docentes para que eles se percebam desde então co-participantes tanto da sua elaboração, quanto da sua execução. Compreender a dimensão do trabalho pedagógico que deve ser efetivado pela escola, desde a formação inicial favorece ao futuro docente o estabelecimento de parâmetros para sua carreira profissional, para que, uma vez formado e atuando na educação, oriente sua prática desvinculada do caráter de reprodução dos interesses capitalistas da sociedade

2. EMENTA

Organização do sistema escolar brasileiro: aspectos legais e pedagógicos. Elementos teórico-metodológicos para análise de políticas públicas: Nacional, Estadual e Municipal. Políticas e financiamento para a Educação Básica. O trabalho pedagógico como princípio articulador da ação pedagógica. Documentos orientadores do trabalho pedagógico. Gestão Escolar. Planejamento da ação educativa: concepções de currículo e ensino. O currículo e a organização do trabalho escolar. Avaliação.

3. OBJETIVOS

- Instrumentalizar-se a partir de conhecimentos teórico-práticos sobre a organização do Sistema Nacional de Educação, tendo em vista as políticas educacionais, a legislação vigente, bem como suas relações com a realidade social, política e econômica do país e do mundo.

3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Sistema Escolar Brasileiro
2. Gestão Escolar
3. Documentos orientadores do trabalho pedagógico
4. Avaliação

4.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. O que é Educação
- 1.2. Legislação: Constituição, Lei nº 4024/61, Lei nº 5692/71, LDBEN nº 9394/96, Lei 12796/13
- 1.3. Princípios da Educação Brasileira
- 1.4. Estrutura e Funcionamento do Sistema Escolar Brasileiro: Federal, Estadual e Municipal:
 - Níveis, etapas e modalidades da Educação Básica
 - Finalidades da Educação Básica
- 1.5. Políticas Públicas básicas para a Educação em nível Federal, Estadual e Municipal:
 - A escola Pública como espaço da educação de qualidade.
 - Recursos Financeiros da Educação Brasileira (FUNDEB, PDDE, PROEMI, PNLD, FUNDO ROTATIVO, APMF entre outros)
- 2.1. Concepções de gestão escolar:



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Gestão democrática
- Gestão participativa
- Gestão administrativa

2.2. Instâncias Colegiadas:

- Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF
- Conselho Escolar
- Grêmio estudantil
- Conselho de Classe

3. Projeto Político Pedagógico-PPP:

- Fundamentação teórica e metodológica
- O Trabalho como princípio educativo
- Amparo legal
- Princípio da Diversidade Cultural / Inclusão
- Interdisciplinaridade

4. Currículo escolar:

- Concepção
- Dimensões: Formal, em Ação e Oculto.
- Propostas Curriculares

5. Regimento Escolar:

- Estrutura
- Amparo legal

7. Planejamento:

- Plano de Trabalho Docente - PTD (Projetos, temas, disciplinas e áreas do conhecimento)
- Proposta Pedagógica Curricular – PPC
- Plano de Ação

7. Avaliação

7.1. Concepção de avaliação segundo as tendências pedagógicas

7.2. Aspectos legais da avaliação

8. Avaliação da aprendizagem:

- Concepção diagnóstica
- Instrumentos
- Critérios

8. Avaliação Institucional:

8.1. Avaliações externas do Sistema Educacional (SAEB, ENEM, Prova Brasil, Provinha Brasil, entre outros)

4. METODOLOGIA

Os conteúdos serão trabalhados tendo como ponto de partida os conhecimentos que o aluno já tem sobre o assunto. As situações de ensino devem propiciar a apropriação e a generalização dos conceitos científicos, que serão mediados pelo professor, por meio de questionamentos, exposições orais, explicações, inferências, orientações individuais e coletivas e pesquisa. Serão utilizados diferentes recursos como: textos (didáticos,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

informativos, reportagens) áudios-visuais. As atividades do aluno sobre os conteúdos são essenciais, e devem priorizar a interpretação, a compreensão, a análise e a comparação.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação deve permear todo o processo de ensino e aprendizagem desde a seleção e organização dos conteúdos, os recursos utilizados, bem como a metodologia, no sentido de retomá-los, sempre que for necessário. O cotidiano da sala de aula, bem como as situações avaliativas, deve possibilitar a constatação da apropriação dos conceitos que constituem os conteúdos da disciplina. Estes conceitos devem ser explicitados na oralidade, nas produções escritas, com possibilidades interpretação, análise e generalizações.

6.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Espera-se que o futuro professor:

- 1.1.1 Compreenda o conceito de Educação no contexto escolar brasileiro
- 1.2.1 Compreenda a legislação do sistema escolar brasileiro
- 1.2.2 Identifique a legislação nacional como lei maior e a diferencia das demais legislações vigentes.
- 1.3.1 Identifique os princípios da Educação Brasileira nos diferentes sistemas de ensino
- 1.4.1 Compreenda a organização do sistema escolar brasileiro estabelecendo relação entre a organização do ensino no Brasil: Nacional, Estadual e Municipal.
- 1.4.2 Diferencie as características administrativas e legais das diversas instituições escolares
- 1.5.1 Diferencie as políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal
- 1.5.2 Conheça as políticas de financiamento, normatização, organização da educação básica
- 1.5.3 Identifique os recursos financeiros da educação e os amparos legais que lhes dão suporte
- 2. Diferencie características das concepções de gestão
 - 2.1 Reconheça o papel do gestor diante das diferentes formas de gestão escolar
 - 2.2 Reconheça a gestão democrática como ação, integradora para conquistar a participação efetiva da comunidade escolar.
 - 2.3 Conheça a existência dos órgãos colegiados como instrumentos da gestão democrática
 - 2.4 Conheça a estrutura e o nível de atuação de cada instância colegiada
- 3. Conheça a concepção teórico-metodológico do P.P.P. como direcionamento do processo educativo
 - 3.1 Reconheça o trabalho na sua dimensão ontológica, enquanto princípio educativo
 - 3.2 Reconheça a interdisciplinaridade enquanto concepção que fundamenta a organização da Proposta Pedagógica Curricular
- 4. Diferencie o currículo nas suas dimensões



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- 4.1 Compreenda o processo de elaboração da Proposta Pedagógica Curricular
- 5. Compreenda o processo de estruturação do Regimento Escolar
- 5.1 Reconheça a sua importância para a normatização das ações da escola
- 6. Reconheça o planejamento como princípio norteador da ação docente
- 6.1 Compreenda que o plano de trabalho do professor organiza suas ações em sala de aula
- 6.2 Diferencie e reconheça a importância dos diferentes níveis de planejamento escolar – PTD, PPC e Plano de ação
- 7. Diferencie e reconhece a concepção de avaliação segundo as tendências
- 7.1 Utilize a avaliação como forma de reflexão da ação docente e discente
- 7.2 Conheça os aspectos legais que amparam o sistema de avaliação na legislação vigente
- 7.3 Compreenda a avaliação do processo de ensino aprendizagem na concepção diagnóstica
- 7.4 Reconheça a importância da utilização de diferentes instrumentos e critérios avaliativos
- 8. Compreenda a função da Avaliação Institucional para melhoria do processo escolar
- 8.1 Conheça as diferentes formas de avaliação externa no contexto da educação brasileira

7. REFERÊNCIAS

ARROYO. M. G. **Imagens quebradas** – trajetória e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

CANDAU, V. M. **Sociedade educação e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CORAZZA, S. M. **Manifesto por uma dialética**. Contexto e Educação, Ijuí, v. 6, n. 22, p. 83-99, abr./jun. 1991.

CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. Campinas: Autores Associados, 1996.

FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. Â. da S (org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 29 ed. São Paulo. Paz e Terra, 2004.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2007.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

GONZÁLEZ, J. A. T. **Educação e diversidade**: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

HOFFMMAN, J. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

LEONTIEV, A. et al. **Psicologia e pedagogia**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Centauro, 2003.

LEONTIEV, A. Inter-relação entre noções novas e noções adquiridas anteriormente. In: LURIA, A. R.; LEONTIEV, A.; VIGOTSKY L. S. et al. **Psicologia e pedagogia II**: investigações experimentais sobre problemas didáticos específicos. Lisboa: Ed. Estampa, 1977.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

MINGUET, P. A. (org.). **A construção do conhecimento na educação**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 9. ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2004.

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky**: a relevância do social. São Paulo: Plexus, 1994.

PARO, V. **Gestão democrática na escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

REIG, D.; GRADOLÍ, L. A construção humana através da zona de desenvolvimento potencial: L. S. Vygotsky. In: MINGUET, P. A. (org.) **A construção do conhecimento na educação**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 32. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1999.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 1993.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, I. P. A. **Didática**: entre o pensar, o dizer e o vivenciar. Campinas: Papirus, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WACHOWICZ, L. A. **O método dialético na didática**. Campinas: Papirus, 1989.



DISCIPLINA: LITERATURA INFANTIL

1. APRESENTAÇÃO

Desde a história até a atualidade, a relação entre escola e literatura infantil vem se transformando constantemente. Formamos opiniões, conceitos e ideias através de vozes diferentes, que percorrem os tempos e também todo o planeta. A concepção de infância que estava em voga no final do século XVII e durante o século XVIII, época em que foram escritos os primeiros livros para crianças não existia tal ideia. Em meio a Idade Média surgia um novo conceito de família, que consistia na ideia de família nuclear moderna, a unicelular, valorizava o casamento, a educação de herdeiros. Nesse sentido, a escola teve o papel de introduzir a criança na vida adulta, reunindo-as em grupos com características semelhantes. Ela também teve de protegê-la das maldades do mundo, tendo o professor como uma autoridade.

Essa escola não trabalhava com a realidade do mundo infantil e negava a convivência social, apenas ensinando-lhe as normas. Essa educação normativa manifestava os ideais burgueses, ou seja, colocava as regras ditadas por aqueles que tinham o poder. Essa burguesia, que estava em ascensão nos séculos XVIII e XIX, estava também diretamente ligada à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino escolar e também ao surgimento de uma pedagogia controladora.

O caráter normativo dado à literatura, atualmente mudou. Hoje falamos de uma educação formativa. A escola, o livro, bem como a literatura infantil, e as relações entre eles e as suas especificidades estão dirigidas à formação de um indivíduo, mesmo que essa seja conformar-se com o pensamento existente. A escola sempre teve a função de reproduzir aspectos sociais para adestrar os alunos, para que eles obedecessem aos padrões ideais. Hoje ela tem a função de transformar a sociedade, revendo esses valores, padrões e ideais pregados por uma educação normativa.

A literatura infantil na escola possibilita que se faça cumprir o ideário de educação tão comentado na atualidade: a transformação. Sendo assim, a principal função da literatura infantil: é refletir sobre a realidade, desmontando-a e remontando-a na busca da formação de opiniões críticas que questionem a situação real em que se vive. Portanto, enquanto professores em formação, a oportunidade de refletir sobre a literatura infantil na escola, com certeza contribuirá para abrir caminho à concretização do objetivo da educação, da escola e da própria literatura: formar leitores. Leitores críticos que façam acontecer a transformação da nossa sociedade.

2. EMENTA

Contexto histórico da Literatura Infantil. Narrativa oral – o mundo simbólico dos contos de fadas. A importância do contador de histórias. Universo da poesia para crianças. Monteiro Lobato: realidade e imaginário. Os clássicos reinventados e o panorama atual na narrativa e na poesia. O uso das tecnologias de mídias na Literatura Infantil. A diversidade na Literatura Infantil. O teatro e a música na Literatura Infantil. Bibliotecas públicas e projetos de leitura.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

3. OBJETIVOS

- Situar a Literatura Infantil no tempo e espaço considerando seu aspecto sedutor e estético, características capazes de despertar na criança a leitura prazer.
- Criar condições necessárias para a identificação dos gêneros literários e sua utilização na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

4. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Contexto histórico da Literatura infantil
2. A Literatura Infantil: Aspectos Lúdicos e Formativos
3. Contribuições da Literatura Infantil na formação do leitor

4.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. A história da Literatura infantil no mundo e no Brasil
- 1.2. Conceito de literatura e literatura infantil
- 1.3. Grandes nomes da literatura infantil no Brasil
- 2.2. A importância do contador de histórias
- 2.3. Monteiro Lobato: realidade e imaginário
- 3.1. A importância da Literatura na formação do leitor
- 3.2. Narrativa oral – o mundo simbólico dos contos de fadas
- 3.3. Contos paranaenses: lendas e mitos
- 3.4. Contos africanos e indígenas
- 3.5. Universo da poesia para crianças – características e principais autores
- 3.6. Clássicos reinventados e releitura por meio do teatro e da música
- 3.7. Bibliotecas públicas – projetos de leituras
- 3.8. O uso das mídias tecnológicas na Literatura Infantil

5. METODOLOGIA

O ponto de partida para os conteúdos propostos na disciplina serão os conhecimentos prévios, os quais os futuros docentes já possuem, ou seja, o que já trazem sobre o assunto. As situações de ensino devem propiciar a apropriação e a generalização dos conceitos científicos, que serão mediados pelo professor, por meio de questionamentos, exposições orais, explicações, inferências, orientações individuais e coletivas, pesquisa bibliográfica, projeção e discussão de documentários, leitura, resumo, resenha, fichamento e debates, análise de obras literárias, contação de histórias/oficinas, estudo teórico e prático sobre poesia infantil. Serão utilizados diferentes recursos como: textos (didáticos, informativos, reportagens) áudios-visuais. As atividades do aluno sobre os conteúdos são essenciais, e devem priorizar a interpretação, a compreensão, a análise e a comparação.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação deve permear todo o processo de ensino e aprendizagem desde a seleção e organização dos conteúdos, os recursos utilizados, bem como a metodologia, no sentido de retomá-los, sempre que for necessário. O cotidiano da sala de aula, bem como as situações avaliativas, deve possibilitar a constatação da apropriação dos conceitos que constituem os conteúdos da disciplina. Estes conceitos devem ser



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

explicitados na oralidade, nas produções escritas, com possibilidades interpretação, análise e generalizações. Para a avaliação serão considerados: provas, trabalhos em grupos, exercícios, relatórios, registro de leituras e pesquisas.

6.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Espera-se que ao final do curso o futuro docente:

- 1.1.1 Identifique aspectos históricos da Literatura Infantil
- 1.1.2 Reconheça a importância da Literatura Infantil no contexto mundial e nacional
- 1.2.1 Diferencie a especificidade da Literatura e da Literatura Infantil
- 1.3.1 Reconheça as características e os principais autores de textos literários no universo da Literatura Infantil
- 2.2.1 Reconheça o papel da contação de histórias na formação do leitor
- 2.3.1 Identifique Monteiro Lobato como um dos marcos históricos da literatura Infantil e infanto-juvenil no Brasil
- 3.1.1 Compreenda o papel da Literatura Infantil na formação do leitor
- 3.1.2 Estabeleça relações entre a linguagem, o imaginário e a formação do pensamento da criança
- 3.2.1 Conheça a simbologia contida nos contos de fadas
- 3.3.1 Identifique no contexto da Literatura Infantil os contos paranaenses
- 3.4.1 Reconheça a importância dos contos indígenas e africanos no contexto da diversidade cultural
- 3.5.1 Reconhece as características e os principais autores de textos poéticos no universo da Literatura Infantil
- 3.6.1 Reconhece os clássicos da Literatura Infantil
- 3.7.1 Conhece projetos voltados para o incentivo à leitura em espaços públicos
- 3.8.1 Percebe a relevância do uso das mídias para o trabalho com a Literatura Infantil

7. REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **O estranho mundo que se mostra a criança**. São Paulo: Sammus, 1983.

_____. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1994.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teoria e análise. São Paulo: Moderna, 2003.

LOJOLO, M. e Zilberman, R. **Literatura infantil brasileira**: histórias & histórias. São Paulo: Ática, 1998.

MACHADO, Irene. **Literatura e redação**. São Paulo: Scipione, 1994.

Obs.: Obras diversas de literatura infantil: clássicos contemporâneos.

DISCIPLINA - METODOLOGIA DO ENSINO DE PORTUGUÊS/ALFABETIZAÇÃO (Matriz Curricular antiga de 2010)

1. APRESENTAÇÃO

A função social da leitura e da escrita no mundo de hoje perpassa pela capacidade dos educandos/indivíduos interpostos em sociedade, em lidar com situações do cotidiano,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

mas também fora dele, de forma consciente, e principalmente, autônoma, crítica. Portanto a metodologia da disciplina é de natureza teórico-prática, englobando momentos de teorização e a simulação de atividades didáticas, acompanhada de feedback crítico.

O enfoque principal é a Alfabetização que, como propõem Freire e Macedo (1990), é “a relação entre o educando e o mundo, mediada pela prática transformadora deste mundo” e o Letramento que, segundo Soares (2000), “é o estado em que vive o indivíduo que não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive”. Visto que a sociedade hoje é uma sociedade grafocêntrica, não basta ao indivíduo ser simplesmente alfabetizado, ou seja, aprender meramente a decodificar. Faz-se necessário que o mesmo seja também letrado para que possa exercer as práticas sociais de leitura e escrita.

2. EMENTA

A leitura e a escrita como atividades sociais significativas. Estudo e análise crítica dos diferentes processos de ensino da língua portuguesa, da alfabetização e do letramento, considerando os aspectos teórico-metodológicos. Conteúdos básicos das séries iniciais.

3. OBJETIVOS

Desenvolver teórica e metodologicamente conteúdos necessários para compreensão e atuação no processo de letramento, alfabetização e no ensino da Língua Portuguesa na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

4. CONTEÚDOS

- História da escrita e alfabetização;
- Concepção de língua e linguagem;
- Letramento e alfabetização;
- Métodos de Alfabetização;
- Noções básicas de fonética;
- Produções de textos espontâneos.
- Aspectos motores da escrita;
- Sistematização do código linguístico
- Concepção de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita;
- Leitura e escrita: etapas do desenvolvimento da linguagem;
- Análise do PCN e Currículo Básico do Paraná – Língua Portuguesa.
- Tipologia textual;
- Processos metodológicos para produção e reestruturação de textos;
- Aquisição de leitura: compreensão e interpretação de textos;
- Processos metodológicos para produção e reestruturação de textos;
- A reescrita de textos como referencial do processo reflexivo do discurso
- Diferentes estratégias de leitura e produção de textos
- Análise linguística.

5. METODOLOGIA

Os conteúdos propostos para a disciplina terão como ponto de partida os conhecimentos prévios, os quais os futuros docentes já possuem, ou seja, o que já trazem sobre o assunto. As situações de ensino devem propiciar a apropriação e a generalização



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

dos conceitos científicos, que serão mediados pelo professor, por meio de questionamentos, exposições orais, explicações, inferências, orientações individuais e coletivas, pesquisas e seminários projeção e discussão de documentários, produção de material didático e análise de textos. Serão utilizados diferentes recursos como: textos (didáticos, informativos, reportagens) áudios-visuais. As atividades do aluno sobre os conteúdos são essenciais, e devem priorizar a interpretação, a compreensão, a análise e a comparação dos elementos que constituem a língua oral e escrita.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação deve permear todo o processo de ensino e aprendizagem desde a seleção e organização dos conteúdos, os recursos utilizados, bem como a metodologia, no sentido de retomá-los, sempre que for necessário. O cotidiano da sala de aula, bem como as situações avaliativas, deve possibilitar a constatação da apropriação dos conceitos que constituem os conteúdos da disciplina. Estes conceitos devem ser explicitados na oralidade, nas produções escritas, com possibilidades interpretação, análise e generalizações. Para a avaliação serão considerados: provas, trabalhos em grupos, apresentação de seminários, pesquisas, participação nas aulas e análise de textos.

7. REFERÊNCIAS

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1993.

_____. **Alfabetizando sem ba-be-bi-bo-bu**. São Paulo: Scipione. 2002.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**: leitura e produção: São Paulo. Ática, 2004.

KATO, Mary. **O aprendizado da leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MORAIS, Manuel Pamplona Moraes. **Distúrbios da Aprendizagem**: uma abordagem psicopedagógica. São Paulo: Edicon, 2006.

DISCIPLINA – METODOLOGIA DA ALFABETIZAÇÃO (Nova Matriz Curricular - 2014)

1. APRESENTAÇÃO

A função social da leitura e da escrita no mundo de hoje perpassa pela capacidade dos educandos/indivíduos interpostos em sociedade, em lidar com situações do cotidiano, mas também fora dele, de forma consciente, e principalmente, autônoma, crítica. Portanto a metodologia da disciplina é de natureza teórico-prática, englobando momentos de teorização e a simulação de atividades didáticas, acompanhada de feedback crítico.

O enfoque principal é a Alfabetização que, como propõem Freire e Macedo (1990), é “a relação entre o educando e o mundo, mediada pela prática transformadora deste mundo” e o Letramento que, segundo Soares (2000), “é o estado em que vive o indivíduo



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

que não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive". Visto que a sociedade hoje é uma sociedade grafocêntrica, não basta ao indivíduo ser simplesmente alfabetizado, ou seja, aprender meramente a decodificar. Faz-se necessário que o mesmo seja também letrado para que possa exercer as práticas sociais de leitura e escrita.

2. EMENTA

A história da escrita. A leitura e a escrita como atividades sociais significativas. A atuação do professor de Alfabetização: pressupostos teórico-práticos. As contribuições das diferentes Ciências (História, Filosofia, Psicologia, Pedagogia, Linguística, Psicolinguística, Sociolinguística) na formação do professor de Alfabetização. Estudo e análise crítica dos diferentes processos de Alfabetização e do Letramento. Considerações teórico-metodológicas para a prática pedagógica de Alfabetização e Letramento. As políticas públicas para a alfabetização no Brasil. O uso das mídias tecnológicas na alfabetização.

3. OBJETIVOS

Desenvolver teórica e metodologicamente conteúdos necessários para compreensão e atuação no processo de letramento, alfabetização e no ensino da Língua Portuguesa na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

4. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Alfabetização e Letramento

4.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Contextualização social e histórica do processo da escrita
- 1.2. Concepções de linguagem: oral e escrita
- 1.3. Função social da língua escrita: usos e formas
- 1.4. Concepções de Alfabetização e Letramento
- 1.5. Noções de psicolinguística, sociolinguística e linguística
- 1.6. Métodos de Alfabetização: Sintéticos e Analíticos – análise crítica
- 1.7. Níveis de leitura e escrita
- 1.8. Noções básicas de fonética e o sistema gráfico
- 1.9. Alfabetização na Educação de Jovens e Adultos – EJA
- 1.10. Produção de texto oral e escrito no processo de alfabetização
- 1.11. Materiais didáticos na alfabetização em situações práticas – análise crítica
- 1.12. Políticas públicas para Alfabetização no Brasil
- 1.13. O uso de mídias tecnológicas como recurso didático na alfabetização
- 1.14. Flexibilização curricular inclusiva para o processo de Alfabetização e Letramento

5. METODOLOGIA



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Os conteúdos propostos para a disciplina terão como ponto de partida os conhecimentos prévios, os quais os futuros docentes já possuem, ou seja, o que já trazem sobre o assunto. As situações de ensino devem propiciar a apropriação e a generalização dos conceitos científicos, que serão mediados pelo professor, por meio de questionamentos, exposições orais, explicações, inferências, orientações individuais e coletivas, pesquisas e seminários projeção e discussão de documentários, produção de material didático e análise de textos. Serão utilizados diferentes recursos como: textos (didáticos, informativos, reportagens) áudios-visuais. As atividades do aluno sobre os conteúdos são essenciais, e devem priorizar a interpretação, a compreensão, a análise e a comparação dos elementos que constituem a língua oral e escrita.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação deve permear todo o processo de ensino e aprendizagem desde a seleção e organização dos conteúdos, os recursos utilizados, bem como a metodologia, no sentido de retomá-los, sempre que for necessário. O cotidiano da sala de aula, bem como as situações avaliativas, deve possibilitar a constatação da apropriação dos conceitos que constituem os conteúdos da disciplina. Estes conceitos devem ser explicitados na oralidade, nas produções escritas, com possibilidades interpretação, análise e generalizações. Para a avaliação serão considerados: provas, trabalhos em grupos, apresentação de seminários, pesquisas, participação nas aulas e análise de textos.

6.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Na respectiva disciplina, espera-se que os alunos em processo de formação, ao chegarem ao final do curso:

- 1.1.1 Identifique as teorias sobre a aquisição do conhecimento, da leitura, da escrita e das tendências pedagógicas
- 1.2.1 Demonstre domínio das práticas de ensino da Língua Portuguesa
- 1.3.1 Conheça as diferentes concepções de linguagem e as metodologias utilizadas para o ensino da Língua Portuguesa
- 1.4.1 Reconheça o uso e a importância da norma culta
- 1.5.1 Reconheça as variações linguísticas como manifestações aceitáveis dentro de um contexto social
- 1.6.1 Reconheça os diferentes gêneros textuais
- 1.7.1 Compreenda as características do sistema gráfico da Língua Portuguesa
- 1.8.1 Analise criticamente os diferentes materiais didáticos disponíveis para o ensino da Língua Portuguesa
- 1.8.2 Produza materiais pedagógicos e atividades de acordo com os pressupostos estudados
- 1.9.1 Conheça e diferencie os programas e documentos oficiais para o ensino da Língua Portuguesa, difundidos no Brasil.

7. REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

MACHADO, A. R.; GUIMARÃES, A M de M. **O interacionismo sócio discursivo**. São Paulo: Mercado de letras, 2002.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BASTOS, L. K.; MATTOS, M. A. A de. **A produção escrita e a gramática**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992.

COCH, I. P. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2007.

DISCIPLINA - METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA (Proposta Pedagógica Curricular de 2014 – Nova Matriz)

1. APRESENTAÇÃO

A função social da leitura e da escrita no mundo de hoje perpassa pela capacidade dos educandos/indivíduos interpostos em sociedade, em lidar com situações do cotidiano, mas também fora dele, de forma consciente, e principalmente, autônoma, crítica. Portanto a metodologia da disciplina é de natureza teórico-prática, englobando momentos de teorização e a simulação de atividades didáticas, acompanhada de feedback crítico.

O enfoque principal é a Alfabetização que, como propõem Freire e Macedo (1990), é “a relação entre o educando e o mundo, mediada pela prática transformadora deste mundo” e o Letramento que, segundo Soares (2000), “é o estado em que vive o indivíduo que não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive”. Visto que a sociedade hoje é uma sociedade grafocêntrica, não basta ao indivíduo ser simplesmente alfabetizado, ou seja, aprender meramente a decodificar. Faz-se necessário que o mesmo seja também letrado para que possa exercer as práticas sociais de leitura e escrita.

2. EMENTA

Discurso como prática social. Concepções teórico-metodológicas e as tendências pedagógicas no ensino de Língua Portuguesa. Práticas de ensino: oralidade, leitura, escrita e análise linguística. As diferentes concepções de linguagens e metodologias para o ensino da Língua Portuguesa. Norma culta e suas implicações para transmissão do patrimônio cultural. Concepção de variação linguística. Gêneros discursivos. Sistema gráfico da Língua Portuguesa. Análise e produção de material didático para o ensino da Língua Portuguesa. Programas e documentos vigentes que orientam o ensino da Língua Portuguesa.

3. OBJETIVOS

- Desenvolver teórica e metodologicamente conteúdos necessários para compreensão e atuação no processo de letramento, alfabetização e no ensino da Língua Portuguesa na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

4. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Discurso como prática social



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

4.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Concepções teórico-metodológicas e as tendências pedagógicas no ensino de Língua Portuguesa
- 1.2. Práticas de ensino: oralidade, leitura, escrita, análise linguística e sistematização para uso do código
- 1.3. As diferentes concepções de linguagem e metodologias para o ensino da Língua Portuguesa
- 1.4. Norma culta e suas implicações para a transmissão do patrimônio cultural
- 1.5. Concepção de variação linguística
- 1.6. Gêneros discursivos
- 1.7. Sistema gráfico da Língua Portuguesa
- 1.8. Análise e produção de material didático para o ensino da Língua Portuguesa
- 1.9. Programas e documentos vigentes que orientam o ensino da Língua Portuguesa.

5. METODOLOGIA

Os conteúdos propostos para a disciplina terão como ponto de partida os conhecimentos prévios, os quais os futuros docentes já possuem, ou seja, o que já trazem sobre o assunto. As situações de ensino devem propiciar a apropriação e a generalização dos conceitos científicos, que serão mediados pelo professor, por meio de questionamentos, exposições orais, explicações, inferências, orientações individuais e coletivas, pesquisas e seminários projeção e discussão de documentários, produção de material didático e análise de textos. Serão utilizados diferentes recursos como: textos (didáticos, informativos, reportagens) áudios-visuais. As atividades do aluno sobre os conteúdos são essenciais, e devem priorizar a interpretação, a compreensão, a análise e a comparação dos elementos que constituem a língua oral e escrita.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação deve permear todo o processo de ensino e aprendizagem desde a seleção e organização dos conteúdos, os recursos utilizados, bem como a metodologia, no sentido de retomá-los, sempre que for necessário. O cotidiano da sala de aula, bem como as situações avaliativas, deve possibilitar a constatação da apropriação dos conceitos que constituem os conteúdos da disciplina. Estes conceitos devem ser explicitados na oralidade, nas produções escritas, com possibilidades interpretação, análise e generalizações. Para a avaliação serão considerados: provas, trabalhos em grupos, apresentação de seminários, pesquisas, participação nas aulas e análise de textos.

7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Na respectiva disciplina, espera-se que os alunos em processo de formação, ao chegarem ao final do curso:

- 1.1.1 Identifique as teorias sobre a aquisição do conhecimento, da leitura, da escrita e das tendências pedagógicas
- 1.2.1 Demonstre domínio das práticas de ensino da Língua Portuguesa
- 1.3.1 Conheça as diferentes concepções de linguagem e as metodologias utilizadas para o ensino da Língua Portuguesa



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- 1.4.1 Reconheça o uso e a importância da norma culta
- 1.5.1 Reconheça as variações linguísticas como manifestações aceitáveis dentro de um contexto social
- 1.6.1 Reconheça os diferentes gêneros textuais
- 1.7.1 Compreenda as características do sistema gráfico da Língua Portuguesa
- 1.8.1 Analise criticamente os diferentes materiais didáticos disponíveis para o ensino da Língua Portuguesa
- 1.8.2 Produza materiais pedagógicos e atividades de acordo com os pressupostos estudados
- 1.9.1 Conheça e diferencie os programas e documentos oficiais para o ensino da Língua Portuguesa, difundidos no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

MACHADO, A. R.; GUIMARÃES, A M de M. **O interacionismo sócio discursivo**. São Paulo: Mercado de letras, 2002.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BASTOS, L. K.; MATTOS, M. A. A de. **A produção escrita e a gramática**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992.

COCH, I. P. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2007.

DISCIPLINA - METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA

1. APRESENTAÇÃO

A disciplina Metodologia do Ensino da Matemática tem como propósito principal a reflexão, a discussão e a problematização dos conteúdos básicos do currículo de Matemática e da mediação teórico-metodológica do professor, no âmbito do ensino e da aprendizagem dos principais conceitos matemáticos curriculares para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Para tanto, partimos da concepção de que precisamos instrumentalizar de forma crítica a ação pedagógica dos futuros professores, com a superação de uma matemática tradicional, memorizada e não articulada com a realidade social, para uma matemática reflexiva e comprometida com a práxis social.

2. EMENTA

Concepções de ciência e de conhecimento matemático. História da matemática e as tendências pedagógicas. Pressupostos teórico metodológicos do ensino e aprendizagem de Matemática e/ou tendências em Educação Matemática. Conceitos matemáticos, linguagem matemática e suas representações. Eixos que compõem a ciência matemática: números, álgebra, geometria, tratamento da informação, grandezas e medidas.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Metodologia: resolução de problemas, etnomatemática, modelagem matemática, jogos matemáticos, mídias tecnológicas e investigações matemáticas. O ensino da Matemática na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Documentos orientadores para o ensino da Matemática.

3. OBJETIVO

- Compreender os pressupostos teórico-metodológicos que embasam a práxis docente na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

4. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Evolução da Ciência Matemática e seus pressupostos teóricos e metodológicos
2. Metodologias da Educação Matemática
3. Eixos da Ciência Matemática
4. Matemática na Educação Infantil
5. Matemática nos Anos Iniciais da Educação Básica
6. Documentos orientadores para o Ensino de Matemática

4.1. CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Evolução da matemática ao longo do tempo, considerando as contribuições da Física
- 1.2. O ensino da Matemática e as tendências pedagógicas
- 2.1. Resolução de problemas
- 2.2. Etnomatemática
- 2.3. Modelagem Matemática
- 2.4. Jogos Matemáticos
- 2.5. Mídias tecnológicas
- 2.6. Investigações Matemáticas
- 3.1. Eixos que compõem a ciência matemática: números, álgebra, geometria, tratamento da informação, grandezas e medidas.
- 3.2. Conceitos básicos da matemática: classificação, seriação, inclusão de classe e conservação
- 4.1. A construção do número
- 4.2. Fatos básicos da adição e subtração
- 4.3. Matemática contextualizada ao mundo infantil, abordando os eixos da ciência através de jogos, brincadeiras e Literatura Infantil
- 5.1. Conteúdos básicos para o ensino de Matemática:
 - Cálculos e algoritmos
 - As quatro operações
 - Frações e decimais
 - Sistematização e matematização



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Noções de Porcentagem

6.1. Análise crítica do livro didático e documentos orientadores para o ensino de Matemática: DCNs, DCEs

5. METODOLOGIA

Visando um trabalho contextualizado, que propicie ao futuro docente os fundamentos necessários à sua atuação, a metodologia baseia-se na perspectiva elencada na própria proposta pedagógica do Curso de Formação de Docentes a qual contempla o trabalho como princípio educativo, a práxis como princípio curricular e o direito à criança ao atendimento escolar. A base deste trabalho está pautada no materialismo histórico e dialético, cujos representantes teóricos nos orientam para uma dinâmica de ação que considera os movimentos da sociedade e a educação permeada pelas relações sociais, políticas e culturais. Alguns encaminhamentos: aulas expositivas, uso de recursos audiovisuais, leituras, discussões e análise crítica de textos, pesquisas e seminários, produção de material didático para o ensino da matemática, realização de oficinas.

6. AVALIAÇÃO

A partir da concepção de avaliação presente no Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar, têm-se os critérios avaliativos da disciplina enquanto área de formação específica do professor da Educação Infantil. A avaliação possui caráter de continuidade, de diagnóstico e caracteriza-se por ser processual. Desta forma, precisa considerar o ensino e a aprendizagem como indissociáveis. A partir das constatações avaliativas, o processo necessita ser revisto, retomado a fim de atingir os objetivos da educação escolar. Algumas possibilidades de avaliação da disciplina: relatório das atividades praticadas, filmes e palestras, analisando o conhecimento adquirido. Análise de relatórios de pesquisas complementares. Desempenho da oralidade do aluno frente às atividades propostas

6.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Espera-se que o docente em formação:

1.1.1 Reflita sobre a evolução da matemática enquanto Ciência e a importância da metodologia adequada na construção da linguagem matemática e suas representações

1.1.2 Compreenda como a evolução da física causou mudanças de paradigmas, provocando novas metodologias

1.2.1 Identifique o objeto de estudo da disciplina de Matemática

1.2.2 Reconheça as diferentes metodologias de ensino de Matemática correspondente a cada tendência pedagógica

2.1.1 Aplique conhecimentos matemáticos para a resolução de problemas

2.2.1 Reconheça a etnomatemática como uma metodologia importante no contexto das manifestações matemáticas das diferentes culturas

2.3.1 Utilize a modelagem para sistematizar a aprendizagem da ciência matemática

2.4.1 Confeccione jogos e saiba utilizá-los na resolução de problemas matemáticos.

2.4.2 Utilize os jogos na construção dos conceitos matemáticos



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

2.5.1 Reconheça o uso das mídias como ferramenta pedagógica no processo ensino aprendizagem

2.6.1 Formule diferentes hipóteses para se chegar a um resultado, através da matemática investigativa

3.1.1 Reconheça cada eixo matemático e entenda o sentido do trabalho em espiral que expressa a integração entre o conteúdo

3.1.2 Compreenda a necessidade de trabalhar dialeticamente, integrando os eixos da ciência matemática

3.2.1 Compreenda os conceitos matemáticos

3.2.2 Organize e realize atividades práticas utilizando os conceitos matemáticos

4.1.1 Entenda que a construção do número não se dá em um processo mecânico e sim na articulação do conhecimento empírico com o científico

4.2.1 Entenda a importância dos fatos básicos para a aprendizagem das quantidades totais e que cada quantidade pode ser constituída por quantidades diversas

4.3.2 Entenda a relação da matemática com a infância

4.3.3 Compreenda a necessidade da aprendizagem significativa na Educação Infantil

5.1.1 Compreenda o conceito matemático e estabelece relações com situações do cotidiano

5.1.2 Registre os resultados observados no decorrer do processo ensino aprendizagem

5.1.3 Elabore exercícios de sistematização significativos para a faixa etária que está sendo abordada

5.3.4 Entenda a relação e a importância da matematização e da sistematização

5.3.5 Interprete e compreenda os mais diversos fenômenos de nosso cotidiano: fórmulas, cálculos, estatísticas, planejamento e decisões

6.1.1 Compreenda os critérios de análise da escolha do livro didático

6.1.2 Identifique os Programas e documentos oficiais para o ensino de Matemática

6.1.3 Conheça as DCNs para o ensino de nove anos

6.1.4 Analise as DCNs e as DCEs de Matemática para as Escolas públicas do Paraná

6.1.5 Conheça os programas vigentes para a disciplina de Matemática

7. REFERÊNCIAS

CARRAHER, Terezinha et alii. **Na vida dez, na escola zero**. São Paulo: Cortez, 1988.

D'AUGUSTINE, Charles H. **Métodos modernos para o ensino da matemática**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1970.

KAMII, Constance. **A criança e o número**. Campinas: Papirus, 1987.

MACHADO, Nilson José. **Matemática e realidade**. São Paulo: Cortez, 1989.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

PARANÁ. Currículo básico para escola pública do Paraná: matemática. Curitiba: SEED, 1990.

Obs. Outras referências: PPC do Curso de Formação de Docentes, Curitiba, 2014.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

1. APRESENTAÇÃO

A disciplina busca compreender e situar o desenvolvimento humano no aspecto de sua consciência, inteligência e criatividade. O ponto de partida para as análises é considerar que o ser humano deve ser entendido historicamente e situado. A formação da consciência será determinada pelas condições históricas sociais, pela forma como os homens, naquele momento histórico, estão produzindo a sua subsistência. O conhecimento é construído individualmente e coletivamente a partir de um processo em que o sujeito interage com a realidade, ou seja, com o ambiente físico, ambiente sócio-cultural e com as pessoas.

O objeto de estudo sistematizado da disciplina de metodologia da história é despertar a curiosidade de todos os fatores que podem vir a ser estudados como situações que influenciam na organização social e pessoal dos indivíduos. Neste sentido valoriza-se a construção permanente do conhecimento, pelo aluno, a partir de sua própria experiência no processo de interação com o meio. A relação entre o estudo da história com o presente deve ser uma premissa. Se o passado é um dado histórico, o seu conhecimento, a partir do presente, contribui para a compreensão, atuação e posicionamentos individuais e coletivos que busca fazer a história. Buscar esse entendimento e essa prática é próprio do conteúdo em questão.

2. EMENTA

Ações e relações humanas como objeto de estudo da história. Categorias de análise: espaço e tempo como contextualizadoras do objeto de estudo. História e Memória Social. A configuração das relações de poder nos espaços sociais e no tempo. As experiências culturais dos sujeitos ao longo do tempo e as permanências e mudanças nas diversas tradições e costumes sociais. A história e cultura afro-brasileira e história do Paraná. Análise de fontes e historicidade. As finalidades do ensino de História na sociedade brasileira contemporânea. O Ensino de História na Educação Infantil e nos Iniciais do Ensino Fundamental.

3. OBJETIVOS

- Analisar os pressupostos teóricos que possibilitam o domínio dos conteúdos necessários ao professor.
- Desenvolver estudos sobre o ensino de história para atuação nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

4. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

1. Contextualização histórico-social e científica do Ensino de História e as principais tendências pedagógicas
2. O espaço e o tempo nas relações de trabalho, cultura e poder

4.1. CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Fundamentos Teóricos Metodológicos e Conceituais da disciplina de história: Tendências pedagógicas
- 1.2. Objetivos e finalidades do Ensino de História na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental
- 1.3. O Ensino de História na Educação Infantil
- 1.4. Análise crítica do livro didático e documentos orientadores para o ensino de História: DCNs, DCEs, entre outros
- 1.5. Recursos didáticos teórico- metodológicos e o uso dos dispositivos móveis (mídias) para o ensino de História na Educação Infantil e Anos Iniciais
- 2.1. Relações de trabalho, relações de poder e relações de cultura – rupturas culturais dos quais sobrevivem no presente
- 2.3. História e cultura negra nas escolas.
- 2.4. Relação entre a construção de tempo e espaço e leitura do mundo pela criança
- 2.5. O trabalho com as fontes históricas: patrimônio material e imaterial
- 2.6. História: componentes curriculares obrigatórios dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

5. METODOLOGIA

A metodologia do trabalho compreende estudos direcionados pelo professor com ênfase em leituras individuais e coletivas, análise de materiais didáticos, filmes históricos, por meio do uso de vídeos, documentários, os quais são importantes fontes de conhecimentos da história da educação. Assim, é imprescindível selecionar recursos e metodologias que chame a atenção para os aspectos a serem compreendidos e apropriados. A perspectiva teórico-metodológica da disciplina tem ênfase na práxis como princípio curricular, no trabalho como princípio educativo, cuja base está nos grandes pensadores clássicos da humanidade.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação acontecerá durante o processo de aprendizagem, levando em conta o conhecimento adquirido no espaço do trabalho sistematizado e a apropriação do conteúdo pelo aluno. Considera-se para registros as avaliações realizadas em pesquisas, debate em grupo, a formulação de opiniões e produções individuais. A partir da concepção de avaliação presente no Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar, têm-se os critérios avaliativos da disciplina enquanto área de formação específica do professor. A avaliação possui caráter de continuidade, de diagnóstico e caracteriza-se por ser processual. Desta forma, precisa considerar o ensino e a aprendizagem como indissociáveis. A partir das constatações avaliativas, o processo necessita ser revisto, retomado a fim de atingir os objetivos da educação escolar. Algumas possibilidades de



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

avaliação da disciplina: relatório das atividades pratica filmes e palestras, analisando o conhecimento adquirido. Análise de relatórios de pesquisas complementares.

6.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Ao futuro docente da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, espera-se que:

- 1.1.1 Identifique o objeto de estudo da disciplina de história
- 1.1.2 Reconheça as diferentes metodologias do ensino de história nas diferentes tendências pedagógicas
- 1.2.1 Reconheça os objetivos e finalidades do Ensino de História para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental
- 1.3.1 Entenda que o ensino de História na Educação Infantil tem como eixo norteador as interações e a brincadeira
- 1.3.2 Compreenda que o ensino de história nesta etapa de ensino perpassa pela compreensão da ideia de passado e presente
- 1.3.3 Compreenda que os conceitos históricos são desenvolvidos por meio de brincadeiras, canções, contos, lendas e mitos, dentre outros
- 1.4.1 Compreenda os critérios de análise da escolha do livro didático
- 1.4.2 Perceba que o conteúdo histórico não é neutro, e que o livro didático possui a visão do historiador e tendências ideológicas da sociedade
- 1.4.3 Identifique os Programas e documentos oficiais para o ensino de História
- 1.4.4 Conheça as DCNs para o Ensino Fundamental de nove anos e as DCEs para as Escolas públicas do Paraná
- 1.4.5 Conheça os Programas vigentes para a disciplina de História
- 1.5.1 Identifique os recursos metodológicos para o ensino de História na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental
- 1.5.2 Conheça as novas tecnologias de mídias voltadas para o ensino de História
- 2.1.1 Valorize e respeite a sua e as outras culturas e etnias
- 2.1.2 Conheça as relações de trabalho, poder e cultura no contexto sócio-histórico nacional.
- 2.2.1 Compreenda as mudanças e as permanências da sociedade nos diferentes tempos e espaços
- 2.2.2 Identifique as permanências e as rupturas nas diferentes relações sociais que o homem estabelece
- 2.3.1 Conheça a Lei 10.639/03 que versa sobre o ensino da história e cultura afro - brasileira e africana e ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira
- 2.4.1 Caracterize o tempo histórico, cronológico, da natureza
- 2.4.2 Reconheça sequência, ordenação, sucessão, duração, simultaneidade, semelhanças e diferenças, mudanças e permanências
- 2.5.1 Valorize as fontes históricas como essenciais para compreensão da história dos diferentes grupos sociais a partir da sua etnia e cultura
- 2.5.2 Entenda os processos de construção histórica



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

2.5.3 Compreenda o presente a partir das indagações do passado

2.6.1 Compreenda a estrutura e organização didática do Ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

2.6.2 Identifique documentos históricos e as etapas do Planejamento Escolar.

7. REFERÊNCIAS

BURKE, P. **A escola dos annales 1929-1989**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

CAMARGO, D. M. P. de.; ZAMBONI, E. **A criança, novos tempos, novos espaços**: a história e a geografia na escola. Em Aberto, Brasília, v.7, n. 37, p. 25-30, jan./mar. 1988.

CARDOSO, C. F. S. **Uma introdução à história**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CITRON, S. **Ensinar a história hoje**: a memória perdida e encontrada. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

HOSBAWN, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOSBAWN, E. A outra história - algumas reflexões. In: KRANTZ, F. **A outra história**: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 18-33.

HUNT, Lynn. **Apresentação**: história, cultura e texto. In: HUNT, L. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 1992.

NADAI, E. A escola pública contemporânea: os currículos oficiais de história e o ensino temático. **Revista brasileira de história**. São Paulo, v.6, n.11, p.99-116, set.1985/fev.1986.

PENTEADO, H. D. **Metodologia de ensino de história e geografia**. São Paulo: Cortez, 1991.

PINSKY, J. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005.

REIS, J. C. **História e teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RUSEN, J. **História viva**. Brasília: UNB, 2007.

SCHMIDT, M. A. **O uso escolar do documento histórico**. Caderno de História: Ensino e Metodologia, Curitiba, n. 2. 1997.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA

1. APRESENTAÇÃO

A disciplina de metodologia da geografia estuda as diversas possibilidades de explicação e de compreensão dos fenômenos naturais a partir de observações sistemáticas e de experiências. A geografia clássica que se baseava inicialmente na ordenação e classificação dos dados e na análise de causa e efeito progride no domínio da generalização, com teorias que possibilitam a previsão. Há um caráter científico implícito na geografia possibilitando a capacidade de se prever e a demonstração da validade de qualquer teoria geográfica.

A partir da década de 1970, as teorias matemáticas aplicadas à geografia foram ponderadas e adaptadas ao contexto espacial geográfico. O ensino de geografia necessita de dados estatísticos produzidos por fontes confiáveis. Trabalhar com dados requer que os alunos possam fazer leitura de uma situação social, econômica e ambiental, por meio de uma tarefa ou um gráfico. Também a observação é parte constante no estudo da geografia, pois permite que o conteúdo abstrato se torne realidade no cotidiano do aluno.

2. EMENTA

Contextualização conceitual histórico-social e científica do ensino da Geografia e principais tendências pedagógicas. Compreensão do espaço produzido pela sociedade. Objetivos e finalidades do Ensino de Geografia na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os conteúdos básicos, recursos didáticos e metodológicos do Ensino de Geografia nos referidos níveis de ensino. Elaboração de recursos didáticos e análise crítica dos livros didáticos.

3. OBJETIVOS

- Analisar os pressupostos teóricos que possibilitam o domínio dos conteúdos necessários ao professor.
- Desenvolver estudos sobre o ensino de geografia para atuação nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

4. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Contextualização conceitual histórico-social e científica do ensino de Geografia e as tendências teóricas

4.1. CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Trajetória histórica do Ensino de Geografia.
- 1.2. Geografia como ciência e suas dimensões
- 1.3. Tendências Pedagógicas no Ensino da Geografia (Tradicional, Nova, Tecnicista e Histórico-Crítica)
- 1.4. Objetivos e finalidades do Ensino de Geografia na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

1.5. Especificidades da disciplina em cada nível de ensino e a flexibilização Curricular Inclusiva

1.6. Recursos didáticos para uso dos dispositivos móveis (mídias) no ensino de Geografia na Educação Infantil e Anos Iniciais

1.7. Reflexão crítica de materiais didáticos

2.1. Conteúdos básicos para o Ensino da Geografia na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental:

- Formação, localização e os recursos naturais
- As diversas regionalizações do espaço geográfico
- Conceito de Espaço Geográfico
- Formação e transformação das paisagens
- Conceito de Espaço Geográfico nas diversas dimensões
- Estudo do meio: suas características e transformações humanas e naturais
- O estudo da organização do espaço geográfico pela sociedade.

5. METODOLOGIA

É imprescindível selecionar recursos e metodologias que chame a atenção para os aspectos a serem compreendidos e apropriados. A metodologia do trabalho compreende estudos direcionados pelo professor com ênfase em leituras individuais e coletivas, análise de materiais didáticos como: mapas, paisagens, vídeos, gráficos e outros. O uso de vídeos, documentários e filmes são importantes fontes de conhecimentos geográficos. Assim, é imprescindível selecionar recursos e metodologias que chame a atenção para os aspectos a serem compreendidos e apropriados. A perspectiva teórico-metodológica da disciplina tem ênfase na práxis como princípio curricular, no trabalho como princípio educativo, cuja base está nos pensadores clássicos: Marx, Engels e Gramsci, bem como, no contemporâneo Saviani.

6. AVALIAÇÃO

Considera-se para registros as avaliações realizadas em pesquisas, debate em grupo, a formulação de opiniões e produções individuais. A partir da concepção de avaliação presente no Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar, têm-se os critérios avaliativos da disciplina enquanto área de formação específica do professor. A avaliação possui caráter de continuidade, de diagnóstico e caracteriza-se por ser processual. Desta forma, precisa considerar o ensino e a aprendizagem como indissociáveis. A partir das constatações avaliativas, o processo necessita ser revisto, retomado a fim de atingir os objetivos da educação escolar. Algumas possibilidades de avaliação da disciplina: relatório das atividades pratica filmes e palestras, analisando o conhecimento adquirido. Análise de relatórios de pesquisas complementares. Desempenho da oralidade do aluno frente às atividades propostas

6.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Espera-se que o aluno, docente em formação:

1.1.1 Identifique aspectos significativos da Geografia na trajetória histórica

1.2.1 Compreenda a Geografia enquanto Ciência, nas suas respectivas dimensões



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

1.3.1 Reconheça as características das tendências e suas influências no ensino de Geografia

1.4.1 Reconheça os objetivos e finalidades do Ensino de Geografia na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

1.5.1 Compreenda como necessária a flexibilização curricular inclusiva

1.6.1 Identifique os recursos metodológicos para o ensino da Geografia na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

1.7.1 Analise criticamente os materiais didáticos disponíveis para o ensino de Geografia

2.1.1 Estabeleça a relação entre os conteúdos básicos para o ensino da Geografia e a prática social global

2.1.2 Demonstre domínio dos conteúdos básicos da Geografia para utilização nas diferentes práticas pedagógicas.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.; PASSINI, E. **O espaço geográfico, ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1991.

ALMEIDA, R. D de. **Do desenho ao mapa**. São Paulo: Contexto, 2003.

ANDRADE, Manuel C.de. **Uma geografia para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, MEC/SEF, 1998.

CARLOS, Ana Fani A. (org). **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTROGIOVANNI, Antonio C. (org). **Geografia em sala de aula, práticas e reflexões**. Porto Alegre: Ed. UFRS, 1999.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS

1. APRESENTAÇÃO

A importância do ensino de Ciências Naturais em todos os níveis de escolaridade tem sido muito discutida e diversos trabalhos defendidos em programas de pós-graduação brasileiros corroboram essa relevância no tocante às séries iniciais (ZANON, 2006, DUCATTI-SILVA, 2005, SILVA, 2006). “A importância do ensino de ciências é reconhecida por pesquisadores da área em todo o mundo, havendo uma concordância relativa à inclusão de temas relacionados à Ciência e à Tecnologia nas séries iniciais” (LORENZETTI, 2005, p. 1). Embora haja convergência de opiniões quanto à necessidade do ensino de Ciências, já presente nos currículos e planejamentos escolares, ainda hoje a formação científica oferecida nas primeiras séries não é suficiente se considerarmos como um de seus principais objetivos a compreensão, pela criança, do mundo que a cerca (LORENZETTI, 2005). Para que um país esteja em condições de atender às necessidades fundamentais de sua população, o ensino de ciências e tecnologia é um imperativo estratégico [...]. “Hoje, mais do que nunca, é necessário fomentar e difundir a



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

alfabetização científica em todas as culturas e em todos os sectores da sociedade” (Declaração de Budapeste, 1999).

Nesse contexto, o ensino de Ciências deve propiciar a todos (as) os (as) cidadãos (as) os conhecimentos e oportunidades de desenvolvimento de capacidades necessárias para se orientarem numa sociedade complexa de modo que compreenda o que se passa à sua volta, posicionando-se e intervindo em sua realidade. Assim:

O ensino de ciências, entre outros aspectos, deve contribuir para o domínio das técnicas de leitura e escrita; permitir o aprendizado dos conceitos básicos das ciências naturais e da aplicação dos princípios aprendidos a situações práticas; possibilitar a compreensão das relações entre a ciência e a sociedade e dos mecanismos de produção e apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos; garantir a transmissão e a sistematização dos saberes e da cultura regional e local (FRACALANZA, AMARAL e GOUVEIA, 1986, p. 26 -27)

As razões acima elencadas se contrapõem ao ensino centrado no livro didático, memorístico, acrítico e a-histórico praticado na maioria das escolas. Visando à mudança desta realidade, torna-se necessário desenvolver um ensino de Ciências que tenha como foco, logo nas séries iniciais do processo de escolarização, “a ação da criança, a sua participação ativa durante o processo de aquisição do conhecimento, a partir de desafiadoras atividades de aprendizagem” (FRIZZO e MARIN, 1989, p. 14). Desta maneira, poderemos possibilitar condições para que o sujeito da aprendizagem exerça sua cidadania. “Para o exercício pleno da cidadania, um mínimo de formação básica em ciências deve ser desenvolvido, de modo a fornecer instrumentos que possibilitem uma melhor compreensão da sociedade em que vivemos” (DELIZOICOV e ANGOTTI, 1990, p.56). Assim, todos os indivíduos devem receber uma formação mínima em ciências naturais para a sua formação cultural, uma vez que o conhecimento científico é parte constituinte da cultura construída pela humanidade.

Além disso, é “no âmbito das séries iniciais que a criança constrói seus conceitos e apreende de modo mais significativo o ambiente que a rodeia, através da apropriação e compreensão dos significados apresentados mediante o ensino das Ciências Naturais” (LORENZETTI, 2005, p. 2). As Ciências da Natureza, portanto, precisam ser entendidas como um elemento da cultura e também como uma construção humana, considerando que os conhecimentos científicos e tecnológicos desenvolvem-se em grande escala na atual sociedade. A prática pedagógica, portanto, deve possibilitar, para além da mera exposição de ideias, a discussão das causas dos fenômenos, o entendimento dos processos em estudo, a análise acerca de onde e como aquele conhecimento apresentado em sala de aula está presente nas vidas dos sujeitos e, sempre que possível, as implicações destes conhecimentos na sociedade.

É fato que a formação dos professores constitui um fator de grande relevância do quadro de problemas percebidos no ensino de Ciências. Sabe-se que o professor termina o curso de Magistério e a licenciatura em Pedagogia, geralmente sem a formação adequada para ensinar Ciências Naturais (DUCATTI-SILVA, 2005). I Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia – 2009 ISBN: 978-85-7014-048-7 Nesse sentido, o ensino de Ciências para as primeiras séries do Ensino Fundamental possui algumas peculiaridades quando comparada ao das séries subsequentes. Sua principal característica é o fato de ser praticada por um professor polivalente, em geral responsável também pelo ensino de outras disciplinas. “Independente se este é um fator que facilita ou não o ensino de Ciências nesta etapa da escolaridade, o que pesquisas têm apontado é que ele apresenta um rol de problemas” (LONGHINI, 2008, p. 241).



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

O ensino de Ciências da Natureza conforme Bonando (1994) tem sido muito superficial e o professor, muitas vezes transcreve na lousa listas de exercícios para as crianças estudarem para as provas escritas, cabendo a elas decorar conceitos. Para esse mesmo autor, os docentes justificam que o reduzido número de atividades em Ciências neste nível de ensino (e que muitas vezes sequer existem) deve-se ao nível de escolaridade dos estudantes, que por estarem ainda em fase de alfabetização, nem sempre necessitam aprender sobre este componente curricular. No entanto, os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) advogam a importância de se ensinar conteúdos deste componente curricular desde as primeiras séries da escolarização básica. Em uma breve retrospectiva histórica acerca do ensino de Ciências para as séries iniciais. Hamburger (2007) relata que no antigo Grupo Escolar as professoras (a grande maioria mulheres), eram formadas nas Escolas Normais.

A formação em Ciências era bastante deficitária e, dessa forma, pouco ensinava essa disciplina. Em 1961 foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 4024/61) e algum tempo depois foram estabelecidos, pelo Conselho Federal de Educação, os “currículos mínimos” para as licenciaturas. Dez anos depois, com a promulgação da lei 5692/71, foi editada nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e o tradicional Curso Normal, para formação docente para o então chamado Primário, foi substituída pela habilitação profissionalizante no Ensino Médio comum, resultando em desvalorização. Com a LDB aprovada em 1996 (9394/96), passa a haver a exigência de formação em nível superior para atuação docente em toda a Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. “Entretanto, em vez do Curso Normal superior previsto na lei, foi adaptado o antigo curso de Pedagogia, que se destinava a formar técnicos universitários em administração escolar, mais do que professores.

O resultado é que não há, atualmente, estrutura legal nem curso adequados para uma boa formação dos professores das séries iniciais, talvez os mais importantes na educação das crianças! “Para o ensino de Ciências, a situação não parece ter melhorado, com a exigência de nível superior, os futuros professores continuam aprendendo pouca ciência e têm dificuldade de tratar temas científicos em aula” (HAMBURGER, 2007, p. 96). Em 2007, com a publicação de um novo relatório sobre o ensino de Ciências nas séries iniciais (Duschl et al, 2007, apud Hamburger, 2007) da National Academy of Sciences/National Research Council dos Estados Unidos, fica evidente a relevância do resultado de pesquisas educacionais realizadas com crianças a partir de 5-6 anos: ao ingressarem na escola, já têm capacidade intelectual para aprender Ciências Naturais e, inclusive, fazer experimentação. O desafio do educador é despertar a curiosidade e a capacidade de reflexão, a formação deve propiciar essa condição:

No entanto, não seria descabido afirmar que a formação de professores no Brasil dificilmente figura entre as prioridades do sistema universitário, especialmente quando nos referimos ao sistema público. Os professores polivalentes que atuam nas quatro primeiras séries do ensino fundamental têm poucas oportunidades de se aprofundar no conhecimento científico e na metodologia de ensino específica da área, tanto quando sua formação ocorre em cursos de magistério como em cursos de Pedagogia (BIZZO, 2002, p. 65).

Além da discussão fundamentada nas ementas/programas detalhados das disciplinas de Metodologia de Ensino de Ciências e afins, pesquisadas nas cinco instituições formadoras consideradas para realização deste trabalho, fez-se necessário contemplar o decreto nº. 3.276/99, que dispõe sobre a formação docente para atuação na Educação Básica. Seu artigo 2º explicita que os cursos deverão possibilitar uma



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

“formação básica comum, com concepção curricular integrada, de modo a assegurar as especificidades do trabalho do professor na formação para atuação multidisciplinar e em campos específicos do conhecimento” (Brasil, 1999), coerente com os documentos oficiais que regulamentam o ensino de uma área multidisciplinar como as Ciências Naturais, em particular aquela tratada nas primeiras séries do processo de escolarização. “Assim, o profissional deverá estar preparado para atuar na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, administração e no trabalho de assessoria às escolas, como também terá uma formação que lhe permitirá exercer o magistério de modo criativo e comprometido com a educação das crianças”.

2. EMENTA

O Ensino de Ciências e a construção de uma cultura científica que possibilite ao cidadão comparar as diferentes explicações sobre o mundo. A energia para a vida e a inserção do homem no contexto do universo. Aprendizagem integrada de Ciências como possibilidade para a compreensão das relações ciências, sociedade, tecnologia e cidadania. A construção dos conceitos científicos. O pensamento racional e o pensamento intuitivo na aprendizagem de ciências. O papel dos professores, das famílias e das comunidades, na aprendizagem formal e informal de Ciências. Noções de espaço, tempo e casualidade no que diz respeito à matéria, energia e suas transformações. A saúde do homem. O acompanhamento do processo de aprendizagem e os conteúdos específicos por série.

3. OBJETIVO

- Compreender o ensino de Ciências como construção histórica e processo dinâmico em que se dá a evolução e a elaboração de necessidades humanas, visando estabelecer relações entre teoria e prática no ato de ensinar.

4. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. O ensino de Ciências como possibilidade para a compreensão das relações entre as demais ciências, a sociedade, a tecnologia e a cidadania

4.1. CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Trajetória histórica do ensino de Ciências e as tendências pedagógicas
- 1.2. Análise e compreensão dos documentos norteadores para o ensino de Ciências, com enfoque na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental
- 1.3. Recursos didáticos teórico-metodológicos para o ensino de Ciências, com ênfase na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental
- 1.4. Articulação das ciências com as áreas do conhecimento
- 1.5 Ciências naturais: Cidadania, Tecnologia e Educação Ambiental
- 1.6. Ciências: o fazer científico
- 1.7. A construção de conceitos científicos
- 1.8. O pensamento racional e o pensamento intuitivo na aprendizagem de Ciências



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

1.9. Eixos norteadores do ensino de Ciências: noções de astronomia; transformação e interação de matéria e energia; saúde e melhoria da qualidade de vida

5. METODOLOGIA

Visando um trabalho contextualizado, que proporcione ao futuro docente o embasamento teórico metodológico, necessário para sua atuação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a metodologia a ser desenvolvida na disciplina baseia-se na perspectiva elencada na própria proposta pedagógica do Curso de Formação de Docentes, pautada no materialismo histórico e dialético cujas teorias nos orientam para uma metodologia voltada para aulas expositivas, uso de recursos audiovisuais, leitura e análise crítica de textos, discussões em grupos, pesquisas no laboratório de informática, confecção de materiais didáticos, apresentações de seminários, realização de experiências e elaboração de registros.

6. AVALIAÇÃO

A partir da concepção de avaliação presente no Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar, a avaliação possui caráter de continuidade, de diagnóstico e caracteriza-se por ser processual. Desta forma deve considerar o ensino e a aprendizagem como indispensáveis antes, durante e depois de cada conteúdo trabalhado. Assim sendo, a necessidade de rever, retomar, a fim de atingir os objetivos propostos.

6.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Espera-se que o aluno, futuro docente:

1. Compreende as abordagens que permeiam o ensino de Ciências, considerando sua trajetória histórica nos currículos escolares, assim como as tendências pedagógicas
- 1.2. Analisa criticamente os documentos norteadores do ensino de Ciências
- 1.3. Utiliza os recursos didáticos e metodológicos para o trabalho pedagógico
- 1.3. Compreende a importância do ensino de Ciências na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando com as demais áreas do currículo
- 1.4. Compreende as relações entre as ciências naturais, os saberes científicos, tecnológicos, Educação Ambiental e o exercício da cidadania
- 1.5. Compreende e identifica a articulação das Ciências naturais como os eixos da Cidadania, Tecnologia e Educação Ambiental
- 1.6. Reconhece as ciências como o fazer científico, que não é neutro, e questiona os seus avanços e a sua aplicação
- 1.7. Compreende a importância do método científico e as suas etapas para a construção do conhecimento científico
- 1.8. Reconhece como importante o pensamento racional e intuitivo para a aprendizagem de Ciências
- 1.9. Demonstra domínio dos eixos orientadores para o ensino de Ciências.

7. REFERÊNCIAS

PARANÁ. Currículo Básico para o Ensino de Ciências no Estado do Paraná. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Ciências nas séries iniciais. **O conhecimento escolar e o cotidiano.** Lopes, A. R. Rio de Janeiro: UEBJ. 1999.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

CANIATO, Rodolfo. **O que é astronomia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

KRASILCHIK, Myriam. **O professor e o currículo das ciências**. São Paulo: EPU, 1987.

BIZZO, N.M.V. (2002). **Ciências: fácil ou difícil?** São Paulo: Ática, 2002.

FRIZZO, M. N.; Marin, E. B. (1989). **O ensino de ciências nas séries iniciais**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

GADOTTI, M. (1998). **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 2004.

ZANON, D.A.V. **Ensinar e aprender Ciências no ensino fundamental com atividades investigativas**: enfoque no projeto ABC na Educação Científica Mão na Massa. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2005.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1. APRESENTAÇÃO

A história da Educação Física no Brasil, assim como a da Educação, em cada época esteve ou está ligada à representação de diversos papéis determinados pelos interesses da classe dominante. Assim sendo, a Educação Física Escolar assumiu funções de acordo com diversas tendências: militarista, higienista, biologicista, pedagogicista e etc, e que ainda hoje permeiam sua prática (GONÇALVES, 1997). As tendências acima citadas foram questionadas e criticadas, principalmente, por apresentarem uma visão dualista do homem, ou seja, a separação corpo e mente/espírito, com objetivos voltados apenas ao aspecto corporal do indivíduo. As concepções atuais da Educação Física (Desenvolvimentista, Construtivista, Sistêmica, Crítico-Superadora), apesar de se apresentarem, muitas vezes, até antagônicas entre si, possuem em comum um pensamento filosófico total de homem, ou seja, o indivíduo é visto como uma unidade, numa preocupação com o ser humano. O Surgimento da Educação Física no Brasil. No Brasil, a Educação Física esteve sempre ligada às instituições militares e à classe médica.

Desde o século XIX, era de extrema importância o indivíduo se mostrar “forte e saudável”, buscando construir seu próprio modo de vida por meio de uma educação do físico, da saúde corporal, sob influência dos militares e também dos médicos, formando para a sociedade um modelo de conduta física, moral e intelectual da “nova família brasileira”. Essa tendência era conhecida como tendência higienista (CASTELLANI FILHO, 1994). Nesta época, cabia à Educação Física o papel de garantir ao indivíduo um corpo saudável, robusto e harmonioso organicamente, passando a ser representante de uma classe e de uma raça. A Educação Física favorecia, assim, a educação do corpo, colaborando para a manutenção de um físico saudável, organicamente equilibrado e, portanto, menos suscetível a doenças (BRASIL, 1997, p.1).

Com isso os higienistas, por meio da disciplinarização do físico, do intelecto, da moral e da sexualidade, queriam multiplicar os indivíduos brancos politicamente adeptos da ideologia nacionalista, com a intenção de: “criar uma população racial e socialmente identificada com a raça branca dominante”, que viesse estabelecer um equilíbrio de forças entre a população negra e branca. Em virtude de todos esses fatos, a Educação Física



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

passou a ser uma atividade física produtiva, a “trabalho” da ideologia dominante, deixando de ser uma atividade de não trabalho, com sentido lúdico e de preenchimento do tempo livre.

Com o apoio dos higienistas, os educadores passaram a defender a introdução da Ginástica nas escolas, mas sofrendo preconceito de pais de alunos em relação a essa nova modalidade, uma vez que havia uma forte associação entre o trabalho físico e o trabalho escravo e, neste caso, qualquer ocupação que implicasse esforço físico era vista com maus olhos. Mesmo assim, com a crescente preocupação em formar indivíduos fortes e saudáveis, que pudessem defender a pátria, torna-se obrigatória a inserção da Educação Física na grade curricular dos institutos educacionais. No ano de 1882, Rui Barbosa deu seu parecer sobre a importância de se ter um corpo saudável para sustentar a atividade intelectual, incluindo nas escolas a disciplina Educação Física, propondo uma sessão especial de Ginástica nas aulas, tornando-a uma matéria de estudo. Com isso recebeu o título de “Paladino na Educação Física no Brasil”. Enfim, a Educação Física nessa busca da eugenia da raça, tem papel principal na sociedade, disseminando um raciocínio simples: homens e mulheres sadios e fortes geram filhos saudáveis, e se gerassem filhos saudáveis estes estariam mais aptos a defenderem e construir a Pátria. As aulas eram adaptadas às diferenças que se apresentavam entre os sexos, fazendo com que a mulher na sociedade brasileira fosse preparada para a maternidade, ressaltando somente a ideia de ser mãe. Já na década de 30, as aulas passam a fazer parte dos programas de ensino, tornando-se obrigatórias, conforme descrevem abaixo dois artigos da Constituição de 1937: Artigo 131 – A Educação Física, o ensino cívico e os trabalhos manuais, serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça àquela exigência. Artigo 132 – O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim, organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhes a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação (BRASIL, 1999, p. 116).

Os anos 30 tiveram ainda mudanças significativas, relativas aos processos de industrialização e urbanização. Com isso, a política educacional também se transformou, pois o regime de autoridade possuía diretrizes já estabelecidas e ideologias próprias, sendo elas morais, políticas e econômicas, formando a base ideológica da nação, estando sob o controle, a guarda e a defesa do Estado. No Plano Nacional de Educação é dada ênfase ao ensino cívico e à educação física, com presença obrigatória nos cursos primários e secundários, sendo facultativa no superior. Com isso, os indivíduos eram condicionados ao cumprimento de seus deveres com o desenvolvimento econômico brasileiro, o Estado tinha o propósito de ocupar o seu tempo de não-trabalho, para relacioná-lo indiretamente à capacidade de produção. A Educação Física também ganha novas atribuições: “fortalecer o trabalhador, melhorando sua capacidade de produzir, e desenvolver o espírito de cooperação em benefício da coletividade” (BRASIL, 1997, p.3).

No final do Estado Novo, o processo de esportivização da Educação Física Escolar significou uma contraposição aos antigos métodos de ginástica tradicionais. Sendo assim, o esporte passou a ganhar forças e incorporou-se às instituições escolares. A partir de 1964, a Educação Física teve seu caráter instrumental reforçado: era uma atividade prática, voltada para o desempenho técnico e físico do indivíduo. Na década de 1980 o enfoque da Educação Física Escolar passou a ser o desenvolvimento psicomotor do aluno, tirando da escola a função de desenvolver o desporto de alto rendimento. Atualmente existem algumas abordagens para a Educação Física Escolar, que buscam a



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

articulação das diferentes dimensões do ser humano. Para Gonçalves (1997) a Educação Física tem um papel importante para a vida humana, se destacando como ato educativo que: relaciona-se diretamente à corporalidade e ao movimento do ser humano. Implica, portanto, uma atuação intencional sobre o homem como ser corpóreo e motriz, abrangendo formas de atividades físicas, como a ginástica, o jogo, a dança e o esporte (p. 134). Segundo Hurtado (1983), a Educação Física destina-se a promover o desenvolvimento físico, social, emocional e mental da criança através da atividade corporal. Assim, torna-se explícita a preocupação com o desenvolvimento integral da criança, como ser convivente e agente da sociedade, possuidora de vontade e limitações. A Educação Física inserida do contexto escolar é, sobretudo, Educação. Os valores/fins da Educação em geral, assim como seus objetivos, estendem-se totalmente à Educação Física que, "como ato educativo, está voltada para a formação do homem tanto em sua dimensão pessoal como social" (GONÇALVES, 1997), ou seja, o desenvolvimento da totalidade do ser. A Educação Física precisa buscar sua identidade como área de estudo fundamental para a compreensão e entendimento do ser humano, enquanto produtor de cultura. Para tanto, os professores devem ter um planejamento de atividades de acordo com a escola e a equipe pedagógica, utilizando seus conhecimentos e desenvolvendo projetos, aulas que venham ao encontro dos interesses e necessidades dos alunos.

Uma Educação Física atenta aos problemas do presente não poderá deixar de eleger, como uma das suas orientações centrais, a da educação para a saúde. Se pretender prestar serviços à educação social dos alunos e contribuir para uma vida produtiva, criativa e bem sucedida, a Educação Física encontra, na orientação pela educação da saúde, um meio de concretização das suas pretensões (BRASIL, 1999, p.156). Vale ressaltar que o professor de Educação Física deve buscar uma interação com o trabalho desenvolvido na proposta pedagógica da escola, ressaltando a importância do seu componente curricular, no mesmo patamar de seriedade e compromisso com a formação do educando, desenvolvendo o seu papel de mediador, adotando a posição de interlocutor de informações e mensagens, mostrando aos seus alunos que naquele espaço escolar eles aprendem a entender e aceitar as diferenças corporais e de comportamento entre os indivíduos.

2. EMENTA

O ensino da Educação Física como prática de transformação pessoal e social. A sua construção histórica e inclusiva como componente curricular. As tendências pedagógicas no ensino da Educação Física. O conhecimento da cultura corporal como construção nas relações sociais e humanas (motor, cognitivo, afetivo e social).

3. OBJETIVOS

1. Embasar-se teórica e metodologicamente sobre a dinâmica da Educação Física, na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, visando levar as crianças a participarem de atividades corporais;
2. Estabelecer relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si mesmo e dos outros, sem discriminação;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

3. Conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações culturais e esportivas percebendo-as como recurso de integração entre pessoas e grupos sociais.

4. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Ensino da Educação Física como componente curricular
2. Cultura corporal como construção nas relações sociais e humanas motor, (cognitivo, afetivo e social)

4.1. CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Contextualização histórica da Educação Física como disciplina
- 1.2. Concepções teórico metodológicas e as tendências no ensino da Educação Física, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental
- 1.3. A prática pedagógica do ensino de Educação Física e a sua articulação com a teoria
- 1.4. Conteúdos básicos para o ensino da Educação Física: jogos e brincadeiras
- 1.5. As contribuições da disciplina de Educação Física para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, para o desenvolvimento do potencial humano e a sua integração social
- 1.6. Flexibilização Curricular no ensino de Educação Física
- 2.1. Desenvolvimento psicomotor e os elementos básicos da motricidade
- 2.2. Resgate do lúdico: jogos e brincadeira
- 2.3. A Educação Física como direito da criança à vida saudável.

5. METODOLOGIA

Com o objetivo de proporcionar ao futuro docente embasamento teórico e prático para atuar no ensino da Educação Física nos anos iniciais faz-se necessário o Estudo de textos, leituras, discussões, explicações da professora. Apresentações de atividades práticas em oficinas. Confeção de materiais a serem utilizados na realização de atividades. Pesquisas em livros, revistas e outros. Apresentações orais em seminários em sala de aula. O referencial teórico-metodológico, o qual dará o embasamento do conhecimento científico ao futuro docente compreenderá ao determinado na Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de Docentes da SEED/PR.

6. AVALIAÇÃO

Percebendo a avaliação como um processo contínuo, cumulativo e diagnóstico, faz-se necessário uma prática avaliativa voltada para um constante ir e vir, rever, retomar, considerando-a como indissociável do processo de ensino e aprendizagem, estabelecendo relação constante com a práxis.

6.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Ao final do curso, espera-se que o docente em conclusão:

- 1.1.1 Compreenda a Educação Física enquanto Ciência, e a sua trajetória histórica



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- 1.2.1 Compreenda a abordagem teórico-metodológica do ensino da Educação Física, relacionando-as com as tendências pedagógicas
- 1.3.1 Reconheça como importante a prática da Educação Física como fator de integração do ser humano, por meio de um fazer coletivo
- 1.4.1 Demonstre domínio dos conteúdos básicos da Educação Física para a utilização nas diferentes práticas pedagógicas
- 1.5.1 Compreenda as contribuições da disciplina “Educação Física” para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental quanto ao desenvolvimento humano e a sua integração social
- 1.6.1 Compreenda como necessária a flexibilização inclusiva para a prática de Educação Física
- 2.1.1 Reconheça a importância da psicomotricidade para o desenvolvimento da criança
- 2.2.1 Compreenda o papel dos jogos para o desenvolvimento integral da criança
- 2.3.1 Reconheça a cultura corporal enquanto elemento articulador da análise crítica das práticas corporais nas relações sociais

7. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **Educação física**. São Paulo, Melhoramentos, 1960.

BRACHT, Valter. **A criança que pratica esportes respeita as regras do jogo**. Revista Brasileira da Ciência do Esporte. 1986.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

BETTI, M. **Ensino de primeiro e segundo graus: educação física para quê?** Revista Brasileira de Ciências do Esporte. v.13, n. 2, 1992.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1994.

_____, L. **Política educacional e educação física: polêmicas de nosso tempo**. Campinas: Autores Associados, 1998.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino em educação física**. São Paulo, Cortez, 1992.

DAÓLIO, J. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papirus, 1995.

DARIDO, S, & RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DA ARTE

1. APRESENTAÇÃO

O ensino da Arte foi tornado obrigatório no Brasil em 1971, pela Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – Lei 5692/71. Não havia, neste período, cursos de formação de professores de Arte nas universidades brasileiras. Por isso, em 1973,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

visando atender rapidamente a demanda criada pela lei, o governo criou o curso de graduação em Educação Artística, cuja modalidade em Licenciatura Curta, com duração de apenas dois anos, permitiu aos graduados lecionar no 1º Grau. A promulgação da Constituição em 1988 tornou necessária a elaboração de nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

A nova LDB - Lei 9.394/96, também chamada Lei Darcy Ribeiro, manteve a obrigatoriedade da Arte na educação básica: “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (artigo 26, § 2º). Visando identificar o papel atribuído ao ensino da Arte na educação formal, cuja importância justificasse a sua inclusão como disciplina obrigatória nos diversos níveis da educação básica foi realizada um levantamento das teses, dissertações e anais, publicados nos últimos dez anos, período em que a nova LDB já tramitava no Congresso, e as discussões sobre a obrigatoriedade do ensino da Arte já estavam em curso. Foram considerados mais relevantes ao nosso propósito trabalhos de autores que se baseavam em dados empíricos e que tinham como preocupação o ensino da Arte no contexto escolar, entre eles: Coragem (1989), Buoro (1994), Rebouças (1995), Anais da UNICSUL (1995), De Camillis (1997) e Franco (1998). Vários dos trabalhos consultados mencionam a desvalorização da disciplina e do professor de Arte. Diante disto pareceu-nos relevante identificar o que se aponta como indicadores dessa desvalorização, assim como, levantar os pontos apontados como causas da mesma, já que a obrigatoriedade legal nos induziria a crer no inverso, ou seja, que a Arte seria valorizada atribuindo-se, ao seu ensino na escola, importante papel.

Em relação aos órgãos oficiais do ensino, Franco (1998) identifica o descaso para com o ensino da Arte, quando, ao tratar da formação contínua, verifica que os professores de Arte foram excluídos do Projeto de Educação Continuada – PEC, sob a justificativa, que ratifica a desvalorização da disciplina, de não ter sido a área sistematicamente avaliada pelo Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP, fato que impossibilitou o levantamento de suas necessidades. Franco verificou também que, nos dois últimos anos em relação à época da realização da pesquisa, nenhum curso havia sido oferecido para a área, pela Secretaria de Educação.

Dentro da escola, segundo os Anais da UNICSUL (1995), a desvalorização da Arte é expressa como “certo preconceito contra Educação Artística e o professor da área”, o que acarreta marginalização desse professor e condena a Arte a papel de mero apêndice pedagógico. Se o ensino da Arte é desvalorizado pelos órgãos oficiais da educação e pelos professores do ensino básico, por que continuou sendo obrigatório? Outra questão bastante mencionada nos trabalhos diz respeito à deficiência na formação do professor de Arte. Almeida (1992), ao pesquisar as instituições de ensino superior em Educação Artística, aponta como um dos fatores responsáveis por esta deficiência, falando especificamente na formação inicial, a falta de clareza por parte dessas instituições sobre a concepção de Educação Artística. Ora, se as instituições que formam o professor de Arte não têm clareza sobre a concepção de Educação Artística, disciplina para a qual teriam de prepará-los, o que esperar do professor por elas formado?

Segundo os Anais da UNICSUL, é por falta de clareza sobre a função da Arte na educação que o professor de arte se deixa marginalizar, sentindo-se “diminuído” em relação aos demais. Neste aspecto, Franco (1998) assume posição oposta, afirmando que o professor de Arte tem clara a importância de seu trabalho e a relevância da Arte no contexto escolar. No entanto, em seus dados, há uma significativa abstinência nas perguntas que exigem posicionamento e/ou justificativa. Este fato talvez possa ser atribuído à frágil formação que não fornece ao professor, subsídios necessários para definir e justificar a importância da Arte na escola, embora acredite nela.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

A falta de clareza quanto à concepção sobre a função do ensino da Arte na escola é, para Coragem (1989), um dos fatores responsáveis pela baixa qualidade de seu ensino, devido ao papel determinante que exerce na seleção de objetivos, métodos e Conteúdos. Por considerarmos, como Coragem (1989), que a concepção sobre a função do ensino da Arte na escola é um dos fatores que interferem diretamente sobre a qualidade do ensino ministrado, e, portanto, essencial como fundamentação ao professor de Arte que deve procurar identificar a concepção sobre a função do ensino da Arte subjacente aos trabalhos aqui analisados.

A concepção da Arte como atividade complexa, historicamente situada, que, impulsionada pela subjetividade, é objetivada pela razão, envolvendo as várias dimensões humanas – social, cognitiva, afetiva e motora, exige um referencial de análise que considere todas estas dimensões, presentes no homem de forma integrada, tanto no processo de produção como no de fruição da obra de arte. Henri Wallon dá ênfase à integração dessas mesmas dimensões e considera o desenvolvimento como resultante da interação entre aparato orgânico e meio social, assumindo, desta forma, o contato com a cultura importante papel no desenvolvimento da criança em direção ao adulto.

2. EMENTA

O papel da arte na formação humana, como conhecimento, como trabalho, como expressão. Estudo das diferentes concepções de arte. Conhecimento, trabalho e expressão, sua relação com o ensino. Estudo das Tendências Pedagógicas- Escola Tradicional, Nova e Tecnicista- com ênfase nos marcos históricos e culturais do ensino de arte no Brasil. Conhecimento teórico e prático dos elementos formais e de composição das artes visuais, da música, da dança e do teatro e sua contribuição na formação dos sentidos humanos desde os anos iniciais. Abordagens metodológicas para o ensino de artes. A atividade artística na escola: fazer e apreciar a produção artística. As atividades artísticas como instrumental para a educação infantil e anos iniciais.

3. OBJETIVO

- Contextualizar historicamente o ensino da arte, considerando as diferentes culturas conhecendo, respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo natural, identificando diferenças nos padrões artísticos e estéticos.

4. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. O estudo das diferentes concepções do ensino de Arte
2. Conhecimentos teórico e prático dos elementos formais e composição

4.1. CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Abordagem histórico- conceitual das diferentes concepções do ensino da Arte
- 1.2. História da Arte e diferentes perspectivas teórico-metodológicas
- 1.3. Ensino da Arte na formação humana integral
- 1.4. Correntes filosóficas e tendências pedagógicas para o ensino da Arte no Brasil
- 2.2. Abordagem teórico-metodológica para o ensino de Arte na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

2.3. Análise crítica dos documentos norteadores do ensino de Arte da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental

5. METODOLOGIA

Objetivando um trabalho contextualizado, que ofereça ao futuro docente os fundamentos necessários para a atuação nos anos iniciais, no ensino da Arte, a metodologia na disciplina baseia-se na perspectiva apontada na proposta pedagógica do Curso de Formação de Docentes, que contempla o trabalho como princípio educativo, a práxis como princípio curricular e o direito à criança ao atendimento escolar. Assim sendo a base do trabalho no ensino da Arte baseia-se em ensinar arte em consonância com os modos de aprendizagem do aluno, isto significa em não isolar a escola da informação sobre a produção histórica e social da arte e ao mesmo tempo, garantir ao aluno a liberdade de imaginar e edificar propostas artísticas pessoais.

6. AVALIAÇÃO

A partir da concepção de avaliação presente no Projeto Político Pedagógico, da escola, aplicam-se os critérios avaliativos da disciplina enquanto área de formação específica do professor da educação infantil. A avaliação tem caráter formativo, diagnóstico e contínuo. Assim sendo, necessita ser revisto, retomado sempre que necessários, visando alcançar os objetivos propostos a cada conteúdo trabalhado.

6.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Espera-se que o aluno em processo de formação para a docência:

1.1.1 Compreenda a Arte no decorrer da história, as concepções decorrentes das tendências pedagógicas e correntes filosóficas do ensino da Arte no Brasil

1.1.2 Estabeleça a relação entre produção artística e ensino

1.1.3 Reconheça a importância do ensino de Arte para a formação integral do homem

1.1.4 Reconheça as diferentes correntes filosóficas e tendências pedagógicas no ensino de Arte no Brasil

2.1.1 Identifique os elementos formais e de composição do ensino da Arte: artes visuais, dança, música e teatro

2.2.1 Compreenda e organize teórica e metodologicamente o ensino da Arte em turmas de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental

2.2.2 Caracterize a didática da Arte de forma interdisciplinar e integradora

2.3.1 Analise criticamente os documentos que norteiam o ensino da Arte na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. B. de. **A educação estético-visual no ensino escolar**. São Paulo: Livros Horizontes, 1980.

ALMEIDA, Noely Welfort de, (1992). **Educar pela arte ou para a arte?** São Paulo: PUC. Dissertação de mestrado.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

BARBOSA, A. M. T. A. **Imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BOSI, A. **Reflexões sobre a arte**. São Paulo: Ática, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação Profissional. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Conhecimento de Mundo, v,3 Brasília: MEC/SEF, 1998.

HERNÁNDEZ, F. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PARANÁ. SEED. Superintendência da Educação- Departamento de Ensino Fundamental. **Concepções para o ensino da arte no ensino fundamental**. Curitiba: SEED, 2006.

DISCIPLINA: PRÁTICA DE FORMAÇÃO E/ESTÁGIO SUPERVISIONADO

1. APRESENTAÇÃO

As práticas pedagógicas se constituem no eixo articulador dos saberes fragmentados nas disciplinas. São o mecanismo que garantirá um espaço e um tempo para a realização da relação e contextualização entre saberes e os fenômenos comuns, objetos de estudo de cada ciência ou área de conhecimento específica. O objeto de estudo e de intervenção comum é a educação. Contudo, esse fenômeno geral será traduzido em problemas de ensino aprendizagem contemporâneos, a partir dos pressupostos que orientam o curso e dos objetivos da formação.

A Prática de Formação nesta proposta de currículo possui a carga horária de 800 horas, atendendo a legislação vigente (Del. 010/99 do CEE). A carga horária da Prática de Formação integra a do curso como um todo, considerando que o mesmo configura-se como componente indispensável para a integralização do currículo. A Prática de Formação deverá ser um trabalho coletivo da instituição, fruto de seu Projeto Pedagógico. Caracteriza-se como um momento de análise e apreensão do contexto real, sendo um elemento fundamental para a formação profissional. É parte integrante do processo de formação inicial e constitui-se como o espaço, por excelência, da relação dialética entre a teoria e a prática. Por isso, em sua realização e desenvolvimento, os estagiários devem vivenciar as diversas situações do contexto escolar: o trabalho em sala de aula; a interação professor-aluno, aluno-aluno os métodos de avaliação, recursos didáticos utilizados pelo professor no trabalho em sala de aula. Esse envolvimento visará primordialmente à integração do saber com o fazer, além de contribuir para formação de sua consciência política e social. O estágio supervisionado deve ser considerado como um componente que articula o conhecimento construído durante a vida acadêmica preparando os discentes para aplicá-lo em sala de aula como profissionais. Nesse sentido, todos os professores responsáveis pela formação do educador, deverão participar em diferentes níveis, da formação observando os aspectos teórico-práticos dos futuros docentes.

Na primeira série, as práticas pedagógicas se concentrarão nos “**Sentidos e significados do trabalho do professor/educador**”, em diferentes modalidades e dimensões. O eixo será possibilitar a observação do trabalho docente pelos alunos. Isso implicará visitas às: a) creches; b) instituições que tenha maternal e pré-escola; c) escolas, preferencialmente na 1ª e 2ª séries.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Na **segunda série**, pretende-se colocar os alunos em contato com situações problemas no âmbito de algumas modalidades específicas e de experiências extra-escolares **“A Pluralidade Cultural, as diversidades, as desigualdades e a educação”** será o mote principal, em torno do qual os professores irão se organizar e encaminhar as atividades junto com os alunos. As observações ocorrerão em: a) creches e/ou escolas regulares, que tenham um número significativo de alunos portadores de necessidades educacionais especiais; b) instituições especializadas em diferentes necessidades especiais, tais como, as APAES, os institutos de deficientes visuais, auditivos, entre outros; c) projetos alternativos de educação popular (caso existam nas proximidades) voltados para crianças, ou adolescentes, ou jovens e adultos, coordenados por organizações não governamentais e/ou prefeituras; d) projetos voltados para a educação indígena e/ou educação do campo, caso existam nas proximidades.

Na **terceira série**, o problema central será – **“Condicionantes da infância e da família no Brasil e os fundamentos da educação infantil”**. Justifica-se essa problemática porque, para a formação do educador infantil, muito ainda há de se elaborar e refletir. Nessa fase do curso, os professores terão de desenvolver atividades com esse foco. Outro elemento aglutinador será **“Artes, Brinquedos, crianças e a educação nas diferentes instituições”**.

Na **quarta série** os alunos iniciam suas experiências práticas de ensinar. Para isso contaremos com a parceria dos professores do ensino fundamental. Tendo como pressuposto que a realidade não é fragmentada, mas que, na organização curricular, dividimos as disciplinas nas diferentes áreas do conhecimento, como recurso didático de formação, caberá aos professores criarem as condições nas modalidades **“Práticas Pedagógicas”**, para que o aluno contextualize os conteúdos desenvolvidos nas aulas das disciplinas. Ou seja, o Estágio Supervisionado garante a possibilidade de o aluno vivenciar as práticas pedagógicas nas escolas. É nesse espaço que o futuro professor desenvolve de fato a práxis profissional, ou seja, elabora uma prática educativa, a partir das teorias estudadas, transformando simultaneamente as práticas e as teorias e alcançando a ação política (práxis), entendida como a essência de toda prática educativa (Paulo Freire).

2. FORMA DE ACOMPANHAMENTO DA DISCIPLINA

Para melhor acompanhamento, serão utilizadas fichas próprias de frequência de acompanhamento do estágio; Realização de visita do coordenador de estágio às instituições concedentes visando a interação para a efetivação da prática docente; Contato contínuo do professor responsável pelo Estágio Supervisionado junto ao campo de estágio.

3. ATRIBUIÇÕES

3.1. Da coordenadora pedagógica de Prática de Formação-Estágio Supervisionado:

- Conhecer a estrutura organizacional, a Proposta Pedagógica e o regimento do curso de Formação de docentes;
- Coordenar e orientar a prática de formação, considerando-a como processo da integração entre teoria e prática, essencial na formação profissional do aluno;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Assessorar e acompanhar a execução do planejamento, bem como os procedimentos de avaliação das atividades, considerando os elementos conceituais e fundamentação teórica, que garanta a qualidade da prática de formação;
- Promover encontro com professores para a discussão dos encaminhamentos pedagógicos pertinentes ao estágio;
- Estabelecer vínculos com instituições educacionais que ofertam a Educação Infantil e as séries iniciais do Ensino Fundamental, para a realização do estágio;
- Participar de cursos, seminários, reuniões, grupos de estudo e eventos relacionados à prática de formação;
- Buscar assessorias junto à Universidades e demais instituições para que possam contribuir para a formação continuada dos professores;
- Providenciar documentos necessários ao encaminhamento dos estagiários, registro de frequência e formulário de avaliação de estágio;
- Receber e analisar os resultados parciais e finais do aproveitamento e desempenho do aluno estagiário;
- Receber e analisar os resultados parciais e finais do aproveitamento e desempenho do aluno estagiário;
- Controlar frequência do estágio: aluno e professor.

3.2. Da professora de Prática de Formação – Estágio Supervisionado:

- Conhecer a estrutura organizacional, a Proposta Pedagógica e o regimento do curso de Formação de docentes;
- Desenvolver o trabalho em consonância com a concepção que norteia a Proposta Pedagógica para o curso de Formação de Docentes;
- Participar de todas as reuniões de estudos, planejamento e avaliação dos estagiários em conjunto com as coordenações de curso e de estágio;
- Planejar e acompanhar ações e elaborar cronogramas;
- Selecionar textos sobre a temática e materiais pedagógicos para o embasamento teórico;
- Avaliar continuamente o plano de estágio, realimentando-o;
- Orientar o estagiário sobre sua postura;
- Estar sempre em contato com a escola concedente de estágio.

3.3. Do(a) estagiário(a)

- Conhecer e cumprir o regulamento do estágio;
- Definir em conjunto com o professor de estágio o período, campo e condições para realizar o estágio;
- Comparecer assídua, pontualmente, uniformizado e identificado ao local de realização do estágio;
- Obedecer às normas da instituição onde estiver realizando o estágio;
- Apresentar comportamento ético em conformidade com a postura profissional durante a realização do estágio;
- Conhecer a Proposta Político-pedagógica (PPP) e o Regimento da escola concedente;
- Elaborar relatório sobre o estágio realizado;
- Apresentar documento probatório do cumprimento de todas as atividades de estágio;
- Participar do seminário integrador das atividades de estágio.

3. OBJETIVOS



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

GERAIS

1. Conhecer e problematizar a realidade escolar da instituição concedente de estágio supervisionado, a fim de perceber qual a dinâmica presente, buscando subsídios para fundamentar-se em relação à importância dessa atividade para a vivência da experiência docente.
2. Instrumentalizar-se acerca dos conteúdos propostos para os anos iniciais do EF, com o firme propósito de aplicá-los de forma responsável, coerente, demonstrando conhecimento teórico-prático como aquisição necessária à docência.
3. Analisar criticamente a realidade escolar e de sala de aula, buscando subsídios teóricos que orientem a prática, inserindo-se em um contexto de planejamento e (re)planejamento das ações pedagógicas.

ESPECÍFICOS

1. Problematizar a realidade das instituições e turmas destinadas à experiência docente a fim de obter condições de analisar as circunstâncias em que tal ensino ocorre, além de aprimorar e conduzir o trabalho com a docência.
2. Conhecer e compreender os pressupostos da Pedagogia histórico-crítica que fundamentam a prática docente.
3. Realizar levantamento referente à estrutura e o funcionamento das escolas concedentes, bem como conhecer o Projeto político Pedagógico a fim de perceber as diretrizes que orientam o ensino.
4. Caracterizar, observar, analisar e participar do processo ensino-aprendizagem, bem como, diagnosticar a realidade educacional da(s) turma(s) onde acontecerá o estágio.
5. Planejar os conteúdos propostos pelas escolas concedentes, de forma a contemplar os elementos da didática e pensar a articulação entre a teoria e a prática.
6. Realizar a prática efetiva da docência, agindo com responsabilidade e compromisso próprios para a função docente.
7. Participar de oficinas e práticas de laboratório, além da elaboração de planos de aulas, como forma de aquisição de conhecimentos necessários à experiência docente.
8. Elaborar projeto de docência com o intuito de aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, bem como suprir as necessidades educacionais durante sua atuação no processo ensino-aprendizagem.
9. Desenvolver forma de pasta de estágio e ou portfólio, a experiência docente a qual terá como título: “Estágio Supervisionado: uma experiência docente”.
10. Participar de seminário para socialização do Estágio Supervisionado junto à turma de terceiro ano do curso.

4. PROPOSTA DE TRABALHO POR ANO LETIVO

PRIMEIRO ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Sentidos e significados do trabalho professor/ educador



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Pressupostos teórico e metodológicos da disciplina
- 1.2. A formação da Identidade do professor/educador
- 1.3. Conduta ética e profissional
- 1.4. Função da escola: social e cultural
- 1.5. Instituição escolar: organização administrativa e pedagógica
- 1.6. Projeto Político Pedagógico - PPP
- 1.7. Organização do tempo e espaço escolar
- 1.8. O papel do professor na formação da sociedade

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Na primeira série, o esforço deve ocorrer no sentido de possibilitar o aprofundamento do que é o trabalho do professor nas instituições de Educação Infantil e nas escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A aproximação com essa realidade poderá ser feita por meio da análise de bibliografias já existentes, reflexões teóricas e metodológicas mais consistentes, da realização de pesquisas e levantamentos em instituições tais como: CMEI's e escolas do Ensino Fundamental – anos iniciais. As análises advindas dessa temática levam à reflexão: o que o professor precisa saber para ensinar? O que o professor de crianças de 0 a 5 anos precisa aprender para ensinar/educar?

Em relação à avaliação de Prática de Formação, deverá ser entendida enquanto processo contínuo, diagnóstica, global, cumulativa e investigativa, sendo de responsabilidade coletiva. Todas as atividades desenvolvidas deverão servir de base para realização de debates, discussões e socialização dos saberes apreendidos. O acompanhamento das atividades nas instituições de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental integrarão o processo teórico e prático do conjunto de ações realizadas, tendo como embasamento as relações sociais estabelecidas.

São considerados procedimentos de avaliação para a disciplina de Prática de Formação:

- As relações teórico-práticas estabelecidas;
- A utilização de técnicas de ensino, procedimentos metodológicos e recursos didáticos coerentes com os objetivos propostos;
- Domínio, exatidão, segurança e atualidade dos conteúdos apresentados;
- Pontualidade na elaboração e entrega das atividades propostas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Espera-se que o docente em processo de formação:

- 1.1.1. Estabeleça relações teórico-práticas com a disciplina de Prática de Formação
- 1.2.1 Identifique o papel do professor como fundamental para o processo ensino e aprendizagem
- 1.3.1 Apresente postura ética e profissional
- 1.4.1 Compreenda a função social e cultural da escola
- 1.5.1 Identifique e entenda o funcionamento estrutural e pedagógico da instituição escolar



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

1.6.1 Reconheça a finalidade do PPP para organização do trabalho escolar

1.7.1 Perceba a relevância da organização do tempo e espaço escolar para o desenvolvimento do trabalho pedagógico

1.8.1 Reconheça o papel social do professor na constituição da sociedade

SEGUNDO ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

2. A Pluralidade cultural, as diversidades, as desigualdades na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental

CONTEÚDOS BÁSICOS

2.1. Pressupostos teórico-metodológicos da disciplina

2.2. Diversidade e Pluralidade Cultural:

a) EJA

b) Educação do Campo

c) Educação Especial/Inclusiva

d) Educação Indígena;

e) Cultura Afro-Brasileira

f) Meio ambiente: sustentabilidade

g) Projetos Sociais e alternativos de educação popular

2.3. Função da Escola: Social e Cultural frente à diversidade

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Observação, reflexão e análise sobre o conteúdo que estrutura a disciplina nesta série são as ações a serem consideradas nos encaminhamentos desse conteúdo. Essas ações poderão ser desenvolvidas em instituições que possuem a inclusão, sala de recursos multifuncionais, escolas especializadas, estabelecimentos que ofertem: EJA, Educação Indígena e Educação do Campo.

É significativo que os estudantes participem de seminários, palestras, cursos sobre a cultura afro-brasileira, meio ambiente e sustentabilidade e se envolvam em projetos sociais e alternativos de educação popular.

Quanto à avaliação da Prática de Formação, deverá ser entendida enquanto processo contínuo, diagnóstica, global, cumulativa e investigativa, sendo de responsabilidade coletiva. Todas as atividades desenvolvidas a partir dos conteúdos apreendidos deverão servir de base para realização de debates, discussões e socialização desses saberes. O acompanhamento das atividades nas instituições que ofertam essas modalidades, integrará o processo teórico e prático do conjunto de ações realizadas, tendo como embasamento as relações sociais estabelecidas.

São considerados procedimentos de avaliação para a disciplina de Prática de Formação:

- As relações teórico-práticas estabelecidas;

- A utilização de técnicas de ensino, procedimentos metodológicos e recursos didáticos coerentes com os objetivos propostos;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Domínio, exatidão, segurança e atualidade dos conteúdos apresentados;
- Pontualidade na elaboração e entrega das atividades propostas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O que se espera do futuro docente:

- 2.1.1 Que estabeleça relações teórico-práticas com a disciplina de Prática de Formação
- 2.2.1 Que identifique as principais características das modalidades de Educação, presentes, especialmente no Estado do Paraná
- 2.2.2 Que conheça e diferencie a pluralidade e diversidade presentes no contexto educacional
- 2.2.3 Que respeite e tenha atitude ética frente às particularidades e desigualdades
- 2.2.4 Que identifique a natureza do trabalho do professor frente às especificidades das diferentes demandas sociais e políticas
- 2.2.5 Que compreenda os princípios da inclusão
- 2.3.1 Que compreenda a função social e cultural da escola no contexto da diversidade

TERCEIRO ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

- 3. Condicionantes da infância e da família no Brasil e a organização da educação

CONTEÚDOS BÁSICOS

- 3.1. Pressupostos teóricos e metodológicos da disciplina
- 3.2. Concepção de infância, família e a educação
- 3.3. A importância dos brinquedos e das brincadeiras na Educação Infantil
- 3.4. A criança e a educação nas diferentes instituições: espaço e tempo
- 3.5. Cuidar e educar
- 3.6. Práticas pedagógicas - observação e docência na Educação Infantil

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

A reflexão e a análise sobre os condicionantes da infância e da família no Brasil e os fundamentos da Educação Infantil, bem como: artes, brinquedos, jogos, sua utilização nas diferentes escolas, são conteúdos norteadores da disciplina.

Os fundamentos sócios-psicológicos são essenciais para a compreensão do desenvolvimento da criança, assim como a construção de conceitos das áreas específicas de Matemática e Alfabetização/Língua Portuguesa.

É importante considerar para a ação docente nas classes de Educação Infantil, todos os aspectos estudados na série.

A avaliação de Prática de Formação deverá ser entendida enquanto processo contínuo, diagnóstica, global, cumulativa e investigativa, sendo de responsabilidade coletiva. Todas as atividades desenvolvidas deverão servir de base para realização de debates, discussões e socialização dos saberes apreendidos. As atividades nas instituições de Educação Infantil e Anos Iniciais integrarão o processo teórico e prático do



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

conjunto de ações realizadas, tendo como embasamento as relações sociais estabelecidas.

São considerados procedimentos de avaliação para a disciplina de Prática de Formação:

- As relações teórico-práticas estabelecidas;
- A utilização de técnicas de ensino, procedimentos metodológicos e recursos didáticos coerentes com os objetivos propostos;
- Domínio, exatidão, segurança e atualidade dos conteúdos apresentados;
- Pontualidade na elaboração e entrega das atividades propostas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Espera-se que o aluno, docente em formação:

3.1.1 Estabeleça relações teórico-práticas com a disciplina de Prática de Formação

3.2.1 Conheça a concepção de infância, família e educação

3.3.1 Reconheça a importância dos brinquedos e das brincadeiras para o desenvolvimento da criança de zero a cinco anos

3.4.1 Perceba a relevância da organização do tempo e espaço escolar para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na Educação Infantil

3.5.1 Identifique no contexto da Educação Infantil os seus eixos norteadores

3.6.1 Elabore seus planos de trabalho docente aplicando conhecimentos e pressupostos teóricos estudados

3.6.2 Relate com precisão as informações obtidas em suas práticas pedagógicas

3.6.3 Apresente com clareza e coerência os resultados obtidos na sua prática, em seminários, aulas, debates e outros.

QUARTO ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

4. A ação docente, as práticas pedagógicas e a formulação da didática na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

CONTEÚDOS BÁSICOS

4.1. Pressupostos teóricos e metodológicos da disciplina

4.2. Fundamentos teórico-metodológicos: conteúdos básicos, metodologia e avaliação

4.3. Reflexão sobre a práxis pedagógica educativa.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

4.4. Relação entre os níveis de planejamento da instituição campo de prática: Plano de ação da escola, PPP/PPC/ PTD

4.5. Práticas pedagógicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental (observação e docência)

4.6. Registros da Prática Docente.

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

A ação docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, deve respaldar-se a partir de práticas pedagógicas que contemplem diferentes procedimentos metodológicos, afim de assegurar ao estudante em formação, condições de contextualizar os conteúdos propostos pela disciplina de Prática de Formação.

Compreender e desenvolver práticas sociais articuladas às práticas educativas, nas escolas do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, observando crítica e solidariamente as diferentes abordagens teórico-metodológicas propostas pelas instituições de ensino, é fundamental para o desenvolvimento de ações pedagógicas que contribuam para uma sólida formação das crianças. Neste sentido, é importante que o aluno do Curso de Formação de Docentes esteja sintonizado com as teorias discutidas e estudadas no decorrer do curso, para que possa contextualizá-las no território dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

É importante, nesse contexto, entender a avaliação da Prática de Formação, enquanto processo contínuo, diagnóstica, global, cumulativa e investigativa, sendo de responsabilidade coletiva. Todas as atividades desenvolvidas deverão servir de base para realização de debates, discussões e socialização dos saberes apreendidos. O acompanhamento das atividades nas instituições dos Anos Iniciais integrará o processo teórico e prático do conjunto de ações realizadas, tendo como embasamento as relações sociais estabelecidas.

São considerados procedimentos de avaliação para a disciplina de Prática de Formação:

- As relações teórico-práticas estabelecidas;
- A utilização de técnicas de ensino, procedimentos metodológicos e recursos didáticos coerentes com os objetivos propostos;
- Domínio, exatidão, segurança e atualidade dos conteúdos apresentados;
- Pontualidade na elaboração e entrega das atividades propostas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Ao aluno, docente em formação, espera-se que:

4.1.1 Estabeleça relações teórico-práticas com a disciplina de Prática de Formação

4.2.1 Conheça os conteúdos básicos das disciplinas dos anos iniciais do Ensino Fundamental

4.2.2 Organize as ações metodológicas referente aos conteúdos a serem trabalhados, assim como o processo avaliativo

4.3.1 Contextualize os conteúdos aprendidos nas disciplinas que fundamentam o curso com as atividades desenvolvidas na instituição campo da prática



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

4.4.1 Perceba a unidade pedagógica entre o Plano de Ação da escola, o PPP, o PPC e o PTD da instituição campo de prática

4.5.1 Elabore seus planos de trabalho docente aplicando conhecimentos e pressupostos teóricos estudados

4.5.2 Relate com precisão as informações obtidas em suas práticas pedagógicas

4.5.3 Apresente com clareza e coerência os resultados obtidos na sua prática, em seminários, aulas, debates e outros

4.6.1 Elabore seus planos de trabalho docente aplicando os conhecimentos e pressupostos teóricos estudados e registra por meio de: portfólio, TCC e/ou outros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. de. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 93, 1995.

CANDAU, V. M. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papirus, 1995.

CRAYD, C; KAERCHER. G. **Educação infantil**: para que te quero. Porto Alegre: ArtMed – Bookman, 2001.

FAZENDA, I. **Um desafio para a didática**: experiências, vivências, pesquisas. São Paulo: Loyla, 1991.

FREITAS, H. C. L de. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios**. Campinas: Papirus, 1996.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise no trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREITAS, H. B. I. **Formação de professores**: um desafio. Goiânia: UCG, 1996.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

KRAMER. S; LEITE. M.I; PEREIRA, N.M.F. **Infância e educação infantil**. São Paulo: Papirus, 2007.

KUHLMANN. J. M, **Infância e educação infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2013.

MACIEL, L. S. B; NETO, A.S. **Formação de professores**: passado, presente e futuro. São Paulo: Cortez, 2004.

MARQUEZINI. M. C; ALMEIDA. M. A; OSCHIRO, E.D. **Perspectivas multidisciplinares em Educação Especial**. Londrina: UEL, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

SACRISTÁN. J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ARTEMED, 1998.

SANCHES, W. L. **Pluralismo religioso**: as religiões no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2007.

VASCONCELOS, C. dos J. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1995.

Obs. As disciplinas da Base Nacional Comum dispõem dos mesmos conteúdos trabalhados no Ensino Médio Regular, com adequações em razão da carga horária do curso.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

4.7. PROPOSTA CURRICULAR – TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

4.7.1 MATRIZ CURRICULAR: CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO/

TURNOS: MANHÃ - ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010

DISCIPLINAS	1ª	2ª	3ª	4ª
ARTE		2		
BIOLOGIA			3	2
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2
FILOSOFIA	2	2	2	2
FÍSICA			2	2
GEOGRAFIA	2	2		
HISTÓRIA	2	2		
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	2	2	3	2
MATEMÁTICA	2	2	3	2
QUÍMICA	2	2		
SOCIOLOGIA	2	2	2	2
INGLÊS			2	2
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA		2		
ADMINISTRAÇÃO DE PRODUÇÃO E MATERIAIS				3
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	2			
CONTABILIDADE				2
ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS				2
GESTÃO DE PESSOAS			3	
INFORMÁTICA	2	2		
INTRODUÇÃO À ECONOMIA		3		
MARKETING				2
NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO			3	
ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	2			
TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO	3			

4.7.2 MATRIZ CURRICULAR: CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE/TURNO: NOITE - ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010

DISCIPLINAS	1º	2º	3º
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	3		
ADMINISTRAÇÃO DE PRODUÇÃO E MATERIAIS	2	3	
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL			3
CONTABILIDADE		3	2
ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS			2
ESTATÍSTICA APLICADA	3		
FUNDAMENTOS DO TRABALHO	2		
GESTÃO DE PESSOAS		3	2
INFORMÁTICA	2	2	
INTRODUÇÃO À ECONOMIA		3	2
MARKETING			3
MATEMÁTICA FINANCEIRA	2	2	
NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO DO TRABALHO		2	3
ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	3		
PRÁTICA DISCURSIVA LINGUAGEM	3		
TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO		2	3



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

4.7.3 PLANO DE CURSO: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

DADOS GERAIS DO CURSO

Habilitação Profissional: Técnico em Administração

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

Forma: Integrado

Carga Horária Total do Curso: 4.000 horas aula ou 3.333 horas

Regime de Funcionamento: de 2.^a a 6.^a feira, no período da manhã

Regime de Matrícula: Anual

Número de Vagas: 40 por turma

Período de Integralização do Curso: Mínimo 04 (quatro) anos letivos

Requisitos de Acesso: Conclusão do ensino fundamental

Modalidade de Oferta: Presencial

4.7.4 PERFIL PROFISSIONAL DO ALUNO CONCLUINTE DE CURSO

O Técnico em Administração domina conteúdos e processos relevantes do conhecimento científico, tecnológico, social e cultural utilizando suas diferentes linguagens, o que lhe confere autonomia intelectual e moral para acompanhar as mudanças, de modo a intervir no mundo do trabalho. Executa as funções de apoio administrativo: protocolo e arquivo, confecção e expedição de documentos administrativos e controle de estoques. Opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e material. Utiliza ferramentas da informática básica, como suporte às operações organizacionais.

4.7.5 DESCRIÇÃO DE CADA DISCIPLINA CONTENDO A RESPECTIVA EMENTA:

DISCIPLINA - ARTE

Carga horária total: 80 h/a - 67h

EMENTA

Linguagens da Arte: música, teatro, dança e artes visuais. Estrutura morfológica e sintática das diferentes linguagens. História e movimentos das diferentes linguagens. O impacto do desenvolvimento tecnológico na produção, divulgação e conservação de obras de arte.

CONTEÚDOS

Linguagens da Arte:

- Música;
- Teatro;
- Dança;
- Artes visuais;

Música:

- Estrutura morfológica (som, silêncio, recursos expressivos, qualidades sonoras,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

movimento, imaginação);

- Estrutura sintática (modalidades de organização musical);
- Organização sucessiva de sons e ruídos, linhas rítmicas, melódicas e tímbricas;
- Organizações simultâneas de sons e ruídos, sobreposições rítmicas, melódicas, harmonias, clusters, contraponto, granular, etc.);
- Estruturas musicais (células, repetições, variações, frases, formas, blocos, etc.);
- Textura sonora (melodias acompanhadas, polifonias, poliritmia, pontilhismo, etc.);
- Estéticas, estilos e gêneros de organização sonora, criação, execução e fruição de músicas;
- Fontes de criação musical (corpo, voz, sons da natureza, sons do cotidiano, paisagens sonoras, instrumentos musicais-acústico, eletroacústico, eletrônicos e novas mídias);
- História da música;
- Impacto da ciência e da tecnologia na criação, produção e difusão da música;
- A interação da música com as outras linguagens da arte;
- A música brasileira: estética, gênero, estilos e influências;

Teatro:

- Introdução à história do teatro;
- Personagem;
- Expressões corporais, vocais, gestuais e faciais;
- Ação;
- Espaço cênico;
- Representação;
- Sonoplastia, iluminação, cenografia, figurino, caracterização, maquiagem e adereços;
- Jogos teatrais;
- Roteiro;
- Enredo;
- Gêneros;
- Técnicas;

Dança:

- Movimento corporal;
- Tempo;
- Espaço;
- Ponto de apoio;
- Salto e queda;
- Rotação;
- Formação;
- Deslocamento;
- Sonoplastia;
- Coreografia;
- Gêneros;
- Técnicas;

Artes Visuais:

- Ponto;
- Linha;
- Superfície;
- Textura;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Volume;
- Luz;
- Cor;
- Composição figurativa, abstrata, figura-fundo, bidimensional/tridimensional, semelhanças, contrastes, ritmo visual, gêneros e técnicas;

O impacto do desenvolvimento científico e tecnológico na produção, divulgação e conservação das obras de arte:

- Rádio, cinema, televisão, internet (popularização, massificação e novos padrões de valorização);
- Novos conhecimentos e produtos químicos e físicos e preservação, tecnologia digital e novos parâmetros estéticos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARBOSA, A. M. (org.) **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

BENJAMIN, T. Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a arte**. São Paulo: Ática, 1991.

KRAMER, S.; LEITE, M.I.F.P. **Infância e produção cultural**. Campinas: Papirus, 1998.

LABAN, Rudolf. **Domínio do movimento**. São Paulo: Summus, 1978.

MAGALDI, Sábato. **Iniciação ao teatro**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

MARQUES, I. **Dançando na escola**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTIN-BARBERO, Jesus; REY, Germán. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: Senac, 2001.

NETO, Manoel J. de S. (Org.). **A (des)construção da música na cultura paranaense**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

OSINSKI, Dulce R. B. **Ensino da arte: os pioneiros e a influência estrangeira na arte educação em Curitiba**. Curitiba: UFPR, 1998. Dissertação (Mestrado).

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 1987.

PAREYSON, Luigi. **Os problemas da estética**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

PEIXOTO, Maria Inês Hamann. **Arte e grande público: a distância a ser extinta**. Campinas: Autores Associados, 2003. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 84).

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Psicologia da arte**. São Paulo: M. Fontes, 1999.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

DISCIPLINA - BIOLOGIA

Carga horária total: 200 h/a - 167h

EMENTA

Compreensão da classificação dos seres vivos, componentes celulares e suas respectivas funções. Sistemas que constituem os grupos de seres vivos. Biodiversidade, biotecnologias e genética.

CONTEÚDOS

- Origem da vida;
- Evolução;
- Formas de organização dos seres vivos;
- Metabolismo, reprodução e adaptação;
- Tipos celulares procariontes e eucariontes;
- Vírus:
- Estrutura morfológica;
- Ciclo de vida;
- Aspectos de interesse sanitário e econômico;
- Reino *Monera*:
- Estrutura dos moneras;
- Reprodução;
- Nutrição;
- Metabolismo celular energético;
- Fotossíntese;
- Quimiossíntese;
- Respiração;
- Fermentação;
- Controle do metabolismo pelos genes;
- Aspectos históricos e ambientais relacionados às bactérias;
- Doenças causadas por bactérias;
- Emprego na indústria;
- Armas biológicas;
- Reino *Protista*:
- Reprodução e nutrição;
- Algas e protozoários,
- aspectos evolutivos;
- Aspectos históricos e ambientais relacionados à descoberta dos protozoários;
- Saneamento básico e meio ambiente: tratamento e abastecimento de água, coleta, destinação e tratamento de esgoto;
- Doenças causadas por protozoários;
- Impactos da ação do homem sobre os “habitats” naturais;
- Reino *Fungi*:
- Estrutura e organização dos fungos;
- Reprodução e nutrição;
- Tipos de fungos, líquens, emprego nas indústrias e aspectos econômicos e



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

ambientais;

- Doenças causadas por fungos;
- Reino *Plantae*:
- Aspectos evolutivos da classificação das plantas;
- Relações dos seres humanos com os vegetais;
- Desmatamento;
- Agricultura;
- Plantas medicinais;
- Indústria;
- Biopirataria de princípios ativos;
- Reino *Animalia*:
- Aspectos evolutivos da classificação dos invertebrados e vertebrados;
- Citologia:
- Bioquímica celular;
- Célula e estruturas celulares;
- Osmose;
- Difusão;
- Núcleo e estruturas nucleares – DNA e RNA;
- Síntese de proteínas;
- Mitose e meiose;
- Gametogênese;
- Tipos de reprodução;
- Embriologia:
- Classificação dos animais pelo desenvolvimento embrionário;
- Anexos embrionários;
- Embriologia animal comparada;
- Aspectos da sexualidade humana;
- Substâncias teratogênicas;
- Fertilização *in vitro*;
- Aborto;
- Histologia;
- Animal e vegetal;
- Principais tipos de tecidos e suas funções;
- Fisiologia e anatomia:
- Principais aspectos do funcionamento dos sistemas e órgãos do corpo humano;
- Ecologia:
- Conceitos básicos;
- Componentes abióticos e bióticos;
- Cadeias e teia alimentar:
- Fluxo de energia e matéria;
- Biosfera;
- Biomas:
- Principais características e implicações ambientais;
- Ecossistema:
- Dinâmica das populações;
- Relações ecológicas:
- Relações entre o homem e o ambiente;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Implicações do desequilíbrio ambiental;
- Genética:
- Leis, tipos de herança genética,
- Conceitos básicos da hereditariedade;
- Projeto GENOMA;
- Clonagem;
- Transgenia;
- Bioética;
- Biotecnologia:
- Impacto das novas tecnologias no desenvolvimento do conhecimento em Biologia: materiais, equipamentos e modelos para compreensão da dinâmica da vida.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, J. A *et al.* Sociedade e natureza. In: CUNHA, S. B. da *et al.* **A questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BIZZO, N. **Ciência fácil ou difícil?** São Paulo: Ática, 2000.

CHASSOT, A. **A ciência através dos tempos**. São Paulo: Moderna, 2004.

CUNHA, S. B. da e GUERRA, A.J.T. **A questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DARWIN, C. **A Origem das espécies**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FERNANDES, J. A. B. **Ensino de ciências**: a biologia na disciplina de ciências. Revista da Sociedade Brasileira de Ensino de Biologia, São Paulo, v.1, n.0, ago 2005.

FREIRE-MAIA, N. **A ciência por dentro**. Petrópolis: Vozes, 1990.

FRIGOTTO, G. *et al.* **Ensino Médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

FUTUYMA, D. J. **Biologia evolutiva**. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética/CNPq, 1993.

KRASILCHIK, M. **Prática de ensino de biologia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

MACHADO, Ângelo. **Neuroanatomia funcional**. Rio de Janeiro/São Paulo: Atheneu, 1991.

McMINN, R. M. H. **Atlas colorido de anatomia humana**. São Paulo: Manole, 1990.

RAW, I. **Aventuras da microbiologia**. São Paulo: Hacker Editores/Narrativa Um, 2002.

RONAN, C.A. História ilustrada da ciência: A ciência nos séculos XIX e XX. V.4. Rio de Janeiro: Jorga Zahar Editor, 1987.

_____. **História ilustrada da ciência**: da renascença à revolução científica. V.3. Rio de Janeiro: Jorga Zahar, 1987.

_____. **História ilustrada da ciência**: Oriente, Roma e Idade Média. V. 2. Rio de Janeiro: Jorga Zahar Editor, 1987.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

SELLES, S. E. Entrelaçamentos históricos na terminologia biológica em livros didáticos. In: ROMANOWSKI, J. *et al* (orgs). **Conhecimento local e conhecimento universal**: a aula e os campos do conhecimento. Curitiba: Champagnat, 2004.

SOBOTTA, Johannes. **Atlas de anatomia humana**. 21 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

DISCIPLINA - EDUCAÇÃO FÍSICA

Carga horária total: 320 h/a - 267h

EMENTA

A Educação Física como instrumento de saúde, sociabilidade, formação e expressão de identidades para a cooperação e competitividade. Movimento, força, resistência, equilíbrio, energia, harmonia, ritmo e coordenação através dos diferentes tipos de esportes, ginástica, jogos e danças. Atitudes que favorecem a saúde e a qualidade de vida.

CONTEÚDOS

- Ginástica geral e de manutenção:
- Ginástica aeróbica;
- Ginástica localizada;
- Ginástica laboral;
- Alongamento;
- Exercícios para a melhoria das qualidades físicas;
- Exercícios de correção postural;
- Avaliação postural;
- Técnicas de relaxamento;
- Percepção corporal (leitura corporal);
- Jogos:
- Cooperativos;
- Dramáticos;
- Lúdicos;
- Intelectivos;
- Esporte:
- Fundamentos técnicos;
- Regras;
- Táticas;
- Análise crítica das regras;
- Origem e história;
- Para quem e a quem serve;
- Modelos de sociedade que os reproduziram;
- Incorporação na sociedade brasileira;
- O esporte como fenômeno cultural;
- O esporte na sociedade capitalista;
- Competições de grande porte: Pan, olimpíada, copa do mundo;
- Massificação do esporte;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Esportes radicais;
- Lutas;
- Recreação:
- Brincadeiras;
- Gincanas;
- Dança:
- De salão;
- Folclórica;
- Popular;
- Qualidade de vida:
- Higiene e saúde;
- Corpo humano e sexualidade;
- Primeiros socorros;
- Acidentes e doenças do trabalho;
- Caminhadas;
- Alimentação;
- Avaliação calórica dos alimentos;
- Índice de massa corporal;
- Obesidade;
- Bulimia;
- Anorexia;
- Drogas lícitas e ilícitas e suas consequências,
- Padrões de beleza e saúde.

REFERÊNCIAS

ASSIS DE OLIVEIRA, Sávio. **Reinventando o esporte**: possibilidades da prática pedagógica. Campinas: Autores Associados/CBCE, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões**: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1984.

BRUHNS, Heloisa Turini. **O corpo parceiro e o corpo adversário**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1993.

ESCOBAR, M. O. **Cultura corporal na escola**: tarefas da educação física. Revista Motrivivência, nº 08, p. 91-100, Florianópolis: Ijuí, 1995.

FALCÃO, J. L. C. **Capoeira**. In: KUNZ, E. Didática da Educação Física 1. 3.ed. Ijuí: Unijuí, 2003, p. 55-94.

GEBARA, Ademir. **História do esporte**: Novas Abordagens. In: Marcelo Weishaupt Proni; Ricardo de Figueiredo Lucena. (Org.). Esporte História e Sociedade. 1 ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva Estudos 42, 1980.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**: uma introdução. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

OLIVEIRA, Maurício Romeu Ribas & PIRES, Giovani De Lonrezi. O esporte e suas manifestações midiáticas, novas formas de produção do conhecimento no espaço escolar. **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Belo Horizonte/MG, 2003.

SOARES, Carmen Lúcia. **Notas sobre a educação no corpo**. Educar em Revista, Curitiba, n. 16, 2000, p. 43-60.

_____. **Imagens da educação no corpo**: estudo a partir da ginástica Francesa no séc. XIX. 1 ed. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.

PALLAFOX, Gabriel Humberto Muñhos; TERRA, Dinah Vasconcellos. **Introdução à avaliação na educação física escolar**. Pensar a Prática. Goiânia. v. 1. no. 1. p. 23-37. jan/dez 1998.

VAZ, Alexandre Fernandez; PETERS, Leila Lira; LOSSO, Cristina Doneda. **Identidade cultural e infância em uma experiência curricular integrada a partir do resgate das brincadeiras açorianas**. Revista de Educação Física UEM, Maringá, v. 13, n. 1, 2002, p. 71-77.

VAZ, Alexandre Fernandez, SAYÃO Deborah Thomé, PINTO, Fábio Machado (Org.). **Treinar o corpo, dominar a natureza**: notas para uma análise do esporte com base no treinamento corporal. Cadernos CEDES, n. 48, ago. 1999, p. 89-108.

DISCIPLINA - FILOSOFIA

Carga horária total: 320 h/a - 267h

EMENTA

Diferentes perspectivas filosóficas na compreensão do conhecimento humano. O estado e a organização social. Ética e Estética. Questões filosóficas do mundo contemporâneo. Relação homem x natureza, cultura e sociedade.

CONTEÚDOS

- Mito e filosofia:
- Saber místico;
- Saber filosófico;
- Relação mito e filosofia;
- Atualidade do mito;
- O que é Filosofia?;
- Teoria do conhecimento:
- Possibilidade do conhecimento;
- As formas de conhecimento;
- O problema da verdade;
- A questão do método;
- Conhecimento e lógica;
- Ética:



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Ética e moral;
- Pluralidade
- ética;
- Ética e violência;
- Razão, desejo e vontade;
- Liberdade: autonomia do sujeito e a necessidade das normas.
- Filosofia Política:
- Relações entre comunidade e poder;
- Liberdade e igualdade política;
- Política e Ideologia;
- Esfera pública e privada;
- Cidadania formal e/ou participativa;
- Filosofia da Ciência:
- Concepções de ciência;
- A questão do método científico;
- Contribuições e limites da ciência;
- Ciência e ideologia;
- Ciência e ética;
- Estética:
- Natureza da arte;
- Filosofia e arte;
- Categorias estéticas – feio, belo, sublime, trágico, cômico, grotesco, gosto, etc.;
- Estética e sociedade;
- Questões filosóficas do mundo contemporâneo;
- Relação homem x natureza, cultura e sociedade.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia?** 30ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1989, 125p. (Col. Primeiros Passos, 13).

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. in: ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GENRO FILHO, Adelmo. **Teoria e política**. São Paulo, Brasil Debates, 1985.

GENRO FILHO, Adelmo. Imperialismo, fase superior do capitalismo / Uma nova visão do mundo. In Lênin: **Coração e mente**. c / Tarso F. Genro, Porto Alegre, Ed. TCHÊ, 1985, série Nova Política.

FÍSICA

Carga horária total: 160 h/a - 133h

EMENTA

A produção do conhecimento em Física. Movimento, Termodinâmica e eletromagnetismo e seus elementos: distância, velocidade, tempo, aceleração, espaço, força, temperatura, calor, ondas, ótica e eletricidade para a compreensão do universo físico.

CONTEÚDOS

- Momentum e inércia;
 - Intervalo de tempo;
 - Deslocamento;
 - Referenciais;
 - Conceito de velocidade;
 - 2ª Lei de Newton;
 - Grandezas físicas;
 - Vetores – direção e sentido de uma grandeza física vetorial.
- 3ª Lei de Newton e condições de equilíbrio:
- Centro de gravidade;
 - Equilíbrio estático;
 - Força;
 - Aceleração;
 - Massa gravitacional e inercial;
 - Lei da gravitação de Newton;
 - Leis de Kepler;
 - Energia e o princípio da conservação da energia;
 - Variação da energia de parte de um sistema-trabalho e potência;
- Fluídos:
- Massa específica;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Pressão em um fluido;
- Princípio de Arquimedes;
- Viscosidade;
- Peso aparente;
- Empuxo;
- Oscilações:
- Ondas mecânicas;
- Fenômenos ondulatórios;
- Refração;
- Reflexão;
- Difração;
- Interferência;
- Efeito Doppler;
- Ressonância;
- Superposição de Ondas;

Lei zero da Termodinâmica:

- Temperatura;
- Termômetros e escalas termométricas;
- Equilíbrio térmico;
- Lei dos gases ideais;
- Teoria cinética dos gases;
- 1ª Lei da Termodinâmica:
- Capacidade calorífica dos sólidos e dos gases;
- Calor específico;
- Mudança de fase;
- Calor latente;
- Energia interna de um gás ideal;
- Trabalho sobre um gás;
- Calor como energia;
- Dilatação térmica;
- Coeficiente de dilatação térmica;
- Transferência de energia térmica: condução, convecção e radiação;
- Diagrama de fases;

2ª Lei da Termodinâmica:

- Máquinas térmicas;
- Eficiência das máquinas térmicas – rendimento;
- Máquina de Carnot – ciclo de Carnot;
- Processos reversíveis e irreversíveis;
- Entropia;

3ª Lei da Termodinâmica:

- Entropia;
- Entropia e probabilidade;
- Propriedades elétricas dos materiais;
- Processos de eletrização;
- Propriedades Magnéticas dos materiais – ímãs naturais;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Efeito magnético da corrente elétrica e os demais efeitos;
- Lei de Ampère;
- Lei de Gauss;
- Lei de Coulomb;
- Lei de Faraday;
- Lei de Lenz;
- Força de Lorenz;
- Indução eletromagnética;
- Transformação de energia;
- Campo eletromagnético;
- Ondas eletromagnéticas;
- Corrente elétrica;
- Capacitores;
- Resistores e combinação de resistores;
- Leis de Ohm;
- Leis de Kirchhoff;
- Diferença de potencial;
- Geradores;
- Dualidade onda – partícula;
- Fenômenos luminosos: refração, difração, reflexão, interferência, absorção e espalhamento;
- Formação de imagens e instrumentos óticos.

REFERÊNCIAS

ARRIBAS, S. D. **Experiências de física na escola**. Passo Fundo: Ed. Universitária, 1996.

BEN-DOV, Y. **Convite à física**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

BRAGA, M. [et al.] **Newton e o triunfo do mecanicismo**. São Paulo: Atual, 1999.

BERNSTEIN, J. **As ideias de Einstein**. São Paulo: Editora Cultrix Ltda, 1973.

CARUSO, F.; ARAÚJO, R. M. X. de. **A física e a geometrização do mundo: Construindo uma cosmovisão científica**. Rio de Janeiro: CBPF, 1998.

CHAVES, A. Física: **Mecânica**. V. 1. Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso Editores, 2000.

CHAVES, A. **Física: sistemas complexos e outras fronteiras**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2000.

CHAVES, A.; SHELLARD, R. C. **Pensando o futuro: o desenvolvimento da Física e sua inserção na vida social e econômica do país**. São Paulo: SBF, 2005.

EISBERG, R.; RESNICK R. **Física quântica**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

FIANÇA, A. C. C.; PINO, E. D.; SODRÉ, L.; JATENCO-PEREIRA, V. **Astronomia: Uma Visão Geral do Universo**. São Paulo: Edusp, 2003.

GALILEI, G. **O ensaiador**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

NARDI, R. (org.). **Pesquisas em ensino de Física**. 3ª ed. São Paulo: Escrituras, 2004.

NEVES, M. C. D.. A historia da ciência no ensino de Física. In: Revista Ciência e Educação, 5(1), 1998, p. 73-81.

OLIVEIRA FILHO, K, de S., SARAIVA, M. de F. O . **Astronomia e astrofísica**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2004.

PEDUZZI, S. S.; PEDUZZI, L. O. Q. **Leis de Newton**: uma forma de ensiná-las. In: Caderno Catarinense de Ensino de Física, v. 5. n. 3, p. 142-161, dezembro de 1998.

DISCIPLINA - GEOGRAFIA

Carga horária total: 160 h/a - 133h

EMENTA

As relações de produção sócio-histórica do espaço geográfico em seus aspectos econômicos, sócias, políticos e culturais; Relações de poder que determinam fronteiras constroem e destroem parcelas do espaço geográfico nos diferentes tempos históricos; Análises de questões socioambientais a partir das transformações advindas no contexto social, econômico, político e cultural; Formação demográfica das diferentes sociedades; Migrações, novas territorialidades e as relações político-econômicas dessa dinâmica. Geografia urbana: território ocupado e o direito à cidade.

CONTEÚDOS

- Modos de Produção e formações socioespaciais;
- A Revolução técnico-científico-informacional e o novo arranjo do espaço da produção;
- A revolução tecnológica e seu impacto na produção, conhecimento e controle do espaço geográfico: tecnologia da informação e a perspectiva macro e micro dos territórios;
- Distribuição espacial da indústria nas diversas escalas geográficas;
- Oposição Norte-Sul e aspectos econômicos da produção;
- Formação dos blocos econômicos regionais;
- Urbanização e a hierarquia das cidades: habitação, infra-estrutura, territórios marginais e seus problemas (narcotráfico, prostituição, sem-teto, etc.);
- Mobilidade urbana e transporte;
- Apropriação do espaço urbano e distribuição desigual de serviços e infra estrutura urbana;
- Novas Tecnologias e alterações no espaço urbano e rural;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Obras infra-estruturais e seus impactos sobre o território e a vida das populações.
- Industrialização dos países pobres: diferenças tecnológicas, econômicas e ambientais;
- A Nova Ordem Mundial no início do século XXI: oposição Norte-Sul;
- Fim do Estado de Bem-estar social e o Neoliberalismo;
- Os atuais conceitos de Estado-Nação, país, fronteira e território;
- Regionalização do espaço mundial;
- Redefinição de fronteiras: conflitos de base territorial, tais como: étnicos, culturais, políticos, econômicos, entre outros;
- Movimentos sociais e reordenação do espaço urbano;
- Conflitos rurais e estrutura fundiária;
- Questão do clima, da segurança alimentar e da produção de energia.

REFERÊNCIAS

ARCHELA, R. S.; GOMES, M. F. V. B. **Geografia para o ensino médio**: manual de aulas práticas. Londrina: Ed. UEL, 1999.

CASTROGIOVANNI, A. C. (org.) **Geografia em sala de aula**: práticas e reflexões. Porto Alegre: Ed. UFRS, 1999.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia escola e construção do conhecimento**. Campinas: Papirus, 1999.

CHRISTOFOLETTI, A. (Org.) **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo Ática, 1986.

COSTA, W. M. da. **Geografia política e geopolítica**: discurso sobre o território e o poder. São Paulo: HUCITEC, 2002.

DAMIANI, A. L. Geografia política e novas territorialidades. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de, (Orgs.). **Geografia em perspectiva**: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2002.

MENDONÇA, F. **Geografia sócio-ambiental**. Terra Livre, nº 16, p. 113, 2001.

SIMIELLI, M. E. R. **Cartografia no ensino fundamental e médio**. In: CARLOS, A. F. A.(Org.) **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

SMALL, J. e WITHERICK, M. **Dicionário de geografia**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

HISTÓRIA

Carga horária total: 160 h/a - 133h

EMENTA



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Processo de construção da sociedade no tempo e no espaço; Formação cultural do homem; Ascensão e consolidação do capitalismo; Produção científica e tecnológica e suas implicações; Aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos do Brasil e do Paraná – a partir das relações de trabalho, poder e cultura. Processo de urbanização.

CONTEÚDOS

- A construção do sujeito histórico;
- A produção do conhecimento histórico;
- O mundo do trabalho em diferentes sociedades;
- O Estado nos mundos antigo e medieval;
- As cidades na história;
- Relações culturais nas sociedades Grega e Romana na Antiguidade: mulheres, plebeus e escravos;
- Relações culturais na sociedade medieval europeia: camponeses, artesãos, mulheres, hereges e outros;
- Formação da sociedade colonial brasileira;
- A construção do trabalho assalariado;
- Transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a mão de obra no contexto de consolidação do capitalismo nas sociedades brasileira e estadunidense;
- O Estado e as relações de poder: formação dos Estados Nacionais;
- Relações de dominação e resistência no mundo do trabalho contemporâneo (séc. XVIII e XIX);
- Desenvolvimento tecnológico e industrialização;
- Reordenamento das relações entre estados e nações, poder econômico e bélico. A posição do Brasil do cenário mundial: educação, ciência e tecnologia: processo histórico e dependência científica;
- Movimentos sociais, políticos, culturais e religiosos na sociedade moderna;
- O Estado Imperialista e sua crise;
- O neocolonialismo;
- Urbanização e industrialização no Brasil;
- O trabalho na sociedade contemporânea;
- Relações de poder e violência no Estado;
- Urbanização e industrialização no Paraná;
- Urbanização e industrialização no século XIX;
- Movimentos sociais, políticos e culturais na sociedade contemporânea: é proibido proibir?;
- Urbanização e industrialização na sociedade contemporânea;
- O processo brasileiro de urbanização;
- Globalização e Neoliberalismo.

REFERÊNCIAS



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

A CONQUISTA DO MUNDO. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, jan. 2006.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

AQUINO, Rubim Santos Leão de et al. **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Record. [s.d.]

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.

BARCA, Isabel. **O pensamento histórico dos jovens**: idéias dos adolescentes acerca da provisoriedade da explicação histórica. Braga: Universidade do Minho, 2000.

FONTANAM Josep. **A história dos homens**. Tradução de Heloisa J. Reichel e Marclo F. da Costa. Bauru. Edusc. 2004.

DISCIPLINA - LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA

Carga horária total: 360 h/a - 300h

EMENTA

O discurso enquanto prática social em diferentes situações de uso. Práticas discursivas (oralidade, leitura e escrita) e análise linguística.

CONTEÚDOS

Oralidade:

- Coerência global;
- Unidade temática de cada gênero oral;
- Uso de elementos reiterativos ou conectores (repetições, substituições pronominais, sinônimos, etc.);
- Intencionalidade dos textos;
- As variedades linguísticas e a adequação da linguagem ao contexto de uso: diferentes registros, grau de formalidade em relação à fala e à escrita;
- Adequação ao evento de fala: casual, espontâneo, profissional, institucional, etc; (reconhecimento das diferentes possibilidades de uso da língua dados os ambientes discursivos);
- Elementos composicionais, formais e estruturais dos diversos gêneros discursivos de uso em diferentes esferas sociais;
- Diferenças lexicais, sintáticas e discursivas que caracterizam a fala formal e a informal;
- Papel do locutor e do interlocutor na prática da oralidade;
- Participação e cooperação;
- Turnos de fala;
- Variedades de tipos e gêneros de discursos orais;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Observância da relação entre os participantes (conhecidos, desconhecidos, nível social, formação, etc.);
- Similaridades e diferenças entre textos orais e escritos;
- Ampla variedade X modalidade única;
- Elementos extralinguísticos (gestos, entonação, pausas, representação cênica) X sinais gráficos;
- Prosódia e entonação X sinais gráficos;
- Frases mais curtas X frases mais longas;
- Redundância X concisão;
- Materialidade fônica dos textos poéticos (entonação, ritmo, sintaxe do verso);
- Apreciação das realizações estéticas próprias da literatura improvisada, dos cantadores e repentistas;

Leitura:

- Os processos utilizados na construção do sentido do texto de forma colaborativa: inferências, coerência de sentido, previsão, conhecimento prévio, leitura de mundo, contextualização, expressão da subjetividade por meio do diálogo e da interação;
- Intertextualidade;
- A análise do texto para a compreensão de maneira global e não fragmentada (também é relevante propiciar ao aluno o contato com a integralidade da obra literária);
- Utilização de diferentes modalidades de leitura adequadas a diferentes objetivos: ler para adquirir conhecimento, fruição, obter informação, produzir outros textos, revisar, etc;
- Construção de sentido do texto: Identificação do tema ou ideia central;
- Finalidade;
- Orientação ideológica e reconhecimento das diferentes vozes presentes no texto;
- Identificação do argumento principal e dos argumentos secundários;
- Contato com gêneros das diversas esferas sociais, observando o conteúdo veiculado, possíveis interlocutores, assunto, fonte, papéis sociais representados, intencionalidade e valor estético;

Os elementos linguísticos do texto como pistas, marcas, indícios da enunciação e sua relevância na progressão textual:

- A importância e a função das conjunções no conjunto do texto e seus efeitos de sentido;
- Os operadores argumentativos e a produção de efeitos de sentido provocados no texto;
- Importância dos elementos de coesão e coerência na construção do texto;
- Expressividade dos nomes e função referencial no texto (substantivos, adjetivos, advérbios) e efeitos de sentido;
- O uso do artigo como recurso referencial e expressivo em função da intencionalidade do conteúdo textual;
- Relações semânticas que as preposições e os numerais estabelecem no texto;
- A pontuação como recurso sintático e estilístico em função dos efeitos de



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

sentido, entonação e ritmo, intenção, significação e objetivos do texto;

- Papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomada e sequenciação do texto;
- Valor sintático e estilístico dos tempos verbais em função dos propósitos do texto, estilo composicional e natureza do gênero discursivo;
- Análise dos efeitos de sentido dos recursos linguístico-discursivos;

Em relação ao trabalho com literatura:

- Ampliação do repertório de leitura do aluno (textos que atendam e ampliem seu horizonte de expectativas);
- Diálogo da Literatura com outras artes e outras áreas do conhecimento (cinema, música, obras de Arte, Psicologia, Filosofia, Sociologia, etc);
- O contexto de produção da obra literária bem como o contexto de sua leitura;

Escrita:

- Unidade temática;
- Escrita como ação/interferência no mundo;
- Atendimento à natureza da informação ou do conteúdo veiculado;
- Adequação ao nível de linguagem e/ou à norma padrão;
- Coerência com o tipo de situação em que o gênero se situa (situação pública, privada, cotidiana, solene, etc);
- Relevância do interlocutor na produção de texto;
- Utilização dos recursos coesivos (fatores de coesão: referencial, recorrencial e sequencial);
- Importância dos aspectos coesivos, coerentes, situacionais, intencionais, contextuais, intertextuais;
- Adequação do gênero proposto às estruturas mais ou menos estáveis;
- Elementos composicionais, formais e estruturais dos diversos gêneros discursivos de uso em diferentes esferas sociais;
- Fonologia;
- Morfologia;
- Sintaxe;
- Semântica;
- Estilística;
- Pontuação;
- Elementos de coesão e coerência;
- Marcadores de progressão textual, operadores argumentativos, função das conjunções, sequenciação, etc;

Análise linguística:

- Adequação do discurso ao contexto, intenções e interlocutor(es);
- A função das conjunções na conexão de sentido do texto;
- Os operadores argumentativos e a produção de efeitos de sentido provocados no texto;
- O efeito do uso de certas expressões que revelam a posição do falante em relação ao que diz (ou o uso das expressões modalizadoras (ex: felizmente, comovedoramente, principalmente, provavelmente, obrigatoriamente, etc.);
- O discurso direto, indireto e indireto livre na manifestação das vozes que falam no texto; Importância dos elementos de coesão e coerência na



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

construção do texto;

- Expressividade dos substantivos e sua função referencial no texto;
- A função do adjetivo, advérbio e de outras categorias como elementos adjacentes aos núcleos nominais e predicativos;
- A função do advérbio: modificador e circunstanciador;
- O uso do artigo como recurso referencial e expressivo em função da intencionalidade do conteúdo textual;
- Relações semânticas que as preposições e os numerais estabelecem no texto;
- A pontuação como recurso sintático e estilístico em função dos efeitos de sentido, entonação e ritmo, intenção, significação e objetivos do texto;
- Recursos gráficos e efeitos de uso, como: aspas, travessão, negrito, itálico, sublinhando, parênteses, etc;
- Papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e sequenciação do texto;
- Valor sintático e estilístico dos modos e tempos verbais em função dos propósitos do texto, estilo composicional e natureza do gênero discursivo;
- A elipse na sequência do texto;
- A representação do sujeito no texto (expresso/elíptico; determinado/ indeterminado; ativo/ passivo) e a relação com as intenções do texto;
- O procedimento de concordância entre o verbo e a expressão sujeito da frase;
- Os procedimentos de concordância entre o substantivo e seus termos adjuntos;
- Figuras de linguagem e os efeitos e sentido (efeitos de humor, ironia, ambiguidade, exagero, expressividade, etc);
- As marcas linguísticas dos tipos de textos e da composição dos diferentes gêneros;
- As particularidades linguísticas do texto literário;
- As variações linguísticas.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Loyola, 2003.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004

_____. Aula. São Paulo: Cultrix, 1989

BECHARA, Ivanildo. **Ensino de gramática**. Opressão? Liberdade? São Paulo: Ática, 1991

BRAGGIO, Sílvia L. B. **Leitura e alfabetização**: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1992.

_____. **Português**: língua e cultura. Curitiba: Base, 2003.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

FÁVERO, Leonor L.; KOCH, Ingedore G. V. **Linguística textual**: uma introdução. São Paulo: Cortez, 1988.

GERALDI, João W. **Concepções de linguagem e ensino de Português**. In: João W. (org.). O texto na sala de aula. 2.ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação para promover**. São Paulo: Mediação, 2000.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. 7ªed. Campinas, SP: Pontes, 2000.

KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz C. **A coerência textual**. 3ªed. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. A inter-ação pela linguagem. São Paulo: Contexto, 1995.

KRAMER. **Por entre as pedras**: arma e sonho na escola. 3ªed. São Paulo: Ática, 2000.

LAJOLO, Marisa. **Leitura e escrita com a experiência**: notas sobre seu papel na formação In: ZACCUR, E. (org.). A magia da linguagem. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 1999.

LAJOLO, Marisa **O que é literatura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**. São Paulo: Cortez, 2001

DISCIPLINA - MATEMÁTICA

Carga horária total: 360 h/a - 300h

EMENTA

Números e Álgebra, Geometrias, Funções e Tratamento de Informação, e as relações existentes entre os campos de estudo da disciplina de Matemática.

CONTEÚDOS

- Conjunto de números reais e noções de números complexos;
- Matrizes;
- Determinantes;
- Sistemas Lineares;
- Polinômios;
- Função afim;
- Função quadrática;
- Função exponencial;
- Função logarítmica;
- Função trigonométrica;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Função modular;
- Progressão Aritmética;
- Progressão Geométrica;
- Geometria Plana;
- Geometria Espacial;
- Geometria Analítica;
- Noções Básicas de geometria não-euclidiana;
- Análise Combinatória;
- Binômio de Newton;
- Probabilidades;

Matemática Financeira:

- Capitalização composta: juro composto, desconto composto (por dentro e por fora);
- Cálculos de taxas;
- Amortização;
- Depreciação;
- Financiamento.
- Estatística: Conceito de estatística;
- Arredondamento de números;
- Propriedades da somatória;
- Variável discreta e contínua;
- Populações e amostras;
- Técnicas de amostragem: amostragem causal simples, sistemática e estratificada;
- Tendenciosidade da amostra;
- Séries estatísticas;
- Medidas de tendência central (ou de posição): média, mediana, moda, quartis.
- Medidas de dispersão: Variância, desvio padrão, coeficiente de variação;
- Distribuição de frequências: dados brutos, rol, tabela de frequências, elementos de uma distribuição de frequências, tipos de frequências.
- Apresentação gráfica;
- Dados agrupados: histograma e outros gráficos;
- Noções de correlação e regressão;
- Aplicação da estatística a Administração.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, P. **Avaliação e educação matemática**. Série reflexões em educação matemática. Rio de Janeiro: MEM/USU/GEPEM, 1994.

BARBOSA, J. C. **Modelagem matemática e os professores**: a questão da formação Bolema: Boletim de Educação Matemática, Rio Claro, n.15, p. 5-23, 2001.

BASSANEZI, R. C. **Ensino-aprendizagem com modelagem matemática**: uma nova estratégia. São Paulo: Contexto, 2002.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

BICUDO, M. A. V.; BORDA, M. C. (Orgs.) **Educação matemática pesquisa em movimento**. São Paulo: Cortez, 2004.

BORBA, M. C.; PENTEADO, M. G. **Informática e educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BORBA, M. **Educação matemática**: pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, 2004. p. 13-29.

CARAÇA, B. J. **Conceitos fundamentais da matemática**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2002.

COURANT, R.; ROBBINS, H. **O que é matemática?** Uma abordagem elementar de métodos e conceitos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2000.

DANTE, L. R. **Didática da resolução de problemas**. São Paulo: Ática, 1989.

D' AMBRÓSIO, B. **Como ensinar matemática hoje?** Temas e debates. Rio Claro, n. 2, ano II, p. 15 – 19, mar. 1989.

D'AMBRÓSIO, U., BARROS, J. P. D. **Computadores, escola e sociedade**. São Paulo: Scipione, 1988.

DISCIPLINA - QUÍMICA

Carga horária total: 160 h/a - 133h

EMENTA

Matéria e sua natureza; Química orgânica sintética. As ligas metálicas (de ouro, níquel-cromo, estanho-antimônio, etc.) e suas propriedades químicas.

CONTEÚDOS

- A química na abordagem do cotidiano;
- Definições de química;
- Estrutura da matéria;
- Substâncias simples e compostas;
- Métodos de separação de misturas;
- Fenômenos físicos e químicos;
- Modelos atômicos;
- Diagrama de energia e distribuição eletrônica;
- Tabela periódica;
- Classificação;
- Propriedades;
- Ligações químicas;
- Regras de ligações;
- Ligação iônica;
- Ligação covalente;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Geometria molecular;
- Polaridade de ligações e moléculas;
- Oxi-redução;
- Ligação metálica;
- Forças intermoleculares;
- Reação de simples troca ou deslocamento;
- Reação de síntese ou adição;
- Reação de análise ou decomposição;
- Reação de dupla troca;
- Reações de oxi-redução;
- Radioatividade;
- Introdução a química orgânica;
- Estudo do carbono;
- Tipos de ligações covalentes e as formas de hibridação do carbono;
- Funções orgânicas: Identificação, propriedades, nomenclatura e elaboração de fórmulas;
- Isomeria;
- Conceito de ácidos e bases de acordo com as teorias de Arrhenius, Brønsted-Lowry e Lewis;
- Propriedades químicas das ligas metálicas observando o intervalo de fusão e a densidade da liga;
- Distinguir os problemas, causas e soluções no processo da fundição tais como: falhas na fundição e solidificação com o preenchimento incompleto do molde; porosidade por contração, porosidade por gás e por retroaspiração.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Marcelo de Moura. **Fundamentos de química orgânica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

CARVALHO, Geraldo Camargo de. **Química Moderna**. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: Editora Scipione, 2000.

COMPANION, Audrey Lee. **Ligação química**. São Paulo: Edgard Blucher, 1975.

FELTRE, Ricardo. **Química**. Volumes 1,2 e 3. São Paulo: Moderna, 1996.

FERNANDEZ, J. **Química orgânica experimental**. Porto Alegre: Sulina, 1987.

GALLO NETTO, Carmo. **Química**. Volumes I, II e III. São Paulo: Scipione, 1995.

SOCIOLOGIA

Carga horária total: 320 h/a - 267h

EMENTA



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiieepmaringa@seed.pr.gov.br

O surgimento da Sociologia e as Instituições Sociológicas; Processo de socialização e instituições sociais; Cultura e indústria cultural; Trabalho, produção e classes sociais; Poder, política e ideologia; Direito, Cidadania e movimentos sociais a partir das diferentes teorias sociológicas. Relações sociais no meio rural e na cidade, estigmas, preconceitos e dominação nos espaços marginais, organizações sociais do campo, conflitos, movimentos.

CONTEÚDOS

- Formação e consolidação da sociedade capitalista e o desenvolvimento do pensamento social;
- Teorias sociológicas clássicas: Comte, Durkheim, Engels e Marx, Weber;
- O desenvolvimento da sociologia no Brasil;
- Processo de socialização;
- Instituições sociais: familiares, escolares e religiosas;
- Instituições de reinserção (prisões, manicômios, educandários, asilos, etc);
- Desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição na análise das diferentes sociedades;
- Diversidade cultural;
- Identidade;
- Indústria cultural;
- Meios de comunicação de massa;
- Sociedade de consumo;
- Indústria cultural no Brasil;
- Questões de gênero;
- Cultura afrobrasileira e africana;
- Culturas indígenas;
- O conceito de trabalho e o trabalho nas diferentes sociedades;
- Desigualdades sociais: estamentos, castas, classes sociais;
- Organização do trabalho nas sociedades capitalistas e suas contradições;
- Globalização e neoliberalismo;
- Relações de trabalho;
- Trabalho no Brasil;
- Formação e desenvolvimento do Estado Moderno;
- Democracia, autoritarismo, totalitarismo;
- Estado no Brasil;
- Conceitos de poder;
- Conceitos de ideologia;
- Conceitos de dominação e legitimidade;
- As expressões da violência nas sociedades contemporâneas;
- Direitos: civis, políticos e sociais;
- Direitos humanos;
- Conceito de cidadania;
- Movimentos sociais;
- Movimentos sociais no Brasil;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- A questão ambiental e os movimentos ambientalistas;
- A questão das ONGs;
- Mudanças nos padrões de sociabilidade provocados pela globalização, desemprego, subemprego, cooperativismo, agronegócios, produtividade, capital humano, reforma e trabalhista;
- Organização internacional do trabalho;
- Neoliberalismo;
- Relações de mercado, avanço científico e tecnológico e os novos modelos de sociabilidade;
- Elementos de Sociologia Rural e Urbana: relações sociais no campo e nas cidades, novas organizações familiares, territórios marginais: estigma, preconceito, exclusão, organizações sociais do campo, conflitos, movimentos, padrões de dominação e violência.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.(Org.). **A dialética do trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

AZEVEDO, F. **Princípios de sociologia**: pequena introdução ao estudo da sociologia geral. 11. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

BOBBIO, N. **A teoria das formas de governo**. 4.ed. Brasília: Unb, 1985.

CARDOSO, F.H., **O modelo político brasileiro**. Rio Janeiro: Dofel, 1977

DURKHEIM, E. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1978.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio Janeiro. Zahar, 1968

GORZ, A., **Crítica da divisão do trabalho**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

LOWY, M., **Ideologia e ciência social**. São Paulo: Cortez, 1985.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2002.

SANTOS, B de S., **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez. 1999.

_____, **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2002.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2002

LEM: INGLÊS

Carga horária total: 160 h/a - 133h



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaeepmaringa@seed.pr.gov.br

EMENTA

O discurso enquanto prática social em diferentes situações de uso. Práticas discursivas (oralidade, leitura e escrita) e análise linguística.

CONTEÚDOS

Oralidade:

- Aspectos contextuais do texto oral;
- Intencionalidade dos textos;
- Adequação da linguagem oral em situações de comunicação, conforme as instâncias de uso da linguagem;
- Diferenças léxicas, sintáticas e discursivas que caracterizam a fala formal e informal;
- Compreensão do texto de maneira global e não fragmentada;
- Contato com diversos gêneros textuais;
- Entendimento do aluno sobre o funcionamento dos elementos linguísticos /gramaticais do texto;
- Importância dos elementos coesivos e marcadores de discurso;
- Provocar outras leituras;
- A abordagem histórica em relação aos textos literários;
- Trabalho com o texto visando provocar reflexão, transformação;
- Adequar o conhecimento adquirido à norma padrão;
- Clareza na exposição de ideias;
- Utilização dos recursos coesivos;
- Elementos de coesão e coerência, incluindo os conteúdos relacionados aos aspectos semânticos e léxicos;
- Conteúdos relacionados à norma padrão: concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, tempos verbais;
- Gêneros discursivos: jornalísticos, charges, cartas, receitas, cartoons, informativos, literários;
- Interdiscurso: intertextualidade, intencionalidade, contextualização, etc;
- Particularidades linguísticas: aspectos pragmáticos e semânticos no uso das diferentes línguas;
- Gêneros Textuais diversificados (narrativos, imprensa, divulgação científica, da ordem do relator, da ordem do expor, instrucionais ou prescritivos, lúdicos, narrativa gráfica visual, midiáticos, correspondência, etc.);
- Imagens, fotos, pinturas, esculturas;
- Mapas, croqui, recado, aviso, advertência, textos não verbais no geral, etc.

REFERÊNCIAS

AMOS, Eduardo; PRESCHER, Elizabeth; PASQUALIN, Ernesto. **Sun**: inglês para o Ensino Médio. 1. 2ª Edição. Rischmond: 2004.

MURPHY, RAYMOND. Essenssial Grammar in **Use**: gramática básica da língua inglesa. Cambridge: Editora Martins fontes.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

DISCIPLINAS ESPECÍFICAS:

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE PRODUÇÃO E MATERIAIS

Carga horária total: 120 h/a - 100h

1. EMENTA

Gestão de estoques. Compras. Indicadores Gerenciais. Recursos Patrimoniais. Estudo de logística e ênfase a todos os processos presentes nos setores produtivos.

2. OBJETIVOS

- Realizar estudos de técnicas e instrumentos de produção;
- Desenvolver capacidades para a tomada de decisões, buscando a produtividade e eficiência dos recursos;
- Dominar as técnicas de elaboração e implantação do plano operacional para uma empresa, com definição de objetivos, metas e sistemas de controle e avaliação do desempenho global;
- Exercer a função gerencial de produção/operação;
- Desenvolver a capacidade de raciocínio para interpretar o sistema de classificação de materiais;
- Identificar os custos dos produtos no transporte de produção;
- Fazer observações sistemáticas de aspectos do algoritmo de localização de fábrica;
- Entender o processo de elaboração da cadeia de suprimento;
- Identificar os tipos de demanda de suprimento;
- Resolver situações problemas, sabendo validar estratégias e apresentar resultados;
- Identificar e compreender a dinâmica de gerenciamento informatizado de suprimento;
- Articular o conhecimento administrativo em uma perspectiva interdisciplinar;
- Sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos desenvolvendo a auto-estima e a perspectiva na busca de soluções;
- Interagir com seus pares de forma cooperativa;
- Trabalhar coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, identificando aspectos consensuais ou não na discussão de um assunto, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles;

3. CONTEÚDOS

- Gestão de estoques;
- Codificação e classificação de materiais;
- Função;
- Política de estoques;
- Previsão (o que, quanto, quando, de quem);



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Custos (de armazenagem, de compras);
- Níveis de estoques (máximo, mínimo, segurança, ponto de pedido, rotatividade: giro e cobertura);
- Curva ABC;
- Sistemas de controle;
- Indicadores gerenciais;
- Nível de atendimento;
- Acurácia;
- Giro;
- Cobertura de estoque;
- Função;
- Sistema (solicitação, cotação, pedido/contrato);
- Desenvolvimento de novos fornecedores (uso da internet);
- Follow up;
- Prazos (de entrega, pagamento);
- Negociação;
- Recursos patrimoniais;
- Armazenamento;
- Movimentação;
- Distribuição física;
- Almoxarifado (o edifício: especificações para a guarda de materiais comuns, inflamáveis, alimentos pesados, etc.);
- Lay-out;
- Equipamentos de armazenagem;
- Uso de EP (responsabilidade legal do administrador);
- Embalagens;
- Localização inventário (geral e rotativo);
- Movimentação;
- Recebimento;
- Controle de qualidade (quarentena);
- Armazenagem (modelos e técnicas);
- Fornecimento/distribuição;
- Nível de atendimento;
- Equipamento;
- Patrimônio da empresa;
- Sistema de produção;
- Estruturas e roteiros;
- Fluxo de produção.

4. METODOLOGIA

Cada professor deverá, dentro de uma abordagem histórica, da resolução de problemas, partindo sempre da realidade e conhecimentos prévios dos alunos, traçar o caminho para levar os mesmos à compreensão do papel da administração da produção de materiais no contexto empresarial.

Dentro do conceito de abordagem histórica, a história da evolução dos processos que envolveram o ambiente de produção e materiais e a elaboração de estratégias para o desenvolvimento e implantação de orçamentos econômicos,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

assim como o desenvolvimento e a participação das pessoas é o ponto de partida para o aprendizado. Contar a história da disciplina que está sendo estudada e o contexto em que o conteúdo foi elaborado como conhecimento humano é uma estratégia para ilustrar as aulas de motivar os alunos a entender a importância do estudo da disciplina.

Através da resolução de problemas, o aluno defronta-se com as dificuldades e, a partir delas vai construindo seu saber para resolvê-las e, só depois toma conhecimento da teoria que dá suporte aos procedimentos que utilizou. Esta é a tendência que deve estar presente no ensino por possibilitar ao aluno a alegria de vencer obstáculos criados por sua própria curiosidade.

O ensino deverá ser trabalhado de forma contextualizada, partindo do conhecimento que cada aluno já traz consigo, visando maior aproveitamento das relações existentes entre os conteúdos e o contexto social ou pessoal. Procedendo assim, o que está sendo aprendido terá maior significado, visto que todo conhecimento envolve uma relação ativa entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Dessa forma, a contextualização ajuda no desenvolvimento da capacidade de relacionar o que é aprendido pelo aluno com o que ele observa na sua vida profissional.

Os conteúdos não devem ser colocados como produtos acabados e prontos, transmitidos apenas da forma expositiva, reduzindo os alunos a meros expectadores. É necessário que cada um participe da construção do próprio conhecimento, de forma mais ativa e crítica, relacionando cada um com a prática, com o uso em sua vida e em sua profissão.

Para conseguir esse objetivo, o professor deve permitir que os alunos interajam entre si e aprendam uns com os outros, que sejam participantes em todos os domínios do fenômeno educativo. Simultaneamente, deve haver lugar em uma exploração individual quando tal for sentido necessário. A questão central é que o estudante se torne um participante ativo em vez de um receptor passivo.

Deve ser objetivo do professor, levar o aluno a distanciar-se do senso comum explicando o conteúdo científico, a partir de aspectos concretos e conceitos simples, já de seu conhecimento. Deve também, fazer com que o aluno debata estes pontos em aula, compartilhando com todos os colegas experiências e exemplos, abstraindo novos conceitos que possam incrementar seu saber. Em momentos sucessivos cabe ao professor sugerir e mostrar inter-relações possíveis e despertar novas problematizações. Esse processo não é mecânico e deve ser conduzido com prudência e seu bom êxito depende exclusivamente do ambiente da sala, do interesse da classe pelo assunto, da simpatia que o professor desperta nos alunos e, principalmente, do domínio que ele tem sobre o assunto.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação, como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, abrange a atuação do professor, o desempenho do aluno, e os objetivos, a estrutura e o funcionamento da escola e do sistema de ensino.

É o elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino. Corresponde ao conjunto de ações que para o professor objetiva ajustar o ensino da disciplina; identificar como e o que foi aprendido. Para os alunos, possibilitar tomar consciência dos seus avanços, dificuldades e possibilidades. Ocorre durante todo o processo de



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

ensino-aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho.

É, portanto, um diagnóstico contínuo e dinâmico e se torna um instrumento fundamental para repensar e reformular os métodos, os procedimentos e as estratégias de ensino. A verificação do aproveitamento do aluno deve abranger vários tipos de instrumentos de avaliação além das provas, trabalhos e seminários como: entrevistas e conversas informais; auto avaliação e principalmente a observação.

6. REFERÊNCIAS

ARNOULD, J. R. Tony. **Administração de materiais**: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999.

BALLOU, R. H. **Logística empresarial**: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1995.

MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando P. **Administração da produção**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MAYER, R. R. **Administração de produção**. São Paulo: Atlas, 1997.

SLACK, Nigel. Et al. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 1999.

VIANA, João José. **Administração de materiais**: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000.

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Carga horária total: 80h-a – 67h

1. EMENTA

Mercado Financeiro e mercado de capitais. Moedas, taxas e mercado de câmbio entre países. Fontes de financiamento de curto e longo prazo. Ciclo econômico financeiro. Introdução ao orçamento. Princípios do orçamento. Componentes do orçamento. Demonstrações financeiras projetadas. Acompanhamento e análise orçamentária. Preparação de relatórios financeiros e orçamentários. Orçamento de capital. Tomada de decisão de investimento.

2. OBJETIVOS

- Buscar o referencial teórico que oriente a respeito da Administração Financeira e Orçamentária, visando a adoção de posturas e procedimentos práticos inerentes a disciplina.
- Desenvolver conhecimentos que permitam empregar as técnicas e ferramentas básicas utilizadas no mercado de capitais como instrumentos de trabalho.
- Expor as abordagens teóricas ligadas à gestão financeira de curto e longo prazo



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

para aplicá-las nas organizações e nos empreendimentos.

- Instrumentalizar-se para operacionalizar técnicas gerenciais financeiras que são imprescindíveis aos controles empresariais das modernas organizações.

3. CONTEÚDOS

- Mercado financeiro e mercado de capitais:
- Sistema financeiro nacional;
- Mercados financeiros;
- Bolsa de valores;
- Políticas econômicas;
- Moedas, taxas e mercado de câmbio entre países;
- Fontes de financiamento de curto e de longo prazo:
- Estrutura de capital;
- Fontes de curto prazo;
- Fontes de longo prazo;
- Custo de capital;
- Ciclo econômico financeiro:
- A atividade financeira;
- Os ciclos;
- Orçamento:
- Introdução ao orçamento;
- Princípios;
- Componentes;
- Elaboração demonstrações financeiras projetadas;
- Acompanhamento e análise orçamentária;
- Orçamento de capital e decisões de investimentos;
- Alavancagem financeira, capacidade de endividamento da empresa:
- Planejamento;
- Orçamento de vendas;
- Orçamento de produção;
- Orçamento de mão de obra;
- Orçamento de custos;
- Receita/despesa.

4. METODOLOGIA

Nessa disciplina será trabalhada a Administração Financeira e Orçamentária sob a ótica da moderna teoria financeira, a fim de fornecer aos alunos um embasamento teórico e prático das principais técnicas utilizadas na área de finanças e orçamentos, imprescindíveis ao processo empresarial de tomada de decisões.

As atividades didático-pedagógicas serão desenvolvidas em sala de aula e extraclasse, por meio de aulas expositivas, estudos de casos e resolução de exercícios em sala de aula, analisando os processos decisórios relacionados à aplicação de recursos no contexto do mercado financeiro brasileiro e internacional, particularmente no concernente à mensuração do risco que interfere nas taxas de



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

juros utilizados na avaliação de ativos e passivos financeiros, enfatizando ainda a importância de orçamentos no planejamento e controle da gestão empresarial.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação assume caráter formativo, integrado ao processo ensino-aprendizagem, permitindo ao aluno consciência de seu próprio caminhar, se expandindo em relação ao conteúdo e as propostas das tendências metodológicas, por meio de vários instrumentos de avaliação e sua frequência de aplicação, para, posteriormente tomar decisões quanto aos necessários ajustes, revisões e reorientações da prática docente. A recuperação de estudos deve ser considerada, permitindo a revisão e a reelaboração de conhecimentos não aprendidos, sendo possível revisar, reforçar ou reorganizar esses conhecimentos.

8. REFERÊNCIAS

CASAROTTO FILHO, Nelson; KIPITKE, Bruno Hartmut. **Análise de investimentos**. São Paulo: 2000.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2000.

WELSCHE, G. A. **Orçamento empresarial**: planejamento e controle do lucro. São Paulo: USP, 1996.

AGUSTINI, Carlos Alberto Di. **Capital de giro**. São Paulo: Atlas, 1999.

ÂNGELO, C.F. de. e SILVEIRA, J.A.G. da. **Finanças no varejo**: gestão operacional. São Paulo: Atlas, 1997.

BRAGA, R. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1998.

DISCIPLINA - COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

Carga horária total: 80 h/a - 67h

EMENTA

Abordagem Comportamental da Administração: Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional. Abordagem Contingencial. Teoria Z. Administração Participativa. Administração da Qualidade: Fundamentos e princípios da Qualidade Total. Estrutura organizacional: comunicação, relações intergrupais, liderança

CONTEÚDOS



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Teoria comportamental:
- Fundamentos e princípios;
- Teorias do desenvolvimento organizacional:
- Origens e princípios básicos;
- Motivação humana;
- Estilos de administração;
- Processo de decisão;
- Mudança organizacional;
- Comportamento organizacional;
- Cultura organizacional;
- Apreciação crítica;
- Teoria da contingência:
- Origens e princípios básicos;
- Ambiente e tecnologia;
- Desenho organizacional;
- Modelo contingencial de motivação;
- Apreciação crítica;
- Teoria Z:
- Origens e princípios básicos;
- Administração participativa, administração da qualidade:
- Fundamentos e princípios;
- Globalização;
- Reengenharia;
- Benchmarking;
- Downsizing;
- Perspectivas de compreensão da estrutura organizacional:
- Organização formal e informal;
- Características organizacionais;
- Tipos de organização;
- Dinâmica comunicativa:
- Estruturas comunicativas;
- Bloqueios e conflitos;
- Aspectos formais e informais;
- Dinâmica das relações intergrupais:
- Grupos e equipes;
- Medidas de atitudes;
- Liderança:
- Abordagem de traço e de tipo;
- Abordagem comportamental;
- Teorias de liderança;
- Motivação e atitudes:
- Teorias de motivação;
- Satisfação e desempenho;
- Clima organizacional.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. **Psicologia aplicada à administração**: teoria crítica e a questão ética nas organizações. São Paulo: Excellus, 1992.

SPECTOR, Paulo E. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BERGAMINI, C.W. **Psicologia aplicada à administração de empresas**: psicologia do comportamento organizacional. São Paulo: Atlas, 1996.

FIGLIOLI, José Osmir. **Psicologia para administradores**: integrando teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

ROBBINS, S. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Editora Pearson Educatio, 2002.

DISCIPLINA - CONTABILIDADE

Carga horária total: 80 h/a - 67h

1 - EMENTA

Técnicas contábeis e análise das demonstrações contábeis.

2 - CONTEÚDOS

- Noções básicas de contabilidade:
- Funções;
- Princípios e normas;
- Campos de atuação;
- Métodos das partidas dobradas;
- Mecanismos de escrituração contábil:
- Plano de contas;
- Funções das contas e lançamentos;
- Métodos de avaliação de estoque (PEPS, UEPS e custo médio);
- Noções das demonstrações contábeis (DRE e BP);
- Noções de folha de pagamento;
- Noções de custos;
- Capital de giro;
- Fluxo de caixa;
- Análise das demonstrações contábeis e financeiras (vertical e horizontal);
- Índices econômicos e financeiros;
- Uso de recursos informatizados.

3 - REFERÊNCIAS



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

FRANCO, Hilário. **Contabilidade gerencial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 1998

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

SÁ, Antônio Lopes. **Princípios fundamentais de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

DISCIPLINA - ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS

Carga horária total: 80 h/a - 67h

1. EMENTA

Projeto desenvolvido nas modalidades de plano de negócio, estudo de caso, perfil de consumidor entre outros.

2. OBJETIVOS

- Conhecer os requisitos necessários para os processos de pesquisas para elaboração de um projeto nas modalidades de plano de negócio.
- Compreender os conceitos de projetos e aspectos administrativos, legais e mercadológicos.

3. CONTEÚDOS

Roteiro de projeto;
Coleta de dados;
Redação do projeto;
Técnicas de Apresentação.

4. METODOLOGIA

A disciplina - Elaboração e Análise de Projeto tem como concepção fornecer subsídios e conhecimentos necessários para a elaboração de projetos de investimentos – Planos de Negócios.

A metodologia adotada nesta disciplina será desenvolvida com aulas teórico-expositivas, com uso de leitura de textos (livro) e textos complementares, utilizando o laboratório de informática, onde o aluno realizará tarefas/pesquisas na internet, voltadas para as rotinas do cotidiano das organizações.

Recursos utilizados: laboratório de informática (computador, internet); TV Pendrive, projetor de multimídias. DVD/vídeos e outros.



5. AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação são comuns a um processo interativo de ensino-aprendizagem no qual serão tomadas medidas de valores sobre os conhecimentos aplicados pelo professor e posteriormente apreendidos pelo aluno. A avaliação será diagnóstica e contínua, realizadas por meio de observação do desempenho e participação dos alunos, onde serão feitas de forma diversificada como: avaliação escrita, elaboração de trabalhos escolares individual/equipe; seminários e outros.

6. REFERÊNCIAS

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Projeto de pesquisa**: Propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1991.

MALHOTRA. N. **Pesquisa de Mkt**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

RODRIGUES, Tui Martinho. **Pesquisa acadêmica**: Como Facilitar o Processo de Preparação de suas Etapas. Editora Atlas, 2007.

DISCIPLINA - GESTÃO DE PESSOAS

Carga horária total: 120 h/a - 100h

1. EMENTA

Evolução das modalidades de gestão de pessoas nas organizações. Processos e atividades de gestão de pessoas nas organizações.

2. OBJETIVOS

- Demonstrar a evolução histórica da Gestão de Pessoas conceituando-a e a seus processos e funções bem como o planejamento estratégico das organizações.
- Utilizar conceitos e técnicas de recrutamento e seleção, bem como métodos, dinâmicas e testes, promovendo outros conteúdos pertinentes aos processos inerentes à gestão de pessoas nas organizações.

3. CONTEÚDOS

- Evolução da administração de pessoas;
- Evolução histórica da administração de R.H. no Brasil;
- A Administração de R.H. e os seus Processos;
- As principais tendências da gestão de pessoas na organização;
- Função do gestor de recursos humanos.
- As organizações e a administração de pessoas;
- Interação organização/indivíduo;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Planejamento Estratégico da Gestão de Pessoas;
- Desenvolvendo objetivos, políticas, planejamento e desenvolvimento.
- Recrutamento e Seleção:
- Métodos de recrutamento;
- Técnicas de seleção:
- Entrevistas;
- Dinâmicas;
- Provas de conhecimento;
- Testes de personalidade;
- Desenvolvimento e treinamento:
- Diagnóstico;
- Processo;
- Avaliação;
- Política de salários:
- Remuneração;
- Avaliação de desempenho:
- Auto avaliação;
- Avaliação 360°.

4. METODOLOGIA

Para nortear a disciplina de Gestão de Pessoas, é necessário, primeiramente, fundamentá-la com os conceitos e princípios mais básicos, considerando-se que houve uma modernização e uma mudança de nomenclatura – de Recursos Humanos para Gestão de Pessoas – e esse procedimento envolve todo um arcabouço teórico que foi construído durante algum tempo, desenvolvido por experiências práticas no interior das organizações, transformado e apreendido como conhecimento científico e disciplinar.

Ao contemplar o trabalho como princípio educativo, tomaremos como base o materialismo histórico dialético, compreendendo a educação enquanto fruto das relações sociais, políticas e culturais.

A metodologia das aulas se desenvolverá de forma dinâmica, através da explanação de conteúdos por meio de aulas expositivas, estudos de casos, produção de textos sobre os conteúdos aplicados, seminários e dinâmicas voltadas à gestão organizacional.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação, de caráter contínuo, diagnóstico e processual, tem a finalidade de assegurar ao aluno a aquisição de conhecimentos que promovam sua autonomia na busca de solução de problemas, uma vez que através da avaliação será possível investigar quais conhecimentos não foram aprendidos, para revisão dos procedimentos e retomada dos conteúdos.

A avaliação proposta parte do princípio de que conteúdos iniciais da disciplina são fortemente teóricos e que são aplicados testes com a intencionalidade de verificação da apreensão dos conteúdos dados e resenhas que contemplem parte



do conteúdo proposto por meio de pesquisas e consultas em geral.

6. REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, A. de L. **Administração de recursos humanos**: um enfoque profissional. São Paulo: Atlas, 1996.

RIBEIRO, A de L. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Editora Saraiva: 2006

DESSLER, G. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

PONTELO, Juliana. Cruz, Lucineide. **Gestão de pessoas**. Manual de Rotinas Trabalhistas. Brasília: Senac. 2006.

DISCIPLINA - INFORMÁTICA

Carga horária total: 160 h/a - 133h

1. EMENTA

Aspectos teóricos e práticos para o uso de informação na gestão empresarial. Aplicação de ferramentas informatizadas. Operação de Computadores e de Sistemas Operacionais.

2. OBJETIVOS

- Compreender os conceitos básicos da arquitetura geral dos computadores e ferramentas informatizadas.
- Conhecer a Informática na administração da organização e sua aplicabilidade prática, viabilizando seus processos administrativos e operacionais.
- Buscar elementos que levem à aquisição dos conceitos da computação, com a finalidade de fazer uso dos computadores e da informática como ferramenta necessária às diversas tarefas cotidianas profissionais.

3. CONTEÚDOS

- Arquitetura geral de computadores;
- Periféricos:
- Mouse (convencional/ótico);
- Monitores (convencional/LCD);
- Teclados (ABNT);
- Impressoras (matricial/jato de tinta/laser);
- Scanner/câmeras;
- Funções do sistema operacional;
- Serviços do sistema operacional;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Configurações (Painel de Controle);
- Gerenciamento de arquivos;
- Operação e configuração de programas de computadores;
- Processadores de Texto (formatação básica, organogramas, desenho, figuras, mala direta, etiquetas);
- Planilha eletrônica (Formatação, fórmulas, funções, gráficos).

4. METODOLOGIA

A disciplina de Informática tem como metodologia aplicar os conceitos básicos e práticos relativos ao uso das Tecnologias de Informações e Comunicações (TICS) na atividade dessas tecnologias, direcionadas especificamente como ferramentas organizacionais.

Os conteúdos da disciplina serão trabalhados de forma a desenvolver a capacidade de ação / reflexão dos educandos por meio das experiências de vida, levando-os a apropriar-se do conhecimento científico historicamente produzido pela humanidade, possibilitando a compreensão mais efetiva e contextualizada da realidade. Os recursos utilizados: Laboratório de Informática (computador, Internet), TV Pendrive, Projetor de Multimídia, DVD / Vídeos e outros.

5. AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação são comuns a um processo interativo de ensino-aprendizagem, no qual serão tomadas medidas de valores sobre os conhecimentos aplicados pelo professor e posteriormente apreendidos (aluno).

A avaliação será diagnóstica e contínua, realizadas por meio de observação do desempenho e participação dos alunos, onde serão feitas de forma diversificada como: Avaliação escrita/prática, elaboração de trabalhos escolares individual/equipe; seminários e outros.

6. REFERÊNCIAS

CAPRON, H.L., JOHNSON, J.A. **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

MARILYN M.; ROBERTA B. & PFAFFENBERGER, B. **Nosso futuro e o computador**. 3.ed. Bookman, 2000.

NORTON, PETER, **Introdução à informática**, Editora Makron Books, 1997.

MINK, CARLOS, **Microsoft Office, 2000**. Editora Makron Books. Ltda, 1999.

WHITE, R., **Como funciona o computador**. 8.ed. Editora QUARK, 1998.

CATAPULT, Inc. **Microsoft Windows 98 passo a passo**. São Paulo: Makron Books, 1999.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

CATAPULT, Inc. **Microsoft Excel 2000 passo a passo**. São Paulo: Makron Books, 2000.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À ECONOMIA

Carga horária total: 120 h/a - 100h

1. EMENTA

Conhecimentos gerais sobre os diversos aspectos que envolvem a economia atual. Abordagem histórica da economia; definições e abordagens conceituais. Variável micro e macroeconômicas. O Brasil no mercado globalizado: contas nacionais, o papel do setor público, emprego e renda, política monetária, câmbio e balança de pagamentos, transferências, estabilização e crescimento. A dinâmica da dependência econômica e tecnológica. Déficit ambientais.

2. OBJETIVOS

- Conhecer os princípios básicos da ciência econômica que irão nortear as leis que regem e regulam esses princípios.
- Compreender e interpretar dados econômicos que compõem a Economia, de maneira que possam analisar fatos/ocorrências e suas consequências para pessoas e localidades.

3. CONTEÚDOS

- Introdução ao estudo da economia:
- Problemas básicos de um sistema econômico;
- Necessidades do ser humano – Lei da Escassez;
- Definição de economia;
- Relação da economia com as demais ciências;
- Dez princípios da economia;
- Evolução do pensamento econômico:
- A economia na antiguidade;
- Mercantilismo;
- Liberalismo econômico;
- A escola fisiocrata;
- A escola clássica;
- Pensamento liberal e reações;
- A teoria marginalista;
- O Keynesianismo;
- Demanda:
- Principais variáveis determinantes da demanda;
- Deslocamento da curva e ao longo da curva de demanda;
- Oferta:



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Principais variáveis determinantes da oferta;
- Deslocamento da curva e ao longo da curva de oferta;
- Elasticidade:
- Elasticidade-preço;
- Elasticidade renda e receita total;
- Economia Brasileira:
- Desenvolvimento e dependência;
- As contas nacionais e papel do setor público;
- PIB e distribuição da riqueza;
- O papel do mercado interno e da matriz de exportações;
- O Brasil no mercado globalizado;

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta disciplina será embasada no referencial teórico-metodológico fundamentado no materialismo histórico/dialético, contemplando o trabalho como princípio educativo. Será utilizado o trabalho com livro texto e textos complementares sobre Economia Digital para atualização de dados/conteúdos; também serão usadas revistas especializadas: Exame, Isto é Dinheiro, Você S/A, entre outras com a mesma finalidade, transferir a contemporaneidade para a sala de aula.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação apresentada no Projeto Político Pedagógico desta instituição é de caráter contínuo, diagnóstico e processual, prevendo, portanto, a retomada dos conteúdos, visando atingir os objetivos propostos na disciplina, serão utilizados instrumentos diversificados para verificar a apropriação do conhecimento pelo aluno, apropriação esta que implica em avanços, recuos e reformulações.

Os critérios de avaliação que serão adotados são pertinentes aos conteúdos listados e que depois de aplicados, serão testados por meio de provas e resenhas escritas a partir do que foi proposto. Serão cobrados seminários como complemento da avaliação.

6. REFERÊNCIAS

LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira. **Economia brasileira**: fundamentos e atualidades. São Paulo: Atlas, 2001.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval & outros. **Economia brasileira contemporânea**: para cursos de economia e administração. São Paulo: Atlas, 1999.

ARAÚJO, C.R.V. **História do pensamento econômico**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1996.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÊM, Cláudia Ana. **Finanças públicas**: Teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

LACERDA, Antônio Corrêa de. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2000.

VASCONCELOS, Marco Antonio.: GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

DISCIPLINA: MARKETING

Carga horária total: 80 h/a - 67h

1. EMENTA

Conceitos e fundamentos do Marketing. O conhecimento do mercado. O Marketing na integração das estratégias empresariais. Comportamento do consumidor, ambiente concorrencial, ferramentas fundamentais do *Marketing*.

2. OBJETIVOS

- Compreender o conceito de ambiente em Marketing;
- Conhecer o processo de decisão em compras como também as técnicas de vendas;
- Identificar as formas de elaborar o plano promocional e de marketing;
- Relacionar e entender o comportamento do consumidor.
- Entender os conceitos e o ambiente de marketing;
- Identificar o mercado consumidor e suas exigências;
- Desenvolver a capacidade de raciocínio para interpretar o sistema de informação de marketing;
- Identificar produtos e marcas;
- Fazer observações sistemáticas de aspectos administrativos, sobre o marketing de relacionamento e as técnicas de vendas estabelecendo inter-relações entre eles;
- Entender o processo de decisão de compra do seu cliente;
- Identificar a relação entre o atendimento e o relacionamento com o cliente;
- Resolver situações problemas, sabendo validar estratégias e apresentar resultados;
- Identificar e compreender o comportamento do consumidor;
- Articular o conhecimento administrativo em uma perspectiva interdisciplinar;
- Sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos desenvolvendo a auto estima e a perseverança na busca de soluções;
- Interagir com seus pares de forma cooperativa;
- Trabalhar coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, identificando aspectos consensuais ou não na discussão de um assunto, respeitando o modo de pensar do grupo.

3. CONTEÚDOS

- Conceito de *marketing*:



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- O que é *marketing*;
- História do *marketing*;
- Os 4 P's (produto, preço, promoção, praça);
- Ferramentas do *marketing*:
- *Merchandising*;
- *Marketing* direto;
- *E-commerce*;
- Pós vendas;
- Análise de comportamento de mercado:
- Definição de consumidor;
- Segmentação de mercado;
- Processo de decisão de compra;
- Definição de necessidades, desejos e satisfação;
- Produtos, Marcas e embalagens:
- Definição de produto;
- Ciclo de vida dos produtos;
- Conceito de marcas;
- Conceito de embalagens;
- Vendas:
- Análise de concorrência;
- Atendimento;
- Comunicação (saber usar uma linguagem com o consumidor);
- Sistema Integrado de marketing:
- Pesquisa de mercado;
- Tabulação de dados;
- Aplicação da pesquisa.

4. METODOLOGIA

Cada professor deverá, dentro de uma abordagem histórica, da resolução de problemas, partindo sempre da realidade e conhecimento prévio dos alunos, traçar o caminho para levá-los à compreensão do papel do marketing no contexto empresarial.

Dentro do conceito de uma abordagem histórica, a história da evolução dos processos que envolveram o ambiente de marketing e a elaboração de estratégias para o aumento das vendas na conjuntura sócio-econômica, assim como o envolvimento e a participação das pessoas é o ponto de partida para o aprendizado. Contar a história da disciplina que está sendo estudada e o contexto em que o conteúdo específico foi elaborado como conhecimento humano é uma estratégia para ilustrar as aulas e motivar os alunos a entender a importância do estudo da disciplina.

Através da resolução de problemas, o aluno defronta-se com os problemas e, a partir deles vai construindo seu saber para resolvê-los e, só depois toma conhecimento da teoria que dá suporte aos procedimentos que utilizou. Esta é a tendência que deve estar presente no ensino por possibilitar ao aluno a alegria de vencer obstáculos criados por sua própria curiosidade.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

O ensino deverá ser trabalhado de forma contextualizada, partindo do conhecimento que cada aluno já traz consigo, visando maior aproveitamento das relações existentes entre os conteúdos e o contexto social ou pessoal. Procedendo assim, o que está sendo aprendido terá maior significado, visto que todo conhecimento envolve uma relação ativa entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Dessa forma, a contextualização ajuda no desenvolvimento da capacidade de relacionar o que é aprendido pelo aluno com o que ele observa na sua vida profissional.

Os conteúdos não devem ser colocados como produtos acabados e prontos, transmitidos apenas da forma expositiva, reduzindo os alunos a meros expectadores. É necessário que cada um participe da construção do próprio conhecimento, de forma mais ativa e crítica, relacionando cada um com a prática, com o uso em sua vida e em sua profissão. Para conseguir esse objetivo, o professor deve permitir que os alunos interajam entre si e aprendam uns com os outros, que sejam participantes em todos os domínios do fenômeno educativo. Simultaneamente, deve haver lugar para uma exploração individual quando tal for sentido necessário. A questão central é que o estudante se torne um participante ativo em vez de um receptor passivo.

O professor deve adotar várias condutas na sua prática de sala de aula: a) orientador de determinada atividade em que o discente constrói seu conhecimento a partir do seu raciocínio e conhecimentos anteriores; b) provocador de debates e questões, colocando o aluno em confronto com seus raciocínios e representações verbais ou escritas; c) expositor de um conhecimento formalizado e sistematizado isso, quando a classe já estiver apta a acompanhar o raciocínio e formular seus próprios conceitos.

Deve ser objetivo do professor, levar o aluno a distanciar-se do senso comum explicando os aspectos concretos por meio de conceitos simples, a princípio, para atingir a dimensão científica do conhecimento. Deve também fazer com que o aluno debata os conteúdos em aula, compartilhando com todos os colegas experiências e exemplos, abstraindo novos conceitos que possam incrementar seu saber. Em momentos sucessivos cabe ao professor sugerir e mostrar inter-relações possíveis e despertar novas problematizações. Esse processo não é mecânico e deve ser conduzido com prudência e seu bom êxito depende exclusivamente do ambiente da sala, do interesse da classe pelo assunto, da simpatia que o professor desperta nos alunos e, principalmente, do domínio que ele tem sobre o assunto.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação, como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, abrange a atuação do professor, o desempenho do aluno, e os objetivos, a estrutura e o funcionamento da escola e do sistema de ensino.

É o elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino. Corresponde ao conjunto de ações que para o professor objetiva ajustar o ensino da disciplina; identificar como e o quê foi aprendido. Para os alunos, possibilita tomar consciência dos seus avanços, dificuldades e possibilidades. Ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho. É, portanto, um diagnóstico contínuo e



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaileepmaringa@seed.pr.gov.br

dinâmico e se torna um instrumento fundamental para repensar e reformular os métodos, os procedimentos e as estratégias de ensino.

A verificação do aproveitamento do aluno deve abranger vários tipos de instrumentos de avaliação além das provas, trabalhos individuais e em equipes como: seminários, entrevistas e conversas informais; auto avaliação e principalmente a observação.

6. REFERÊNCIAS

Philip Kotler. **Administração de marketing**. São Paulo: Atlas, 2000.

COBRA, Marcos. **Administração de marketing**. São Paulo: Atlas, 2000.

GRACIOSO, Francisco. **Marketing estratégico**. São Paulo: Atlas, 2001.

BENNETT, P. D. **O comportamento do consumidor**. São Paulo: Atlas, 1995.

GRACIOSO, Francisco. **Marketing: o sucesso em 5 movimentos**. São Paulo: Atlas, 1998.

GRUENWALD, G. **Como desenvolver e lançar um produto novo no mercado**. São Paulo: Makron Books, 1994.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing: conceito, exercícios, casos**. 4. Ed.. São Paulo: Atlas, 1997.

DISCIPLINA - NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO

Carga horária total: 120 h/a - 100h

1. EMENTA

O estado moderno e a noção de direito: fundamentos e doutrina do direito. Ordenamento Jurídico Legislação: Constituição Federal, legislação trabalhista e previdenciária. Direito Civil, Administrativo, Tributário e Direito Difuso.

2. OBJETIVOS

- Conhecer o que é o estado moderno a fim de desenvolver noções de direito;
- Refletir sobre os fundamentos do direito reconhecê-lo na legislação social e do trabalho;
- Analisar o ordenamento jurídico valorizando a Constituição Federal, a fim de identificar a legislação trabalhista e previdenciária;
- Conhecer direito civil, administrativo, tributário e difuso.

3. CONTEÚDOS

Estado moderno e a noção de direito:

- Fundamentos e doutrina do direito;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Legislação:

- Constituição Federal;
- Legislação trabalhista;
- Previdenciária;

Hierarquia das Leis:

- Norma fundamental;
- Norma secundária;
- Norma de validade derivada;
- Hierarquia das fontes formais;
- Fontes estatais do direito;
- Processo legislativo e espécies normativas;
- Noções básicas de direito do trabalho;
- Princípios gerais do direito do trabalho;
- Trabalho da mulher, menor e portador de necessidades especiais;

Organização Internacional do Trabalho (OIT):

- Principais convenções internacionais sobre direito do trabalhador;
- Conteúdo legal do contrato de trabalho;
- Elementos da responsabilidade civil e criminal do empregador;
- Competências;

Direito Civil:

- Pessoas;
- Capacidade;
- Bens;
- Espécies de contrato;
- Responsabilidade contratual;

Direito Comercial:

- Legislação;
- Direito de Empresa – Lei n. 10.406 de 22/01/2002;

Direito Administrativo:

- Administração direta e indireta;
- Lei de Responsabilidade Fiscal - A Lei 4320;
- Orçamento e licitação;

Direito Tributário: C.T.N.:

- Responsabilidade civil e penal;
- Sujeitos da relação tributária;
- Tributos, Lei 123 (super simples);

Direito Difuso:

- Direito do consumidor;
- Direito ambiental;
- Direito da criança e adolescente;
- Direito do idoso.

4. METODOLOGIA

A disciplina de Direito e Legislação tem como concepção desenvolver os conhecimentos das Leis Brasileiras a serem aplicadas em sua atividade profissional e também como cidadãos brasileiros. A metodologia adotada nesta disciplina será desenvolvida com aulas teórico-expositivas, com uso de leitura de textos com diversos



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

autores da área de Direito e textos complementares; em sala de aula, e aplicação da teoria na prática processual o dia a dia, com questões onde o aluno irá realizar tarefas / pesquisas na Internet. Os conteúdos da disciplina serão trabalhados de forma a desenvolver a capacidade de ação / reflexão dos educandos por meio das experiências de vida, levando-os a apropriar-se do conhecimento científico historicamente produzido pela humanidade, possibilitando a compreensão mais efetiva e contextualizada da realidade dentro direito.

5. AVALIAÇÃO

São comuns a um processo interativo de ensino- aprendizagem, no qual serão tomadas medidas de valores sobre os conhecimentos aplicados pelo professor e posteriormente apreendidos (aluno).

A avaliação será diagnóstica e contínua, realizadas por meio de observação do desempenho e participação dos alunos, onde serão feitas de forma diversificada como: Avaliação escrita/prática, elaboração de trabalhos escolares individual/equipe; seminários e outros.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. SP: Saraiva: 2007.

_____ **Código Civil Brasileiro** – CCB: lei 10.406/02. SP: Saraiva: 2007.

_____ **Consolidação das Leis do Trabalho** – CLT: lei 5452/43. SP: Saraiva: 2007.

_____ **Código de Defesa do Consumidor** – CDC. SP: Saraiva: 2007.

_____ **Código Tributário Nacional** – CTN. SP: Saraiva: 2007.

_____ **Estatuto da Criança e do Adolescente** – ECA. SP: Saraiva: 2007.

_____ **Estatuto do Idoso**. SP: Saraiva: 2007.

_____ **Legislação previdenciária**. SP: Saraiva: 2007.

_____ **Legislação Ambiental**. SP: Saraiva: 2007

PALAIA, Nelson. **Noções essenciais de direito**. 3.ed.: Saraiva: SP: 2005.

NUNES, Luiz Antonio Rizzato. **Manual de introdução ao estudo do direito**. 4.ed.: Saraiva: SP: 2002.

COTRIM, Euclides L. **Direito básico**. Curitiba: LBR: 2004.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. SP: LTR: 2004.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. SP: Saraiva: 2003.

GIAMBIAGI, Fabio. ALEM, Claudia Ana. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. RJ:



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Campus: 1999.

MORAES, Alexandre. **Direito administrativo**. SP: Atlas: 2006.

_____ **Direito constitucional**. SP: Atlas: 2006.

DISCIPLINA - ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS

Carga horária total: 80 h/a - 67h

1. EMENTA

Organização empresarial e de seus componentes estruturais. Distribuição, processamento e métodos de trabalho e implantação de projetos de mudança organizacional.

2. OBJETIVOS

- Habilitar-se de forma consciente ao exercício da profissão de Técnico em Administração, com responsabilidade, competência, criatividade, ética e iniciativa, para administrar informações, assessorando as organizações nas tomadas de decisões estratégicas;
- Fundamentar-se para compreender o conceito de ambiente em organização;
- Conhecer os processos e decisão em organizações;
- Relacionar e entender o comportamento das organizações.

3. CONTEÚDOS

- Sistemas administrativos;
- Sistemas de informações gerenciais;
- Departamentalização;
- Arranjo físico;
- Técnica de representação gráfica;
- Manuais administrativos;
- Desenvolvimento organizacional;
- Empreendedorismo.

4. METODOLOGIA

O trabalho com as diversas disciplinas no Curso Técnico em Administração terá como base um encaminhamento metodológico contextualizado e multidisciplinar, assegurando que as disciplinas sejam complementares, possibilitando relações concretas e dinâmicas entre o objeto de estudo e a atividade profissional.

A metodologia utilizada terá como eixo básico a relação teoria e prática. Assim, devem ser utilizados como recursos pedagógicos para enriquecimento do processo ensino-aprendizagem, os espaços escolares, visitas a empresas, relatórios, seminários,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

palestras, portfólios, memorial dos conteúdos, projetos interdisciplinares, entre outras atividades.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação é um elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino. Corresponde ao conjunto de ações que para o professor objetiva ajustar o ensino da disciplina; identificar como e o quê foi aprendido.

Para os alunos, possibilita-os a tomarem consciência dos seus avanços, dificuldades e possibilidades. Ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho.

É, portanto, um diagnóstico contínuo e dinâmico e se torne um instrumento fundamental para repensar e reformular os métodos, os procedimentos e as estratégias de ensino.

A avaliação do aproveitamento deve abranger vários tipos de instrumentos como: avaliação escrita, avaliação oral, pesquisas, elaboração e participação de seminários e análise de projetos. A recuperação de estudos deve ser considerada permitindo a revisão e reelaboração de conhecimentos não apreendidos sendo possível revisar, reforçar ou reorganizar esses conhecimentos.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. C. de. **Organização sistemas e métodos**. São Paulo: Atlas, 2001.

FILHO, J. C. O & M **Integrado à informática**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

Cury, A.. **Organização & Métodos: Uma visão holística**. Editora Atlas. São Paulo, 2000.

DISCIPLINA - TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Carga horária total: 120 h/a - 100h

1. EMENTA

Conceitos básicos de administração e organização. Tipos de organizações. Desenvolvimento histórico: diferentes abordagens e seus pressupostos. Mudança nas organizações empresariais e a integração da empresa com o mercado.

2. OBJETIVOS

- Fundamentar-se teoricamente para compreender a evolução do pensamento administrativo.
- Conhecer as principais teorias relacionadas ao contexto social e econômico, situados historicamente.
- Aplicar os conceitos apresentados em situações reais da prática administrativa.

3. CONTEÚDOS



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Conceitos básicos de administração e organização:

- Organização e administração;
- Definição e visão geral do papel da administração;
- Abordagem sobre a administração e suas perspectivas;
- Antecedentes históricos da administração;

Abordagem científica/clássica da administração:

- A administração científica de Taylor; Gilberth, Gantt e Emerson;
- A abordagem anatômica de Fayol;
- O Fordismo e outras técnicas;
- Abordagem humanística da administração;
- Teoria das relações humanas da administração;
- Mary P. Follett;
- A experiência de Hawthorne (Elton Mayo);

Decorências da teoria das Relações Humanas:

- Influência da motivação humana;
- Liderança;
- Comunicações;
- Dinâmica de grupo;

Níveis da administração:

- Processo administrativo;
- Funções da administração;
- Perfil do administrador;

Administração contemporânea:

Mundialização e a emergência do Terceiro Setor.

4. METODOLOGIA

O trabalho com as diversas disciplinas no curso Técnico em Administração terá como base um encaminhamento metodológico contextualizado e multidisciplinar, assegurando que as disciplinas sejam complementares, possibilitando relações concretas e dinâmicas entre o objeto de estudo e atividade profissional.

A metodologia utilizada terá como eixo básico a relação teoria e prática. Assim, devem ser utilizados como recursos pedagógicos para enriquecimento do processo ensino-aprendizagem, os espaços escolares, visitas às empresas, relatórios, seminários, palestras, portfólios, memorial dos conteúdos, projetos interdisciplinares, entre outras atividades.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação é um elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino. Corresponde ao conjunto de ações que para o professor objetiva ajustar o ensino da disciplina; identificar como e o que foi aprendido.

Para os alunos, possibilita tomar consciência dos seus avanços, dificuldades e possibilidades. Ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamentos de grandes etapas de trabalho. É, portanto, um diagnóstico contínuo e dinâmico e se torne um instrumento



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

fundamental para repensar e reformular os métodos, procedimentos e estratégias de ensino.

A verificação do aproveitamento deve abranger vários tipos de instrumentos como: avaliação escrita, avaliação oral, pesquisas, elaboração e participação de seminários e análise de projetos.

A recuperação de estudos deve ser considerada permitindo a revisão e reelaboração de conhecimentos não aprendidos, sendo possível revisar, reforçar e reorganizar esses conhecimentos.

6. REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria geral da administração**. 3. 3d. São Paulo: Atlas, 2002.

KWASNICKA, Eunice Lacava. **Teoria geral da administração**. 2 ed. São Paulo:Atlas,1997.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Introdução à administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MONTANA, Patrick J. **Administração**. 2. ed. São Paulo: Saraiva,1998.

SILVA, Reinaldo Oliveira. **Teorias da administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

PREDEBON, José. **Criatividade**: abrindo o lado inovador da mente. 2.ed São Paulo: Atlas, 1998.



4.8. CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO – MODALIDADE SUBSEQUENTE

4.8.1. DISCIPLINAS:

DISCIPLINA - ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E MATERIAIS

Carga horária: 80 horas

1. EMENTA

Introdução e descrição da gestão de produção e de materiais. Descrição e interpretação de indicadores gerenciais. Aplicação da logística dos processos produtivos, movimentação e distribuição de produção e materiais.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1 - Produção e materiais
- 2 - Administração de materiais
- 3 - Administração da produção

2.1. CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Funções e objetivos de produção e materiais
- 1.2. Políticas de produção e materiais
- 1.3. Fatores do microambiente e macroambiente
- 1.4. Sistemas gerenciais de controle de produção e materiais
- 1.5. Introdução à logística
- 2.1. Classificação de materiais
- 2.2. Codificação de materiais
- 2.3. Gerenciamento de estoques
- 2.4. Noções fundamentais de compras: cadastro de fornecedores, compras locais e por importação, follow-up, prazo
- 2.5. Conceito de fornecedores e concorrentes
- 2.6. Noções básicas de almoxarifado: controle, recebimento, armazenagem e distribuição
- 2.7. Movimentação de materiais: equipamentos, operações e segurança
- 2.8. Layout de processo produtivo
- 2.9. Embalagens



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- 2.10. Inventário geral e rotativo
- 3.1. Fluxo e processos de produtos: layout
- 3.2. Planejamento e controle da produção
- 3.3. Programação da produção
- 3.4. Just in time: sistema Kanban
- 3.5. MRP, MRP II
- 3.6. Controle de processo produtivo
- 3.7. Processo de qualidade: ISO 9000, 5S

3. REFERÊNCIAS

ARNOULD, J. R. Tony. **Administração de materiais:** uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999.

BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial.** São Paulo: Atlas, 1995.

CORREA, Henrique L. & CORREA, Carlos A. **Administração de produção e operações.** São Paulo: Atlas, 2004.

DIAS, João José. **Administração de materiais:** Uma Abordagem Logística. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, Petronio Garcia e Alt; Paulo Renato Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais.** São Paulo: Saraiva, 2009.

VIANA, João José. **Administração de materiais:** um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000.

DISCIPLINA - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Carga horária: 96 horas

1. EMENTA

Conhecimento do Sistema Financeiro Nacional. Identificação dos componentes do mercado financeiro e suas relações. Estudo das políticas econômicas. Identificação de fontes de financiamentos e ciclos econômicos financeiros. Análise do ponto de equilíbrio. Aplicação de diferentes tipos de orçamento. Estudo das demonstrações financeiras projetadas.



2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1 - Administração financeira
- 2 - Mercado Financeiro e Capitais
- 3 - Fontes de Financiamento de curto e longo prazo
- 4 - Ciclo de Caixa e Administração de Capital de Giro
- 5 - Ponto de Equilíbrio
- 6 - Planejamento Orçamentário
- 7 - Análise das Demonstrações e Financeiro-Contábeis
- 8 - Avaliação e Análise de Investimentos

2.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Introdução à Administração Financeira
- 1.2. Administração Financeira e Áreas Afins
- 1.3. Finanças Empresariais e o Administrador Financeiro
- 1.4. Definições e Problemas da Administração Financeira

- 2.1. Posição de Caixa das Instituições Financeiras
- 2.2. Taxas Referenciais, de Rentabilidade e Empréstimos
- 2.3. Mercado de Ações e Bolsa de Valores
- 2.4. Indicadores e Índices do mercado

- 3.1. Modalidades de financiamento de curto prazo
- 3.2. Operações de Desconto e de Mercado Aberto
- 3.3. Outras Operações, Captação
- 3.4. Financiamento de longo prazo nas empresas
- 3.5. Custo e Estrutura de Capital

- 4.1. Gestão do ciclo de caixa
- 4.2. Ciclo Econômico, Operacional e Financeiro
- 4.3. Prazo Médio de Compras, Estoques e Recebimento
- 4.4. Administração e Operações de Fluxo de Caixa
- 4.5. Gestão de Capital de Giro

- 5.1. Ponto de Equilíbrio Contábil
- 5.2. Ponto de Equilíbrio Econômico
- 5.3. Ponto de Equilíbrio Financeiro

- 6.1. Princípios e Componentes de um sistema de Planejamento Financeiro e Orçamentário
- 6.2. Evolução e Tipos de Orçamento
- 6.3. Planejamento de um Sistema de Orçamento
- 6.4. Orçamento de Vendas (Receitas)
- 6.5. Orçamento de Produção (Custos)
- 6.6. Orçamento de Despesas Operacionais
- 6.7. Orçamento de caixa
- 6.8. Balanço Patrimonial e DRE Projetado



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

6.9. Controle Orçamentário Integrado

6.10. Modelos de Orçamento

6.11. Orçamento Público

7.1. Análise Vertical e Horizontal

7.2. Indicador do Grau de Endividamento

7.3. Nível de Imobilização do Capital Próprio

7.4. Índice de Liquidez

7.5. Índice de Rentabilidade

8.1. Risco, Retorno e Incerteza

8.2. Principais Tipos de Risco

8.3. Metodologia de Avaliação de Risco

8.4. Indicadores de Desempenho.

3. REFERÊNCIAS

AGUSTINI, Carlos Alberto Di. **Capital de Giro**. São Paulo: Atlas, 1999.

ÂNGELO, C.F. de. e SILVEIRA, J.A.G. da. **Finanças no varejo: gestão operacional**. São Paulo: Atlas, 1997.

BRAGA, R. **Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1998.

CASAROTTO FILHO, Nelson; KIPITKE, Bruno Hartmut. **Análise de Investimentos**. São Paulo: 2000.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

WELSCHE, G. A. **Orçamento Empresarial: planejamento e controle do lucro**. São Paulo: USP, 1996.

DISCIPLINA - COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

Carga horária: 48 horas

1. EMENTA

Estudo da abordagem comportamental da administração e conceituação das organizações. Comparação entre os estilos de liderança e os sistemas administrativos. Análise do processo de comunicação organizacional e das relações entre cultura e clima organizacional. Fundamentação de empreendedorismo.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1 - Teoria Comportamental
- 2 – Motivação humana
- 3 – Liderança
- 4 – Comunicação
- 5 – Cultura e clima organizacional
- 6 – Empreendedorismo

2.1. CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Comportamento organizacional
- 1.2 . Fundamentos da psicologia organizacional
- 1.3 . Características do comportamento organizacional
- 1.4 . Níveis do comportamento organizacional
- 1.5 . Desafios do comportamento organizacional
- 1.6 . Desdobramento das teorias das relações humanas.
- 1.7 . Teoria Behaviorista - breve estudo

- 2.1. Conceito de motivação
- 2.2. Processos motivacionais
- 2.3. Teorias motivacionais
- 2.4. Hierarquias das necessidades de Maslow
- 2.5. Teoria dos dois fatores de Herzberg
- 2.6. Teoria X, Y e Z de McGregor
- 2.7. Teoria de Erg

- 3.1. Conceito de liderança
- 3.2. Teoria dos traços de personalidade
- 3.3. Sistemas administrativos de Likert
- 3.4. Teoria dos estilos de liderança
- 3.5. Teoria situacional de liderança
- 3.6. Conflitos organizacionais
- 3.7. Conceito de conflito
- 3.8. Tipos de conflitos
- 3.9. Solução de conflitos
- 3.10. Benchmarking e Brainstorming

- 4.1. Processo de comunicação
- 4.2. Tipos de comunicação
- 4.3. Barreiras da comunicação
- 4.4. Comunicação organizacional
- 4.5. Gestão do tempo
- 4.6. Pauta de reunião
- 4.7. Palestras



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

4.8. Ferramentas de comunicação

5.1. Conceito de cultura organizacional

5.2. Conceito de clima organizacional

5.3. Relações entre cultura e clima organizacional

6.1. Conceito de empreendedorismo

6.2. Características do empreendedor

6.3. Empreendedorismo social.

3. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. **Psicologia aplicada à administração**: teoria crítica e a questão ética nas organizações. São Paulo: Excellus, 1992.

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. **Psicologia aplicada à administração**: teoria crítica e a questão ética nas organizações. São Paulo: Excellus, 1997.

BERGAMINI, C.W. **Psicologia aplicada à administração de empresas**: psicologia do comportamento organizacional. São Paulo: Atlas, 1996.

BITTENCOURT, Claudia (org). **Gestão contemporânea de pessoas**: novas práticas, conceito tradicionais. Porto Alegre: Bookman, 2004.

BOWDITCH, James L.; BUONO, Antony F. **Fundamentos do comportamento organizacional**. Rio de Janeiro: LTC ed, 2006.

FIORELLI, José Osmar. **Psicologia para administradores**: integrando teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

FRITZ, Robert. **Estrutura e comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneiro, 1997.

LIMONGI – FRANÇA, A.C. **Comportamento organizacional**: conceitos e práticas. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROBBINS, S. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Editora Pearson Educativo, 2002.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

DISCIPLINA - CONTABILIDADE

Carga horária: 80 horas

1. EMENTA

Estudo preliminar da Contabilidade por meio das técnicas Contábeis e análise das demonstrações contábeis.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1- Noções básicas de contabilidade
- 2- Lançamentos das contas contábeis

2.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Conceito de Contabilidade
- 1.2. Legislação
- 1.3. Funções
- 1.4. Princípios e normas
- 1.5. Campos de atuação
- 1.6. Método das partidas dobradas
- 1.7. Mecanismos de escrituração contábil
- 1.8. Plano de contas
- 2.1. Funções das contas
- 2.2. Lançamentos contábeis
- 2.3. Métodos de avaliação de estoque: PEPS, UEPS e custo médio
- 2.4. Noções das demonstrações contábeis: CMV, DRE e BP
- 2.5. Contabilização da folha de pagamento
- 2.6. Noções de custos
- 2.7. Análise das demonstrações contábeis e financeiras: vertical e Horizontal
- 2.8. Aspectos fiscais e legais da contabilidade: PIS, COFINS, IRPF, IRPJ, CSLL, SIMPLES NACIONAL, ICMS, IPI e Sistema Público de Escrituração Digital.
- 2.9. Uso de recursos informatizados.

3. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Intermediária**. São Paulo: Atlas, 2005.

BRASIL. **Lei n. 9.795/99**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 19 abr. 2016.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. **Práticas contábeis aplicadas:** às PME, ME, EPP e entidades sem fins lucrativos/Conselho Regional de Contabilidade do Paraná. Curitiba: CRCPR, 2013. Disponível em: <www.crcpr.org.br/new/content/download/downloads.php>. Acesso em: 04 abr. 2016.

_____. **Demonstrações Contábeis:** Aspectos práticos e apresentação conceitual de acordo com as “International Financial Reporting Standarts”. Câmara Técnica do Conselho Regional de Contabilidade. Disponível em: <www.crcpr.org.br/new/content/download/downloads.php>. Acesso em: 04 abr. 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio, MARION, José Carlos. **Contabilidade Gerencial**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Helio P. **Contabilidade para administradores**. 4 ed. São Paulo. Atlas, 1997.

MAHEL, Michael. **Contabilidade de custos:** criando valor para a administração. São Paulo: Atlas, 2001.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Caderno Temático. **Educação Ambiental**. Curitiba: SEED/ PR, 2008;

RIBEIRO, Osni Moura, **Contabilidade básica**. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, Fernando de Almeida, VEIGA, Windsor Espenser. **Contabilidade com ênfase em micro, pequenas e médias empresas**. 2 ed. São Paulo : Atlas, 2011.

DISCIPLINA - ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS

Carga horária: 64 horas

1. EMENTA

Elaboração e análise de Projetos na área empresarial, análise dos setores de atuação da empresa, estudo de caso, perfil do consumidor, discussão de métodos e análise de projetos de investimento empresarial, teoria sobre diversificação de riscos e estrutura das organizações, aplicado ao Plano de Negócios.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1 - Aspectos introdutórios
- 2 - Desenvolvimento do projeto
- 3 - Plano de negócio

2.1 CONTEÚDOS BÁSICOS



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- 1.1. Conceitos
- 1.2. Definição e Tipos de Projeto
- 1.3. Elementos que compõem o Projeto

- 2.1. Escopo (Pré-Projeto)
- 2.2. Redação
- 2.3. Roteiro e Estrutura do projeto
- 2.4. Etapas do Projeto
- 2.5. Processo de Elaboração e Análise de Projetos
- 2.6. Execução do Projeto

- 3.1. Roteiro
- 3.2. Coleta de Dados
- 3.3. Desenvolvimento
- 3.4. Análise de mercado e viabilidade
- 3.5. Apresentação do Plano
- 3.6. Avaliação do Plano

3. REFERÊNCIAS

BARROS, A. J. da S. **Fundamentos e metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2007.

BIAGI, Luiz Arnaldo; BATOCCHIO, Antonio. **Plano de negócios: estratégia para micro e pequenas empresas**. São Paulo. Manole, 2005.

BRIGHAM, E. GAPENSKI, L. EHRHARDT, M. **Administração financeira: teoria e prática**. Atlas, 2001.

CARVALHO, M. M RABCHINI, R. **Construindo competências para gerenciar projetos: teoria e casos**. São Paulo: Atlas, 2006.

DOLABELA. Fernando. **O segredo de Luiza**. Rio de Janeiro: Sextane, 2008.

DORNELAS. J. Carlos Assis. **Transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2008.

DORNELAS, J. Carlos Assis; et al. **Plano de negócios com o modelo Canvas: guia prático de avaliação de ideias de negócios a partir de exemplos**. São Paulo: LTC, 2015.

MALHOTA. N. **Pesquisa de MKT**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Administração de projetos: como transformar ideias em resultados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

OSTERWALDER, Alexandre. **Inovação em modelos de negócios:** business model generation. Atlas Books, 2011.

RODRIGUES, R. M. **Pesquisa acadêmica:** como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

DISCIPLINA - ESTATÍSTICA APLICADA

Carga horária: 48 horas

1. EMENTA

Estudo conceitual da Estatística. Compreensão das fontes de dados. Análise e interpretação dos resultados para tomada de decisões.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1 - Bases Conceituais e Informação
- 2 - Tratamento da informação

2.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Conceitos estatísticos
- 1.2. Fases do método estatístico
- 1.3. Fontes de dados
- 2.1. Séries estatísticas
- 2.2. Representação gráfica
- 2.3. Distribuição de frequências
- 2.4. Medidas descritivas de Tendência Central
- 2.5. Medidas de Dispersão
- 2.6. Medidas de Assimetria
- 2.7. Probabilidade

3. REFERÊNCIAS

ANDERSON, et al. **Estatística aplicada a administração e economia.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

FREUND, John E. **Estatística aplicada:** economia, administração e contabilidade / John E. Freund. trad. Claus Ivo Doering. 11 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística geral e aplicada** / Gilberto de Andrade Martins. 3 ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

MORETTIN, P. A. & Bussab, W. O. **Estatística básica.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

NAZARETH, Helenalda. **Curso básico de estatística**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Profissional**. Curitiba, 2006.

DISCIPLINA - FUNDAMENTOS DO TRABALHO

Carga horária: 32 horas

1. EMENTA

Estudo do trabalho humano nas perspectivas ontológica e histórica. Compreensão do trabalho como mercadoria no industrialismo e na dinâmica capitalista. Reflexão sobre tecnologia e globalização diante das transformações no mundo do trabalho. Análise sobre a inclusão do trabalhador no mundo do trabalho.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1 - Trabalho humano
- 2 - Tecnologia e globalização
- 1 - Mundo do trabalho

2.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Ser social, mundo do trabalho e sociedade
- 1.2. Trabalho nas diferentes sociedades
- 1.3. Transformações no mundo do trabalho
- 1.4. Homem, Trabalho e Meio Ambiente
- 1.5. Processo de alienação do trabalho em Marx
- 1.6. Emprego, desemprego e subemprego
- 2.1. Processo de globalização e seu impacto no mundo do trabalho
- 2.2. Impacto das novas tecnologias produtivas e organizacionais no mundo do trabalho
- 2.3. Qualificação do trabalho e do trabalhador
- 3.1. Inclusão do trabalhador na nova dinâmica do trabalho
- 3.2. Inclusão dos diferentes – necessidades especiais e diversidade

3. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensino sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7. reimp. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 2002.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**: introdução, organização e seleção. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CHESNAIS, François. **Mundialização do capital**. Petrópolis: Vozes, 1997.

DURKHEIM, Emilé. **Educação e sociologia**. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FERRETTI, Celso João. et al. (orgs). **Tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs) **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FROMM, Erich. Conceito marxista de homem. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GENRO, Tarso. **O futuro por armar**: democracia e socialismo na era globalitária: Petrópolis: Vozes, 2000.

GENTILI, Pablo. A educação para o desemprego. A desintegração da promessa integradora. In. Frigotto, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

DISCIPLINA - GESTÃO DE PESSOAS

Carga horária: 80 horas

1. EMENTA

Estudo sobre a evolução da gestão de pessoas. Reflexão sobre planejamento estratégico em gestão de pessoas. Análise de processos e de atividades de gestão de pessoas nas organizações.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1 - Evolução histórica
- 2 - Planejamento estratégico
- 3 - Processos e atividades

2.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Noções sobre a evolução histórica da gestão de pessoas.
- 1.2. Conceito de gestão de pessoas.
- 1.3. Importância e desafios da gestão de pessoas na atualidade.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- 2.1. Princípios básicos de planejamento estratégico.
- 2.2. Modelos de planejamento estratégico e sua apreciação crítica.

- 3.1. Recrutamento e seleção de pessoas.
- 3.2. Análise e descrição de cargos.
- 3.3. Remuneração, benefícios e cálculos trabalhistas
- 3.4. Treinamento e desenvolvimento,
- 3.5. Higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho.
- 3.6. Avaliação de desempenho.

3. REFERÊNCIAS

ARAUJO, L. C. G. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Atlas, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro : Elsevier, 2008.

DESSLER, G. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Atlas, 2008.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Práticas de recursos humanos – PRH**: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. de L. **Administração de recursos humanos**: um enfoque profissional. São Paulo: Atlas, 1996.

DISCIPLINA - INFORMÁTICA

Carga horária: 64 horas

1. EMENTA

Estudo do histórico e da evolução da Informática. Compreensão da arquitetura dos computadores. Estabelecimento de relações entre sistemas computadorizados e operacionais. Utilização de aplicativos de escritório e da internet. Aplicação das ferramentas de sistemas operacionais. Conhecimento dos mecanismos de segurança para a internet.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1 - Informática
- 2 - Arquitetura dos computadores
- 3 - Sistemas computadorizados e operacionais
 - 2 – Aplicativos de escritório
 - 3 - Internet



2.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

1.1. Breve histórico da criação e evolução dos computadores e tecnologias de informação

2.1. Hardware

2.2. Periféricos de entrada

2.3. Periféricos de saída

2.4. Periféricos de entrada e saída

2.5. Gabinete

3.1. Softwares livres e proprietários

3.2. Sistemas operacionais

3.3. Software de proteção do computador

3.4. Ferramentas de backup e restauração de backup

3.5. Ferramentas de limpeza de disco

3.6. Gerenciamento de arquivos e pastas

3.7. Arquivos e tipos de arquivos

3.8. Pastas: criação e organização

4.1. Processadores de texto

4.2. Formatação (normas da ABNT)

4.3. Tabelas

4.4. Mala direta

4.5. Etiquetas

4.6. Organogramas

4.7. Documentos técnicos

4.8. Planilhas eletrônicas: formatação, fórmulas, funções e gráficos

4.9. Aplicativos de apresentação: formatação

4.10. Inserção de mídias externas

4.11. Ferramentas de animação

4.12. Edição de imagem

4.13. Edição de áudios

4.14. Edição de vídeos

4.15. Programas específicos do curso

5.1. Serviços de internet

5.2. Utilização de e-mail

5.3. Comércio eletrônico

5.4. Pesquisas na Internet

5.5. Internet, intranet e extranet

5.6. Webconferência

5.7. Segurança na internet

5.8. Proteção de dados

5.9. Cybercrimes

3. REFERÊNCIAS



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

CAPRON, H. L., JOHNSON, J.A.; **Introdução à informática.** São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

CORNACHIONE JR, E. B. **Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia.** São Paulo: Atlas, 2001.

FÁVERO, E. de B. **Organização e arquitetura de computadores.** Pato Branco: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2011.

MARILYN M.; ROBERTA B. & PFAFFENBERGER, B. **Nosso futuro e o computador.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

NORTON, PETER, **Introdução à informática.** São Paulo: Editora Makron Books, 1997.

SANTOS, A. de A. **Informática na empresa.** São Paulo: Atlas, 2003.

SCHECHTER, R. **BROFFICE.ORG 2.0 - CALC E WRITER.** Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2006.

TANENBAUM A. **Sistemas operacionais modernos.** 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

WHITE, R., **Como funciona o computador.** 8. ed. São Paulo: Editora QUARK, 1998.

DISCIPLINA - INTRODUÇÃO À ECONOMIA

Carga horária: 64 horas

1. EMENTA

Estudo dos conceitos fundamentais de economia. interpretação da economia como ciência social. Caracterização dos fatores de produção, bens e serviços. Reflexão e Análise sobre os conceitos de microeconomia, macroeconomia. Caracterização dos objetivos das políticas econômicas. Análise da balança comercial e os efeitos na economia.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1 - Fundamentos da economia
- 2 – Microeconomia
- 3 – Macroeconomia



2.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Conceitos fundamentais de economia
- 1.2. Conceitos de economia
- 1.3. A economia como ciência social
- 1.4. Lei da escassez
- 1.5. As quatro perguntas fundamentais
- 1.6. Fatores de produção
- 1.7. Setores de economia
- 1.8. Bens e serviços
- 1.9. Sistemas econômicos
- 1.10. Sistema capitalista
- 1.11. Sistema socialista
- 1.12. Fluxo do sistema econômico

- 2.1. Teoria elementar da demanda
- 2.2. Curva da demanda
- 2.3. Deslocamento da curva de demanda
- 2.4. Excesso de demanda
- 2.5. Principais variáveis determinantes da demanda
- 2.6. Elasticidade-preço da demanda
- 2.7. Bens complementares e bens substituto.
- 2.8. Teoria elementar da produção
- 2.9. A função produção
- 2.10. Curva de possibilidades de produção
- 2.11. Custo de produção, receita e lucro
- 2.12. Curva da oferta
- 2.13. Deslocamento da curva de oferta
- 2.14. Excesso de oferta
- 2.15. Principais variáveis determinantes da oferta
- 2.16. Elasticidade-preço da oferta
- 2.17. O mercado
- 2.18. Determinação do preço de equilíbrio
- 2.19. Estruturas de mercado

- 3.1 Políticas econômicas
- 3.2. Política fiscal
- 3.3. Expansiva
- 3.4. Restritiva
- 3.5. Política monetária
- 3.6. Política cambial, fixa, flutuante e bandas cambiais
- 3.7. Taxa de câmbio
- 3.8. Contabilidade nacional
- 3.9. Principais agregados macroeconômicos
- 3.10. Introdução a teoria monetária
- 3.11. Conceito de moeda
- 3.12. Funções e tipos de moeda



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- 3.13. Demanda e oferta de moeda
- 3.14. Sistema financeiro nacional
- 3.15. Crédito e suas modalidades
- 3.16. Sistema financeiro
- 3.17. Sistema normativo e operativo
- 3.18. Segmentação do setor de intermediação financeira: monetário, crédito, mercado de capitais e cambial
- 3.19. Bolsa de valores
- 3.20. Inflação - conceito
- 3.21. Conceito de deflação
- 3.22. Medidas de inflação - índices inflacionários
- 3.23. Processo inflacionário
- 3.24. Consequências da inflação

3. REFERÊNCIAS

CASTRO, A. B. de; LESSA, C. **Introdução à economia**: princípios de micro e macroeconomia. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA, 2001.

HUBBARD, R. G.; OBRIEN, A. **Introdução à economia**. São Paulo: Bookman, 2010.

MANKIW, Gregory Nicholas. **Introdução à economia**: Princípios de Micro e Macroeconomia. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 2001. São Paulo: Makron Books, 1999.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 5. ed. São Paulo: Best Seller, 2000.

SILVA, Cesar Roberto Leite da.; SINCLAYR Luiz. **Introdução à economia**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

WESSELS, Walter. **Economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DISCIPLINA - MARKETING

Carga horária: 64 horas

1. EMENTA

Definição e fundamentos do Marketing. Análise do Marketing na integração das estratégias empresariais. Detalhamento das ferramentas fundamentais do Marketing. Busca de compreensão do mercado. Investigação sobre o comportamento do consumidor. Estudo da Gestão de Vendas. Estudo de Sistema Integrado de Marketing.



2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Marketing
2. Ferramenta do Marketing
3. Comportamento de Mercado
4. Produtos, Marcas e Embalagens
5. Gestão de Vendas
6. Sistema Integrado de Marketing

2.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Conceito e história do Marketing
- 1.2. 4P's (Produto, Preço, Praça e Promoção)
- 2.1. Merchandising
- 2.2. Marketing Direto
- 2.3. E-commerce
- 2.4. Pós Vendas
- 2.5. Endomarketing
- 3.1. Análise e comportamento de mercado
- 3.2. Definição de Consumidor
- 3.3. Segmentação de Mercado
- 3.4. Processo e Decisão de Compra
- 3.5. Definição de Necessidades, Desejos e Satisfação
- 4.1. Definição de Produto
- 4.2. Ciclo de Vida dos Produtos
- 4.3. Conceito de Marcas
- 4.4. Conceito de Embalagens
- 5.1. Análise da Concorrência
- 5.2. Levantamento concorrencial
- 5.3. Atendimento
- 5.4. Comunicação voltada ao consumidor
- 5.5. Marketing Pessoal
- 6.1. Pesquisa de Mercado
- 6.2. Tabulação dos Dados
- 6.3. Aplicação da Pesquisa
- 6.4. Data Base Marketing

3. REFERÊNCIAS

CASAS, Las L. Alexandre. **Marketing**: conceitos, exercício, casos. São Paulo: Atlas, 2009.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

CHURCHILL, Gilberto A. **Marketing**: criando valor para o cliente. São Paulo: Saraiva, 2000.

COBRA, Marcos. **Administração de marketing no Brasil**. RJ, Campus, 2014.

COBRA, Marcos. **Marketing básico**. São Paulo: Atlas, 1997.

GRACIOSO, Francisco. **Marketing estratégico**. São Paulo: Atlas, 2001.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

_____. **Marketing**. São Paulo: Atlas, 2011.

URDAN, Flávio Torres; URDAN, André Torres. **Gestão do composto de marketing**. São Paulo: Atlas 2009.

DISCIPLINA - MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carga horária: 64 horas

1. EMENTA

Aplicação dos conhecimentos específicos para a realização de cálculos financeiros. Análise de fatores financeiros e de investimentos para a tomada de decisão na gestão empresarial.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1 - Números e álgebra
- 2 – Regimes de capitalização

2.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Grandezas Proporcionais
- 1.2. Regra de três
- 1.3. Porcentagem

- 2.1. Operações sobre mercadorias
- 2.2. Capitalização Simples;
- 2.3. Cálculos de Taxas;
- 2.4. Capitalização Composta;
- 2.5. Sistemas de Amortização;
- 2.6. Depreciação



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

3. REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira e suas aplicações**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil** / Antônio Arnot Crespo. 19. ed atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

FREUND, John E. **Estatística Aplicada: economia, administração e contabilidade** / John E. Freund; tradução Claus Ivo Doering. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

HAZZAN, Samuel. **Matemática financeira** / Samuel Hazzan, José Nicolau Pompeo. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística geral e aplicada** / Gilberto de Andrade Martins. 3. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. **Matemática financeira** / José Dutra Vieira Sobrinho. 7. ed. – 12 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

DEGENSZAJN, David. et al. **Matemática ciência e aplicações**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. Curitiba, 2008.

DISCIPLINA - METODOLOGIA CIENTÍFICA

Carga horária: 48 horas

1. EMENTA

Estudo dos métodos científicos e desenvolvimento de pesquisas científicas.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1 - Método científico
- 2 – Leitura e interpretação
- 3 – Pesquisa científica



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

2.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Conceito de metodologia científica: qualitativo e quantitativo
- 1.2. Observação, formulação de hipótese
- 1.3. Experimentação, interpretação de resultados, conclusões
- 1.4. Tipos de conhecimento: empírico, científico, filosófico e teológico

- 2.1. Redação de fichamentos, resumos e tipos de resenha
- 2.2. Análise de conteúdo de textos científicos
- 3.1. Conceitos de pesquisa científica
- 3.2. Tipos de pesquisa
- 3.3. Normas da ABNT
- 3.4. Projeto de pesquisa: finalidade, etapas e características
- 3.5. Artigo
- 3.6. Trabalho de conclusão de curso
- 3.7. Monografia
- 3.8. Dissertação
- 3.9. Tese
- 3.10. Trabalhos científicos: apresentação e postura

3. REFERÊNCIAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas. 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualiz. São Paulo: Cortez, 2007.

DISCIPLINA - NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Carga horária: 48 horas

1. EMENTA

Caracterização do Estado Moderno. Noções de direito: fundamentos e doutrina do direito; Ordenamento Jurídico da Legislação: Constituição Federal, legislação trabalhista. Direito Civil, Administrativo, Empresarial, Previdenciário, Tributário e Direito Difuso.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Introdução ao Estudo de Direito



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

2. Noções de Direito Civil
3. Noções de Direito do Consumidor
4. Noções de direito empresarial e comercial.
5. Noções de Direito Tributário: C.T.N.
6. Noções de Direito Administrativo
7. Noções de Direito do Trabalho
8. Noções de Direito Previdenciário
9. Noções de direito difuso
10. Noções de direito internacional

2.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Noções de direito e Estado democrático de direito
- 1.2. Fundamentos e doutrina do direito
- Noções de Direito Constitucional
- 1.3. Noções de Direito Constitucional
- 2.1. Direito Civil: pessoas
- 2.2. Capacidade
- 2.3. Bens
- 2.4. Contrato.
- 2.5. Responsabilidade contratual
- 3.1. Artigos do CDC
- 4.1. Definição de Direito comercial
- 4.2. Tipos de sociedades
- 4.3. Nomes comerciais
- 4.4. Títulos de credito
- 5.1. Espécies tributárias
- 5.2. Sujeitos da relação tributária
- 5.3. Responsabilidade civil e penal
- 6.1. Administração direta e indireta
- 6.2. Lei de responsabilidade fiscal
- 6.3. Orçamento e Licitação
- 7.1. Noções básicas de direito do trabalho
- 7.2. Princípios gerais do direito do trabalho
- 7.3. Organização Internacional do Trabalho (OIT)
- 7.4. Principais convenções internacionais sobre direito do trabalhador
- 7.5. Legislação Trabalhista
- 7.6. Trabalho da mulher, menor (ECA, lei do estágio), portador de necessidades especiais e idoso (estatuto do idoso)
- 7.7. Conteúdo legal do contrato de trabalho
- 7.8. Elementos da responsabilidade civil e criminal do empregador
- 8.1. Histórico



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- 8.2. Princípios
- 8.3. Segurados do Regime Geral da Previdência Social
- 8.4. Dependentes de segurado
- 8.5. Tipos de benefícios
- 8.6. Modalidades de contribuição

- 9.1. Direto ambiental
- 10.1 Organizações internacionais

3. REFERÊNCIAS

BARROS, Alice Monteiro. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTR, 2014.

CARRION, Valentin. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1990.

COLETO, Aline Cristina.; ALBANO, Cícero José. **Legislação e organização empresarial**. LT. 2012.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MEIRELLES, Hely. **Direito administrativo brasileiro**. 41 ed – São Paulo: Atlas, 2015.

DISCIPLINA - ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS

Carga horária: 48 horas

1. EMENTA

Estudo da Organização e seus componentes estruturais. Análise e estabelecimento de relações entre os diversos sistemas. Análise dos processos administrativos e métodos de trabalho. Detalhamento da manualização.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1 – Organização
- 2 – Sistemas
- 3 – Métodos



2.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

1.1. Estrutura Organizacional: Conceito; e Tipos; Organização Formal e Informal; Unidades; Desenvolvimento (mudança e desenvolvimento); Dimensões; Modelos

1.2. Departamentalização: Tipos (qualidade, funcional, territorial ou por função geográfica, por produtos ou serviços, por clientes, por processos, por projetos, por matricial, mista)

2.1. Sistemas Organizacionais: Teoria Geral de sistemas; Organização como sistema; Sistema aberto e fechado; Classificação; Hierarquia; Componentes

2.2. Sistemas de informações e tomada de decisão

2.3. Sistemas Produtivos

2.4. Sistemas de Apoio

2.5. Sistemas Administrativos

2.6. Reengenharia

2.7. Níveis hierárquicos

3.1. Métodos: Ferramentas da Organização

3.2. Representações Gráficas: Cronograma; Organograma; Fluxograma; Layouts ou Arranjo Físico; Departamentalização

3.3. Métodos para organizar: Comunicações formais; Formulários; Manualização

3. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. C. de. **Organização sistemas e métodos**. São Paulo: Atlas, 2001.

BALLESTERO ALVAREZ, Maria Esmeralda. **Organização, sistemas e métodos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CURY, A. **Organização e métodos**: uma visão holística. Atlas.

FILHO, J. C. **O e M integrado à informática**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

LLATAS, Maria Virginia. **OSM: organização, sistemas e métodos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

MARQUES, Cícero; Oda, Érico. **Organização, sistemas e métodos**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

OLIVEIRA, D de P. R. **O e M**. São Paulo: Atlas, 1994.



DISCIPLINA - TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Carga horária: 80 horas

1. EMENTA

Estudo da evolução da ciência da administração. Desenvolvimento histórico das diferentes abordagens teóricas e seus pressupostos. Análise das mudanças nas organizações públicas e privadas e a integração da empresa com a sociedade.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1. Fundamentos históricos e conceituais
2. Teorias da Administração por Abordagens
3. Tendências Contemporâneas da Administração

2.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1. Aspectos históricos da formação do pensamento administrativo.
- 1.2. Conceitos, organização e importância da administração.
- 1.3. Processo Administrativo: principais decisões do processo de administrar
- 1.4. O papel do profissional técnico e sua habilidade técnica, humana e conceitual.
- 2.1. Abordagem clássica: Administração científica; Teoria clássica.
- 2.2. Abordagem humanística: Teoria das relações humanas.
- 2.3. Abordagem neoclássica: Teoria neoclássica; Administração por objetivos (APO)
- 2.4. Abordagem estruturalista da administração: Modelo burocrático; Teoria estruturalista.
- 2.5. Abordagem Comportamental: Teoria comportamental; Teoria do desenvolvimento organizacional (D.O.)
- 2.6. Abordagem sistêmica da administração: Princípios e Conceitos Sistêmicos; Cibernética e administração; Teoria matemática da administração; Teoria geral de sistemas; O Homem Funcional.
- 2.7. Abordagem contingencial da administração: Teoria da contingência; Mapeamento Ambiental; Desenho Organizacional; O Homem Complexo
- 2.8. Ética e Responsabilidade Social
Código de ética; Responsabilidade social das organizações.
- 3.1. Empreendedorismo
- 3.2. Responsabilidade organizacional e sustentabilidade.
- 3.3. Novos paradigmas da administração: uso do tempo e recursos organizacionais.
- 3.4. Administração virtual: futuro das teorias e práticas administrativas.
- 3.5. Trabalho virtual: fornecedores, colaboradores e clientes.
- 3.6. Administração do Conhecimento: ativo intangível; capital intelectual.

3. REFERÊNCIAS



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

DAFT, Richard L. **Administração**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

KWASNICKA, Eunice Lacava. **Teoria geral da administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Introdução à administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Teoria geral da administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MONTANA, Patrick J. **Administração**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

PREDEBON, José. **Criatividade, abrindo o lado inovador da mente**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SILVA, Reinaldo Oliveira. **Teorias da administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2008.

WOOD JÚNIOR, Thomaz. **Gurus, curandeiros e modismos gerenciais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

4.9. PROPOSTA CURRICULAR – TÉCNICO EM LOGÍSTICA

4.9.1 - MATRIZ CURRICULAR – CURSO TÉCNICO EM LOGÍSTICA SUBSEQUENTE: TURNO – NOITE- ANO DE IMPLANTAÇÃO - 2016

Matriz Curricular Operacional				
Estabelecimento:				
Município:				
Curso: TÉCNICO EM LOGÍSTICA				
Forma: SUBSEQUENTE			Implantação: gradativa a partir do segundo semestre de 2016	
Turno:			Carga horária: 800 horas	
			Organização: Semestral	
N.	COD. SAE	DISCIPLINAS	SEMESTRES	
			1º	2º
1	4108	ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS		2
2	4314	APLICAÇÕES OPERACIONAIS DA LOGÍSTICA	3	3
3	843	CONTROLE DE PRODUÇÃO E CUSTOS		2
4	4003	DIREITO E LEGISLAÇÃO	2	2
5	4177	ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS		2
6	1306	ESPAÑHOL TÉCNICO	2	2
7	3514	FUNDAMENTOS DO TRABALHO	2	
8	1102	INGLÊS TÉCNICO	2	2
9	4045	INTRODUÇÃO À LOGÍSTICA	2	
10	211	MATEMÁTICA FINANCEIRA E NOÇÕES DE ESTATÍSTICA	2	3
11	294	PRÁTICA DISCURSIVA E LINGUAGENS	3	
12	4218	PROCESSO, QUALIDADE E SISTEMAS	2	2
13	4316	SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL	2	2
14	4197	TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO	3	3
TOTAL			25	25

4.9.2 DADOS GERAIS DO CURSO

Habilitação Profissional: Técnico em Logística

Eixo tecnológico: Gestão e Negócios

Forma: Subsequente

Carga Horária Total do Curso: 800 horas

Regime de funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no(s) período(s): manhã, tarde ou noite

Regime de Matrícula: Semestral

Número de Vagas: por turma. (Conforme m² - mínimo 30 ou 40)

Período de Integralização do Curso: mínimo 02 (dois) semestres letivos e máximo 10 (dez) semestres letivos

Requisitos de Acesso: Conclusão do Ensino Médio



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiiepmaringa@seed.pr.gov.br

Modalidade de Oferta: Presencial.

4.9.3 PERFIL PROFISSIONAL DO ALUNO (A) CONCLUINTE DO CURSO

O Técnico em Logística domina conteúdos e processos relevantes do conhecimento científico, tecnológico, social e cultural utilizando suas diferentes linguagens, o que lhe confere autonomia intelectual e moral para acompanhar as mudanças, de forma a intervir no mundo do trabalho, orientado por valores éticos que dão suporte a convivência democrática. Realiza procedimentos de transportes, armazenamento e distribuição das cadeias de suprimentos. Agenda programa de manutenção de máquinas e equipamentos. Supervisiona processos de compras, recebimento, movimentação, expedição e distribuição de materiais e produtos. Presta serviços de atendimento aos clientes.

4.9.4 DISCIPLINAS:

1 – DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS

Carga horária: 32 horas

1 – EMENTA

Estudo e análise das características básicas da administração e gestão de materiais.

2 – CONTEÚDO ESTRUTURANTE

Materiais

2.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1 Estoques na empresa
- 1.2 Avaliação dos estoques
- 1.3 Gestão de compras
- 1.4 Recursos materiais

3 - REFERÊNCIA

BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial:** transporte, administração de materiais, distribuição física. São Paulo: Atlas, 2010.

CASTIGLIONI, José Antônio de Mattos; MINETTO JUNIOR, Romualdo Francisco. **Processos logísticos.** São Paulo: Érica, 2014.

CHING, Hong Yuh. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

DIAS, Marco Aurélio. **Administração de materiais**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2010.

MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando P. **Administração de materiais**. 2. ed. Saraiva: São Paulo, 2005.

PAOLESCHI, Bruno. **Estoques e armazenagem**. São Paulo: Érica, 2014.

RODRIGUES, Paulo Roberto Ambrósio. **Gestão estratégica da armazenagem**. 2. ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Aduaneiras, 2010.

VIANA, José João. **Administração de materiais: um enfoque prático**. São Paulo: Atlas, 2010.

2 - DISCIPLINA: APLICAÇÕES OPERACIONAIS DA LOGÍSTICA

Carga horária: 96 horas

1. EMENTA

Estrutura funcional: estratégias de distribuição, transporte e medidas de desempenho.

2. OBJETIVOS

- Compreender os pressupostos técnicos, legais e a dinâmica dos procedimentos logísticos em transporte e armazenagem;
- Desenvolver habilidades e ou capacidades para integrar-se nas áreas operacionais das organizações.
- Aplicar conhecimentos e tecnologias da administração logística potencializando as vantagens competitivas das empresas e do sistema econômico como um todo.

3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1 - Produção e Sistemas
- 2 - Materiais
- 3 - Logística Reversa

3.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1 Noções de Produção
- 1.2 Noções de PCP – tipos de operação produtiva
- 1.3 MRP I, MRP II; JIT; Kanban

- 2.1 Níveis de estoque
- 2.2 Dimensionamento e controle de estoques



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- 3.1 Evolução e etapas
- 3.2 Estudos Ambientais
- 3.3 Implementação
- 3.4 Resíduos Sólidos e a Política Nacional de Resíduos Sólidos

4. METODOLOGIA

Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de textos e roteiros de apoio; Trabalhos em grupo e apresentação em plenário; Trabalho individual extra classe; Recursos de vídeo, retro projetor, laboratório de informática e projetor de imagens; Estudo de caso.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação é uma atividade necessária e permanente do trabalho docente que deve acompanhar o processo de ensino-aprendizagem. Através dela, os resultados que são obtidos no decorrer do trabalho conjunto professor-aluno são comparados com os objetivos e metas propostas a fim de constatar as apropriações, as dificuldades e reorientar o trabalho pedagógico para as correções necessárias. É importante que os instrumentos de avaliação sejam variados e que seja oportunizada a recuperação de estudos.

A avaliação é processual e centra-se em realização de trabalhos em grupos, bem como na aplicação de provas e apresentação de seminários,

6. REFERÊNCIAS

DIAS, Marco Aurélio. **Administração de materiais**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIDANI, Roberto; ZANOTTO, Andreia. **Logística reversa**. Curitiba: IFPR, 2012.

MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando P. **Administração da produção**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

RODRIGUES, Paulo Roberto Ambrósio. **Gestão estratégica da armazenagem**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Aduaneiras, 2010.

TUBINO, Dálvio Ferrari. **Manual de planejamento e controle de produção**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

3 – DISCIPLINA: CONTROLE DE PRODUÇÃO E CUSTOS

Carga horária: 32 horas

1 – EMENTA

Estudo de custos logísticos, relações e aplicações práticas.



2 – CONTEÚDO ESTRUTURANTE

Custos Logísticos

2.1 – CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1 Conceitos básicos
- 1.2 Custos aplicáveis à logística
- 1.3 Custos que envolvem tecnologia da informação
- 1.4 Custos logísticos e a economia nacional e internacional
- 1.5 Custos de armazenagem e movimentação
- 1.6 Custos de transportes
- 1.7 Custos de manutenção de inventário
- 1.8 Custos com embalagem
- 1.9 Custos associados a processos logísticos
- 1.10 Apuração do custo logístico total
- 1.11 Gestão dos custos logísticos

3. REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Antônio Carlos, NOVAES, Antônio N. G.. **Logística aplicada**: suprimento e distribuição física. São Paulo: Pioneira, 1994.

BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial**: transporte. Administração de materiais, distribuição Física. São Paulo: Atlas, 2010.

CASTILHONE, Jose Antônio de Matos. **Logística operacional guia prático**. 2. Ed. São Paulo: Editora Erica Ltda, 2010.

CHING, Hong Yuh. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DIAS, Marco Aurélio. **Administração de materiais**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2010.

FARIA, Ana Cristina de. **Gestão de custos logísticos**. São Paulo: Atlas, 2010.

VIANA, José João. **Administração de materiais**: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2010.

4 - DISCIPLINA: DIREITO E LEGISLAÇÃO

Carga horária: 64 horas

1. EMENTA



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Estudo de legislação aplicada à logística. Introdução ao estudo do direito. Noções de Direito Constitucional, Civil, do Consumidor, Empresarial e Comercial, Tributário, Administrativo, do Trabalho, Previdenciário, Ambiental e Internacional.

2. OBJETIVOS

- Conhecer e analisar a Legislação Pátria, bem como sua interpretação e sua utilização.
- Reconhecer meios de consulta a fim de desenvolver trabalhos e ou atividades em conformidade com as normas, sejam elas técnicas específicas ou gerais.

3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1 - Estudo do Direito
- 2 - Direito Constitucional
- 3 - Direito Civil
- 4 - Direito do Consumidor
- 5 - Direito Empresarial e Comercial
- 6 - Direito Tributário: Código Tributário Nacional - C.T.N.
- 7 – Direito Administrativo
- 8 - Direito do Trabalho
- 9 - Direito Previdenciário
- 10 - Direito Ambiental
- 11 - Direito Internacional

3.1 – CONTEÚDOS BÁSICOS

1.1 Estado democrático de Direito: Formação do Estado - teorias 1.2 Noções de Direito: Fundamentos e doutrina do direito
2.1 Noções de Direito Constitucional: Constituição Federal - 1988; Histórico; Conceito; Hierarquia das Leis; Normas fundamentais, secundária e de validade derivada; Hierarquia das Fontes Formais; Fontes Formais do Direito
3.1 Noções de Direito Civil: Pessoas; Personalidade 3.2 Capacidade: relativa, absoluta e emancipação 3.3 Bens: Definição, espécies e classificações 3.4 Contrato: Conceitos, espécies, elementos que compõem o contrato 3.5 Responsabilidade contratual: empregado e empregador
4.1 Artigos do Código de Defesas do Consumidor – C.D.C.: definição de produto,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

serviço, consumidor, fornecedor, serviço público e relação de consumo

4.2 Direitos básicos do consumidor

4.3 Proteção contratual

4.4 Garantias

4.5 Sistemas nacionais de defesa do consumidor

4.6 Lei da concorrência nº 12.529/11

5.1 Definição de direito comercial

5.2 Tipos de sociedades: civil e comercial

5.3 Nomes comerciais: sociedades empresariais, limitada, por ações, individuais e Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI

6.1 Conceitos

6.2 Espécies tributárias: imposto, taxa, contribuição de melhoria

6.3 Competências tributárias

6.4 Sujeitos da relação tributária: sujeito ativo e sujeito passivo

6.5 Fato gerador

6.6 Domicílio tributário

7.1 Conceitos

7.2 Administração direta e indireta

7.3 Lei de responsabilidade fiscal (LC 101/00)

7.4 Conceito Orçamento e Licitação (Lei 8.666/93)

8.1 Noções básicas

8.2 Princípios gerais

8.3 Espécies de contrato

8.4 Definição de empregado e empregador

8.5 Tipos de trabalhadores

8.6 Empregadores

8.7 Contrato de trabalho e relação de emprego

8.8 Jornada de trabalho

8.9 Salário, remuneração e férias

8.10 Direito coletivo e de greve

9.1 Segurados do Regime Geral da Previdência Social

9.2 Dependentes de segurado

9.3 Tipos de benefícios

9.4 Modalidades de contribuição



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

10.1 Legislação ambiental - art. 225 CF
10.2 Órgãos ambientais e suas funções
10.3 Áreas de proteção ambiental
10.4 Licenciamento ambiental
10.5 Crimes e infrações ambientais - Lei 9.605/98
10.6 Logística reversa - Lei 12.305/10

11.1 Legislação específica: Termos Internacionais de Comércio - Incoterms
11.2 Lei nº 9.611/98, regulamentada pelo Decreto nº 3.411 de 12/04/2000
11.3 Noções da Lei 10.233/01 - integração dos transportes aéreo, aquaviário e terrestre
11.4 Regulamentos aduaneiros
11.5 Sistema de comércio exterior - SISCOMEX
11.6 Zona primária e secundária
11.7 Contratos de fretes e seguros

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta disciplina, será desenvolvido com aulas teórico-expositivas, com uso de leitura de textos com diversos autores da área de Direito e textos complementares; em sala de aula, e aplicação da teoria na prática processual o dia a dia, com questões onde o aluno irá realizar tarefas / pesquisas na Internet. Os conteúdos da disciplina serão trabalhados de forma a desenvolver a capacidade de ação / reflexão dos educandos por meio das experiências de vida, levando-os a apropriação do conhecimento científico historicamente produzido pela humanidade, possibilitando a compreensão mais efetiva e contextualizada da realidade dentro direito.

5. AVALIAÇÃO

São comuns a um processo interativo de ensino- aprendizagem, no qual serão tomadas medidas de valores sobre os conhecimentos aplicados pelo professor e posteriormente apreendidos (aluno).

A avaliação será diagnóstica e contínua, realizadas por meio de observação do desempenho e participação dos alunos, onde serão feitas de forma diversificada como: Avaliação escrita / prática, elaboração de trabalhos escolares individual / equipe; seminários e outros.

6. REFERÊNCIAS

COLETO, Aline Cristina; ALBANO, Cícero José. **Legislação e organização empresarial**. São Paulo: LT. 2012.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

5 – DISCIPLINA: ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS

Carga horária: 32 horas

1 - EMENTA

Elaboração de planejamento e desenvolvimento de projetos. Estudo de Técnicas de Apresentação.

2 – CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1 – Planejamento e Desenvolvimento de Projetos

2 – Técnicas de Apresentação

2.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1 Normas da ABNT
- 1.2 Roteiro de projetos
- 1.3 Cronograma
- 1.4 Cliente
- 1.5 Demanda
- 1.6 Produto
- 1.7 Coleta de dados
- 1.8 Elaboração do projeto
- 1.9 Análise do risco
- 1.10 Estratégias

- 2.1 Postura
- 2.2 Oratória
- 2.3 Estrutura de apresentação



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

3 – REFERÊNCIAS

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1991.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Administração de projetos**: como transformar ideias em resultados. São Paulo: Atlas, 2010.

TAYLOR, David A. **Logística na cadeia de suprimentos**: uma perspectiva gerencial. São Paulo: Pearson Addison-Wesley, 2005.

6 - DISCIPLINA: ESPANHOL TÉCNICO

Carga horária: 64 horas

1. EMENTA

Uso do discurso enquanto prática social no mundo do trabalho. Estudos das diferentes práticas discursivas (oralidade, leitura e escrita) e-análise linguística aplicada ao curso de logística.

2. OBJETIVOS

- Desenvolver habilidades de trabalho com a língua espanhola a fim de assumir com responsabilidade, habilidade e competência a logística da empresa;
- Fazer uso da língua espanhola na gestão organizacional;
- Criar na língua espanhola condições favoráveis para a formação de conceitos e valores de responsabilidade social, ambiental, de justiça e ética profissional;
- Criar a partir do uso da língua espanhola, competências intelectuais, técnicas sociais, comportamentais, organizacionais, comunicativas e políticas, que possibilitem atuação profissional fundamentada no respeito às diferenças individuais e sociais.

3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1- Discurso como Prática Social

3.1 – CONTEÚDOS BÁSICOS

1.1 Gêneros discursivos diversificados nas esferas sociais de circulação relacionados à logística, por meio das práticas de oralidade, leitura e escrita

1.2 Fonética e fonologia de espanhol: conhecimentos gerais



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- 1.3 Cultura hispânica aplicada ao curso: princípios da língua em transações comerciais na importação e exportação
- 1.4 Diferenças léxicas, sintáticas e discursivas que caracterizam a fala formal
- 1.5 Linguagem oral em situações de comunicação: adequação
- 1.6 Idioma instrumental: Vocabulário técnico relacionado ao curso, pronúncia, tradução, elaboração de textos e preenchimento de documentação
- 1.7 Expressões hispânicas utilizadas sem tradução na área do curso de logística
- 1.8 Acrônimos
- 1.9 Skimming e Scanning
- 1.10 Uso de pronomes e verbos como definição
- 1.11 Uso de imperativo, numerais e palavras de sequência em instruções de instalação/desinstalação
- 1.12 Descrição das funções relacionados à área de logística

4. METODOLOGIA

Propõem-se os seguintes pressupostos metodológicos:

- Desenvolvimento de diferentes tipos de metodologia que possibilitem a comunicação entre conhecimentos teóricos e práticos no contexto da futura prática profissional.
- Pretende-se por meio da ação do ensinar, que o conhecimento da língua espanhola seja aprendido de forma a ser aplicada no momento da prática profissional.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação será entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e o seu desempenho, em diferentes situações de aprendizagem.

Preponderarão os aspectos qualitativos da aprendizagem, considerada a interdisciplinaridade e a multidisciplinariedade dos conteúdos, com relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração sobre a memorização, num processo de avaliação contínua, permanente e cumulativa.

6. REFERÊNCIAS

BELTRÁN, Blanca Aguirre; KLAUS, Rother. **Comércio exterior**. Madrid: SGEL, 1999.

BERLITZ, Charles. **Español passo a passo**. Editora Fontes, 2012.

FANJUL, Adrian. **Gramática y práctica de español**: para brasileños. São Paulo: Editora Moderna, 2014.

KINDERSLEY, Dorling. **Espanhol**: guia de conversação para viagens. 7. Ed. São Paulo: Editora Publifolha, 2015.

LAUTERBORN, Wanda. **Comunicaciones por telefono**. Ed. Arco Libros, 2009.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

MARTIN. Ivan. **Síntesis**: curso de lengua española. São Paulo: Ática, 2011.

MILANI, Esther Maria. **Gramática de espanhol para brasileiros**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação básica**. Curitiba, 2008.

7 - DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DO TRABALHO

Carga horária: 32 horas

1 - EMENTA

Estudo do trabalho humano nas perspectivas ontológica e histórica. Compreensão do trabalho como mercadoria no industrialismo e na dinâmica capitalista. Reflexão sobre tecnologia e globalização diante das transformações no mundo do trabalho. Análise sobre a inclusão do trabalhador no mundo do trabalho

2. OBJETIVOS

- Instrumentalizar-se sobre o processo histórico da categoria trabalho como evolução das transformações ocorridas em sociedade;
- Compreender os processos produtivos que foram gerados por meio do trabalho como sobrevivência, como cultura e como mercadoria capitalista.
- Compreender o trabalho e as realidades sociais.
- Analisar o princípio do trabalho como estratégia de desenvolvimento individual e social;
- Entender o trabalho como princípio norteador de um processo produtivo;

3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1 – Trabalho Humano
- 2 – Tecnologia e Globalização
- 3 – Mundo do Trabalho

3.1 – CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1 Ser social, mundo do trabalho e sociedade
- 1.2 Trabalho nas diferentes sociedades
- 1.3 Transformações no mundo do trabalho
- 1.4 Homem, Trabalho e Meio Ambiente
- 1.5 Processo de alienação do trabalho em Marx
- 1.6 Emprego, desemprego e subemprego



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

2.1 Processo de globalização e seu impacto no mundo do trabalho
2.2 Impacto das novas tecnologias produtivas e organizacionais no mundo do trabalho
2.3 Qualificação do trabalho e do trabalhador

3.1 Inclusão do trabalhador na nova dinâmica do trabalho
3.2 Inclusão dos diferentes – necessidades especiais e diversidade

4. METODOLOGIA

Trabalho é toda ação humana sobre a natureza, a fim de transformá-la em benefício do próprio homem. Ao transformar a natureza o homem também se transforma: forma-se pelo trabalho. Tomando o trabalho como eixo definidor dos conteúdos, a metodologia precípua dessa disciplina é fundamentar consistente e historicamente a categoria trabalho, como forma de entender as transformações pelas quais o mundo passou até hoje, quais as consequências dessas mudanças e o que resultou das mesmas, visando capacitar o aluno para agir conscientemente sobre sua prática social. O professor deve adotar várias condutas na sua prática de sala de aula: a) orientador de determinada atividade em que o discente constrói seu conhecimento a partir do seu raciocínio e conhecimentos anteriores; b) provocador de debates e questões, colocando o aluno em confronto com seus raciocínios e representações verbais ou escritas; c) expositor de um conhecimento formalizado e sistematizado isso quando a classe já estiver apta a acompanhar o raciocínio e formular seus próprios conceitos. Deve ser objetivo do professor tirar o aluno do senso comum explicando a ele aspectos concretos de conceitos simples, já de seu conhecimento. Deve também fazer com que o aluno debata estes pontos em aula, compartilhando com todos os colegas experiências e exemplos, abstraindo novos conceitos que possam incrementar seu saber. Em momentos sucessivos cabe ao professor sugerir e mostrar inter-relações possíveis e despertar novas problematizações.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação, como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, abrange a atuação do professor, o desempenho do aluno, e os objetivos, a estrutura e o funcionamento da escola e do sistema de ensino. É o elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino. Corresponde ao conjunto de ações que para o professor objetiva ajustar o ensino da disciplina; identificar como e o quê foi aprendido. Para os alunos, possibilita tomar consciência dos seus avanços, dificuldades e possibilidades. Ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem e não apenas em momentos



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho. É, portanto, um diagnóstico contínuo e dinâmico e se torna um instrumento fundamental para repensar e reformular os métodos, os procedimentos e as estratégias de ensino.

A verificação do aproveitamento do aluno deve abranger vários tipos de instrumentos de avaliação além das provas, trabalhos e seminários como: entrevistas e conversas informais; auto avaliação e principalmente a observação.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensino sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7. reimp. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2005.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**: introdução, organização e seleção. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CHESNAIS, François. **Mundialização do capital**. Petrópolis: Vozes, 1997.

DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. 12. ed. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos da explicação sociológica**. 4. ed. Rio de Janeiro: T. A. Queiroz, 1980.

FERRETTI, Celso João. et al. (orgs). **Tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs) **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GENRO, Tarso. **O Futuro por armar**: democracia e socialismo na era globalitária: Petrópolis: Vozes, 2000.

GENTILI, Pablo. A educação para o desemprego. A desintegração da promessa integradora. In. Frigotto, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

8 - DISCIPLINA: INGLÊS TÉCNICO

Carga horária: 64 horas

1 - EMENTA

Uso do discurso enquanto prática social no mundo do trabalho. Estudos das diferentes práticas discursivas (oralidade, leitura e escrita) e análise linguística aplicada ao curso de logística.

2. OBJETIVOS

- Conhecer e utilizar a língua como instrumento de acesso a informações de outras culturas e outros grupos sociais.
- Reconhecer práticas de uso da língua, considerando sua contextualização dentro do seu universo social, a fim de articular o conhecimento aprendido às demais áreas do conhecimento, e, desta forma, melhorar suas relações com o outro e com o mundo.

3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1 – Discurso como Prática Social

3.1 – CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1 Gêneros discursivos diversificados nas esferas sociais de circulação relacionados à logística, por meio das práticas de oralidade, leitura e escrita
- 1.2 Fonética e fonologia de Inglês: conhecimentos gerais
- 1.3 Cultura inglesa aplicada ao curso: princípios da língua em transações comerciais na importação e exportação
- 1.4 Diferenças léxicas, sintáticas e discursivas que caracterizam a fala formal
- 1.5 Linguagem oral em situações de comunicação: adequação
- 1.6 Idioma instrumental: Vocabulário técnico relacionado ao curso, pronúncia, tradução, elaboração de textos e preenchimento de documentação
- 1.7 Expressões inglesas utilizadas sem tradução na área do curso
- 1.8 Acrônimos
- 1.9 *Skimming* e *Scanning*
- 1.10 Uso de pronomes e verbos como definição
- 1.11 Uso de imperativo, numerais e palavras de sequência em instruções de instalação/desinstalação
- 1.12 Descrição das funções relacionados à área de logística

4. METODOLOGIA

A metodologia de ensino deve ser norteada pela perspectiva histórica e dialética dos fatos sócio-educativos, entendida como uma postura diante da realidade, postura essa que implica nas ações indissociáveis: reflexão/conhecimento/interpretação sobre a realidade buscando sua transformação.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Nesta perspectiva, a metodologia precípua dessa disciplina consiste no ensino de língua como uma possibilidade do(a) educando(a) agir discursivamente no mundo tendo, portanto um, papel importante para o seu desenvolvimento integral. Deve capacitar o(a) educando(a) para compreender e expressar-se adequadamente, facilitando o acesso a diversos tipos de informações para formação geral como cidadão.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação desta disciplina faz parte do processo como algo contínuo, não ocasional e fragmentado permitindo analisar, retomar, propor, e interferir no processo ensino/aprendizagem. Deve se um processo permanente de acompanhamento que à luz da teoria do conhecimento sócio-histórico, possibilite oferecer mediações e interferências no processo.

6. REFERÊNCIAS

AMOS, Eduardo; PRESCHER, Elizabeth; PASQUALIN, Ernesto. **Sun:** Inglês para o Ensino Médio 1. 2. ed . Rischmond: 2004.

_____. **Sun:** Inglês para o ensino médio 2. 2. ed. Rischmond, 2004.

MURPHY, RAYMOND. Essensial Grammar in use. **Gramática básica da língua inglesa.** Cambridge: Editora Martins fontes. 2015.

9 - DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À LOGÍSTICA

Carga horária: 32 horas

1 - EMENTA

Estudo dos conceitos e fundamentos logísticos. .

2. OBJETIVOS

- Compreender a importância da logística em um mundo globalizado;
- Conhecer a evolução histórica da logística;
- Identificar os processos logísticos, bem como os modais de transportes de mercadorias e variáveis para tomada de decisões;
- Reconhecer atividades primárias e secundárias em logística;
- Compreender a cadeia de suprimentos e o fluxo de mercadorias no processo produtivo;
- Analisar o sistema de distribuição doméstico e internacional de mercadorias e serviços;
- Avaliar os diferentes custos logísticos;
- Estabelecer relações entre custos logísticos e a economia nacional e internacional.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiiepmaringa@seed.pr.gov.br

3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1 – Fundamentos logísticos

2 – Logística empresarial

3.1 – CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1 História da logística
- 1.2 Tipos de logística
- 1.3 Perfil do profissional da Logística
- 1.4 Papel da logística na atualidade
- 1.5 Base da Logística
- 1.6 Logística e a sociedade
- 1.7 Ramos de atuação da Logística

- 2.1 Comércio e logística
- 2.2 Atividades logísticas: primárias e de apoio
- 2.3 Ligação da logística com as demais áreas administrativas – sistema logístico
- 2.4 Rede logística
- 2.5 Nível de serviço
- 2.6 Tendências em logística

4 – METODOLOGIA

Nesta disciplina, o aluno irá se familiarizar com os conceitos, a função e os objetivos da Logística, articulando conhecimentos teóricos e práticos, indispensáveis a atuação profissional. Os conteúdos serão ministrados através de aulas dialogadas, explicativas e expositivas, com estímulo a discussões visando a análise crítica e ao envolvimento do aluno, seguidas de exercícios práticos proporcionando maior objetividade na interpretação. A realização de trabalhos de pesquisas individuais e grupais será elemento de auxílio para fixação do conteúdo aprendido.

5. AVALIAÇÃO

Serão utilizados vários instrumentos para avaliação, para propiciar ao aluno, situações onde poderá se desenvolver intelectualmente trabalhando de forma individual ou em equipe, produzindo, criando, pesquisando, interpretando e fazendo questionamentos acerca dos conhecimentos adquiridos, permitindo uma visão crítica enquanto ser humano, da sociedade e do mundo do trabalho, objeto da Educação Profissional.

A avaliação escrita ocorrerá pontualmente, abrangendo os conteúdos trabalhados, tendo como elementos de auxílio, trabalhos e atividades desenvolvidas em sala de aula. Será



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiiepmaringa@seed.pr.gov.br

proporcionada sempre que necessário, recuperação de conteúdos, visando melhor desempenho e aprendizagem do aluno.

6. REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Antônio Carlos; NOVAES, Antônio Galvão N. **Logística aplicada:** suprimento e distribuição física. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1994.

BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial:** transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 2010.

CHING, Hong Yuh. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CHRISTOPHER, Martin. **O marketing da logística.** São Paulo: Futura, 1999.

FARIA, Ana Cristina; COSTA, Maria de Fátima Gameiro da. **Gestão de custos logísticos:** custeio baseado em atividades (ABC); *Balanced Scorecard* (BSC), valor econômico agregado (EVA). São Paulo: Atlas, 2010.

HARRISON, Alan; HOEK, Renko Van. **Estratégias e gerenciamento de logística.** São Paulo: Futura, 2003.

KOBAYASHI, Shun'ichi. **Renovação da logística:** como definir estratégias de distribuição física. São Paulo: Atlas, 2000.

RAZZOLINI FILHO, Edelvino. **Logística empresarial:** tópicos especiais. 2. ed. rev. e ampl. Curitiba: IBPEX, 2011.

10 - DISCIPLINA: MATEMÁTICA FINANCEIRA E NOÇÕES DE ESTATÍSTICA

Carga horária: 80 horas

1 - EMENTA

Demonstração de números e álgebra. Aplicação de regime de capitalização. Distinção de situações de utilização de juro simples e juro composto. Aplicação de cálculos de valores no regime de capitalização composto. Estudo de conceitos de matemática financeira em situações do cotidiano. Fundamentação de estatística no âmbito logístico. Compreensão de juízo de informações estatísticas de diferentes naturezas. Compreensão de informações publicadas em gráficos e tabelas. Diferenciação das medidas de tendência central.

2. OBJETIVOS



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- Instrumentalizar-se para a aquisição de capacidades que visem desenvolver o raciocínio lógico aplicado no contexto social, a fim de trabalhar processos de pensamento, aquisição de atitudes, resolução de problemas, formação da visão científica do mundo real e relação das etapas históricas da Matemática.
- Trabalhar informações e recursos lógicos matemáticos de maneira seletiva e crítica atentando para definições, demonstrações, encadeamentos conceituais, que servem para construir novos conceitos e estruturas para validar intuições e dar sentido às técnicas.
- Valorizar o raciocínio lógico matemático como capital intelectual capaz de solucionar problemas e melhorar a qualidade de vida.
- Compreender os conceitos, procedimentos e estratégias matemáticos para planejar soluções para problemas novos, que exijam iniciativa e criatividade.
- Desenvolver capacidades para coletar, organizar, descrever, analisar e interpretar os dados utilizando para isso métodos estatísticos, a fim de que possa inferir resultados que transcendam os dados obtidos inicialmente para retomar decisões sobre eles.

3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1 Números e Álgebra
2 Regimes de capitalização
3 Cálculos de valores
4 Fundamentos de estatística
5 Fontes de dados
6 Função nas bases conceituais
7 Gráficos
8 Medidas descritivas e dispersão



3.1 – CONTEÚDOS BÁSICOS

1.1 Razão e proporção 1.2 Regra de três e porcentagem
2.1 Juros simples 2.2 Juros compostos
3.1 Descontos comerciais 3.2 Descontos compostos 3.3 Amortização 3.4 Depreciação
4.1 Conceitos estatísticos 4.2 Quando e para que o uso da estatística 4.3 Tipos de gráficos
5.1 Arredondamento de números 5.2 Populações e amostras 5.3 Técnicas de amostragem
6.1 Populações e amostras 6.2 Técnicas de amostragem 6.3 Apresentação gráfica

4. METODOLOGIA

Possibilitar aos alunos análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de ideias. Aprender Matemática não somente por sua beleza ou pela consistência de suas teorias, mas, para que, a partir dela, o homem amplie seu conhecimento e, por conseguinte, contribua para o desenvolvimento da sociedade.

Cabe ao professor a sistematização dos conteúdos matemáticos que emergem das aplicações, superando uma perspectiva utilitarista, sem perder o caráter científico da disciplina e de seu conteúdo. Ir além do senso comum pressupõe conhecer a teoria científica, cujo papel é oferecer condições para a apropriação dos aspectos que vão além daqueles observados pela aparência da realidade (RAMOS, 2004).



5. AVALIAÇÃO

A avaliação deve acontecer ao longo do processo ensino-aprendizagem, ancorada em encaminhamentos metodológicos que abram espaço para a interpretação, e discussão, que considerem a relação do aluno com o conteúdo trabalhado, o significado desse conteúdo e a compreensão alcançada por ele.

No processo avaliativo, faz-se necessário que o uso da observação sistemática para diagnosticar as dificuldades dos alunos e criar oportunidades diversificadas para que possam expressar seu conhecimento. Tais oportunidades devem incluir manifestações escritas, orais e de demonstração, inclusive por meio de ferramentas e equipamentos, tais como materiais manipuláveis, computador, TV pendrive e calculadora.

Espera-se que o aluno:

- Comunique-se matematicamente, oral ou por escrito (BURIASCO, 2004);
- Compreenda, por meio da leitura, o problema matemático;
- Elabore um plano que possibilite a solução do problema.
- Elabore conjecturas, faça afirmações sobre elas e teste-as;
- Persevere na busca de soluções, mesmo diante de dificuldades;
- Sistematize o conhecimento construído a partir da solução encontrada, generalizando, abstraindo e desvinculando-o de todas as condições particulares;
- Socialize os resultados obtidos, utilizando para isso, uma linguagem adequada.

6. REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira e suas aplicações**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARROSO, J.M. (Ed.) **Conexões com a matemática**. (vol. 1, 2, 3) – 1 ed. São Paulo: Moderna, 2010.

BORBA, M. C.; PENTEADO, M. G. **Informática e educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BORBA, M. **Educação matemática: pesquisa em movimento**. São Paulo: Cortez, 2004.

CARAÇA, B. J. **Conceitos fundamentais da matemática**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2002.

COURANT, R.; ROBBINS, H. **O que é matemática? Uma abordagem Elementar de métodos e conceitos**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2000.

CRESPO, A. A. **Matemática comercial e financeira**. São Paulo: Saraiva, 2002.

DANTE, L. R. **Didática da resolução de problemas**. São Paulo: Ática, 1989.

FARIA, Ana Cristina de; COSTA, Maria de Fátima G. da; **Gestão de custos logísticos**. São Paulo: Atlas, 2010.



MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. **Matemática financeira**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RIBEIRO, Jackson. **Matemática**: Ciências, Linguagem e Tecnologia. vol. 1, 2, 3 –São Paulo: Scipione, 2012.

11 - DISCIPLINA: PRÁTICA DISCURSIVA E LINGUAGEM

Carga horária: 48 horas

1. EMENTA

Discurso e suas modalidades como práticas para relações humanas no universo profissional.

2. OBJETIVOS

- Compreender a importância da linguagem no processo de comunicação;
- Entender as especificidades da comunicação;
- Sensibilizar e valorizar a linguagem para uma comunicação eficaz;
- Identificar dificuldades decorrentes da comunicação no ambiente de trabalho;
- Valorizar a linguagem enquanto instrumento para construção do conhecimento e da cultura;
- Compreender e utilizar a gramática e as normas linguísticas para interpretação e produção de textos;
- Relacionar redação comercial e a utilização da norma padrão em língua portuguesa para elaboração de documentos próprios da área de logística.

3. CONTEÚDOS

1 - EMENTA

Uso do discurso como prática social no mundo do trabalho. Estudo das práticas discursivas (oralidade, leitura e escrita).

2 – CONTEÚDO ESTRUTURANTE

1 - Discurso como Prática Social

2.1. CONTEÚDOS BÁSICOS

1.1 Gêneros discursivos diversificados nas esferas sociais de circulação relacionados à logística, por meio das práticas de oralidade, leitura e escrita



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- 1.1.1 Cotidiana: curriculum vitae, comunicado, convites
- 1.1.2 Imprensa: agenda cultural, notícia e reportagem, anúncio de emprego, entrevista (oral e escrita), notícias
- 1.1.3 Publicitária: anúncio, cartazes, comercial para TV, e-mail, folder, fotos, slogan, placas, publicidade comercial, publicidade institucional e publicidade oficial
- 1.1.4 Política: abaixo-assinado, assembleia, carta de emprego, carta de reclamação, carta de solicitação, debate e debate regrado
- 1.1.5 Jurídica: boletim de ocorrência, Constituição Brasileira, contrato, declaração de direitos, depoimentos, discurso de acusação, discurso de defesa, ofício, procuração, regimento, regulamentos e requerimento, convocações, circular, declaração de direitos, instrução normativa, portaria, parecer, despacho, convênios, ordem de serviço
- 1.1.6 Midiática: blog, chat, e-mail, entrevista.

3. METODOLOGIA

A comunicação, elemento indispensável ao processo de interação social, torna-se instrumento capaz de transformar o ato de ler e escrever. A linguagem como exercício do conhecimento deve compor trabalhos realizados pelo aluno. A dinâmica da disciplina oferece condições ideais para debates, discussões e produções textuais que embasam a elaboração de documentos imprescindíveis aos processos logísticos, possibilitando melhor qualificação para atuar em áreas de planejamento e gestão com objetivo de otimizar as atividades empresariais.

4. AVALIAÇÃO

Serão utilizados vários instrumentos para avaliação, para propiciar ao aluno situações onde poderá se desenvolver intelectualmente trabalhando de forma individual ou em equipe, produzindo, criando, pesquisando, interpretando e fazendo questionamentos acerca dos conhecimentos adquiridos, permitindo uma visão crítica enquanto ser humano, da sociedade e do mundo do trabalho, objeto da Educação Profissional.

A avaliação escrita ocorrerá pontualmente, abrangendo os conteúdos trabalhados, tendo como elementos de auxílio trabalhos e atividades desenvolvidas em sala de aula. Será proporcionada sempre que necessária recuperação de conteúdos, visando melhor desempenho e aprendizagem pelo aluno.

5. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

BARBOSA, Jaqueline Peixoto. **Trabalhando com os gêneros do discurso**: uma perspectiva enunciativa para o ensino da Língua Portuguesa. (Tese Doutorado) Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2001.

Disponível

em:

<http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Teses/jacqueline_barbosa.pdf>.

BAKHTIN, Michail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GOLD, Mirian. **Redação empresarial**: escrevendo com sucesso na era da globalização. 4 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. TOMASI, Carolina. **Comunicação empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NADOLSKIS, Hendricas. **Comunicação redacional atualizada**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação básica**. Curitiba, 2008

12 - DISCIPLINA: PROCESSOS, QUALIDADE E SISTEMAS

Carga horária: 64 horas

1 - EMENTA

Estudo aplicado ao mapeamento, análise e melhorias de processos e sistemas logísticos.

2. OBJETIVOS

- Compreender os pressupostos técnicos, legais e a dinâmica dos procedimentos logísticos em transporte e armazenagem.
- Desenvolver habilidades para integrar as áreas operacionais das organizações, aplicando conhecimentos e tecnologias da administração logística, potencializando as vantagens competitivas das empresas e do sistema econômico como um todo.

3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

1 Processo
2 Planejamento



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

3 Organograma
4 Fluxograma
5 Organização
6 Qualidade
7 Ferramentas da qualidade
8 Sistemas

3.1 – CONTEÚDOS BÁSICOS

1.1 Definição e Conceito
2.1 Estratégico, Tático e Operacional
3.1 Conceito e tipos
4.1 Tipos de Fluxogramas Elaboração
5.1 Formal 5.2 Informal
6.1 Conceito 6.2 Características de Qualidade do Produto/ Serviço 6.3 Sistema de Gestão de Qualidade



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

6.4 Indicadores da Qualidade
6.5 Qualidade total
6.6 Certificações e ISO
6.7 Ferramentas da qualidade

7.1 Brainstorming
7.2 Benchmarking
7.3 Ciclo PDCA
7.4 Diagrama de Ishikawa
7.5 Gráfico de Pareto
7.6 5W2H
7.7 Kanban
7.8 Análise SWOT ou FOFA (Forças, Ameaças, Oportunidades e Fraqueza)

8.1 Sistemas de Informações Logísticas
8.2 Indicadores de desempenho
8.3 Programas aplicados à logística (WMS, GPS, EXW, ECR, Rádio Frequência, RFID)

4. METODOLOGIA

Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de textos e roteiros de apoio; Trabalhos em grupo e apresentação em plenário; Trabalho individual extra classe; Recursos de vídeo, retro projetor, laboratório de informática e projetor de imagens; Estudo de caso.

As metodologias estarão diretamente relacionadas às competências a serem trabalhadas e podem constituir-se de: trabalho em grupo, individual, seminários, estudos de caso.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação é uma atividade necessária e permanente do trabalho docente que deve acompanhar o processo de ensino-aprendizagem. Através dela, os resultados que são obtidos no decorrer do trabalho conjunto professor-aluno são comparados com os objetivos e metas propostas a fim de constatar as apropriações, as dificuldades e reorientar o trabalho pedagógico para as correções necessárias.

É importante que os instrumentos de avaliação sejam variados e que seja oportunizada a recuperação de estudos. A avaliação será feita no decorrer do percurso formativo, de forma individual e coletiva, utilizando-se de diferentes instrumentos como: resenhas, preparação e participação crítica e reflexiva em seminários, provas, relatórios de trabalho, entre outros,



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

6. REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Antônio Carlos, NOVAES, Antônio N. G. **Logística Aplicada**: suprimento e distribuição física. São Paulo: Pioneira, 1994.

MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando Piero. **Administração da produção**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da qualidade**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SIGHIERI, Luciano. **Controle automático de processos industriais**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2000.

SINK, D.S.; Tuttle, T. C. **Planejamento e medição para performance**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1993.

SORDI, José Osvaldo de. **Gestão por processos, uma abordagem da moderna administração**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

13 - DISCIPLINA: SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

Carga horária: 64 horas

1 – EMENTA

Reflexão sobre a Integridade Física, Mental e Qualidade de Vida. Estudo das Normas de Segurança e Saúde Ocupacional. Investigação sobre os Meios de Prevenção de Riscos. Fundamentação do Meio Ambiente do Trabalho.

2. OBJETIVO

- Conhecer as normas de segurança e de saúde na empresa, bem como no seu dia a dia.

3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1 - Segurança e Saúde Ocupacional
- 2 – Meio Ambiente e Trabalho
- 3 – Acidentes de Trabalho
- 4 – Doenças do Trabalho



3.1 – CONTEÚDOS BÁSICOS

1.1 Histórico da saúde e segurança do trabalhador no Brasil
1.2 Relações da segurança com as modalidades de trabalho: Revolução tecnológica
1.3 Medicina Ocupacional: Aspectos éticos da segurança

2.1 Princípio da Dignidade do trabalhador: trabalho escravo, forçado e degradante.
2.2 Trabalho, meio ambiente e suas responsabilidades em Segurança e Saúde ocupacional.
2.3 Empregado e empregador.
2.4 Assédio Moral no ambiente de trabalho e seus desdobramentos.
2.5 Influência do ambiente externo no trabalho.
2.6 Higiene, segurança e qualidade de vida

3.1 Acidente do trabalho: Análise, Aspectos, efeitos sociais e econômicos
3.2 Plano Nacional de Prevenção e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com produtos químicos (P2R2) - Decreto 5098/2004
3.3 Comunicação de acidente trabalho (CAT)
3.4 Inspeção de segurança do trabalho
3.5 Equipamentos individuais e coletivos - EPI e EPC- NR-06
3.6 Sinalização de segurança NR-26
3.7 Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT NR-4
3.8 Mapeamento de Risco
3.9 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA - NR5
3.10 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA – NR9 e NR 17
3.11 Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional PCMSO
3.11 Transporte e Manuseio de materiais - NR 11
3.12 Políticas de segurança e saúde ocupacional.
3.13 Legislação trabalhista e previdenciária aplicadas à segurança e saúde do trabalhador
3.14 Gerenciamento do sistema segurança: documentação de segurança do trabalho
3.15 Parâmetros de qualidade: certificações. ISO 14001, OHSAS 18001, Benchmarking na Segurança e Saúde Ocupacional



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- 4.1 Binômio saúde-doença
- 4.2 Definições de doença profissional e do trabalho
- 4.3 Doenças de notificação compulsória na saúde do trabalhador
- 4.4 Agravos causados por riscos ambientais: químicos, físicos, biológicos, ergonômicos, mecânico e as doenças ocupacionais
- 4.5 Lesões causadas por esforços repetitivos (LER)
- 4.6 Doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho (DORT) NR 17
- 4.7 Toxicomaníacos – Drogas, Alcoolismo e dependências químicas
- 4.8 Transtornos mentais relacionados ao trabalho
- 4.9 – Noções de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), AIDS e medidas de prevenção
- 4.10 - Programas de prevenção à saúde do trabalhador, vacinas.

4. METODOLOGIA

Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de textos e roteiros de apoio; Trabalhos em grupo e apresentação em plenário; Trabalho individual extra classe; Recursos de vídeo, retro projetor, laboratório de informática e projetor de imagens; Estudo de caso.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação é uma atividade necessária e permanente do trabalho docente que deve acompanhar o processo de ensino-aprendizagem. Através dela, os resultados que são obtidos no decorrer do trabalho conjunto professor-aluno são comparados com os objetivos e metas propostas a fim de constatar as apropriações, as dificuldades e reorientar o trabalho pedagógico para as correções necessárias.

É importante que os instrumentos de avaliação sejam variados e que seja oportunizada a recuperação de estudos. A avaliação será feita no decorrer do percurso formativo, de forma individual e coletiva, utilizando-se de diferentes instrumentos como: resenhas, preparação e participação crítica e reflexiva em seminários, provas, relatórios de trabalho, entre outros.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho: Manual de Procedimentos para Serviços de Saúde**, Ministério da Saúde, 2001.

_____. Casa Civil. **DEC 5.098/2004** (DECRETO DO EXECUTIVO) 03/06/2004.

Disponível: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5098.htm>.

Acesso em: 19 nov. 2015.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

HOME, Candy Florêncio; SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Direito individual do trabalho, curso de revisão e atualização**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

SEIFERT, Mari Elizabete Bernardine. **Sistemas de gestão ambiental e sistema de segurança ocupacional**. São Paulo: Atlas, 2013.

SZABO JÚNIOR, Adalberto Mahai. **Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Rideel, 2013.

14 - DISCIPLINA: TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO

Carga horária: 96 horas

1 - EMENTA

Estudo dos diferentes conceitos e modais de transportes, Gerenciamento da distribuição física e cadeias de distribuição.

2. OBJETIVOS

- Atuar na área de transportes, armazenagem e distribuição de produtos com segurança;
- Avaliar e classificar os estoques existentes em uma empresa comercial ou industrial;
- Conhecer e dominar os sistemas de controle dos estoques;
- Planejar a distribuição e o transporte de mercadorias.

3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- 1 – Conceito de Transportes
- 2 – Principais Modais
- 3 – Distribuição Física.

3.1 – CONTEÚDOS BÁSICOS

- 1.1 Histórico do transporte
- 1.2 Terminologia utilizada em transportes
- 1.3 Formas e modais de transporte
- 1.4 Formas de transportes
- 1.5 Modos ou modais de transporte
- 2.1 Principais modais e suas características:
- 2.2 Transporte Rodoviário
- 2.3 Transporte Ferroviário
- 2.4 Transporte Marítimo
- 2.5 Transporte Fluviolacustre
- 2.6 Transporte Dutoviário
- 2.7 Transporte Aéreo



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

- 2.8 Transporte Infoviário
- 2.9 Transporte Multimodal e Intermodal
- 2.10 Serviços acessórios ao transporte
- 2.11 Órgãos reguladores e documentos de transporte
- 2.12 Conceitos Portuários

- 3.1 Conceito de distribuição
- 3.2 Canais de distribuição
- 3.3 Fluxos da distribuição e rede logística
- 3.4 Planejamento de distribuição

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada terá como eixo básico a relação teoria-prática. Assim serão utilizados como recursos pedagógicos para enriquecimento do processo ensino-aprendizagem, os espaços escolares, visitas às empresas, relatórios, seminários, palestras, portfólios, projetos interdisciplinares entre outras atividades.

Os conteúdos serão trabalhados de forma a desenvolver capacidade de reflexão/ação dos educandos, por meio das experiências de vida levando-os a apropriar-se do conhecimento científico produzido pela humanidade, possibilitando-lhes a compreensão mais contextualizada da realidade.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação assume caráter formativo, integrado ao processo ensino-aprendizagem, permitindo ao aluno consciência de seu próprio caminhar se expandindo em relação ao conteúdo e as propostas das tendências metodológicas através de variados instrumentos de avaliação e a sua frequência de aplicação para posteriormente tomar decisões quanto aos necessários ajustes, revisões e reorientações da prática docente.

A recuperação de estudos deve ser considerada permitindo a revisão e a reelaboração de conhecimentos não apreendidos sendo possível revisar, reforçar ou reorganizar esses conhecimentos.

6. REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Antônio Carlos, NOVAES, Antônio N. G.. **Logística aplicada**: suprimento e distribuição física. São Paulo: Pioneira, 1994.

RODRIGUES, Paulo Roberto Ambrósio. **Introdução aos sistemas de transporte no Brasil e à logística internacional**. 4. ed. rev. e amp. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

CASTILHONE, José Antônio de Matos. **Logística operacional guia prático**. 2 ed. São Paulo: Editora Érica, 2010.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição:** estratégia, operação e avaliação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

VALENTE, Amir Mattar et al. **Gerenciamento de transportes e frota.** 2. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2008

ANEXOS



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br



Maringá

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Educação
Núcleo Regional de Educação de Maringá

PARECER Nº 170/2017 GE/NRE

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A Equipe Pedagógica do Núcleo Regional de Educação de Maringá, de acordo com suas atribuições legais, emite **Parecer** sobre o **Projeto Político Pedagógico** da Instituição de Ensino a seguir:

1. Identificação da Instituição de Ensino

1.1. Instituição de Ensino: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ - ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO, NORMAL E PROFISSIONAL.

1.2. Código do INEP: 41024060

1.3. Endereço: Rua Martin Afonso, n. 50 – Zona 2. **Telefone:** (44) 3226-4346

1.4. Município: Maringá – PR

1.5. NRE: Maringá 19

1.6. Dependência Administrativa: Estadual

1.7. Entidade Mantenedora: SEED

1.8. Localização: Urbana

1.9. E-mail: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Instituto de Educação Estadual de Maringá - Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional atende alunos adolescentes, jovens e adultos que estão cursando o Ensino Fundamental, Anos Finais, Ensino Médio e Ensino Profissional. A instituição atende nos turnos, manhã, tarde e noite.

O referido documento, que constitui uma forma de organização do trabalho pedagógico, apresenta os seguintes elementos constitutivos:

I – **Histórico da Instituição de Ensino**, contemplando as mudanças de nomenclatura considerando a sua oferta;

Anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio Regular, Modalidade Normal (Curso de Formação de Docentes) e Educação profissional (integrado e subsequente).



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

II – Oferta de Ensino:

Ensino Fundamental - Anos Finais- 6º ao 9º ano - Período Vespertino

Ensino Médio - 1º ao 3º Ano Ensino Médio –Período Matutino e Vespertino

Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI

Ensino Profissional - Integrado e Subsequente ao Ensino Médio,

-Técnico em Administração - Período Matutino e Noturno

-Formação de docentes (integrado) - Período Matutino

-Logística (Subsequente) -Período Noturno

Sala de Recursos Multifuncionais

Sala Rec. Mult. – Surdez (anos finais: EF e Médio)

Sala Rec. Mult. DV (anos finais: EF e Médio)

Sala Rec. Mult. DA (anos finais: EF e Médio)

Sala Rec.Mult Alt Hab SUPER

Sala Rec Mult. – DI (anos finais: EF e Médio)

Programa de Ampliação da Jornada:

-Sala de Apoio à Aprendizagem (6º ano do EF)

-CELEM – Línguas ofertadas: Espanhol, Francês e Italiano .

-Aulas Esp. Trein. Desportivo

III – Caracterização da Comunidade Escolar;

IV – A relação dos **Recursos Físicos, Humanos e Materiais** (Condições Físicas e Espaços pedagógicos);

V - Uma **Proposta de Formação Continuada** para todos os profissionais que atuam no estabelecimento;

VI – Os aspectos concernentes à **Filosofia e Objetivo do estabelecimento e Pressupostos Legais**;

VII - Os **Princípios Norteadores da Educação**:

a) **Princípios Epistemológicos**;

b) **Princípios Didáticos-Pedagógicos**:

c) Uma **Proposta Curricular** organizada em Disciplinas, elencando os Conteúdos, Encaminhamentos Metodológicos, Critério e Instrumentos Avaliativos; A Educação Profissional está organizada por disciplinas e suas respectivas ementas, seguida das Matrizes Curriculares;



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ

Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional – Reconhecimento – Resolução 3.455/81.

RUA MARTIN AFONSO, 50 – CX. POSTAL 623 – FONE (44) 3226-4346 – CEP 87010-410 – MARINGÁ/PR.

Email: mgaiieepmaringa@seed.pr.gov.br

d) Proposta de **Inclusão** para os Alunos com Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação;

e) Proposta de **Inclusão da Diversidade Escolar**;

f) Proposta de Trabalho com os conteúdos de **História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Educação das Relações Étnico-Raciais e Gêneros** em todas as disciplinas, bem como a formação de uma **Equipe Multidisciplinar**, em atendimento à Deliberação 04/2006-CEE; ao **Decreto N° 4837 de 04/06/12-** e a **Lei Estadual nº 18.424/215 que trata do Programa Brigada Escolar- Defesa Civil na Escola.**

VIII - Apresenta **Proposta de Avaliação** como um processo contínuo, não tem caráter classificatório, cujos registros ocorrem Trimestralmente, em Registro de Classe, por notas expressas de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero), sendo que a média para aprovação é 6,0 (seis vírgula zero) por disciplina e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária prevista. O Ensino Profissional Subsequente é organizado por Semestre, com Sistema de Avaliação Bimestral e o Ensino Profissional Integrado o Sistema de Avaliação é Bimestral.

IX - **Intervenções Pedagógicas:** Recuperação Permanente Concomitante ao processo Ensino e Aprendizagem;

X - Apresenta **Proposta de Estágio Não Obrigatório e Obrigatório**;

XI – Planejamento do **Calendário Escolar** do presente ano, atendendo ao disposto na LDB nº 9394/96 e legislação vigente, garantindo um total de 800 horas e 200 dias letivos.

XII – Uma proposta de **Avaliação Institucional** constando procedimento para **avaliação e (re)elaboração do Projeto Político Pedagógico**;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise do Projeto Político-Pedagógico do **Instituto de Educação Estadual de Maringá - Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional**, somos de Parecer que este atende ao proposto na LDB nº 9394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e demais legislações pertinentes.

É o parecer.

Maringá, 25 de maio de 2017


Itelma Mirian Alves de Medeiros
Equipe Pedagógica